



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL - PPGPS

KÁTIA MARIA DOS SANTOS MELO

**LUTAS SOCIAIS E RESISTÊNCIAS NA ÁREA DE
INFLUÊNCIA DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO
MONTE: a Amazônia no cenário da mundialização do capital**

Brasília – DF

2016

KÁTIA MARIA DOS SANTOS MELO

**LUTAS SOCIAIS E RESISTÊNCIAS NA ÁREA DE
INFLUÊNCIA DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO
MONTE: a Amazônia no cenário da mundialização do capital**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília/UnB, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Política Social.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Lúcia Pinto Leal.

Brasília – DF

2016

KÁTIA MARIA DOS SANTOS MELO

**LUTAS SOCIAIS E RESISTÊNCIAS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA USINA
HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE: a Amazônia no cenário da mundialização do
capital**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília/UnB, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Política Social.

Banca examinadora:

Professora Dra.

Maria Lúcia Pinto Leal (Orientadora da Tese e Presidente da Banca)

Professora Dra.

Joana Valente Santana (1º Membro da Banca)

Professora Dra.

Potyara Amazoneida Pereira Pereira (2º Membro da Banca)

Professor Dr.

Perci Coelho de Souza (3º Membro da Banca)

Professor Dr.

Carlos Alberto Ferreira Lima (4º Membro da Banca)

Professora Dra.

Silvia Cristina Yannoulas (Membro Suplente da Banca)

Brasília – DF

2016

A minha mãe Deodata Palheta dos Santos.

AGRADECIMENTOS

Considero essa Tese como fruto de um trabalho coletivo, cuja trajetória contou com a colaboração e solidariedade de muitas pessoas as quais faço questão de homenagear e registrar a minha gratidão e reconhecimento inconteste.

Aos *Movimentos Sociais, a cada homem, a cada mulher, a cada jovem, a cada criança* do Xingu por não desistirem de seus sonhos, de seus saberes, dizeres, modo de ser e viver e que frente a adversidade não fogem à luta. Seguem como a correnteza do Rio Xingu, mesmo quando o caminho não lhes é favorável. A resistência desses homens e mulheres nutre a esperança da luta social no sentido de que jamais devemos nos apequenar e sim lutar as nossas lutas, na direção do exercício da solidariedade, das práticas sociais baseadas na fraternidade, da convivência civilizatória entre o homem e a natureza. Experiências essas que renovam a esperança no coletivo e que tem muito a nos ensinar. Minha singela homenagem e gratidão aos **Povos do Xingu, aos Povos da Amazônia**.

A minha orientadora, **Profª Drª. Maria Lúcia Pinto Leal (Baiana)**, parceira de quase duas décadas no compartilhamento de conhecimento acadêmico e de vida. Que a trajetória de tuas pesquisas continuem sendo fruto de tua intelectualidade inquietante e militante na luta pela justiça social. Obrigada pela parceria solidaria e fraterna.

A **Profª Drª Joana Valente Santana**, amiga especial, a quem tanto admiro. Por sua franqueza, determinação e seriedade com que abraça a educação e sobretudo, pelo apoio que envidou na elaboração desta Tese. Agradeço pela forma simples, porém precisa com que compartilhou conhecimento. Gratidão e reconhecimento por sua valorosa contribuição.

A **Profª Drª Potyara Amazoneida Pereira**, por seu amor à educação e pela forma como nos encanta em suas aulas, as quais ajudaram em muito na elaboração desta tese. A troca constante de experiências, sua narrativa preta de encantamento pelo conhecimento, envolve a todos que estão ao redor. Que o vigor do conhecimento continue sendo a semente que sempre estás a plantar no solo de nossas ideias.

A **Profª. Drª Ângela Neves**, pelos ricos debates, troca de experiências, e por sua importante contribuição na banca de qualificação desta Tese.

A **Profª Drª Marize Duarte**, por sua importante contribuição na qualificação desta tese e pela parceria como colega de trabalho na UEPA, na luta por uma educação digna e emancipadora para a Amazônia.

Ao **Prof. Carlos Lima**, pelos diálogos, contribuições e indicações de literaturas que ajudaram a construir a base deste estudo.

A **Profª. Drª. Sílvia Yaonnoulas**, por aceitar o convite para contribuir na banca de defesa desta Tese.

Ao **Prof. Dr. Perci Souza**, por aceitar o convite para contribuir na banca de defesa desta Tese.

Aos **Professores** do Programa de Pós Graduação de Serviço Social - SER/UnB, **Ângela Neves, Débora Diniz, Evilasio Salvador, Ivanete Boschetti, Maria Lúcia P. Leal, Newton Gomes e Potyara Pereira**, pelas fortuitas trocas, provocações e debates necessários para a formulação e amadurecimento dos elementos constitutivos desta Tese.

As professoras do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, **Profª. Drª Nádia Fialho e Profª Drª Sandra Cruz** pela troca e aprendizado acerca da nossa Amazônia, quando da oportunidade de cursar a disciplina Formação Social, Econômica e Política do Brasil e da Amazônia na condição de aluna especial.

Aos Professores **Saint Clair Trindade Jr. e Ana Paula** do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido / UFPA, que me oportunizaram a ampliação do conhecimento sobre a Amazônia na disciplina Planejamento Regional e Urbano da Amazônia, cursada como aluna especial.

A **Profª. Joaquina Barata Teixeira**, querida amiga e mestre de longas datas, por sua criteriosa leitura do capítulo histórico de discussão da Amazônia, e por sempre estar disposta ao debate, à solidariedade e à luta. Segue renitente por uma Amazônia livre e soberana.

A Amiga e irmã do coração **Aldebaran Moura**, por seu constante apoio em mais esse processo formativo. Suas orações, troca de experiências e sua amizade, são alimentos para a minha caminhada, compartilho contigo essa vitória.

Ao Companheiro **Marcos Mota**, ativista nas lutas sociais e resistência. Agradeço por suas valorosas contribuições, críticas e orientações, e por ter oportunizado o contato com as lideranças dos movimentos sociais na Região de influência de Belo Monte. Sua colaboração foi de especial importância.

Ao meu Companheiro de sonhos, de luta e de amor **Fernando Monteiro**, por seu apoio, contribuições e compreensão nas muitas horas difíceis. Te amo mais!

Ao meu filho **Artur Melo** minha inspiração, equilíbrio e força. Jovem curioso e questionador, que olha o mundo com curiosidade e com vontade de muda-lo. Agradeço por sua compreensão e que diante da tarefa desta pesquisa, foi amoroso e teve paciência quando

das minhas reiteradas ausências.

A minha mãe **Deodata** exemplo de luta e resistência, que com sua força de mulher ribeirinha amazônica, nos ensinou com sabedoria e que mesmo sobre opressões, não desistiu de estimular seus filhos (as) a seguirem estudando. Acreditou na educação como um caminho de emancipação e que por isso lutou e continua lutando com todas as suas forças para garantir uma vida com dignidade. Minha homenagem, gratidão e reconhecimento a essa grande guerreira.

Aos meus irmãos **Simone Melo** e **Rodolpho Oliveira** pelo apoio e amor!

A Amiga querida e sábia **Silvana Araújo e sua família Guilherme Zagallo, Ângelo e Sofia** pelo acolhimento, pelo amor compartilhado e pelo grande presente que significa a amizade de vocês para mim e minha família.

A amiga **Solange** pela amizade e transcrição das entrevistas de campo.

A **Rosivalda Pereira**, por sua colaboração e disponibilidade na correção normativa desta Tese. Muito obrigada!

A **Marcela Vecchione**, por sua amizade, os livros emprestados e sua colaboração na tradução do resumo em inglês. Muito obrigada!

A querida **Eliete Solano e Paulo Valente**, por aceitarem fazer a leitura, correção gramatical e ortográfica da Tese, com responsabilidade, paciência e dedicação.

Aos companheiros e educadores renitentes da **FASE Amazônia, Aldebaran Moura, João Gomes, Guilherme Carvalho, Marcela Vecchione e Marcos Mota** pela oportunidade de debates profícuos em oficinas, palestras e pelos materiais cedidos.

Aos colegas de Curso da UnB **Eduardo Gomor, Camila Pereira, Marco Antônio, Micheli Burginski, Albertina Chambe, Cecília Paiva, Conceição Alves, Silvana Araújo, Marjorie Chaves, Jarbas Cunha, Fabiana e Fábio Felix**, pela troca de experiência e amizade compartilhada!

A **Domingas Carneiro**, por sua acolhida, preocupação e profissionalismo frente a Secretaria de Pós Graduação do Serviço Social da Unb. Agradeço por me acompanhar nesses anos no departamento, no mestrado, depois como professora substituta e agora no doutorado. Receba meu carinho e gratidão!

Aos Colegas acadêmicos do **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará**, pelos profícuos debates ensejados e pela oportunidade de troca de conhecimentos.

A **Neidinha**, pessoa solidária e de muita garra, que cuidou de mim e do Artur quando ficamos em Brasília.

A **Conceição Alves**, pelos ricos momentos de troca, debate e amizade permanente.

Ao amigo **Fábio Felix**, que sempre ajudou nas reflexões e elaborações críticas. Tua militância incansável na luta por uma sociedade tolerante e socialmente justa, motiva a todos (as) que têm a oportunidade de conviver contigo.

Às companheiras do **Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS)**, minha gratidão pela acolhida, orientações, indicações, reflexões e afetividade, minha gratidão à **Antônia Melo, Maria Helena Silva, Mônica Brito Soares**. Mulheres sinônimo de luta e resistência!

À **Thais Santi**, promotora do Ministério Público em Altamira, por ter aberto sua agenda e oportunizar excelentes reflexões acerca das violações do direito dos povos da Amazônia. Sua forma de olhar a realidade, também assume uma feição de resistência por dentro do poder público.

A **Luan Sidônio**, por sua ajuda na pesquisa e por sua especial amizade.

Aos meus companheiros de Luta professores (as) da Universidade do Estado do Pará- UEPA, **Ana Conceição Oliveira, Anderson Maia, Antônio Sérgio Carvalho, Afonso Delgado, Airtor Reis, Benedito Ely Valente, Jairo Nascimento, Lana Macedo, Marize Duarte, João Luiz, Seidel Santos, Tiago Vaz, Venize Rodrigues**, por preservarem o respeito as diferenças e na unidade, buscarem de forma combativa a construção de uma Universidade pautada pelo diálogo e pelo respeito à pluralidade das concepções - que tornam o ambiente da academia saudável e desafiador. Sou um pouco e faço parte dessa luta, que assume especial sentido quando compartilhada com todos (as), meus colegas e referência de educação libertária.

“Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.”

(Bertolt Brecht).

RESUMO

LUTAS SOCIAIS E RESISTÊNCIAS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE: a Amazônia no cenário da mundialização do capital.

O objeto desta Tese, são as lutas sociais e resistência dos movimentos sociais na área de influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM), na Amazônia Paraense. As mobilizações políticas dos movimentos sociais tencionam o Estado brasileiro, todavia, não eliminam de sua base conservadora a perspectiva de integração ao grande capital. Verdum (2007) reforça que os investimentos governamentais centram-se nas obras de infraestruturas as quais induzem à expansão fronteiriça do capitalismo às regiões, impondo uma dinâmica diferenciada aos seus habitantes. Tal lógica balizou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a política energética brasileira que sintoniza-se com a integração econômica dos países da América do Sul, com vistas à formação de um bloco econômico do sul. É nesse contexto que se situa a UHEBM, projeto do governo militar, resgatado após 30 anos pelo governo de coalizão do Partido dos Trabalhadores. A pesquisa abraça o método materialista histórico-dialético cujas categorias ontológicas são apreendidas a partir de sucessivas aproximações (NETTO, 2011), que nesse contexto percorre as relações sociais que expressam as lutas sociais dos movimentos sociais de resistência que dão vida ao objeto. O recorte temporal da Tese foi de 2011 a 2015. Realizou-se entrevistas com representantes dos movimentos sociais, cujos dados foram interpretados à luz da análise de conteúdo (TRIVINOS, 1987). A tese conclui que a resistência das lutas e forças sociais se expressam a partir da pluralidade de sujeitos e grupos sociais, que contornam o desenho social aproximado desses movimentos de resistência. Conforme suas práticas políticas, uns segmentos assumem lutas mais específicas, emergenciais e outros desenvolvem ações concernentes as demandas objetivas, mas que também articulam demandas universais, ainda que seja no marco legal do Estado. Neste campo de forças heterogêneas, a resistência é estruturante, pois forja o agendamento público da questão, denunciando para a sociedade o projeto energético brasileiro, que representa uma das facetas de mundialização do capital sobre os territórios, que ameaça o projeto civilizatório de humanidade.

Palavras-chave: Lutas sociais e Resistências. Forças Sociais. Movimentos Sociais. Estado. Mercado

ABSTRACT

SOCIAL STRUGGLES AND RESISTANCES IN THE BELO MONTE HYDROELECTRIC PLANT IMPACT AREA: the Amazon under the globalization of capital scenario.

Social struggles and the social movements resistance in the city of Altamira, state of Para, in the Brazilian Amazon, to the Belo Monte Hydroelectric Plant (UHEBM, Portuguese acronym) are the object of study in this dissertation. Even if social political mobilizations have put the Brazilian state under scrutiny and up to public opinion questioning, they were not able to eliminated of the very State conservative basis its burgeoning integration to the capitalist companies, actors and system. On that note, Verdum (2007) stresses that governmental investments concentrate on infrastructural projects that have been leading to the expansion of the capitalist frontiers onto localities and communities, impinging an external dynamics on its inhabitants. Such logics is tangential to the Growth Acceleration Program (Programa de Aceleração do Crescimento) and is central to the Brazilian Energy Policy that aims at the South America regional economic integration. Although the UHEBM is a project created during the Military Government, recovered by the Workers` Party coalition government, it stands within the economic and infrastructural integration context. The research relied on the historical materialism methodology which ontological categories are provided by successive approximations to the object (NETTO, 2011) that in the studied context relates to the social relations pervasive to what materializes as the social movements resistance. The research was conducted between 2011 and 2015 through interviews with social movements activists. The data was interpreted in light of the social content (TRIVINOS, 1987). The dissertation concludes that resistance present in social forces and struggles are expressed by a variety of social subjects and groups that end up showing what we can call an approximate social design of the social resistance movements. This means that according to their political practices, some groups take up specific and emergent agendas, whereas others, while still looking at more objective demands, also articulate around universal demands, even with the State representing the legal benchmark of reference. Within a field of heterogenous social forces, resistance is structural as it puts the matter on the public agenda by denouncing the Brazilian energetic project as representing one of the many faces of capitalism world expansion on the territories, a movement that threatens humanity as a civilizational project.

Keywords: Social struggles and resistances. Social forces. Social movements. State. Market.

RESUME

La thèse qu'on va lire fait l'analyse des luttes des mouvements sociaux autour de l'usine de Belo Monte (UHEBM) dans la région amazonienne de l'unité fédérative du Pará. Il y a une tension dans l'Etat brésilien à cause des mobilisations politiques des mouvements sociaux qui, malgré sa base conservatrice, maintient une perspective d'intégration au grand capital. Verdum (2007) montre que les investissements gouvernementaux prioritaires sont faits en infrastructure qui permettent une expansion hors frontières aux régions. C'est dans ce sens que naît le Programme d'Accélération de la Croissance (PAC) et la politique d'énergie brésilienne. Cette politique cherche à intégrer les pays sud américains pour faire un bloc. L'UHEBM se situe dans ce contexte et est un produit d'un projet militaire des années 1975 qui a été mis en œuvre pour le Parti des Travailleurs. La recherche est fondée sur la méthode matérialiste-dialectique et utilise des catégories ontologiques d'après des approximations successives (NETTO, 2011) pour cerner les luttes et les mouvements sociaux de résistance. La période de recherche comprend 2011 à 2015. On a fait des entretiens avec les représentants de ces mouvements et on les a interprétés selon l'analyse du contenu (TRIVINOS, 1987). La thèse soutient que les luttes et les forces sociales de résistance au capital sont le produit d'une pluralité des sujets et des groupes variés. Etant donné cette pluralité on va trouver des groupes qui aient des demandes spécifiques et d'autres des demandes plus générales. En ce sens, les forces et contre forces sociales dénoncent le projet énergétique brésilien comme obéissant au procès de mondialisation qui menace le peuple.

Mots Clés: Luttes sociales et résistances; Forces sociales; Etat; Marché

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da América Latina	50
Figura 2 – Mapa Geofísico da PanAmazônia.....	104
Figura 3 – Mapa Geofísico da Amazônia Legal.....	134
Figura 4– I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, Altamira, PA, 1989	158
Figura 5– Imagem aérea das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte	160
Figura 6 – Municípios afetados pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte	161

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Investimento Infraestrutural do PAC 1	148
Gráfico 2 – Faixa etária dos entrevistados	186
Gráfico 3 – Nível de escolaridade entrevistados	187
Gráfico 4 – Naturalidade / origem dos entrevistados	188
Gráfico 5 – Auto declaração de etnia	189
Gráfico 6 – Atividades laborais	189
Gráfico 7 - Atividades exercidas no Movimento e/ou Instituição	193
Gráfico 8 - Parcerias e Cooperações estabelecidas com o Poder Público	222
Gráfico 9 - Parceria e Cooperação com Poder Público Estadual	223
Gráfico 10 - Parceria e Cooperação com Poder Público Municipal	223
Gráfico 11 - Parceria e Cooperação com Instituições Privadas	224
Gráfico 12 - Captação de recursos	226
Gráfico 13 - Participação no Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX)	229

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Logística Transporte – Aeroportos de passageiros	122
Quadro 2 – Logística Transporte – Portos e Terminais de Carga.....	123
Quadro 3 - Logística Transporte – Ferrovia.....	126
Quadro 4 – Logística Transporte – Rodovia Federal.....	127
Quadro 5 – Escala dos conceitos aplicados ao IDH.....	130
Quadro 6 – Dados IDH – Região Sul	130
Quadro 7 – Dados IDH – Região Sudeste.....	131
Quadro 8 – Dados IDH – Região Centro-Oeste.....	131
Quadro 9 – Dados IDH – Região Nordeste	132
Quadro 10 – Dados IDH – Região Norte	132
Quadro 11 – UHEs planejadas no PDE 2011-2020 na Amazônia Legal	143
Quadro 12 – Setores de investimento do PAC 2 no Estado do Pará.....	145
Quadro 13 - Investimento Infra estrutural do PAC 1.....	147
Quadro 14 - PAC 2 Usinas Hidrelétricas previstas para o Estado do Pará (2011 a 2014).....	150
Quadro 15 – Organizações entrevistadas	190
Quadro 16 – Lutas prioritárias dos movimentos sociais no contexto de Belo Monte	195
Quadro 17 - Abrangência das articulações dos movimentos sociais.....	197
Quadro 18 - Forma de participação nas discussões sobre a UHEBM.....	199
Quadro 19 - A Representação de Belo Monte e a concepção de desenvolvimento	201
Quadro 20 - As expectativas dos Movimentos Sociais em relação a UHEBM.....	203
Quadro 21 - Impactos Socioambientais causados pela UHEBM	204
Quadro 22 - A Norte Energia e o cumprimento das medidas condicionantes	205
Quadro 23 - Relação entre o poder público (federal, estadual e municipal) e a Norte Energia.....	208
Quadro 24 - A posição do poder público (Federal, Estadual e Municipal) frente às manifestações contrárias a Belo Monte.....	210
Quadro 25 - Antes de Belo Monte - acesso e estrutura da educação, saúde, segurança e habitação na Região.....	213
Quadro 26 - Organização, articulação e mobilização dos grupos sociais relativos à Belo Monte	217
Quadro 27 - Se a organização sofreu perseguições.....	220

Quadro 28 - Parcerias e cooperações estabelecidas com a Sociedade Civil e Organismos Internacionais	225
Quadro 29 - Avaliação do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS Xingu)	228
Quadro 30 - Espaços de concentração e intensificação das mobilizações sociais: considera avanços	230
Quadro 31 - Retrocessos e/ou os limites das lutas sociais e resistência	231
Quadro 32 - Perspectivas e desafios frente a Belo Monte	232
Quadro 33 - Se as lutas encapadas perseguem outros objetivos	234

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	-	Ação Civil Pública
ADCT	-	Atos das Disposições Constitucionais Transitórias
ALL	-	América Latina Logística
APP	-	Área de Preservação Permanente
BANPARÁ	-	Banco do Estado do Pará
BASA	-	Banco da Amazônia S/A
BID	-	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	-	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICs	-	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAF	-	Corporação Andina de Fomento
CCBM	-	Consórcio Construtora Belo Monte
CEBs	-	Comunidades Eclesiais de Base
CEF	-	Caixa Econômica Federal
CEMIG	-	Companhia Energética de Minas Gerais
CEPAL	-	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CGT	-	Confederação Geral dos Trabalhadores
CHEBM	-	Complexo Hidrelétrico de Belo Monte
CHESF	-	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIDH	-	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIMI	-	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	-	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG	-	Confederação Geral dos Trabalhadores da Agricultura
COPEL	-	Companhia Paranaense de Energia
CORAMA	-	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPE	-	Conselho Nacional de Política Energética
CPT	-	Comissão Pastoral da Terra
DC	-	Depois de Cristo
DEOPS	-	Departamento de Ordem Política e Social
DNIT	-	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOI	-	Departamento de Operação e Informação
EDF	-	Neenergia, Electricité de France
EIA	-	Estudos de Impactos Ambientais

ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A

ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A

FAPESPA- Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

FGTS - Fundo de Amparo ao Trabalhador

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FJP - Fundação João Pinheiro

FMI - Fundo Monetário Internacional

FMS - Fórum Social Mundial

FONPLATA - Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Prata

GE - General Electric

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IIRSA - Integração das Infra-estruturas Regionais Sul-Americanas

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LI - Licença de Instalação

LO - Licença de Operação

LP - Licença Prévia

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEB - Matriz Energética Brasileira

MOVA - Movimento de Alfabetização de Adultos

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MXVPS - Movimento Xingu Vivo para Sempre

OCI - Organização do Comércio Internacional

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONG - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

OP - Orçamento Participativo

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PBA - Plano Básico Ambiental

PBA-CI - Plano Básico Ambiental – Componente Indígena

PBF	-	Programa Bolsa Família
PDE	-	Plano Decenal de Energia
PDRS	-	Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável
PETI	-	Programa de Erradicação de Trabalho Infantil
PGC	-	Programa Grande Carajás
PIB	-	Produto Interno Bruto
PIN	-	Plano de Integração Nacional
PNAD	-	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	-	Plano Nacional de Energia
PNUD	-	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	-	Plano Plurianual
PSDB	-	Partido da Social Democracia Brasileira
PSF	-	Programa Saúde da Família
PT	-	Partido dos Trabalhadores
RIMA	-	Relatórios de Impactos Ambientais
SAE	-	Secretaria de Assuntos Econômico
SEGUP	-	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará
SPE	-	Sociedade de Propósito Específico
SUDAM	-	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TI	-	Terras Indígenas
UHEBM	-	Usina Hidrelétrica de Belo Monte

SUMÁRIO

Capítulo 1 - INTRODUÇÃO	21
1.1 Contextualização e delimitação do problema de pesquisa	21
1.2 Justificativa	25
1.3 A metodologia de pesquisa	26
1.3.1 A questão do método.....	26
1.3.2 Procedimentos metodológicos.....	27
Capítulo 2 - ESTADO CAPITALISTA E ACUMULAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: ELEMENTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS	36
2.1 Elementos para a análise da acumulação do capital e o papel do Estado Burguês	40
2.2 América Latina: a atuação do Estado no contexto da acumulação do capital ...	48
2.3 Neoliberalismo no Brasil e a expansão capitalista	58
2.4 Sociedade civil, movimentos sociais, lutas sociais e resistências na contemporaneidade brasileira	82
Capítulo 3 - A INFRAESTRUTURA FÍSICA E SOCIAL DO ESTADO BRASILEIRO PARA O CAPITAL NA TERRITORIALIDADE AMAZÔNICA	100
3.1 Colonização versus descolonização: o modelo de ocupação e o contraponto das resistências e lutas sociais no território Amazônico	102
3.2 O avanço do capital estrangeiro chancelado pelo Estado Brasileiro: o discurso do desenvolvimento imputado à Amazônia Paraense	111
3.3 Amazônia Paraense província de exploração de energia: O PAC na Amazônia e a política energética para a Região	135
Capítulo 4 - AS LUTAS SOCIAIS NA AMAZÔNIA PARAENSE: A RESISTÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS À CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE	155
4.1 Os aspectos jurídicos e socioambientais provocados pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na Região do Xingu	156
4.2 O desenho social dos Movimentos que articulam as lutas sociais de resistência à Usina Hidrelétrica de Belo Monte	184
4.3 As lutas sociais e o processo de resistência: a relação Estado e Mercado na ótica dos movimentos sociais no contexto de Belo Monte	198

4.3.1	Lutas Sociais e resistências na área de influência de Belo Monte: a luta permanente por direitos	215
Capítulo 5 - CONCLUSÃO	236
REFERÊNCIAS	236
APÊNDICE	255
ANEXOS	259

Capítulo 1 - INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e delimitação do problema de pesquisa

O exame crítico do objeto deste estudo exige uma análise do projeto desenvolvimentista do capitalismo global e as mazelas que ele provoca nas relações sociais das populações que habitam os territórios escolhidos para se implantar as grandes obras. As diferentes fases do desenvolvimentismo são intrínsecas às transformações do Estado que, nessa relação, vem dar sustentabilidade para fundamentar o princípio da lógica da acumulação capitalista e seu processo de mundialização no contexto da América Latina e em especial no Brasil.

Nesta direção, a lógica do desenvolvimentismo precisa ser interpretada entendendo que a América Latina não se constitui em um todo homogêneo. Os projetos societários, tanto do ponto de vista desenvolvimentista como das diferentes formas de resistência a este modelo, perpassam o tecido político do continente latino-americano que não se constitui harmonicamente.

Muito embora no contexto brasileiro as mobilizações sociais e políticas dos movimentos sociais tenham tensionado o Estado brasileiro, este não eliminou de sua base conservadora um projeto de crescimento e desenvolvimento para o Brasil com uma perspectiva de integração ao grande capital. Esse projeto hegemônico se engendrou nos programas governamentais de desenvolvimento regional ancorado na perspectiva desenvolvimentista, e sob essa lógica a Amazônia Paraense foi pensada.

As grandes obras e projetos do capital fazem parte da proposta de desenvolvimento e crescimento para o Brasil e com alcance para América Latina. Tais projetos impõem contraditórias regras que colidem com os valores ambientais e sociais da humanidade. Com base em Verdum (2007), entende-se que a racionalidade hegemônica do sistema capitalista impõe uma dinâmica relacional global a todos os países e blocos que fazem adesão ao referido sistema. Portanto, a criação de uma estratégia que possibilitasse a “integração” geoeconômica foi fundamental para garantir patamares de competitividade no mundo global e assim foi criada a **Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americanas (IIRSA)**:

A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) é um mecanismo institucional para a coordenação intergovernamental das ações dos 12 países sul-americanos, com o objetivo de construir uma agenda comum para impulsionar projetos de integração de infraestrutura em energia, transportes e comunicações. (BRASIL, 2012?).

Os líderes dos países latinos avaliaram como estratégia econômica estabelecer uma pactuação capaz de credenciar tais países no grande jogo do capital e após o consenso entre esses países, foi criada em 2007 a IIRSA, que, sob o mote de alavancar o desenvolvimento econômico capitalista para América Latina em uma perspectiva sinérgica, balizou a construção da política pública brasileira, sobretudo a econômica.

Nesta mesma direção, Verdum (2007) reforça que a lógica que instrui a prioridade dada aos investimentos nas grandes obras de infraestruturas induzem à expansão fronteiriça política, geográfica e econômica do capitalismo para as regiões consideradas marginalizadas, recônditas, impondo uma dinâmica diferenciada à região e, conseqüentemente, aos seus habitantes.

Com este raciocínio, Rodrigues (2012), afirma que a IIRSA é uma ação imperiosa e um instrumento de poder estratégico, e que, dado esse caráter da racionalidade hegemônica capitalista, não considera a geografia humana local, aprofundando os níveis de desigualdades sociais na Amazônia Brasileira. Para o autor, não se trata apenas de uma relação entre o bloco econômico latino-americano, mas de uma transnacionalização aportada pelas agências multilaterais que chegam à defesa dos projetos do capital, reiterando a dialética do desenvolvimento latinoamericano, cujos países se relacionam em blocos continentais nominados subdesenvolvidos versus desenvolvidos com assimetria e pouca margem de autonomia ao continente latino.

Essa lógica determinou a concepção de integração e desenvolvimento econômico que permeia a política econômica brasileira, a qual, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, imprimiu a responsabilidade governamental em alavancar o desenvolvimento, impondo uma lógica geossocial diferenciada, sobretudo nas áreas concebidas de difícil acessibilidade e logística e consideradas não e/ou pouco habitadas e desenvolvidas.

Deste modo, sua feição desenvolvimentista destaca a esfera econômica, haja vista o nível de distribuição dos investimentos e recursos públicos da monta de R\$ 503 bilhões para o período de 2007 a 2010. Nesta política, os eixos da cadeia produtiva que foram priorizados e dinamizados foram os setores de logística, **produção de energia**, transporte e comunicação, setores esses pactuados pela IIRSA e que são estratégicos para os empreendimentos monumentais nessa dialética do capital.

Para o Estado do Pará, os recursos do PAC 2, com execução no quadriênio 2011/2014 foi de R\$ 92,57 bilhões, sendo que à área de **Energia**, que abrange geração e transmissão de energia elétrica, petróleo, gás natural, combustíveis renováveis, geologia e

mineração, foi destinado R\$ 50.799,31 desse montante, valor que praticamente dobra em relação às demais áreas que compõem as políticas públicas e sociais.¹

É nesse contexto que se situa a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte (UHEBM), projeto do governo militar, resgatado após 30 anos pelo governo de coalizão do Partido dos Trabalhadores, demarcado a partir dos primeiros estudos efetivados pelo corpo de técnicos da autocracia militar em 1975 - retoma em 2005, e neste, passa a ser denominado de Complexo Hidrelétrico de Belo Monte (CHEBM), e toma formato final em 2011 nos governos de Dilma Rousseff (2011-2017), quando foi dado início a execução da usina, sob intensos protestos dos movimentos sociais (RODRIGUES, 2012).

A lógica que orienta a construção de Belo Monte reitera a dialética do desenvolvimento latinoamericano em que pese a dependência e superexploração. A Região Amazônica Paraense, sua territorialidade e riquezas, fornece os produtos primários, como ferro, bauxita, boi, madeira, energia. Essa engenharia não processa autonomia social e nem econômica para o território Amazônico e apenas reforça o caráter colonizador que historicamente se impõe à região.

A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM) fica situada na Região Oeste do Pará, a aproximadamente 900 quilômetros da capital Belém no município de Vitória do Xingu. Todavia é no município de Altamira que se concentram as infraestruturas de serviços que atendem as demandas do empreendimento. Segundo dados do censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Altamira, é o maior município da Região, e possuía cerca de 100 mil habitantes. Os mais afetados pelo empreendimento são onze municípios, dez territórios indígenas e vinte e uma comunidades quilombolas. (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2010).

A partir desta contextualização, delimita-se o *objeto de estudo desta pesquisa*, que consiste nas lutas sociais e resistência dos movimentos sociais na área de influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, não obstante a criminalização desses movimentos e o processo de cooptação dos grupos sociais presentes na territorialidade da Amazônia Paraense.

Para responder provisoriamente à problemática contida no objeto de estudo, levanta-se as seguintes *hipóteses de trabalho* que se inter-relacionam:

1 - Tendo em vista a diversidade dos sujeitos que estão envolvidos e presentes na territorialidade que abrange a grande obra, não se observa na base da organização social dos grupos, ponto pacífico em relação à aceitação do empreendimento de produção de energia,

¹ Brasil (2012). Valores estimados para o período de 2011 a 2014 e após 2014.

visto que, alguns grupos sociais lutam minimamente pela garantia das medidas condicionantes previstas em lei e apontadas nos Estudos de Impactos Ambientais e Relatório de Impactos Ambiental (EIA/RIMA), e, por outro lado, grupos sociais que radicalizam e não consideram o empreendimento consumado e, que por isso, organizam-se e exercem ações de resistência a Belo Monte em favor da luta para viver no território.

2 - O poder público, por meio do Governo Federal, tem demonstrado enfaticamente interesses na realização da construção da usina UHEBM, de tal maneira que este é o maior financiador da obra. Assim, as relações vêm se constituindo de forma tensa e contraditória entre Governo Federal e aos representantes dos movimentos sociais. Neste processo, prevalecem relações de cooptação de segmentos dos grupos sociais, e quando essa tática não se consolida, o Estado age por meio de ações coercitivas, criminalizando a luta e, conseqüentemente, os grupos sociais que a encampam.

3 - É possível que as lutas sociais oriundas do processo de resistência à Belo Monte, tragam sementes de novas formas sociais de convivência do homem com a natureza, prevalecendo nessa relação a supremacia humana em detrimento do grande capital. Assim, o aprofundamento e a radicalização dessas lutas sociais na Amazônia vão ao encontro de um projeto societário cuja emancipação humana garanta a soberania popular, opondo-se frontalmente ao projeto político do capitalismo de reiteração do desenvolvimento do subdesenvolvimento e conseqüentemente, a dependência.

Para conduzir o caminho da pesquisa, iluminar o objeto de estudo e suas hipóteses, apresenta-se as seguintes *questões de partida*: *i* - as lutas sociais exercidas pelos movimentos sociais se configuram uma unidade de resistência à Belo Monte ou a criminalização e cooptação dos movimentos sociais prevalecem nessa relação?; *ii* - quem são esses sujeitos coletivos que se organizam, enfrentam e resistem à Belo Monte?; *iii* - quais são os projetos societários que hegemonicamente dão direção política às lutas sociais neste campo?

O percurso de pesquisa persegue os seguintes **objetivos**:

Geral: Realizar estudo analítico-crítico das lutas sociais e resistência encampada pelos movimentos sociais frente às grandes obras do capital na Amazônia paraense – que trazem conseqüências socioambientais irreversíveis – cuja unidade de análise corresponde a área de influência da Usina hidrelétrica Belo Monte.

Deste, desdobram-se os objetivos específicos, conforme segue: *i* - Realizar um levantamento situacional dos aspectos legais, ambientais e sociais em parte dos municípios afetados pelas obras da Hidrelétrica Belo Monte, tendo em vista as tensões e os conflitos

ocasionados pelo empreendimento; *ii* - Analisar criticamente o Programa de Aceleração do Crescimento PAC destinado à Amazônia Paraense, tendo como referencial de análise a matriz da política energética brasileira; *iii* - Avaliar qualitativamente a relação que se estabelece entre o Comitê Gestor, os movimentos sociais, poder público e a Norte Energia; *iv* - Realizar um mapeamento dos movimentos sociais e suas representações, instituições e os sujeitos sociais que articulam as lutas sociais de resistência à Belo Monte; *v* - Sistematizar as práticas sociais e políticas dos movimentos sociais que lutam contra Belo Monte tendo em vista a projeção da organização social vindoura dos movimentos de resistência.

1.2 Justificativa

A temática da defesa de direitos tem sido uma constante na trajetória acadêmico-profissional desta pesquisadora e o contato com a realidade de Belo Monte se deu no primeiro semestre de 2011 quando se realizou um estudo dos casos emblemáticos das hidrelétricas de Jirau em Rondônia e Belo Monte no Pará, coordenado pelo Grupo de Pesquisa sobre Tráfico de Pessoas, Violência e Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes (VIOLES). O estudo desvelou² a ausência do poder público no que diz respeito à defesa dos direitos sociais do segmento infanto-juvenil e, conseqüentemente, trouxe inquietações, como, ocorrências de exploração sexual de crianças e adolescentes, violação das populações tradicionais, dentre outros.

Soma-se a essa trajetória a vivência acadêmica no processo de doutoramento, mais especificamente na realização da disciplina Movimentos Sociais, Poder Político e Cidadania que provocou a reflexão da importância de trazer à luz as práticas sociais e políticas dos movimentos sociais que resistem à Belo Monte, numa perspectiva analítica de contribuição à sistematização teórico-metodológica do processo de organização e luta, bem como a possibilidade de contribuição para perspectivas vindouras ao processo de resistência que vem se dando na Região Amazônica Paraense.

A pesquisa também se dá pela atualidade, relevância social e acadêmica de estudo no campo dos movimentos sociais na Região. Por isso, as questões provocadas pelos movimentos sociais atuantes na região da UHEBM desafiam e demandam maior

² O estudo compôs a Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que é uma ferramenta de gestão pública que tem por finalidade diagnosticar a oferta de programas e ações das Políticas Públicas e sociais, de forma Intersetorial, sob a égide da universalidade, igualdade, diversidade, municipalização e da democracia participativa, visando à garantia dos direitos sociais de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual (MATRIZ, 2011).

aprofundamento teórico e crítico da academia.

Tendo em vista os marcos legais (ambiental e social) do empreendimento, observam-se sérias contradições, pois é fato que as medidas preconizadas pela Constituição Brasileira de 1988, nos artigos nº 231, estão sendo negligenciadas no tocante aos direitos das populações indígenas, sua cultura, a demarcação de suas terras; ao artigo nº. 216 da proteção ao patrimônio ecológico; à previsão de garantias de preservação ambiental; e ao artigo nº 68 - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que dispõe sobre o reconhecimento dos direitos das populações remanescentes dos quilombos.

Esse quadro preliminar do projeto hidrelétrico de Belo Monte, denuncia a ilegalidade e inconstitucionalidade da obra.

Como todo processo é contraditório, formas alternativas de resistência se configuram na aurora dos movimentos sociais, que se afirmam a partir de suas lutas históricas, as quais são potencializadas a partir de mecanismos institucionais como também a ampliação e agregação de diversos sujeitos coletivos, seja na estrutura do Estado, dos organismos internacionais, das organizações não governamentais, no meio artístico, seja entre as populações tradicionais, que acumulam forças e desafiam a adentrar esse universo amazônico paraense de lutas sociais e resistência.

Por fim, dado a magnitude impositiva do empreendimento autocrático energético atender à racionalidade hegemônica capitalista, e ameaçar a soberania popular - urge a necessidade de mais estudos que analisem e problematizem a viabilidade social das grandes obras econômicas na Amazônia Paraense, tendo por princípio a primazia humana e não a do capital; portanto, está na base dessa trajetória acadêmica, o compromisso de seguir na militância da pesquisa que se configura como um instrumento de luta e de resistência.

1.3 A metodologia de pesquisa

1.3.1 A questão do método

A pesquisa abraça o método materialista histórico-dialético considerando as categorias ontológicas de análise da realidade que são apreendidas a partir de sucessivas aproximações no sentido do desvelamento da aparência fenomênica do objeto de pesquisa, tendo por fim a captação aproximativa da essência do objeto (NETTO, 2011), que, nesse caso, percorre as relações que expressam as lutas sociais dos movimentos sociais de resistência que dão vida ao objeto. Logo, ao mesmo tempo em que é objeto, o mesmo é sujeito, na medida em

que está se tratando de relações sociais. Neste sentido, a incursão no universo amazônico deve respeitar as suas particularidades e requer o acolhimento de categorias de análise orientadas e colhidas na realidade social. Assim, problematiza Marx, ao tratar do método dialético:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação [...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao **concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento** para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é **de modo nenhum** o processo da gênese do próprio concreto (MARX, 1978, p. 116-117, grifo do autor).

Nessa direção, Netto (2011) enfatiza que o método não deve ser um conjunto de regras formais e rígidas, este se vale do movimento da realidade, em suas múltiplas determinações e da aproximação sistemática e contínua do objeto de estudo, o qual está colocado em um contexto social, histórico, político e econômico. Portanto, o grande desafio do método da pesquisa social com enfoque crítico é entender, analisar e captar essas múltiplas determinações que permeiam o processo de pesquisa.

1.3.2 Procedimentos metodológicos

O propósito da pesquisa revela sua dimensão qualitativa, pois essa perspectiva é capaz de captar as intensidades fenomênicas do real em suas múltiplas determinações presentes no cotidiano Trivinos (1987) ajuda neste esforço, ao abordar que a pesquisa com enfoque qualitativo, tem o ambiente como fonte por excelência dos dados e o pesquisador é um sujeito importante nesse processo. Assim, a pesquisa se constituiu em um processo de estudo que ocorreu em etapas complementares, numa relação bidimensional que tornou exequível sua realização.

a) *Revisão bibliográfica*

Segundo Laville e Dionne (1999), a pesquisa impescinde de um domínio teórico possível por meio da revisão da literatura, a qual expressa um percurso crítico. Portanto, realizou-se a seleção, análise e fichamento de textos – de onde as informações foram sendo extraídas destacando as categorias, os conceitos, os dados históricos - de autores pesquisadores das interfaces com a temática das áreas da economia política que analisam o Estado e capital; movimentos sociais e lutas sociais; política social; direitos sociais; estudiosos da Amazônia, bem como, autores da área de metodologia da pesquisa social. Essa trajetória de pesquisa possibilitou um embasamento teórico e crítico, necessários ao processo de construção do conhecimento.

b) *Seleção e análise documental*

Realizou-se pesquisa de fontes secundárias, tais como, livros, artigos, jornais, visitas a sites oficiais e de Organizações Não governamentais (ONGs), consultas a documentos oficiais relacionados ao objeto de estudo, quais sejam: Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, Licenças ambientais, Licença Prévia (LP); Licença de Instalação (LI) e Licença de Operacionalização (LO) do Instituto Brasileiro de Meio de Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Relatório de instituições governamentais e não governamentais; protocolos de serviços destinados à comunidade; edital de licitação do Ministério de Minas e Energia; Ações Cíveis Públicas do Ministério Público Federal, leis, decretos, relatórios do PAC 1 e 2; plano plurianual; dados oficiais referentes ao empreendimento, documentos do Conselho Gestor, jornais, dentre outros que foram surgindo no processo de investigação e que constam das referências bibliográficas desta tese.

c) *Buscas ativas nos sites governamentais e não Governamentais e mídias sociais.*

Foram realizadas pesquisas nos ambientes do *siberespaço*, tendo em vista a captura de dados e informações: nos sites do Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS); Instituto Socioambiental (ISA), etc. Sites governamentais (federal, estadual e municipal), Ministério do Orçamento e Planejamento, Banco da Amazônia, Superintendência da Amazônia (SUDAM), Prefeitura de Altamira, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Supremo Tribunal Federal (STF), dentre outros.

d) *Pesquisa em jornais.*

Realizou-se pesquisa na imprensa, considerando a análise da organização cronológica da linha do tempo, uma vez que esses meios produzem informações mais atualizadas, não obstante o caráter pouco aprofundando e mais informativo desse tipo de mídia. Assim, foi realizada consulta aos jornais: Folha de São Paulo, O Estadão de São Paulo, Diário do Pará, O Liberal, Jornal do Brasil, Jornal Pessoal e jornais de circulação internacional, jornal El país, etc.

e) *Delimitação da Pesquisa de Campo.*

e.1) Delimitação do lócus de pesquisa

O recorte temporal da pesquisa sobre Belo Monte foi delimitado pelo início da obra em 2011 até o primeiro semestre de 2015, que correspondeu a perspectiva de finalização

da tese, conforme exigência do Programa de Pós Graduação da UnB, e também pela previsão do início do funcionamento da usina hidrelétrica, o que de fato só veio a ocorrer em abril de 2016.

O *locus* da pesquisa de campo se concentrou na Região Oeste do Pará, e concentrou-se especificamente em três cidades por limitação desta pesquisadora em não poder abarcar todos os onze municípios de influência da UHEBM. Assim, as entrevistas de campo foram realizadas em Altamira, Vitória do Xingu (cidade onde se localiza o empreendimento) e Senador José Porfírio, localidades mais próximas da usina. Ressalte-se que uma entrevista foi realizada em Brasília, por ocasião do seminário internacional sobre “Os impactos dos Projetos Econômicos e o Extermínio de culturas: Energia e Mineração em Terras e Rios dos Povos Originários”, no qual um dos entrevistados participou, na qualidade de palestrante.

f) *Sujeitos de pesquisa*

A pesquisa de campo contou com a colaboração de *vinte entrevistados* de *dezesseis instituições*. Inicialmente, realizaram-se contatos prévios mediados por técnicos e ativistas da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação (FASE) e o Fórum da Amazônia Oriental (FAOR),³ com vistas à sensibilização dos sujeitos e instituições quanto ao objetivo e relevância da pesquisa. Com estes, realizou-se a aplicação do instrumental piloto, objetivando o ajuste do instrumental de pesquisa. Cumprida tal etapa, realizaram-se contatos por email e telefônico, com as entidades representantes dos movimentos sociais.

A escuta e interlocução com os vários sujeitos envolvidos no processo de pesquisa, permitiu uma visão mais ampliada e contatos, oportunizada pelas diferentes inserções e visões dos sujeitos de pesquisa, o que mostrou-se um desenho complexo e dinâmico. Neste sentido, os critérios de escolha dos entrevistados foi se dando no processo que, de forma aleatória, foi obedecendo a direção que a pesquisa apontava. Procurou-se garantir que fosse uma base diversificada de representantes dos movimentos sociais, que tivessem um trabalho e/ou trajetória referenciada e reconhecida na Região.

Outro ponto importante que contribuiu para o critério de seleção dos entrevistados, foi a disponibilidade da agenda, a receptividade e abertura para o diálogo com a interlocutora da pesquisa, uma vez que a entrevista tinha duração de cerca de uma hora e vinte minutos e houve entrevistas que duraram duas horas e meia. Portanto, exigia disponibilidade e sensibilidade para aceitar o processo de entrevista.

³ A FASE e o FAOR, são organizações não governamentais que trabalham com entidades populares e segmentos dos movimentos sociais na questão da educação popular e formação política. São entidades com bastante capilaridade na Região que abrange a Amazônia Legal e que mobilizam articulações nacionais e internacionais.

Todas as entrevistas foram previamente agendadas e realizadas em dois períodos e anos distintos, e isso foi importante tanto para o amadurecimento da pesquisadora, como perceber, também, a trajetória das lutas sociais na medida em que o projeto, avassaladoramente avançava e as lutas se acirravam. Os períodos das visitas à Região foram de 06 a 13 de novembro de 2014, com estadia de sete dias e no período de 22 a 30 de janeiro de 2015, com estadia de oito dias.

No caso específico dos grupos indígenas, das aldeias localizadas no município de Vitória do Xingu - que foram duramente impactados pelas obras da UHEBM, Aldeias Paquiçamba e Aldeia Boa Vista do quilômetro 17 da Rodovia Transamazônica, ambos da etnia Juruna - só foi possível a realização das entrevistas pela mediação das militantes do MXVPS.

Destaca-se que algumas entrevistas só foram possíveis com a mediação de militantes dos movimentos sociais – as componentes do Movimento Xingu Vivo para Sempre, foram acolhedoras, solícitas e fundamentais no apoio e nos contatos com os outros grupos sociais, na articulação das agendas de entrevistas e participação de reuniões nas cidades de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio.

No ato de todas as entrevistas, realizou-se a leitura do Termo de Livre Consentimento, constante no cabeçalho do instrumental (vide anexo nº 1), o qual explicitava o objetivo do estudo, bem como a assunção da responsabilidade da pesquisadora no tratamento ético dos dados e questões oriundas das entrevistas, bem como o sigilo e resguardo dos nomes dos sujeitos entrevistados, considerando que o interesse do estudo é pelos dados da realidade e não a personificação dos sujeitos de pesquisa.

g) *Anotações de campo*

As anotações de campo, por meio de um diário de campo, privilegiaram um registro descritivo e crítico, apreendendo as expressões, falas, ações dos sujeitos de pesquisa mediado pela técnica da **observação livre**, o qual permitiu a abstração das relações sociais em um contexto mais amplo, sem perder de vista suas especificidades, determinações, contradições e dinamismos. Concorde-se com Triviños que “**Anotações de Campo** [...] são consideradas tão delicadas que merecem destaque maior, análise mais detida para colocar em relevo suas características” (1987, p.153, grifo do autor).

h) *Elaboração do instrumental de pesquisa*

Utilizou-se como instrumento de captação de dados, a entrevista cuja estrutura contou com questões abertas e semiabertas. O instrumental foi esculpido de acordo com o objeto de tese. Assim sendo, a estruturação do referido instrumental obedeceu os itens do

projeto de tese relacionadas às questões de partida e os objetivos geral e específicos. Trabalhou-se a entrevista semiestruturada, a partir da perspectiva defendida por Triviños,

Podemos entender por **entrevista semi-estruturada** em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, frutos de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, p. 146, grifo do autor).

Certamente, a entrevista é colocada em uma perspectiva ampla e dinâmica, que inclui e convida o entrevistado a ir construindo o conteúdo da pesquisa. Nesta direção, a elaboração do instrumental desdobrou-se em três eixos, quais sejam: eixo 1 - tratou da identificação e caracterização institucional com vistas a esquadrihar o desenho social dos movimentos sociais entrevistados; eixo 2 - focou os aspectos estruturantes com vistas a identificar como os sujeitos de pesquisa entendem a relação Estado versus mercado; eixo 3 – superestrutural, abordou-se questões correlatas ao coletivo heterogêneo que compõem a sociedade civil, buscando analisar a perspectiva e a compreensão das ações dos movimentos sociais, trajetória, orientação política, legados, desafios, dentre outros.

Ainda que o cuidado na elaboração do instrumental, cujas questões foram planejadas a partir dos objetivos de tese, e considerando a natureza do objeto, primou-se por uma abordagem qualitativa com ênfase na intensidade dos relatos, percepções, expressões e, que em alguns momentos das entrevistas, não foi possível seguir à risca o roteiro das questões de entrevista, considerando que o diálogo foi um meio que viabilizou a comunicabilidade, e, que, portanto, a perspectiva foi de aguçar o sujeito de pesquisa no sentido da valorização da liberdade das ideias e de expressão.

Assim sendo, considerando a dinâmica da realidade e a fluência do diálogo em algumas entrevistas, certas respostas ficaram em aberto, como também muitas abordagens foram para além das questões levantadas no instrumental, não se configurando o instrumental, como uma camisa de força e, sim, um meio para fomentar o diálogo, debates, percepções e a elaboração aproximativa da realidade. O local das entrevistas foi definido pelos sujeitos de pesquisa, sendo algumas entrevistas realizadas na sede do movimento, duas em aldeias indígenas e outras na residência do entrevistado.

i) *Análise e tratamento dos materiais e dados*

Todas as entrevistas foram realizadas pessoalmente por esta pesquisadora, cujos registros dos diálogos foram assinalados nos instrumentais, como também, utilizou-se de gravação de áudios, registros fotográficos, tendo em vista a fidelização das informações e

reflexões prestadas e compartilhadas, procedimento este feito em acordo com os entrevistados.

O tratamento dos dados se deu por meio da **análise de conteúdo** que apresentou três etapas básicas. A *pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial*. (TRIVIÑOS, 1987). A ênfase se deu na análise interpretativa, que externou os resultados alcançados no estudo; a fundamentação teórica que problematizou conceitos, categorias, documentos, leis; e na vivência acadêmico-profissional da pesquisadora.

Após finalização das entrevistas de campo, de volta à cidade de Belém, base de residência da pesquisadora, realizou-se as transcrições dos áudios das entrevistas, e, a partir das transcrições foram sendo identificadas, por meio da análise do material, as categorias e sistematização dos dados, cujo método de exposição se deram por meio da elaboração de quadros com os resumos-síntese das falas dos entrevistados e, ao lado, a interpretação-inferencial a partir do quadro teórico e empírico, elaborado por meio da **técnica de análise de conteúdo**.

Outro critério de análise do conteúdo, considerou a vivência empírica, possibilitada por meio da observação sistemática – este exigiu o registro do cotidiano de pesquisa – em um diário de campo; registros fotográficos⁴; elaboração de um vídeo fruto da realização de uma expedição fluvial pelo Rio Xingu, que durou cerca de 11 horas, saindo de Altamira, indo até a Aldeia Paquiçamba⁵ no município de Vitória do Xingu, onde já havíamos agendado uma entrevista com o Cacique da aldeia. Nesta foi impressionante a existência de resíduos e vasilhames vazios de refrigerantes e embalagens de alimentos industriais espalhados pela aldeia, pequena amostra da exposição do grupo a hábitos alimentares externos.

Realizou-se também, uma visita de automóvel ao canteiro das obras da UHEBM, onde foi possível ter a dimensão física dos canteiros de obras, com muitos maquinários pesados, escavações e incontáveis trabalhadores. O canteiro de obra funciona 24 horas. A estrada de acesso a Belo Monte é bem sinalizada, diferente das demais estradas da região. A

⁴ Quanto aos registros fotográficos realizados na cidade de Altamira, foram limitados em virtude de que não havia um clima seguro para os registros. A área urbana de Altamira parece um lugar inóspito e pouco seguro. Com muitos homens pelas ruas, homens embriagados, alguns proferindo palavras de baixo calão, assédio às mulheres e adolescentes. Muitas motos e carros, com a cidade sem sinalização, trazia mais confusão ao espaço urbano e ficava explícito um clima de insegurança. Observou-se o uso de drogas a luz do dia; alguns acidentes de moto, observou-se ainda, muitos índios nas ruas, que pareciam sem muita direção, concentravam-se nas áreas próximas ao cais da cidade, local onde fica situada a Casa do Índio (Casai), administrada pela FUNAI, cuja estrutura é pequena para atender o contingente de indígenas que vem à cidade, geralmente em busca de assistência à saúde.

⁵ A aldeia Paquiçamba fica localizada a aproximadamente 55 km de Altamira. Para informações acerca da estrutura e organização da Aldeia. (PARA, 2013, p. 7).

visita possibilitou uma visão panorâmica da obra, muito embora grande parte das áreas tenham acesso restrito, com segurança bem reforçada.

Foi possível a participação em duas audiências públicas; participação em reuniões do movimento Xingu Vivo com membros da comunidade de Altamira e do Movimento de Mulheres – atividades que somadas a entrevistas, foram fundamentais para as apreensões contidas nesta tese de doutoramento.

Realizaram-se palestras acerca da temática investigada nos Campi da Universidade do Estado do Pará, nos municípios de Marabá, em janeiro de 2013; Polo do município de Santa Bárbara em 2013, no campus I - Belém, em janeiro de 2014 e no campus de Castanhal, em maio de 2015, atividades estas que possibilitaram a troca de experiências, como também a visibilidade do cenário de mundialização do capital e as lutas sociais e resistência na Amazônia paraense.

Mediante ao exposto, a tese estruturou-se da seguinte maneira: o primeiro capítulo que aborda todos os elementos da metodologia da pesquisa da tese, de modo a informar como seu deu o caminho de pesquisa; o conjunto do segundo capítulo apresentou os aportes conceituais dos elementos da acumulação do capital; os aportes dos elementos de análise do Estado Burguês; abordou-se a geopolítica mundializada do capital, com foco para a América Latina e atuação do Estado no contexto da acumulação do capital.

Problematizou-se os efeitos deletérios do neoliberalismo no Brasil enquanto estratégia de uma política de expansão do capitalismo, e, fechando o bloco conceitual, a discussão sobre a sociedade civil, movimentos sociais, lutas sociais e resistências na contemporaneidade brasileira. Esse bloco teórico objetivou estabelecer a discussão conceitual e histórica do Estado burguês e sua consonância com o processo de acumulação do capital nos países considerados periféricos e seus desdobramentos sobre o território Amazônico brasileiro, enfocando a questão da divisão internacional do trabalho no sistema capitalista globalizado. E, neste cenário, o debate sobre o conceito de sociedade civil e movimentos sociais, as correntes teóricas, bem como as lutas sociais e resistência no Brasil, com vistas a iluminar, em especial, a particularidade da Amazônia Paraense.

O capítulo três apresentou em seu conjunto, a parte histórica, em que se trabalhou a questão da infraestrutura física e social que o Estado Brasileiro aciona mediante as demandas do capital na territorialidade amazônica. Este analisou a organização das unidades de poder por meio da ossatura política, econômica, administrativa, jurídica e burocrática do Estado, cimentadas por meio das infraestruturas física e social (POULANTZAS, 1985), as quais pouco distinguem as relações público-privadas e abrem precedentes para que a gestão

pública possa beneficiar e acolher os projetos e empreendimentos dos vários setores do capital.

Deste desdobrou-se o item 3.1, que se debruçou no debate do modelo de ocupação colonizadora do território versus o processo de descolonização, enquanto contraponto exercido pelas forças sociais e resistência na Amazônia.

No item seguinte, 3.2, problematizou-se o avanço do capital estrangeiro chancelado pelo Estado Brasileiro, e o discurso do desenvolvimento imputado à Amazônia Paraense. Neste, foram examinados os programas e projetos de desenvolvimento imputados à região considerando os aspectos da infraestrutura física e social subsidiadas pelo governo brasileiro; as especificidades presentes nos programas e projetos de desenvolvimento considerando o contexto social, político e econômico que dão sentido ao controle e ocupação do território, para fins da ampliação da acumulação do capital, o qual subjuga o território às escalas comerciais globais do modo de produção capitalista.

Na subseção 3.3, trabalhou-se a Amazônia Paraense e a perspectiva de uma província de exploração de energia: O PAC na Amazônia e a política energética para a Região. O objetivo consistiu na análise da política energética brasileira para a Região a partir de suas conexões com a IIRSA e o PAC, as quais são organizadas a partir da lógica de integração econômica nos países da América do Sul, pensadas com a perspectiva de formação de um bloco econômico do sul, criados como estratégia para dar funcionalidade e fluidez às demandas do processo produtivo hegemônico no continente e, por conseguinte, na Amazônia Paraense, território onde está situado o objeto de estudo desta tese.

Tendo em vista a interseção dos capítulos anteriores, na última parte desta Tese, trabalhou-se as lutas sociais na Amazônia paraense: **a resistência dos movimentos sociais à construção da usina hidrelétrica de Belo Monte**. O objetivo desta última seção consistiu no exercício da articulação dos capítulos dois, que tratou da base teórica e categorial para subsidiar e iluminar as análises empíricas, oriundas da pesquisa de campo, como também estabelecer as conexões históricas presentes no capítulo três, que dão sentido à análise atual da complexidade das relações impostas na realidade, tendo como objeto de estudo as lutas sociais e os processos de resistências frente aos grandes projetos impostos à Região.

Neste último bloco, trabalha-se no subcapítulo 4.1 os aspectos jurídicos e socioambientais provocados pela construção da UHEBM na Região do Xingu. Foram analisados os aspectos jurídicos, sociais e ambientais correlatos à construção da usina, com vistas a subsidiar a análise dos reflexos sobre as lutas sociais travadas frente aos impactos deste projeto de desenvolvimento para a Região.

No subcapítulo 4.2, abordou-se o desenho social dos movimentos que articulam as lutas sociais de resistência ao projeto autocrático energético, com a finalidade de registrar e sistematizar o perfil das instituições e organizações entrevistadas, com vistas ao desenho social dos sujeitos e movimentos sociais que articulam as lutas sociais de resistência à Belo Monte; suas origens, formação, profissão, bases referenciais de conhecimento, níveis de organicidade no movimento, a trajetória de militância, abrangências e escalas de articulações.

No subcapítulo 4.3, trabalhou-se as lutas sociais e o processo de resistência, considerando a relação Estado e mercado a partir da ótica dos movimentos sociais no contexto de Belo Monte. O propósito foi examinar como os sujeitos de pesquisa apreendem a relação Estado e mercado.

E, por fim, no subcapítulo 4.3.1, consolidou-se a análise das lutas sociais e resistência na área de influência de Belo Monte, tendo em vista a luta permanente por direitos. Neste, a finalidade foi problematizar as lutas sociais e resistências no contexto da área de influência de Belo Monte, destacando-se as abordagens de questões correlatas aos sujeitos heterogêneos que compõem os movimentos sociais na Região do Xingu, registrando suas perspectivas, os projetos que orientam as ações políticas, legados e desafios. Isto é, como são articuladas essas forças e resistência frente à ampliação da acumulação dos grandes projetos do capital tendo o Estado neoliberal como aliado.

Após todo o percurso de estudo⁶, a tese conclui que a primeira hipótese de trabalho, confirma-se parcialmente e reelabora-se; a segunda hipótese de trabalho confirma-se, trazendo elementos mediadores para a sua afirmativa e a terceira hipótese, problematiza-se, pois não se afirma, mas, dialeticamente, coloca-se como um desafio para a academia, militantes, ativistas, enfim, a miríade das forças sociais e resistência à construção de um outro(s) modelo(s) societário(s) e civilizatório(s), cuja perspectiva de outro mundo, considere em seu bojo outros mundos, outros projetos civilizatórios compatíveis com as necessidades materiais e espirituais humanas.

⁶ Destaca-se os **desdobramentos frutos da trajetória da Pesquisa**: durante o processo de elaboração de tese, parte da produção do estudo foi aprovada e publicada no formato de artigos e apresentações orais em eventos científicos. Citam-se: Seminário Internacional Carajás 30 Anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia Oriental – São Luís/MA, ocorrido em maio de 2014 cuja temática do artigo aprovado versou sobre “A Dialética do ‘desenvolvimento’ na Amazônia Paraense: aspectos históricos e conjunturais da Usina Hidrelétrica de Belo Monte”; 2º Encontro Internacional de Política Social e 9º Encontro Nacional de Política Social - Vitória/ES, ocorrido em agosto de 2014, artigo direcionado ao Eixo de Trabalho Democracia, Participação e Movimentos Sociais, cujo título tratou sobre “A luta social na Amazônia Paraense: processo de resistência à Usina Hidrelétrica de Belo Monte”; artigo aprovado e defendido no 10º Congresso Internacional de Educação Superior, realizado em Havana/Cuba, em fevereiro de 2016, no eixo de trabalho *X Taller Internacional de Pedagogía de la Educación Superior* cuja temática versou a respeito do “Ensino Superior na Amazônia Brasileira: limites e possibilidades da docência na Universidade Estadual do Pará.

Capítulo 2 - ESTADO CAPITALISTA E ACUMULAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: ELEMENTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS

Este capítulo estabelece a discussão conceitual e histórica do Estado burguês e sua consonância com o processo de acumulação do capital nos países considerados periféricos. Historicamente o capitalismo traduz, pela sua própria natureza, contradições determinantes: o extrativismo dos bens naturais provocando o esgotamento dos mesmos (as riquezas minerais, potencial hídrico etc.) para o desenvolvimento das infraestruturas do capital produtivo; a exploração da força de trabalho combinando formas servis, escravidão moderna e assalariamento e estratégias de desorganização política do trabalho.

Assim sendo, faz-se necessária a problematização do que representa o processo de acumulação do capital, que, segundo Marx (2013), obedece ciclos que apresentam uma dinâmica de ampliação territorial necessária ao seu desenvolvimento. Desse modo, o que está em sua base é a criação de mais-valor por meio da força de trabalho, do controle dos meios produtivos, das matérias primas e da produção de mercadorias. Estas necessitam ingressar na esfera da circulação para posterior venda da mercadoria, pois, caso contrário, provocam um colapso na base do sistema. Nas palavras do autor:

A transformação de uma quantia de dinheiro em meios de produção e força de trabalho é o primeiro movimento realizado pela quantidade de valor que deve funcionar como capital. Ela age no mercado, na esfera da circulação. A segunda fase do movimento, o processo de produção, é concluída assim que os meios de produção estão convertidos em mercadorias cujo valor supera o valor de suas partes constitutivas e, portanto, contém o capital originalmente adiantado acrescido de um mais-valor. Em seguida, essas mercadorias têm, por sua vez, de ser lançadas novamente na esfera da circulação. O objetivo é vendê-las, realizar seu valor em dinheiro, converter esse dinheiro novamente em capital, e assim consecutivamente. **Esse ciclo, percorrendo sempre as mesmas fases sucessivas, constitui a circulação do capital. A primeira condição da acumulação é que o capitalista tenha conseguido vender suas mercadorias e reconverter em capital a maior parte do dinheiro assim obtido.** Em seguida, pressupõe-se que o capital percorra seu processo de circulação de modo normal (MARX, 2013, p. 639, grifo nosso).

Deste modo, a dinâmica da acumulação do capital sobre a particularidade amazônica, diz respeito à implementação dos grandes projetos subsidiados pelo Estado brasileiro em suas esferas federal, estadual e municipal. A concepção do que sejam grandes projetos, a quem serve a sua magnitude, ampara-se em Loureiro, cuja reflexão problematiza que:

Considera-se, habitualmente, 'grandes projetos' aqueles voltados para o desenvolvimento regional, propostos pelo governo central e desenvolvidos em geral, através de capital estrangeiro combinado ao nacional e administrados por entidades do Governo Federal. Às vezes o 'grande projeto' aparece sob a forma de um programa. São os mais relevantes: Programa Grande Carajás, incluído os diversos projetos produtivos - Ferro Carajás, Cobre Carajás, Albras-Alunorte (alumina e

alumínio), suas respectivas infra-estruturas de apoio. [...] Alguns autores incluem na categoria de 'grande projeto' programas de colonização oficial [...] (LOUREIRO, 2004, p. 297).

Notadamente, trata-se de "grandes projetos" para o grande capital e não necessariamente, representa abundância e compartilhamento de riqueza para seus povos e para a região onde se encontram. Estes prevalecem nas áreas da mineração, siderurgia, construção de grandes indústrias e fábricas especializadas na extração e beneficiamento de produtos primários, com baixa tecnologia e uso desmedido de energia elétrica, cujos produtos desdobram-se em *commodities*. Fundamenta-se em Marx (1977, 2013) para uma análise ampliada do que representa *commodities* cuja tradução da palavra consiste em mercadoria:

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. [...] Toda coisa útil, como ferro, papel etc., deve ser considerada sob um duplo ponto de vista: o da qualidade e o da quantidade. Cada uma dessas coisas é um conjunto de muitas propriedades e pode, por isso, ser útil sob diversos aspectos [...] O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade que iremos analisar, eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais do valor de troca (MARX, 2013, p. 113- 114).

Deste modo, a dimensão mais ampla da mercadoria mostra-se como algo necessário, cujas propriedades estão impregnadas de valores de uso e de troca, como também se afirma, nesta relação, o trabalho. Assim sendo, a mercadoria e/ou *commodities* consiste em um elemento fundamental à dinâmica dos grandes projetos, que como tal, exploram produtos primários dos segmentos vegetal, mineral e animal - e consistem em fonte de lucros - elementos essenciais a organicidade do processo capitalista de produção⁷.

No eixo produtivo energético, elemento que circunda o objeto deste estudo, identifica-se a plena conexão com os demais sistemas, via construção de hidrelétricas, com reflexos diretos sobre a fauna, flora, rios e povos. Trata-se de influências diretas e abruptas sobre a sociedade e a natureza. Nesses tipos de exploração, com vistas à acumulação do capital, detectam-se diretamente grandes fluxos migratórios; (des)territorialização, ameaças materializadas por meio do extermínio de espécies da vida animal, vegetal, mineral e marinho; as barragens que provocam descaracterização dos rios, desabrigamento de povos, desaparecimentos de complexos de ilhas, vilas, comunidades e cidades.

⁷ A respeito do **processo capitalista de produção**, Marx (2013, p. 645) tece as seguintes considerações: “A separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas e a força subjetiva de trabalho, era, portanto, a base efetivamente dada, o ponto de partida do processo capitalista de produção”.

Essa lógica produtiva, fruto histórico de uma economia agrária⁸ baseada em um modelo primário exportador, que se impõe há quase quatro séculos na Amazônia brasileira, a credencia, na divisão social do trabalho, como um território que serve à acumulação do capital por meio de uma economia primária, e, nas últimas duas décadas do século XX, observa-se o recuo da produção industrializada e o conseqüente avanço da reprimarização, que consiste na exportação de *commodities* com poucos elementos industriais e tecnológicos.

Esse movimento reitera a relação intrínseca entre a mercadoria e trabalho vivo, correlato à força humana de trabalho. É mister destacar que os estudos de Marx (2013) auxiliam na análise do modo de produção capitalista, com destaque para a **divisão social do trabalho**, considerada como um mecanismo necessário à acumulação do capital, na medida em que fragmenta a organização social dos trabalhadores; promove a diferenciação entre a classe ativando estruturas hierárquicas e competitivas entre os mesmos e, conseqüentemente, o rebaixamento de salários.

Deste modo, assim como a divisão social do trabalho acirra a competitividade entre os trabalhadores, o faz entre países. Tal divisão está intrinsecamente associada ao processo produtivo e à mercadoria, cuja divisão social do trabalho reforça o processo de alienação, no qual o fruto da produção do trabalhador não lhe pertence. Neste sentido, tem razão o autor, ao afirmar:

A divisão manufatureira do trabalho cria, por meio da análise da atividade artesanal, da especificação dos instrumentos de trabalho, da formação dos trabalhadores parciais, de seu agrupamento e combinação num mecanismo total, a articulação qualitativa e a proporcionalidade quantitativa dos processos sociais de produção – portanto, uma determinada organização do trabalho social, desenvolvendo, assim, ao mesmo tempo, uma nova força produtiva social do trabalho. Como forma especificamente capitalista do processo de produção social – e, sobre as bases preexistentes, ela não podia se desenvolver de outra forma que não a capitalista – tal divisão é apenas um método particular de produzir mais-valor relativo ou aumentar a autovalorização do capital – que também pode ser chamada de riqueza social, *Wealth of Nations*. – às expensas dos trabalhadores. Ela não só desenvolve a força produtiva social do trabalho exclusivamente para o capitalista, em vez de para o trabalhador, como o faz por meio da mutilação do trabalhador individual. Ela produz novas condições de dominação do capital sobre o trabalho. E assim ela aparece, por um lado, como progresso histórico e momento necessário de desenvolvimento do processo de formação econômica da sociedade e, por outro, como meio para uma exploração civilizada e refinada. A economia política, que só surge como ciência própria no período da manufatura, considera **a divisão social do trabalho do ponto**

⁸ A respeito dessa relação de subserviência econômica que caracteriza uma economia de feição agrária aviltada pelas transferências de valores, uma vez que as matérias primas, de regra, não requeriam inclusão de tecnologia, o que não agregava valor ao produto, havendo, portanto, a transferência de valores, na medida em que nos territórios cênicos do capital, ocorriam a implementação de tecnologias às mercadorias, as quais por uma lógica de fruição do capital, retornam para a periferia do capital com valores agregados e de consumo. Essa lógica remete ao que Fernandes denomina de tradição colonial de subserviência, na medida em que: “Trata-se de um componente dinâmico de uma tradição colonial de subserviência, baseada em fins econômicos, mas também na cegueira nacional, até certo ponto estimulada e controlada a partir de fora” (FERNANDES, 2009, p. 22).

de vista exclusivo da divisão manufatureira do trabalho, isto é, como meio de produzir mais mercadorias com a mesma quantidade de trabalho e, por conseguinte, baratear as mercadorias e acelerar a acumulação (MARX, 2013, p. 438- 439, grifo nosso).

Nessa dinâmica da divisão social do trabalho versus mercadoria, Gonçalves (2011) reforça que a reprimarização consiste num sistema dinâmico cuja fruição ocorre em um contexto de desaceleramento industrial, porém não o inviabiliza por completo; assim sendo ocorre o:

[...] aprofundamento da reprimarização de desindustrialização, na medida em que os movimentos dos percentuais não são suficientes para caracterizar redução da capacidade industrial. Isso porque todos os padrões de agregação de valor crescem, e nessa evolução há avanço mais expressivo dos produtos básicos em relação aos que sofreram transformação industrial. Logo, ocorreria um movimento de reprimarização, ainda que numa realidade de crescimento das vendas externas da produção industrial. (GONÇALVES, 2011, p. 1)

Deste modo, na dinâmica entre o processo de industrialização, observa-se a sincronia com o processo de reprimarização, no qual dependendo da conjuntura econômica, há o destaque de um sobre o outro. Assim sendo, no processo de reprimarização da economia observa-se a prevalência de produtos básicos oriundos dos recursos naturais, com baixo valor agregado e com inestimáveis reflexos sobre a terra e o território, considerando que na medida em que são matérias primas e são extraídas a curto, médio e longo prazos causa danos socioambientais imensuráveis.

Essa racionalidade de extração e exploração intensivas, provoca, conseqüentemente, a exaustão de toda uma cadeia produtiva e da natureza. Outro agravante é que neste processo de reprimarização da economia é utilizada mão de obra de baixa qualificação profissional, que gera condições desumanas de trabalho. E, logicamente, tal processo não representa, para a região, nenhum tipo de avanço⁹.

Tendo em vista a tendência do declínio dos processos produtivos industriais e a retomada dos produtos primários, que, conforme problematizados, não precisam de mão de obra qualificada e forjam a precarização dos processos de trabalho, tais práticas reiteram a rapina, a exploração do trabalhador e da natureza, que revelam como se caracterizou o processo de colonização da Amazônia.

Desta forma, analisar a posição estratégica que a Amazônia brasileira ocupa no contexto mundial do capitalismo, significa identificar em suas particularidades os elementos materiais para a reprodução e acumulação do capital, uma vez que os componentes natureza e mão de obra, estão presentes de forma abundante e tornam o território amazônico atraente e

⁹ Para uma análise mais fecunda consultar Carvalho (2011), Leal (2010) e Loureiro (2004, 2009).

suscetível as reiteradas ofensivas do capital.

Nessa esteira, segue-se um caminho teórico e histórico com vistas à apreensão da forma de acumulação do capital e o papel do Estado burguês, cuja problematização dos períodos históricos de avanço do capital sobre os territórios e a infraestrutura física e social promovida pelo Estado capitalista possibilitarão captar a essência da relação geral, singular e particular que o processo capitalista de produção impõe sobre a Amazônia.

Esse percurso teórico e histórico possibilitará as mediações e análises dos programas e projetos instituídos pelo Estado burguês para o acolhimento do capital no Brasil e a sua estratégica posição na relação internacional do trabalho, tendo como foco a Amazônia Paraense. Possibilitará, o contraponto das formas de organização da sociedade civil, os desdobramentos dos movimentos sociais que, frente à ofensiva do capital, encampam lutas sociais de resistência a essa relação de poder assimétrica entre capital e trabalho, mediado por um Estado burguês.

2.1 Elementos para a análise da acumulação do capital e o papel do Estado Burguês

O processo de acumulação do capital¹⁰ explicita os seus desdobramentos sobre a Amazônia brasileira e sua posição na divisão internacional do trabalho. Em princípio, o aprofundamento da constituição histórica do Estado capitalista e sua relação intrínseca com o mercado, com foco para o processo de acumulação do capital, auxilia a análise da forma de como o Estado burguês acolhe as várias fases do desenvolvimento no Brasil, com referência especial para Amazônia, que assume um papel estratégico na divisão social do trabalho no sistema capitalista globalizado.

Todavia, não se tem a pretensão de realizar um levantamento histórico da formação socioeconômica brasileira, mas sim usar a historicidade como categoria importante para desvendar o presente e as tendências possíveis, a partir do estudo do processo de acumulação capitalista, sendo esta a forma social do processo produtivo. Como assinala Marx

¹⁰ O processo de **acumulação do capital** inclui o fluxo da produção simples que corresponde ao ciclo da produção, consumo, produção e reprodução. Nesta forma social do processo produtivo está inserido o capital variável, que são os meios de produção *in natura*, os meios de trabalho, matérias primas e a força de trabalho - esta última se banca e ainda produz mais-valor - que diz respeito ao produto do trabalho não pago. Todos se somam as forças produtivas. Sobre tal processo, Marx instrui que: “Abstraindo-se inteiramente de toda acumulação, a mera continuidade do processo de produção, ou a reprodução simples, após um período mais ou menos longo, converte necessariamente todo capital em capital acumulado ou mais-valor capitalizado. Ainda que, no momento em que entrou no processo de produção, esse capital fosse propriedade adquirida mediante o trabalho pessoal daquele que o aplica, mais cedo ou mais tarde ele se converteria em valor apropriado sem equivalente, em materialização, seja em forma-dinheiro ou outra, de trabalho alheio não pago” (MARX, 2013, p. 645).

(2013, p. 667-668), "a acumulação é a conquista do mundo da riqueza social. Juntamente com a massa de material humano explorado, ela amplia o domínio direto e indireto do capitalista".

De fato, a produção da riqueza inerente à lógica capitalista traz em seu bojo grandes contradições e polarizações, na medida em que a produção da riqueza social é coletiva, mas sua apropriação e desfrute são privados, causando a desigualdade social manifesta por meio de suas classes fundantes: a classe detentora dos meios de produção e a do capital, a classe burguesa; e a que detém a força de trabalho, a classe trabalhadora.

Notadamente, a análise do que seja classe social se constitui em algo fundamental, daí a preocupação de Engels e Marx, quando da elaboração do Manifesto Comunista,

[...] por **burguesia** compreende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam o trabalho assalariado. Por **proletários** compreende-se a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, privados de meios de produção próprios, se veem obrigados a vender sua força de trabalho para poder existir (MARX; ENGELS, 1998, p. 4, grifo nosso).

Essa acepção clássica ajuda a elucidar a dicotomia entre as classes sociais que, muito embora seja uma concepção que se esculpe historicamente, estão intrinsecamente relacionadas à posição que se ocupa no processo produtivo, isto é, na divisão social do trabalho e não no poder de consumo.

Nesse sentido, o processo de acumulação capitalista é instruído por vários e sucessivos estágios, que ocorrem em acordo com a dinâmica histórica produzida pela contradição entre capital e trabalho. Deste modo, a base de sustentação do capitalismo consiste na exploração da força de trabalho viva¹¹, que produz mais-valor¹² para os detentores do capital, uma vez que sua força de trabalho é alienada de sua produção; e a exploração da natureza forma os elementos materiais do capital (MARX, 2013, p. 678-679).

Deste modo, é imperioso o exame da composição orgânica do capital que, de acordo com Marx (2013, p. 689), corresponde

¹¹ Segundo Marx (2013, p. 651), o trabalho vivo se distingue do trabalho morto, da maquinaria, uma vez que: "[...] a maquinaria viva, ao contrário, aperfeiçoa-se na mesma proporção de sua duração, à medida que acumula em si a habilidade de sucessivas gerações".

¹² O **mais-valor** é um processo perverso na medida em que consiste em um fundo de consumo capitalista oriundo do trabalho não pago. Na realidade o capitalista não considera os meios para atingir os fins, se utiliza de vários métodos para forjar o acúmulo de capital e isso tem um rebatimento perverso sobre a classe trabalhadora. É nessa perspectiva que "[...] no interior do sistema capitalista, todos os métodos para aumentar a força produtiva social do trabalho aplicam-se à custa do trabalhador individual, todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, fazendo dele um ser parcial, degradam-no à condição de um apêndice da máquina, aniquilam o conteúdo de seu trabalho ao transformá-lo num suplício, alienam do trabalhador as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a tal processo se incorpora à ciência como potência autônoma, desfiguram as condições nas quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao despotismo mais mesquinho e odioso, transformaram seu tempo de vida em tempo de trabalho [...]" (MARX, 2013, p. 720).

A composição orgânica do capital deve ser considerada em dois sentidos. Sob o aspecto do valor, ela se determina pela proporção em que o capital se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, a soma total dos salários [...] O modo como esta funciona no processo de produção, todo capital se divide em meios de produção e força viva de trabalho, essa composição é determinada pela proporção entre massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho exigida para seu emprego. Chamo a primeira de composição de valor e a segunda, de composição técnica do capital. Entre ambas existe uma estreita correlação. Para expressá-la, a composição de valor do capital, porquanto é determinada pela composição técnica do capital e reflete suas modificações, de composição orgânica do capital. Onde se fala simplesmente de composição do capital, entenda-se sempre sua composição orgânica [...] Por fim, a média total das composições médias de todos os ramos da produção nos dá a composição do capital social de um país. (MARX, 2013, p. 689).

Conforme observado, a composição orgânica do capital é uma relação social na qual prevalece o capital constante, o capital fixo sobre o capital variável, que diz respeito à força de trabalho. Esses são os elementos que compõem a força motriz do capitalismo, os quais permitem desvendar como essa lógica de acumulação produtiva se engendra nos continentes e territórios¹³, e perpetua a exploração e concomitante acumulação da riqueza socialmente produzida e individualmente apropriada.

Sabe-se que, no modo capitalista de produção há uma exasperação no processo de produção e de consumo. Assim sendo, a produção se volta para uma demanda ativada e forjada na sociedade, promovendo o consumo como algo que venha a satisfazer e saciar as necessidades tramadas. Essa esfera do processo produtivo constitui em sua base matérias primas, elementos extraídos da natureza, bem como, a força de trabalho; nesta, despreza-se a conciliação do equilíbrio entre natureza e meio ambiente. Esses processos contraditórios não

¹³ Considerando a realidade social a qual o objeto de estudo está envolto, recolhe-se deste contexto a categoria **território** a qual desdobra o conceito de **territorialidade**, no que partimos das referências de Santos; Silveira: “Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra **territorialidade** como sinônimo de pertencer àquilo que nos **pertence** ... esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado ... mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem. Num sentido mais restrito, o território é um nome político para o espaço de um **país**. Em outras palavras, a existência de um país supõe um território (SANTOS; SILVEIRA, 2013, p. 19, grifo do autor). Assim sendo, concorda-se com a perspectiva do território num contexto mais amplo, onde considera-se o sentimento de pertencimento, de afirmação de ser e estar, de identidade, que, portanto, envolve elementos objetivos e subjetivos dos sujeitos em seu cotidiano, no qual a variável do contexto histórico é fundamental para analisar os processos e a geopolítica do território.

considera as necessidades humanas¹⁴ e sim necessidades forjadas no seio do processo produtivo, como bem problematizado em Marx (1977):

Só no consumo o produto conhece a sua realização última. [...] O consumo cria a necessidade de uma **nova** produção, por conseguinte a razão ideal, o móbil interno da produção, que é a sua condição prévia. O consumo cria o móbil da produção; cria também o objeto que, atuando sobre a produção, lhe determina a finalidade. Se é evidente que a produção oferece, na sua forma material, o objeto de consumo, não é menos evidente que o consumo **supõe idealmente** o objeto da produção, na forma de imagem interior, de necessidade, de móbil e fim. Cria os objetos da produção sob uma forma ainda subjetiva. Sem necessidade não há produção. Ora, o consumo reproduz a necessidade. [...] Por conseguinte, a produção determina não só o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, e não só de forma objetiva, mas também subjetiva. [...] De igual modo o consumo engendra a **vocação** do produtor, solicitando-lhe a finalidade da produção sob a forma de uma necessidade determinante (MARX, 1977, p. 209-210, grifo do autor).

Notadamente, produção, consumo e reprodução são processos dialéticos que fazem parte de uma totalidade concreta que, em qualquer momento pode, seja a produção, seja o consumo, entrar em colapso - e que historicamente tem originado as sucessivas crises estruturais do sistema capitalista, uma vez que as necessidades humanas são colidentes com tal racionalidade e, por natureza, negligenciadas.

A parti desses elementos de análise da acumulação do capital, problematiza-se a contextualização do processo de formação da economia política latino-americana, e sua posição estratégica na divisão internacional do trabalho. Nessa relação contraditória entre capital e trabalho, faz-se necessária **a análise do Estado** nesse contexto. Sabe-se que os estudos sob a temática do Estado desafiam uma precisão de seu conceito, e ainda no limiar do século XXI, constituem-se em um exercício teórico-metodológico, posto tratar-se de uma

¹⁴ Pereira (2011) faz uma ampla discussão qualificando o que seja necessidades básicas em contraponto ao pensamento ideológico neoliberal predominante que atrela as necessidades humanas aos mínimos sociais. A autora endossa a perspectiva das necessidades básicas, uma vez que é a partir desta que, efetivamente, irão surgir outras necessidades que ultrapassem o campo biológico, num devir que historicamente é constituído e vai compondo as necessidades humanas. Tal posicionamento implica na transcendência das dimensões biológicas, físicas e incorpora as várias dimensões humanas, que se inter-relacionam: as dimensões materiais, espirituais, físicas e biológicas. Estas sim expressam a totalidade humana. É nesta perspectiva que Pereira (2011a, p. 180-181, grifo da autora), defende: "[...] a plausibilidade da formulação de um conceito objetivo e universal de necessidades humanas básicas, que leve em conta tanto a dimensão natural dos seres humanos quanto a social e sirva ao mesmo tempo de: a. pré-condição à satisfação otimizada de necessidades humanas básicas; b. parâmetro confiável e coerente à formulação de políticas de satisfação dessas necessidades; c. critério de referência para a definição de direitos sociais correspondentes". Concordamos com a autora na afirmativa de que as necessidades humanas básicas estão diretamente relacionadas aos direitos humanos sociais onde a política social, por meio da assistência social, deve exercer um papel central norteada por princípios racionais, éticos e cívicos. Os **princípios racionais**, devem ser considerados a partir de indicadores científicos, propositivos, avaliativos; os **princípios éticos**, devem ser combativos em face das desigualdades sociais e os **princípios cívicos**, estão relacionados a processos civilizatórios, os quais devem contemplar ações na área social e que tenham o *status* de uma política promotora de cidadania. Em todos os princípios elencados o Estado tem o dever de ser o gestor tendo em vista o atendimento das necessidades sociais no plano mais amplo e coletivo, cujo norte seja a universalidade em contraponto à ideologia neoliberal de mínimos sociais.

instituição e/ou estrutura, que se constitui e é constituída a partir do processo histórico oriundo das relações sociais de produção, instituídas à luz do sistema capitalista.

Trata-se de um Estado assentado na racionalidade do modo de produção capitalista, cuja essência, o capital, consiste em uma "relação social entre pessoas intermediada por coisas" (MARX, 2013, p. 836), cujo caráter social e histórico é intrínseco a esta relação de produção social. Desta feita, a análise das relações de produção (processos de trabalho; meios de produção) na América Latina, remetem necessariamente às concepções que subsidiam o Estado no capitalismo. Este, por sua vez, ampara as relações sociais produtivas, cuja estrutura se caracteriza pela divisão social do trabalho, que representa, segundo Marx, a “base geral de toda a produção de mercadorias” (MARX, 2013, p. 425).

Ao abordar os elementos que instituem o Estado na racionalidade do capitalismo, certamente não se está tratando de um conceito homogêneo, hermético, ao contrário, trata-se de um conceito historicamente esculpido, que vai se configurando a partir da realidade social dada.

Deste modo, não se está falando de um ente mistificado, metafísico, acima das relações entre capital e trabalho, pelo contrário, o Estado capitalista se estabelece para regular as relações sociais, por meio de mecanismos complexos, cujas unidades de poder perpassam as estruturas políticas, econômicas, administrativas, jurídicas e burocráticas, que fisicamente se materializam por meios institucionais, mas que articulam estruturas de poder, de cuja ideologia¹⁵ se constitui um instrumento de dominação (HARVEY, 2005, p. 78), como também as leis, tributos, que nessa totalidade assumem um papel substancial capaz de acionar mecanismos coercitivos.

De fato, a instituição do Estado moderno se particulariza com o modo de produção¹⁶ capitalista materializado por meio da luta de classes. Assim, sua materialidade está

¹⁵ Sobre a materialidade da **ideologia** regimentada pelo Estado, Poulantzas (1985) faz um reflexão consistente das formas sutis ou intensivas capazes de criar consenso na organicidade do Estado. Conforme demonstra: "A ideologia não consiste somente ou simplesmente num sistema de ideias ou de representações. Compreende também uma série de práticas materiais extensivos aos hábitos, aos costumes, ao modo de vida dos agentes, e assim se molda como cimento no conjunto das práticas sociais, aí compreendidas as práticas políticas e econômicas. As relações ideológicas são em si essenciais na constituição das relações de propriedade econômica e de posse, na divisão social do trabalho no próprio seio das relações de produção. O Estado não pode sancionar e reproduzir o domínio político usando como meio exclusivo a repressão, a força ou a violência 'nua', e, sim, lançando mão diretamente da ideologia que legitima violência e contribui para organizar um consenso de certas classes e parcelas dominadas em relação ao poder público" (POULANTZAS, 1985, p. 33).

¹⁶ Sobre o **modo de produção**, concorda-se com Poulantzas (1985, p. 21): “é o modo de produção, unidade de conjunto de determinações econômicas, políticas e ideológicas, que delimita as fronteiras desses espaços, delinea seus campos, define seus respectivos elementos: é primeiramente seu relacionamento e articulação que os forma. Isso se faz em cada modo de produção segundo o papel determinante das relações de produção. Esta determinação, porém, só existe no interior da unidade de um modo de produção”.

subscrita no pilar desse sistema e, obviamente, o Estado burguês cria a infraestrutura físico-social para abarcar essas relações de produção e reprodução. Ao Estado é facultada a intervenção nas diversas áreas de sua ossatura econômica, jurídica, administrativa e, sobretudo, a política. Logicamente é uma estrutura de poder que articula as relações sociais a partir da contradição imanente entre capital e trabalho. Neste sentido, Poulantzas (1985) dialoga que,

O político-Estado (válido igualmente para a ideologia), embora sob formas diferentes, sempre esteve constitutivamente presente nas relações de produção, e assim em sua reprodução [...]. É bem verdade que o papel do Estado em relação à economia modifica-se não somente no decorrer dos diversos modos de produção, mas também segundo os estágios e fases do próprio capitalismo. [...] O lugar do Estado em relação à economia nada mais é que a modalidade de uma presença constitutiva do Estado no seio das relações de produção e de sua reprodução (POULANTZAS, 1985, p. 20-21).

Com efeito, o Estado por ser um sistema complexo, representa interesses das frações de classes que o determinam, portanto é necessário analisá-lo do ponto de vista de sua totalidade, ou seja, a representação de sua pluralidade de interesses, suas contradições expressas pelas correlações de forças e sua dimensão política. Assim, é um equívoco afirmar, por exemplo, que o Estado não interfere na economia liberal - é possível que, dependendo da conjuntura, o Estado esteja mais invasivo e em outras conjunturas mais periférico, mas sempre regendo as relações sociais de produção em uma fina sintonia com o sistema que lhe fundamenta. Conforme Poulantzas, o Estado,

[...] representa e organiza a ou as classes dominantes, em suma representa, organiza o interesse político a longo prazo do **bloco no poder**, composto de várias frações de classe burguesa (pois a burguesia é dividida em frações de classe), do qual participam em certas circunstâncias as classes dominantes provenientes de outros modos de produção, presentes na formação social capitalista: caso clássico, ainda hoje em dia, nos países dominados e dependentes, dos grandes proprietários de terra. [...] O Estado constitui, portanto, a unidade política das classes dominantes: ele instaura essas classes como classes dominantes. Esse papel fundamental de organização não concerne aliás a um único aparelho ou ramo do Estado (os partidos políticos) mas, em diferentes graus e gêneros, ao conjunto de seus aparelhos, inclusive seus aparelhos repressivos por excelência (exército, polícia etc) que, também eles, desempenham essa função. (POULANTZAS, 1985, p. 145-146, grifo do autor).

O caráter contraditório do Estado permite analisar que não se trata de um bloco monolítico ou uma instituição que atende aos apelos específicos de uma classe ou frações de classes¹⁷. Sua constituição é recortada por interesses contraditórios de classes, cujo caráter

¹⁷ Segundo Poulantzas as frações de classe da burguesia estão na esfera da dominação política, portanto neste campo, identifica-se disputas das frações de classe que são mediadas pelo Estado burguês, veja-se: “Esse Estado, agora como passado, deve representar o interesse político a longo prazo no conjunto da burguesia [...] sob a hegemonia de uma de suas frações [...]. A burguesia se apresenta sempre como que constitutivamente dividida em frações de classe” (POULANTZAS, 1985, p. 146).

classista do Estado lhe confere a não neutralidade. Deste modo, a contradição é uma categoria que possibilita a análise da totalidade do constante movimento do Estado e suas expressões na realidade latino-americana (KOWARICK, 1985; PEREIRA, 2011a; SELL, 2009).

A partir da problematização iniciada é possível inferir que o Estado se constitui em uma relação social, atravessada por interesses políticos, econômicos e sociais e, sendo fruto do sistema capitalista, suas estruturas são legitimadas pelo próprio sistema que o determina. Segundo Poulantzas, o

Estado, no caso capitalista, não deve ser considerado como uma entidade intrínseca mas, como aliás é o caso do 'capital', como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado (POULANTZAS, 1985, p. 147).

Nessa complexidade, identifica-se fundamentalmente, que as classes sociais, umas detentoras dos meios de produção e da propriedade privada, e a outra detentora apenas de sua força de trabalho, caracterizam o modo de produção social capitalista, cuja exploração de uma classe¹⁸ sobre a outra é condição *sine qua non* nas relações sociais reproduzidas e chanceladas pelo Estado burguês.

Com efeito, deve ser considerada nesta análise a disputa entre classes, sobretudo no próprio seio da classe burguesa, da qual contraditoriamente possibilitam o equilíbrio de forças no bojo do Estado, considerando os interesses políticos e econômicos distintos intra-classes, o que permite inferir que o Estado não representa apenas e unicamente um segmento da classe burguesa, mas que sua ação assume uma dimensão de capilaridade sobre todas as classes, causando a impressão que está acima dessas micro relações e isso lhe confere, ideologicamente, um certo grau de "isenção" e legitimidade, ou seja, uma autonomia relativa diante da luta de classes. Sobre essa disputa interna das classes proprietárias do capital, concordamos com Harvey quando problematiza que:

A homogeneidade no interior da classe capitalista se decompõe em frações de capital potencialmente em conflito entre si. Outras fragmentações - entre o capital mercantil e o capital industrial por exemplo - podem nascer das divisões de função dentro do sistema capitalista. Essas fragmentações conduzem a conflitos de interesses no interior da classe capitalista como um todo. As lutas faccionárias que, de vez em quando, podem se tornar muito destrutivas, são, portanto, previsíveis na classe capitalista. O Estado nesse caso desempenha o papel de árbitro entre esses interesses conflitantes. (HARVEY, 2005, p. 83).

¹⁸ De forma bastante didática Sell discute o conceito de classes sociais buscando amparo nos pressupostos Marxistas. Para o autor "As classes sociais seriam fruto das relações que os homens estabelecem no processo de produção. Elas surgem quando um grupo social se apropria das forças ou meios de produção e se torna proprietário dos instrumentos de trabalho. As classes sociais dividem a sociedade em dois grupos fundamentais: os proprietários dos meios de produção e os não proprietários destes meios. Dito de outra forma é o fenômeno da propriedade privada que dá origem às classes sociais, ou seja, a divisão da sociedade entre proprietários e não proprietários" (SELL, 2009, p. 52- 53).

Importante considerar nessa análise as unidades de poder que constituem o Estado, problematizadas nos estudos de Antônio Gramsci, o qual viveu no período de 1891 a 1937, e também mergulha nas fontes marxistas para estudar as estruturas que compõem o Estado o qual, didaticamente, denomina de sociedade política e de sociedade civil. Considerando o momento histórico em que viveu, já a partir do início do século XX, o autor atualiza a concepção de Estado e sociedade civil identificando ambos como elementos da superestrutura, divididos em eixos distintos e que se inter-relacionam. O Estado é denominado de sociedade política prevalecendo em suas ações medidas coercitivas (GRAMSCI, 1985), que estabelecem com a sociedade civil uma relação dinâmica e contraditória cujo teor político é determinado a partir da própria pressão, e organização da sociedade civil, processo esse melhor debatido no subcapítulo 2.5 desta tese.

Dito isso, estudar o processo de constituição do Estado na América Latina tem como pré-requisito considerar as situações díspares da economia, história e estrutura dos países latino-americanos (KOWARICK, 1985), pois analisar as unidades de poder constitutivas do Estado, requer a problematização dos processos que se deram no capitalismo mundial, seus rebatimentos para o continente Latino-americano, e a forma distinta como cada país deste continente adota politicamente posições frente ao capitalismo global.

Ainda sobre o papel do Estado no contexto do capitalismo, Kowarick (1985, p. 6) reforça a ação política, dinâmica e contraditória que: “[...] cria as condições para a reprodução e expansão do capital e as formas de apropriação dos excedentes”. Prosseguindo na mesma linha, os autores, respectivamente Pereira (2011a) e Kowarick (1985), ao analisarem as relações sociais no bojo do Estado, problematizam uma das estratégias de domínio do Estado para criar condições efetivas para a acumulação do capital. Nessa direção analítica consideram o

[...] pacto de dominação que exerce o seu domínio por meio de um aparato institucional (burocrático, jurídico, policial, ideológico) sobre a sociedade, embora seja influenciado por esta. Assim, o poder do Estado representa a força concentrada e organizada da sociedade, com vista a regulá-la em seu conjunto (PEREIRA, 2011a, p.147).

[...] o ‘pacto de dominação’ representa, em última instância, a defesa de interesses básicos e fundamentais das frações dominantes [...] Frente ao movimento das forças sociais, o Estado, em primeiro lugar, mantém a normas de exclusão econômica e política que constituem a essência do ‘pacto de dominação’. Em segundo lugar, deve assegurar uma distribuição de benefícios para as classes e frações sobre as quais está contraditoriamente estruturado o ‘pacto de dominação’. Ainda deve atender a certas demandas das classes subalternas mesmo que essas demandas se contraponham a certos interesses de frações dominantes (KOWARICK, 1985, p. 7).

Os autores referem-se ao **pacto de dominação** como um esquema de negociação

e/ou mediação entre os interesses conflitantes das relações entre classes e intra-classes, e, que por meio dessa contradição é possível que as forças sociais subalternas possam ter suas demandas e interesses minimamente atendidos. Todavia, não há uma prevalência do atendimento das demandas da classe trabalhadora, pois devido ao caráter classista do Estado, sua tendência é representar a classe que o funda, não obstante, no bojo desta relação social observa-se a flexibilidade do Estado em suas unidades de poderes.

A partir desses pressupostos, destaca-se a dimensão contraditória do Estado, seus aspectos históricos seus aparatos institucionais; suas esferas econômico-política, sociocultural e jurídica, cujas estruturas se afirmam em um aparato burocrático-ideológico, policial e militar que, na medida dos interesses políticos das classes sociais, acionam medidas coercitivas. Por fim, analisa-se que o processo de acumulação do capital determina a estrutura que desenha o Estado, bem como seu papel, estabelecendo-se uma relação intrínseca e necessária entre ambos definida em um contexto histórico e político, no tocante a este estudo, cita-se a América Latina conforme será trabalhado no próximo subcapítulo.

2.2 América Latina: a atuação do Estado no contexto da acumulação do capital

Os elementos históricos permitem fazer conexões que orientam a racionalidade do protótipo de desenvolvimento articulado para a América Latina. Sabe-se que essa racionalidade é planejada e/ou arquitetada em fina sintonia com os princípios capitalistas de acumulação dos países cêntricos, e considerando a territorialidade e a condição subalterna que se encontra na divisão sócio territorial do trabalho, o continente Latino tornou-se solo fértil para a disseminação de uma política propalada desenvolvimentista. Da vasta literatura sobre a temática, destaca-se o estudo clássico de Galeano para situar o debate:

Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo. Para cada um se atribuiu uma função, sempre em benefício do desenvolvimento da metrópole estrangeira do momento, e se tornou infinita a cadeia de sucessivas dependências, que têm muito mais do que dois elos e que, por certo, também compreende, dentro da América Latina, a opressão de países pequenos pelos maiores seus vizinhos, e fronteiras adentro de cada país, a exploração de suas fontes internas de víveres e mão de obra pelas grandes cidades e portos [...] Para os que concebem a História como uma contenda, o atraso e a miséria da América Latina não são outra coisa se não o resultado de seu fracasso. Perdemos; outros ganharam. Mas aqueles que ganharam só puderam ganhar porque perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já foi dito, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. **Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia [...]** Na alquimia colonial e neocolonial o ouro se

transfigura em sucata, os alimentos em veneno (GALEANO, 2013, p.18-19, grifo do autor).

O **desenvolvimento e subdesenvolvimento** são faces de uma mesma moeda, onde se estabelece uma relação contraditória e necessária, explícita pela exploração de países cêntricos sobre países considerados periféricos e, no caso, o Continente Latino, sob a égide de um mesmo sistema. Essa lógica é fundamentada, como expressão maior do modo de produção capitalista, cuja perspectiva de um desenvolvimento pautado na equidade, na solidariedade é incongruente diante da perspectiva do desenvolvimento a partir dos parâmetros da acumulação capitalista, estabelecendo ênfase na economia de mercado com vistas que os países possam ser competitivos no mercado global; daí inferir que se trata de fato, de um tipo de desenvolvimento específico para o atendimento da acumulação do capital.

Não obstante, os impactos negativos de tal racionalidade sobre os países considerados periféricos, em particular o Continente Latino Americano, em que pesem as expressões da questão social, tais consequências desdobram-se em assimetrias sociais configuradas por meio da desigualdade social, agudização da pobreza e violações de direitos nas mais diversas áreas. Os reflexos dessas desigualdades sociais recaem sobre o Estado, que se vê confrontado, e num movimento dialético aciona medidas, políticas e programas que, de regra, são paliativos, e que minimamente compensa os efeitos deletérios causados pelo processo de acumulação do capital.

Para tecer uma análise geográfica, social e econômica dos efeitos do processo da acumulação do capital sobre o Continente Latino apresenta-se o mapa físico da América Latina (Figura 1). Neste ponto, destaca-se o debate conceitual, haja vista ser um continente plural e que, sem dúvida deve ser considerada sua geopolítica. Seu traçado geofísico é complexo e pouco convencional no momento em que se observam países em continentes distintos, a exemplo América do Sul e América Central, como também países que ainda são colônias e território de países cêntricos.

Portanto, considera que o continente latino abrange todos os doze países da América do Sul, países e territórios na América Central e o México. Sem dúvida trata-se de um continente difuso que se afirma por suas dimensões social, geopolítica e cultural considerando suas lutas sociais, histórias e modelos de colonização. A seguir o mapa físico da América Latina.

Figura 1 – Mapa da América Latina



Fonte: Memorial da América Latina (2009).

Tendo em vista a dimensão transcontinental exposta na figura 1, analisa-se que, do ponto de vista ideológico, o projeto desenvolvimentista da perspectiva de que os países latinos americanos se encontravam em plena ascensão, na verdade tratava-se de um discurso dada a condição de periferia do capitalismo sobre o Continente Latino.

Segundo Borón (2010), essa perspectiva ascendente dos países subdesenvolvidos a desenvolvidos se apresenta como uma espécie de “mito do capitalismo desenvolvido”, tendo

em vista um possível desenvolvimento vindouro, o que o autor denominou de “países do futuro”, como se o crescimento social e econômico de um país se desse naturalmente de forma progressiva e por etapas, sem contradições e de forma homogênea. Assim sendo induz a conclusão de que somos um país de terceiro mundo com potencial para ascender ao grupo dos países desenvolvidos. Todavia, tal perspectiva foi logo rechaçada, pois o que se viu foi o aprofundamento da pobreza e do subdesenvolvimento, uma vez que:

[...] o capitalismo periférico foi incapaz de dar o salto que permitisse superar a barreira que separa subdesenvolvimento de desenvolvimento [...] pobreza, exclusão social, desemprego, altas taxas de analfabetismo aberto e funcional, baixa produtividade média, profundos desequilíbrios regionais, debilidade estatal para impor regras de jogo na economia, atraso tecnológico, vulnerabilidade externa, fragilidade das instituições democráticas e múltiplas formas de dependência econômica dos centros imperialistas do poder mundial (BORON, 2010, p. 35).

Esses impactos deletérios sobre o Continente Latino Americano remetem a uma crítica radical ao desenvolvimentismo articulado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)¹⁹, visto que, em seus múltiplos contextos, geo-social, econômico-político e cultural e considerando toda a diversidade presente nesta territorialidade transcontinental, a América Latina não é um todo homogêneo; sua dimensão multicultural talvez seja o que melhor lhe retrata.

Assim, o modelo de desenvolvimento colonizador de exploração orientou a economia com base em exportações extrativistas por meio de *commodities* minerais, ambientais e agrícolas, que se caracterizam por uma intensa escala de produção, baixo valor unitário agregado, atividades repetitivas e baixa tecnologia (PAULANI, 2008), e que, conseqüentemente, reforça o processo de superexploração do trabalho, acirrando as lutas de classes, forjando uma dependência econômica, com pouca autonomia e soberania estatal aos países do continente.

Segundo Marini (2011), tal política representa a colonização do continente sul-americano com níveis de pobreza acelerados. Esse processo de colonização está intrinsecamente ligado à categoria **dependência**, que segundo o autor se dá

¹⁹ A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) como uma das comissões da Organização das Nações Unidas (ONU) estabelece as diretrizes político-econômicas para os países da América Latina e fomenta as relações econômico, político e diplomáticas entre estes países considerados economicamente periféricos. Segundo Almeida Filho e Corrêa (2011, p. 93): “A CEPAL é uma das cinco Comissões Econômicas criadas em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico da América Latina, mediante a coordenação de ações econômicas destinadas a promover esse desenvolvimento, além de reforçar as relações dos países da região entre si e com os demais países do mundo. Essa missão inscreve-se no ideário mais amplo que orientou a criação das Nações Unidas, responsável pela consolidação do espaço supranacional em um espaço multilateral de governança política e, sobretudo, econômica. Portanto, a missão inscreve-se naquilo que poderia ser identificado como “os valores próprios da civilização ocidental”.

[...] como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência [...] e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (MARINI, 2011, p. 134- 135).

Notadamente, a categoria da dependência contribui ao permitir a análise do sistema capitalista como um todo, em seus diferentes ramos (agrícola, bancário, rentista, industrial e fabril) em plena crise estrutural; e ver nos países latinos, um aliado para agir em seu socorro na medida em que o sistema capitalista precisa geograficamente se expandir, tendo em vista a necessidade de seu contínuo processo de acumulação.

Em face disso, vê-se o domínio dos países cêntricos sob os países da América Latina reforçando o processo de colonização do continente, que se iniciou a partir do século XVI (MARINI, 2011). Portanto, não se trata de uma relação de cordialidade e diplomacia entre países autônomos, e sim que os países colonizados abrem mão de seus sistemas e processos internos, para possibilitar a abertura e a ampla instalação dos projetos econômicos de acumulação do capital.

Com efeito, uma das principais funções dos países da América Latina para o grande capital, consiste na **extração da mais-valia**, prevalecendo à exploração da mais-valia relativa e desta sobre a mais valia absoluta. Esse processo de acumulação do capital se apropria da exploração da **mais-valia relativa** que, por meio de processos tecnológicos produz em tempo minorado um maior quantitativo de bens, maximiza o lucro e diminui o trabalho assalariado - em detrimento da **mais-valia absoluta** cujas horas de trabalhos são estendidas, mas ainda se mantém o salário. Essa fruição do capitalista desqualifica e empobrece continuamente o trabalhador, uma vez que

[...] por um lado, o processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meio de valorização e de fruição para o capitalista. Por outro, o trabalhador sai do processo sempre como nele entrou: como fonte pessoal de riqueza, porém despojado de todo os meios para tornar essa riqueza efetiva para si. (MARX, 2013, p. 645).

Obviamente, a contradição entre capital e trabalho não se dá sem lutas e resistências, e é a partir das análises das forças do complexo sistema capitalista sobre o continente Latino Americano, que alguns autores²⁰ a interpretam, à luz Teoria da Dependência, os pressupostos marxistas para discutir o desenvolvimento do subdesenvolvimento, a partir da relação entre capitalismo periférico e capitalismo central. Os autores buscam as particularidades latinas e identificam categorias ontológicas de análise

²⁰ Autores que discutem a Teoria da Dependência: Frank (1973), Santos (1973), Bamberra (1972, 1978), Marini (2012), dentre outros.

dessa realidade, dentre as quais, se destaca a primazia da superexploração do trabalhador na ênfase por uma mais-valia relativa em detrimento da mais valia absoluta, considerando que:

[...] além de facilitar o crescimento quantitativos destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa [...]. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista (MARINI, 2011, p. 138).

Sem dúvida, a importância da América Latina para o quadro de expansão mundial do capitalismo é fundamental, na medida em que contribui para potencializar a lógica de acumulação do capitalismo, não obstante suas reiteradas crises econômicas e seus impactos, via de regra, globais²¹. Os frutos negativos dessa relação desigual e combinada, entre o capitalismo central e o capitalismo periférico, refletem-se no continente latino americano, materializados no aprofundamento da precarização das relações de trabalho; no esgotamento das forças produtivas dependentes dos recursos naturais (energia, água) em função das perdas desordenadas das riquezas naturais, do aprofundamento das desigualdades sociais e supressão de direitos da classe trabalhadora.

A partir desses elementos introdutórios correlatos aos processos de desenvolvimento aportados para o continente latino-americano, destaca-se que a economia desenvolvimentista fomentada pela CEPAL, nas décadas de 1950 e 1960, teve a função de articular o sistema de industrialização, integração e modernização da economia como estratégia para a superação da desigualdade social e pobreza estampadas no continente latino-americano, frutos dos efeitos do capitalismo periférico (SAMPAIO JÚNIOR, 2012), em contraponto à feição da economia agrária, que para essa escola consistia em uma das razões do subdesenvolvimento dos países latinos.

De fato, ao analisarmos os tipos de dependências, temos até meados da década de 1950 uma “dependência tradicional” com a qual abastecemos os países cêntricos com matérias primas e produtos agrícolas e importamos produtos: “de bens de consumos duráveis

²¹ De acordo com Mandel (1969) as crises econômicas estão intrinsecamente relacionadas à interrupção das bases do processo produtivo seja na esfera da produção, lucro e/ou a mão de obra. Muito embora essas crises sejam cíclicas, considera o tempo/espaço, o que não significa dizer que envolvem todos os países capitalistas, ou seja, não obstante tais crises não sejam absolutas, se colocam em um patamar dominante e cíclico. Assim sendo, “La crisis económica es la interrupción del proceso normal de reproducción. La base humana y material de la reproducción, el volumen de mano de obra productiva y el volumen de instrumentos de trabajo efectivamente empleados, se restringe. De ahí resulta una baja del consumo humano y una baja del consumo productivo, es decir, una disminución del trabajo vivo y del trabajo muerto que estará a disposición de la producción durante el ciclo siguiente. De esta forma, la crisis se reproduce en forma de espiral. La interrupción del proceso normal de reproducción disminuye a su vez la base de partida de éste (MANDELL, 1969, p. 1).

e bens de capital²², com os quais se implementava a produção de bens de consumo não duráveis, como têxtil, alimentação etc., produção em geral em mãos de uma burguesia local” (KOWARICK, 1985, p. 8).

Após 1950, o surge o que o Kowarick (1985) denomina de "novo caráter da dependência" de quem o Brasil passa a ser um parque de produção industrial dos países cêntricos, utilizando a mão de obra local, cujos salários menores e uma incipiente organização política ajudam a ampliar a margem de lucro das multinacionais, que passam a proceder ao deslocamento de seus parques industriais para os países da periferia capitalista, sem, contudo, transferir tecnologia. Ocorre por parte do Estado, incentivos fiscais e tributários que contribuem para atrair as grandes multinacionais que se instalam no território brasileiro.

Esse processo se apropria da territorialidade brasileira, provoca a superexploração da classe trabalhadora, promove a degradação e poluição do meio ambiente e fragiliza a burguesia nacional, uma vez que abre um processo de concorrência sem precedentes. Essa tese de que a modernização da economia impulsionaria o processo de industrialização, passou por uma revisão na própria ótica neo-estruturalista cepalina no pós 1970 que, tomando como ponto de partida a industrialização latino-americana acirrou os problemas das desigualdades sociais no continente incluindo o Brasil.

Considerando os impactos negativos da expansão do sistema capitalista das décadas anteriores, a partir da década de 1980 a CEPAL defende a adoção de uma estratégia de transformação produtiva com equidade social, que permita compatibilizar um crescimento econômico sustentável com uma melhor distribuição de renda, tendo em vista a necessidade de se reparar os efeitos deletérios ocasionados pelo neoliberalismo, que desde a década de 1970 pairava sobre o continente, temática que será mais bem aprofundada no subcapítulo 2.4 deste estudo.

Ademais, na perspectiva de conciliar o inconciliável (CASTELO, 2012) ocorrem no Brasil, a partir dos anos 2000, acalorados debates, tendo como um dos precursores Bresser Pereira

²² Considerando a pouca tecnologia e o baixo investimento em pesquisas, os bens de capital muitas vezes obsoletos nos países cêntricos eram destinados para os países periféricos, com destaque para o Brasil, com o discurso de fomento e modernização da economia. Como um dos elementos da composição orgânica do capital, o capital constante, **bens de capital ou de produção**, os maquinários e estruturas prediais necessárias ao processo produtivo, e, conseqüentemente de consumo – partes estas essenciais para o incremento do acúmulo do capital. Veja-se: “A composição do capital pode ser considerada de um duplo ponto de vista. Com relação ao valor, acha-se determinada pela proporção segundo a qual o capital se divide em parte constante (o valor dos meios de produção) e em parte variável (o valor da força obreira). Com relação à sua matéria, tal como aparece no ato de produção, todo o capital consiste em meios de produção e em força obreira ativa, e a sua composição está determinada pela proporção que existe entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessário para fazê-lo funcionar” (MARX, 2008, p. 190-191).

dentre outros economistas e estudiosos da causa, que passam a pensar fórmulas possíveis para atender o desafio da conciliação entre capital e trabalho, ou seja, a necessidade em se repensar um desenvolvimentismo alternativo ao neoliberalismo, denominado de **novo desenvolvimentismo** e/ou **neodesenvolvimentismo**, assunto este melhor problematizado na próxima seção.

Sem dúvida, as estratégias de acumulação do capital sobre os países do continente latino americano traduzem, historicamente, a estruturação de Estados altamente interventivos e plenamente alinhados às relações sociais de produção capitalista e às tensões oriundas das contradições das lutas de classes. Não em vão o Estado burguês por meio de um dos seus elementos constitutivos, a ideologia, materializa os interesses de classes e frações de classes dominantes em suas estruturas físicas e institucionais, que a partir dessa lógica tece a infraestrutura física, social, política e ideológica para a ampliação da acumulação do capital, lógica essa que se perpetua até os dias atuais e reitera a máxima de um Estado forte para o grande capital e negligente para as políticas públicas sociais.

É neste cenário socioeconômico e político, que o Estado brasileiro, intrínseco à lógica do capitalismo internacional, subsidia com aportes que viabilizam e dinamizam o desenvolvimento e crescimento das forças do capital em detrimento das forças sociais e ambientais. E disso decorre uma dupla articulação entre dependência externa e segregação sócio espacial provocada pelos projetos econômicos dos vários segmentos capitalistas. (SAMPAIO JUNIOR, 2012).

De fundo, sabe-se que o sistema capitalista se alimenta simbioticamente do trabalho humano e da natureza (meio ambiente), e que, portanto, a Amazônia apresenta-se como um grande polo atrativo. Assim, o processo de colonização²³ na Região da Pan Amazônia, região que abrange nove países da América do Sul e nove estados brasileiros, é contínuo e serve estrategicamente para a expansão geográfica do processo de acumulação do capital, uma vez que historicamente as relações de produção e exploração são recorrentes; um exemplo são os trabalhadores atraídos pelas grandes obras e submetidos a níveis degradantes de exploração do trabalho.

²³ Segundo Fernandes (2009) a neocolonização é fruto histórico do processo de colonização cuja herança advém do antigo colonialismo impostos pelas coroas da Espanha e Portugal que estabeleceram relações assimétricas de poder tanto na esfera da economia como cultural. Segundo o autor, esse padrão de dominação externa passou por fases diferenciadas, diretamente relacionados a dinâmica e história imposta pelo modo produtivo capitalista. Assim sendo, o neocolonialismo expressa que: “O controle financeiro das emergentes economias satélites tornou-se tão complexo e profundo que o esquema exportação-importação foi refundido para incluir a ‘integração’ do comércio interno, a ‘proteção’ dos interesses rurais ou da modernização da produção rural, a ‘introdução’ das indústrias de bens de consumo, a ‘intensificação’ das operações bancárias etc. Em síntese, as economias dependentes foram transformadas em mercadorias, negociáveis a distância, sob condições seguras e ultralucrativas” (FERNANDES, 2009, p. 26).

Segundo Marini (2011), esse processo de exploração, com vistas ao aprofundamento da acumulação do capital, encontra solo fértil na América Latina e se consolida por meio de elementos como mão de obra disponível e pouco qualificada; parca representação sindical; ausência de um projeto político de classe; burguesia local articulada de forma subserviente à burguesia internacional e um Estado burguês que subsidia e legitima tais práticas de exploração:

De maneira geral, a exploração, entendida como a capacidade de apropriação do valor produzido pelo trabalhador por parte do capitalista tem três mecanismos-chaves, como sustenta Marx (mais-valia relativa, mais-valia absoluta e pagamento de um salário que garanta a reprodução da vida do trabalhador e de sua família), na América Latina, se caracterizará pela utilização excessiva desses mecanismos a partir do pagamento de um salário que não permite a reprodução adequada da vida do trabalhador. Assim, além da exploração pelos dois mecanismos-chave (mais-valia relativa e mais-valia absoluta), aqui se dá a utilização direta de uma exploração *sui generis*: o pagamento de salários que não permitem ao trabalhador sequer reproduzir adequadamente sua vida, muito menos a de sua família. Essa remuneração perversa ocorre [...] devido a alguns mecanismos essenciais: a) mão de obra abundante no continente, antes a serviço do trabalho escravo, agora a serviço do trabalho assalariado mal remunerado; b) estruturas sindicais débeis, corroborando o sistema de exploração em vez de lutar contra o mesmo; c) uma classe operária historicamente jovem [...] d) poder da burguesia nacional diretamente associado aos interesses da burguesia internacional; e) Estado que responde aos interesses do modo de reprodução do capital. Todos esses mecanismos atuam de forma para dar sustentação ao processo de reprodução ampliada do capital no âmbito mundial (MARINI, 2011, p. 34-35).

Na Amazônia Legal, esses níveis de exploração chegam a ser superlativos, considerando toda a história de colonização, saque e resistência de seus povos, como melhor aprofundado no capítulo três deste estudo. Essa perspectiva de exploração permite que os países cênicos se desenvolvam a partir do subdesenvolvimento dos países periféricos e/ou satélites. Com efeito, o subdesenvolvimento apresenta elementos que o determinam historicamente, e não representa um processo etapista. Essas relações concretas e contraditórias entre capital e trabalho trazem em seu bojo relações de exploração de mais valia; exploração e exportação de *commodities* e flagrante espoliação da natureza que assolam os países periféricos. (FERNANDES, 2009; GALEANO, 2013; MARINI, 2011).

Ao analisar as relações capital versus trabalho identifica-se os grandes projetos de envergadura do capital na Amazônia brasileira, e sua relação intrínseca à questão da exploração do trabalho e da dependência. Como unidade de análise do subdesenvolvimento na região, considera-se o nível assimétrico de relacionamento econômico entre continentes, como também entre os próprios países do mesmo continente (MARINI, 2011). O Brasil na condição de país subdesenvolvido caracteriza-se pelo modo e/ou nível de exportação de matérias primas; câmbio flutuante com prevalência de importações ao invés de um maior fluxo de exportações (CASTELO, 2012), a exemplo das *commodities*, entre outros.

Essa condição econômica reforça a posição subalterna do Brasil, e, sobretudo, da Amazônia brasileira na divisão internacional do trabalho com destaque para os baixos níveis de qualificação do trabalhador, baixos salários, precária proteção social que aguçam as diferenças sociais abissais materializadas pelos níveis de desigualdades sociais, é fato que esses elementos incrementam o padrão de acumulação do capital na região conforme assevera Sampaio Junior (2012).

Sabe-se da visão ideologizada de que a Amazônia é um território primitivo, pleno e abundante capaz de atender as necessidades de fornecimento de matérias primas, de abastecimento de água e energia para o Brasil e para outros países de forma abundante. No entanto, refuta-se essa concepção, pois trata-se de uma visão forjada que não considera os conflitos existentes, os sujeitos dessa territorialidade na sua relação com a natureza e sua autonomia enquanto povos.

A Amazônia brasileira é, efetivamente, negligenciada pelo Estado brasileiro - na medida em que serve e subsidia os interesses da acumulação do capital e não é considerada a partir de suas particularidades e de seus povos, que historicamente buscam mecanismos de resistência da ofensiva da acumulação do capital sobre a região que é, portanto, uma região de constantes conflitos.

Por fim, esses elementos econômicos políticos e históricos problematizados, auxiliam na análise da importância geopolítica que representa a Amazônia no contexto global do capital, demarcando o papel de submissão na divisão social e internacional do trabalho. Infere-se, a partir dos elementos problematizados, que os territórios são estrategicamente esquadrihados pelos complexos das forças capitalistas, priorizando áreas econômicas e financeiras corporizadas através das balanças comerciais, com índices elevados de exportações, e, na particularidade amazônica, caracterizadas pela exploração e produção de produtos vegetais, minerais e animais, transformados em *commodities*.

Contraditoriamente, o sistema capitalista acirra um jogo de perdas e danos denunciando o “calcanhar de Aquiles” desse sistema, que como uma roda viva gera disputas internas e externas, locais, regionais e transnacionais caracterizando-se como um complexo sistema, cujos princípios não consideram meios, no caso a história, a cultura, a política e autonomia dos povos, para atingir os fins, que dizem respeito à acumulação e a exploração que dialeticamente promovem o aprofundamento das desigualdades sociais, chanceladas pelo Estado burguês brasileiro.

2.3 Neoliberalismo no Brasil e a expansão capitalista

Ao analisar os efeitos deletérios do neoliberalismo sobre os países alinhados ao capitalismo mundial, depara-se com uma série de estudos qualificados, que problematizam o papel do Estado, do capital e da sociedade. Assim, trabalhou-se com autores de tradição crítica, que estudam a realidade brasileira como também o cenário internacional, onde reina o neoliberalismo como doutrina, a qual despontava-se desde o século XIX.

Apesar de sua gênese, o neoliberalismo levou quase quarenta anos para se firmar como uma doutrina de "prática da política econômica" (PAULANI, 2008, p. 111), considerando que o período pós-segunda guerra mundial foi fortemente marcado por um Estado regulador e protetor, no qual o estado de bem-estar social era prevalente nos países cêntricos, sobretudo nos europeus, em contraponto às mazelas deixadas pela guerra.

As duas crises do petróleo, respectivamente em 1973 e 1979, e a elevação dos juros norte-americanos, deflagraram uma nova fase do sistema capitalista e, conseqüentemente, novos preceitos na relação capital e trabalho, mediada pelo Estado. Nesta o mercado é colocado de forma virtuosa, autônoma e com a plena necessidade de ser livre para se modernizar e, conseqüentemente, crescer. Para tal, o Estado haveria de assumir um papel de retaguarda cuja ação ficaria a partir de uma governança, o que representaria: "Segurar com mão de ferro os gastos do Estado" (PAULANI, 2008, p. 110).

Do ponto de vista ideológico, ao Estado é contabilizada a conta da crise econômica relativa à acumulação do capital, exigindo-se das estruturas estatais, reajustes políticos e econômicos. Assim sendo, ocorre a responsabilização do Estado que em seu "socorro" apresenta-se o receituário neoliberal com vistas a disciplinar e reajustar as políticas sociais e econômicas, forjando a reformulação das atividades estatais (SANTANA, 2013, p. 46- 47). Nesta direção Soares (2000), afirma que

Trata-se de uma crise global de um modelo social de acumulação, cujas tentativas de resolução têm produzido transformações estruturais que dão lugar a um modelo diferente – denominado neoliberal – que inclui (por definição) a informalidade no trabalho, o desemprego, o subemprego, a desproteção trabalhista e, conseqüentemente, uma 'nova' pobreza. Ao contrário, portanto, do que se afirma, a reprodução em condições críticas de grandes parcelas da população faz parte do modelo, não impedindo a reprodução do capital. Essas condições não são uma manifestação de que o sistema estaria funcionando mal, e sim a contraface do funcionamento correto de novo modelo social de acumulação. Nesse sentido, o **ajuste neoliberal** não é apenas de natureza econômica: faz parte de uma redefinição global do campo político-institucional e das relações sociais (SOARES, 2000, p. 12, grifo da autora).

Com efeito, o ajuste econômico e político neoliberal caracteriza o Estado com um perfil mínimo, com medidas restritivas; menor regulação da competição de mercado, permitindo em larga escala a livre concorrência; privatização das estatais e consequentes diminuições dos gastos sociais e trabalhistas. Daí o processo de flexibilização do trabalho tomar grande força, vociferando sobre os direitos sociais e, conseqüentemente, sobre as políticas públicas sociais via cortes financeiros de grande monta. Conforme Soares (2000), nesse novo modelo de acumulação

[...] os direitos sociais perdem identidade e a concepção de cidadania se restringe; aprofunda-se a separação público-privado e a reprodução é inteiramente desenvolvida para este último âmbito; a legislação trabalhista evolui para uma maior mercantilização (e, portanto, desproteção) da força de trabalho; a legitimação (do Estado) se reduz à ampliação do assistencialismo. A expressão institucional desse modelo – e do caráter das relações sociais – é também um novo Estado, um cenário diferente que expressa – ao mesmo tempo que define – novas condições de luta social (SOARES, 2000, p.13).

Neste espírito de reestruturação institucional, o Estado torna-se o grande financiador dos empreendimentos privados. Desta feita, enquanto ente subsidiador da infraestrutura física e social para a expansão geográfica da acumulação do capital articula-se um clima ideologicamente favorável, capaz de legitimar seus princípios, até porque o caráter classista do Estado burguês se mostra de forma explícita.

Assim sendo, sob o manto ideológico do Estado neoliberal na América Latina, Harvey (2008) problematiza a questão do “consentimento” para a implantação do neoliberalismo, que foi criado e introjetado nos países capitalistas. Neste continente, o neoliberalismo se imiscui em meados da década de 1970, primeiramente no Chile e na Argentina. De acordo com Soares,

A entrada dos países latino-americanos no processo de ajuste e das reformas é variável no tempo. O Chile, país onde ocorreu a mais radical ruptura político-institucional do continente, inicia o ajuste nos anos 70. Diversos países iniciam seus processos de ajuste nos anos 80, com reformas parciais como a financeira e a renegociação das dívidas. Mas é a partir do final dos 80 e sobretudo início dos 90 que a maioria dos países latino-americanos desencadeia e/ou avança nos ajustes e nas reformas (SOARES, 2000, p. 23).

O coroamento do neoliberalismo se beneficiou nos países latinos dos regimes de pacificação militar-civil que países, como Chile e Argentina, haviam passado e o modo como as forças sociais internas reagiram aos ajustes neoliberal. Na esteira histórica, a articulação do

*Consenso de Washington*²⁴ em 1989 vem consolidar essa nova era de reestruturação econômica, com sérios reflexos nas áreas política e social na base estatal dos países signatários do modo de produção capitalista. Estes vão designando ações de ajuste em nível global. Seguindo este raciocínio Soares assevera que

As políticas de ajuste fazem parte de um movimento de **ajuste global**, o qual se desenvolve num contexto de globalização financeira e produtiva. Esse processo de ajuste global na economia mundial caracteriza-se por um rearranjo da hierarquia das relações econômicas e políticas internacionais, feito sob a égide de uma doutrina neoliberal, cosmopolita, gestada na capital política do mundo capitalista, denominada Consenso de Washington. O referido Consenso caracteriza-se por um ‘conjunto, abrangente, de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Trata-se também de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes (TAVARES; FIORI, 1993, p. 18 apud SOARES, 2000, p. 16).

Harvey (2008), ao refletir sobre o neoliberalismo e o seu coroamento com o *Consenso de Washington*, problematiza que ideologicamente os princípios neoliberais levaram cerca de trinta anos para se engendram nos países da América Latina, o que o autor denomina de virada neoliberal. Assim sendo, esse movimento articula as bases de uma espécie de consentimento popular que segundo o autor vai legitimar o neoliberalismo como alternativa de desenvolvimento, permitindo,

os canais por meio dos quais se fez isso foram diversificados. Fortes influências ideológicas circularam nas corporações, nos meios de comunicação e nas numerosas instituições que constituem a sociedade civil [...]. A ‘longa marcha’ das ideias neoliberais nessas instituições, que Hayek concebera já em 1947, a organização de bancos de ideias (apoiados e financiados por corporações), a cooptação de certos setores dos meios de comunicação e a conversão de muitos intelectuais [...] tudo isso criou um clima de opinião favorável ao neoliberalismo como o garante exclusivo da liberdade. Esses movimentos mais tarde se consolidaram com o domínio dos partidos políticos e, em última análise, o poder do Estado (HARVEY, 2008, p. 49-50).

Efetivamente, a virada neoliberal deu-se de forma distinta nos países capitalistas, tendo em vista as lutas sociais, as características das relações históricas constituídas por cada país, sobretudo em relação ao continente latino-americano. E ainda a importância crucial que

²⁴ A literatura aponta que vários intelectuais e os organismos internacionais seguiram e aprofundaram o estudo da economia capitalista tendo em vista a necessidade da superação de suas sucessivas crises e a continuidade da expansão e da acumulação do capital. Assim sendo a alcunha do termo Consenso de Washington segundo Santana (2013, p. 44, grifo da autora), “[...] foi utilizada por John Williamson, economista inglês e diretor do *Institute for International Economics*, após reunião convocada por esse Instituto e realizada em 1989 na cidade de Washington, onde participaram economistas latino-americanos de perfil neoliberal, funcionários do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Interamericano de Desenvolvimento e do governo norte-americano, com o objetivo de avaliar as reformas econômicas no contexto da América Latina”. Nessa mesma linha, Pereira (2012) retrata que o *Consenso de Washington* consistiu em um conjunto de encaminhamentos e determinações acerca da nova tendência da economia mundial, verdadeiras receitas que iriam reger as ações políticas e econômicas dos países capitalistas.

as ditaduras militares, vigentes à época, tiveram para a consolidação desse projeto, especialmente nas décadas de 1960, 1970 e 1980, ressaltando que o neoliberalismo não necessita da democracia para se estabelecer com todo vigor (CASTELO, 2012).

Afinal, por que o neoliberalismo se impõe? O artigo intitulado “O imperialismo na era neoliberal” de Dumenil e Lévy (2004) demonstra, por meio de dados estatísticos e análises econômicas, que os níveis de riqueza (renda, patrimônio e modo de vida) das famílias norte-americanas das classes abastadas aumentaram. A análise parte da relação entre imperialismo e neoliberalismo, cujo casamento se aplica de forma deletéria em relação à classe trabalhadora em favor das classes sociais detentoras do capital e dos meios de produção.

Notadamente, o projeto neoliberal forja e aguça a desigualdade social e assegura ainda mais o processo de acumulação capitalista posto que exponencia e concentra a riqueza das classes burguesas: “os objetivos da ordem neoliberal [...] na verdade, sua razão de existir é a restauração da renda e do patrimônio das frações superiores das classes dominantes” (DUMENIL; LÉVY, 2004, p. 17), tese esta também defendida por Harvey (2008).

Esse processo desigual de ajuste provoca “uma redefinição global no campo político-institucional e das relações sociais” (SOARES, 2000, p. 12). Tais relações político-institucional e social são mediatizadas pelas unidades de poderes (administrativo, político, econômico, jurídico, segurança, defesa, relações exteriores etc.) dos Estados burgueses, materializada por meio das desregulamentações das leis e direitos trabalhistas, deixando a classe trabalhadora em situação de precarização e adensamento da pobreza, uma vez que ocorreu uma fragmentação radical nas bases políticas organizacionais, em virtude do desemprego em massa, extinção de postos de trabalho, contrato de trabalhos flexibilizados e precarizados. Em suas análises, a autora revela que,

Em síntese, esse novo modelo de acumulação implica que: os direitos sociais perdem identidade e a concepção de cidadania se restringe; aprofunda-se a separação público-privada e a reprodução é inteiramente desenvolvida para este último âmbito; a legislação trabalhista evolui para uma maior mercantilização (e, portanto, desproteção) da força de trabalho; a legitimação (do Estado) se reduz à ampliação do assistencialismo. A expressão institucional desse modelo – e do caráter das relações sociais é também um **novo Estado**, um cenário diferente que expressa – ao mesmo tempo que define – novas condições da luta social (SOARES, 2000, p.13, grifo da autora).

Esse ajuste estrutural na base da relação contraditória entre capital e trabalho forja uma reforma no Estado burguês, cita-se o exemplo do processo produtivo e o incremento de meios tecnológicos, que ajudam a intensificar tal processo fazendo com que os sujeitos trabalhem mais em menos tempo, e com menores salários, resultando no aumento da mais-

valia relativa conforme problematizado no subcapítulo 2.3. Assim, a totalidade desse processo reitera o caráter de precarização e das perdas das camadas sociais trabalhadoras como também provocam novas formas de resistência e luta social.

No plano das relações econômicas internacionais, o neoliberalismo promoveu a livre circulação do capital, afetando a autonomia dos países em desenvolvimento e/ou de terceiro mundo em suas relações fronteiriças, e etc. (HARVEY, 2008). Os reflexos negativos do neoliberalismo em âmbito global, também impactaram os níveis regionais, onde cada país do continente vai assimilando a intervenção dessa nova racionalidade econômica imposta pela necessidade de expansão e acumulação do capital. No Brasil esse ajuste passa a vigorar a partir da década de 1990 (SOARES, 2000).

Assim, a doutrina neoliberal e seus processos seguem avalizados pelos estados burgueses, cujo processo de consentimento foi ideologicamente incorporado pelas próprias sociedades capitalistas, onde se cria um discurso de modernização e desenvolvimento industrial sobre os países em desenvolvimento. O neoliberalismo é uma política econômica que segue promovendo e aprofundando o empobrecimento dos países periféricos, fragilizando a autonomia político-econômica e forjando um processo reiterado de dependência.

No cenário sócio-político e econômico brasileiro na década de 1990, o ajuste neoliberal desenhou um quadro de uma ortodoxia neoliberal reforçando o caráter de dependência dos países periféricos e, conseqüentemente, fragilizando a perspectiva de autonomia e soberania popular nacional, mantendo o país cativo aos ditames do capital internacional. Soares (2000) ajuda nessa reflexão ao afirmar que:

No caso do Brasil, o ajuste tornou-se particularmente dramático nos últimos anos, tanto do ponto de vista econômico quanto do social. Pelo lado econômico, apesar de ter sido, na década de 80, o país sul-americano a oferecer maior resistência às políticas de desregulamentação financeira e abertura comercial irrestrita, todos os impactos das políticas de ajuste implementadas nos anos 90 estão se sobrepondo com grande intensidade e num tempo muito curto. Pelo lado social, o país foi pego a meio caminho na sua tentativa tardia de montagem de Estado de Bem-Estar Social. Dada a sua massa gigantesca de pobreza estrutural, praticamente excluídas dos benefícios do desenvolvimento passado, o país é atingido pelos dois lados, o desenvolvido e o subdesenvolvido. Vale dizer, sofre todos os percalços das políticas de ajuste comuns aos países desenvolvidos e subdesenvolvidos (SOARES, 2000, p. 35).

Desse modo, no Brasil, o ajuste neoliberal coincidiu com um país recém democratizado, saindo do Estado de exceção caracterizado pelas crises política e civil, representada pela ditadura militar que perdurou violentamente, no período que foi de 1964 a 1985, debate este que pela natureza do objeto de estudo, não possibilita seu aprofundamento. Todavia, ressalte-se que o período ditatorial foi uma fase de pleno autoritarismo e violação de

direitos, sobretudo aos segmentos da sociedade civil que tinham posições políticas divergentes e que lutavam por melhores condições sociais e econômicas a serem providas pelas políticas públicas nas áreas de saúde pública, saneamento, moradia, etc.

Contrário à ditadura militar, o processo de democratização representou a efervescência dos movimentos sociais e populares, cuja Constituição de 1988 passou a ser a referência de um marco regulatório, que imprime à luta social a instituição e a efetivação de políticas públicas. Nestes termos, o exercício de participação e controle social pelos grupos sociais segue tencionando o Estado, considerando os reflexos e o limite de uma situação de hiperinflação, perda da liberdade política, resquícios da ditadura militar no Brasil.

A partir de 1985, o contexto é de mobilização em torno do processo de elaboração da nova Constituição Brasileira. A sociedade civil organiza-se no sentido de reunir e sistematizar reivindicações gestadas desde a década de 60, traduzindo-as em emendas populares. Conforme Gohn,

[...] as mobilizações organizadas canalizaram-se para o plano legal institucional: campanhas das emendas populares, articulação em torno da Reforma Urbana [...] vários movimentos sociais passaram a agendar em suas atividades quotidianas reuniões e debates e seminários para discutir e/ou elaborar subsídios a projetos de leis (GOHN, 1991, p. 11)

Diante do agravamento das condições de moradia nas cidades, relacionado ao aumento das contradições e desigualdades sociais, os movimentos sociais passam a questionar as reivindicações localizadas, mostrando que estas pouco alteravam a situação de exclusão dos moradores da cidade. É nesse aspecto que passam a discutir a necessidade de elaboração de políticas em nível federal, estadual e municipal com vistas a: construção de casas populares; urbanização e regularização fundiária; identificação, pelo poder público, de vazios urbanos tanto em terras públicas como privadas que estivessem subutilizados; criação de mecanismo de controle fundiário.

Essas forças semeiam os princípios da Reforma Urbana, que carrega em seu bojo reivindicações mais abrangentes e clamam por moradia, saneamento, regulação fundiária, saúde, ou seja, um “[...] conjunto de reivindicações e propostas alternativas, centrado nas políticas públicas, na função social da cidade, na distribuição da renda e na gestão democrática da cidade é denominado de Reforma Urbana” (FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO, 1994, 6-7).

A luta pela Reforma Urbana traz à tona um rico processo de mudanças, através de um movimento que oscila entre avanços e limitações. No entanto, não há como negar que o pós-1988 traz consigo uma grande visibilidade às gestões públicas pautadas na gestão

democrática da cidade, como um dos princípios da Reforma Urbana e que tem como objetivo central a melhoria da qualidade de vida da população e como eixos fundantes a democratização e transparência no uso dos recursos municipais e a construção de espaços públicos de garantia da participação da sociedade civil nos processos decisórios do governo.

Deste modo, a temática de democratização da gestão pública ganha novos conteúdos com a proposta de gestão que se configura nas últimas décadas do século XX, principalmente ao nível dos governos municipais, com a denominação de governos democrático-popular, por serem os responsáveis de adotarem um modelo de gestão baseado no compromisso com o fortalecimento da cidadania.

Nesse sentido, no Partido dos Trabalhadores, ressalta uma vanguarda que exerceu expressiva influência na configuração deste modelo de gestão; surgem as primeiras experiências democrático-populares no sul do país e, que cresceram ao longo da década de 80, quando se registra o primeiro governo petista no município de Diadema em São Paulo (período de 1983 a 1988); porém, a consolidação de tais experiências se deram, especialmente na década de 90, com a multiplicação de governos municipais e estaduais, do Partido dos Trabalhadores.

A primeira geração de governos democrático-populares (caracterizados pelas gestões de 1989-1992) tinha como eixos norteadores, segundo Daniel (1999, p. 184), o binômio **inversão de prioridades**, que “remete à prioridade no uso de recursos para as áreas sociais – em especial à educação, saúde e moradia – e à implantação de infra-estrutura urbana nas periferias da cidade [...]”; e a **participação popular** que,

[...] associada de início à idéia de conselhos populares, evolui com certa rapidez para a instituição de espaços de participação da população na gestão pública, a exemplo dos conselhos municipais, de unidades prestadoras de serviços e, especialmente, do orçamento participativo (DANIEL, 1999, p. 184).

Sob a perspectiva participativa, a prática desses governos teve como centralidade o campo das políticas sociais visando romper com o clientelismo e instituir políticas sociais fundamentadas nos direitos sociais e não mais em benesses. As ações na área da saúde, educação e distribuição de renda apontaram para a perspectiva de inovação, exercício de participação política e autonomia popular; e, desta forma, se credenciaram como “práticas bem sucedidas” atribuídas no imaginário popular, como marcas de

governo²⁵, a exemplo dos programas sociais e participativos, dos quais destacam-se o Orçamento Participativo (OP); o Programa de Renda Mínima; o Bolsa-Escola, o Banco do Povo, o Movimento de Alfabetização de Adultos (MOVA) e o Programa Saúde da Família (PSF), ou seja, políticas que efetivamente, estimularam a perspectiva de uma mudança social e participação político-popular, de cujos fomentos advinham um modo de gestão que responsabilizava o Estado como agente mediador e executor de tais políticas. Nessa mesma direção, Santana elucida que

de uma maneira geral, essas discussões se alinham em torno de um projeto que se convencionou chamar de **modelo democrático de gestão de cidades**, o qual foi sendo formatado nos anos 80 e 90 (do século XX), ganhando contornos mais definidos a partir de 2000 quando um número expressivo de governos municipais passam a ser administrados por partidos vinculados à tradição de esquerda. Na verdade, o conjunto de proposições, expressas em concepções, princípios e práticas desse **novo modelo de gestão democrática** tende a posicionar-se criticamente e contrariamente àquele modelo de gestão formatado e orientado pelas agências multilaterais de crédito [...], o qual corresponde, por várias mediações, ao modelo de gestão calcado na perspectiva neoliberal (SANTANA, 2013, p.129-130, grifo da autora).

A década de 1990 e a primeira metade dos anos 2000 segue embalada por essas experiências democrático-participativas, experiência essa também vivida intensamente na Amazônia Paraense, na capital de Belém do Pará que, em um esforço conjunto entre vários

²⁵ As experiências das gestões democrático-participativas dos governos do PT nos estados e municípios foram se consolidando por meio dos programas e políticas sociais, entre as quais cita-se: **Orçamento Participativo**, experiência de participação direta da população na gestão dos recursos públicos, cuja cidade precursora foi Porto Alegre. Seu funcionamento por mais de uma década, obteve reconhecimento nacional e internacional, por seu caráter inovador, serviu de referência para outros governos democrático-populares. Concorde-se com Prates (2001, p. 94), ao afirmar que: “Além da democratização do poder decisório, possibilitada pelo controle popular, o Orçamento Participativo tem sido, sem dúvida, espaço de desenvolvimento de processos sociais, como experiência que valoriza o conhecimento popular, os processos de participação, articulação e organização, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento e a autonomia das camadas populares”. Ao remeter-se à experiência do Orçamento Participativo de Assistência Social em Porto Alegre, a autora ressalta que tal processo “torna a população mais crítica e exigente em termos da gestão dos recursos públicos” (PRATES, 2001, p. 103) e que “[...] apesar de mais complexos e trabalhosos, o desenvolvimento de projetos legitimados pela participação população são, sem dúvida, mais efetivos no alcance dos objetivos que privilegiem processos educativos e organizacionais, fundamentais para a estruturação de bases potencialmente transformadoras” (PRATES, 2001, p. 107). Merece destaque também, o Programa **Bolsa Escola** – idealizado desde o fim da década de 80, e que foi implementado em 1995 no governo do Distrito Federal e, de acordo com Buarque (2001, p. 131), “um incentivo social: uma remuneração que mobiliza as famílias pobres, especialmente as mães como uma espécie de fiscais da assiduidade dos (as) próprios (as) filhos (os), garantindo-lhes a educação e ao mesmo tempo assegurando uma renda para manter sua subsistência”. A perspectiva, era romper o círculo geracional da pobreza, no sentido de combater suas causas, garantido o acesso à educação. A experiência expandiu-se para o âmbito nacional, principalmente para governos municipais democrático-populares. No âmbito do governo federal, o embrião do referido projeto iniciou em 1997 com a denominação de Programa de Erradicação de Trabalho Infantil (PETI). Em 2001, define-se o Bolsa-Escola, o qual ao invés de um salário mínimo, como no primeiro caso, propõe o valor de R\$ 15,00 por criança, descaracterizando o projeto original, cujo objetivo era a universalização da conclusão do ensino básico no país, como “[...] um princípio de justiça social ao nosso alcance, por meio de um mecanismo de distribuição de renda e cidadania simples, comprovado e indiscutivelmente bem-sucedido” (BUARQUE, 2001, p. 142).

partidos de esquerda e setores da sociedade, sob a defesa do Programa da Frente Belém Popular elege, pela primeira vez na história da cidade de Belém, um prefeito do Partido dos Trabalhadores. Santana refere que,

Capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores, o governo municipal que foi iniciado em 1997, reeleito em 2000 e finalizado em 2004, desenvolveu um projeto autodenominado **democrático-popular (o Governo do Povo)** que se conecta, por muitas mediações, às discussões em torno do **modelo democrático de gestão de cidades**. [...] Referenciado em nível de discurso por ideais socialistas, esse projeto se formatou com base nos princípios de **participação popular, transformação da cultura política local, democratização do Estado e inversão de prioridades**. (SANTANA, 2013, p. 155, grifos da autora).

Assim sendo, com a eleição de Edmilson Rodrigues do PT, que ficou à frente da prefeitura de Belém por dois mandatos consecutivos (1997 a 2004), e que devido incompatibilidades do projeto de gestão democrático-popular local, frente às tendências neoliberais que a gestão do Governo de Lula assume, este rompe com a partido em 2005²⁶ ainda na primeira gestão presidencial, tendência essa seguida por algumas correntes internas do PT em nível nacional.

Por complexo e contraditório, na mesma medida em que o Brasil por meio das gestões presidenciais sucessivas de Collor de Mello (1990-1992); Itamar Franco (1992-1994); Fernando H. Cardoso (1995-2003) e Luiz Inácio L. da Silva (2003-2010) alinham as políticas econômicas e sociais ao ajuste neoliberal, por outro lado, alguns estados e municípios vivem a experiência da gestão democrática e participativa – que por princípio, não se coadunam ao ajuste neoliberal.

Portanto, contrário à perspectiva de democratização brasileira e suas demandas por políticas universais, depara-se com o neoliberalismo como uma política econômica de minimização do Estado social com a ampliação e abertura econômica aos diversos setores do capital. As conquistas sociais no Brasil apresentaram um ingresso tardio, que, de certo modo na contramão da história, tiveram como resultado o alcance de direitos universais celebrados pela Constituição Brasileira de 1988 e que, por outro lado, países do continente europeu já estavam vivenciando o desmantelamento do seu sistema de proteção social (*Welfare State*, estado providência) pela ofensiva neoliberal.

Na verdade, o sistema brasileiro de proteção social nem sequer chegou a gozar de um estado de bem-estar social. Evidentemente, os reflexos interventivos do neoliberalismo tiveram

²⁶ Para o aprofundamento da experiência democrático-participativa em Belém no Governo do PT na Amazônia Paraense, consultar Moura (2004): Democracia participativa no Município de Belém: Uma Análise do Orçamento Participativo (1997-2000); Santana (2013): Gestão de cidades no Brasil: estratégias e orientações do Banco interamericano de desenvolvimento, capítulos 3 e 4.

solo fértil no Brasil, devido no período pós-ditadura militar, a Assembleia Nacional Constituinte ter sua composição majoritariamente conservadora, que contribuiu para refrear os avanços conquistados pelos vários segmentos da sociedade civil. É como diz Pereira (2012):

Entretanto, apesar de essa Constituição conter avanços sociais formais inéditos na vida política nacional, já nasceu contestada pelas forças conservadoras que atuaram majoritariamente na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1987, então convocada para produzir o novo texto constitucional após 21 anos de ditadura militar. Além disso, vários dispositivos de feição socialdemocrata, que conseguiram ser aprovados na ANC – como a ampliação de direitos sociais, a universalização da cobertura destes e o compromisso do Estado com a garantia dos mesmos – surgiram no momento em que o neoliberalismo penetrava no país e os negava por princípio. (PEREIRA, 2012, p. 5).

De fato, vive-se uma verdadeira contradição, considerando-se que a efervescência e luta dos movimentos sociais se materializam por meio desta que foi considerada a Constituição Cidadã, revelando plenos avanços nas áreas dos direitos sociais, como as políticas de garantia e proteção ao trabalhador, saúde, habitação e educação, bem como, o avanço no campo do direito político como o direito de mulheres e de não alfabetizados ao voto (COUTINHO, 2008). Todavia, os princípios constitucionais são colocados em cheque por essa nova racionalidade capitalista neoliberal, que efetivamente nega e deslegitima tais conquistas, frutos das lutas sociais travadas dialeticamente entre movimentos sociais e Estado.

Nesse contexto neoliberal, também identifica-se a ameaça aos direitos trabalhistas, que passam a ser revistos por conta dos processos demissionários, desvalorização do funcionalismo público e a flexibilização dos contratos de trabalho. Sem dúvida, a crise do capital vê no neoliberalismo uma alternativa para a sua expansão geográfica tendo em vista uma maior acumulação do capital, e por outro lado, a maquiagem de sua crise que tem caráter estrutural, e que em sua totalidade provoca também abalos substanciais sobre a classe explorada.

O reajuste de cunho neoliberal forja uma redefinição na relação capital e trabalho, cujos desdobramentos provocam o desmantelamento das forças e organização política dos trabalhadores – tendo como um dos primeiros reflexos a mudança do processo de produção

fordista²⁷, causando fortes pressões nos segmentos da sociedade civil, sobretudo nos sindicatos e centrais de trabalhadores.

Em face à ofensiva neoliberal, os movimentos dos trabalhadores (sindicatos, centrais de trabalhadores, partidos políticos, associações) se veem forçados a concentrar mais forças na defesa dos direitos conquistados e consagrados na Constituição Federal de 1988, do que na conquista e ampliação de novos direitos sociais, dada a conjuntura de acinte e desmonte dos direitos trabalhistas e a pressão proveniente do desemprego em massa. Na verdade, as mudanças constitucionais de caráter destitutivo dos direitos sociais conquistados, foram levadas a cabo pelos gestores presidenciais, iniciando com Fernando Collor de Mello, em 1990 até os dias atuais, como veremos mais à frente.

De fato, esse processo de ataque neoliberal aos direitos instituídos vai se configurando como uma espécie de reforma às avessas, que se afigura pela negação e desmonte dos direitos trabalhistas e sociais, frutos da luta de classes travadas historicamente entre capital e trabalho, conforme problematizado. Na particularidade brasileira tal "reforma" vem impor a "restauração plena da economia política do capital" (COUTINHO, 2008, p. 103), não obstante o discurso de reforma, enquanto algo que ideologicamente pareça avançar:

Estamos assim diante da tentativa de modificar o significado da palavra 'reforma': o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado etc., significa agora cortes, restrições, supressão destes direitos e deste controle. Estamos diante de uma operação de mistificação ideológica que, infelizmente, tem sido em grande medida bem sucedida (COUTINHO, 2008, p. 100).

O reflexo de tal reforma no âmbito do mercado ocasionou uma estruturação econômica com o acirramento e concorrência por meio da abertura de capital e dialeticamente o encolhimento dos investimentos na áreas das políticas públicas, sobretudo das políticas sociais que passam a somar ações de cunho compensatório, focalista, destinado a camadas mais pauperizadas - ação essa contrária ao princípio da universalização dos direitos e das

²⁷ Segundo Antunes (2011, p. 35), o padrão fordista de produção organizado a partir do formato de produção em série e massificado “através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série, [...] existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril [...]” assume um caráter diferenciado a partir dos anos 80 quando a produção fabril passa a ser flexibilizada e programada a partir da demanda empenhada do processo de acumulação do capital. Neste ocorre um aprofundamento do uso da tecnologia de ponta nos processos de trabalho, causando o desaparecimento de muitos postos de trabalho, dentre outros. De acordo com o autor, a “especialização flexível” também chamada de *toyotismo*, provoca irreversíveis danos, no que denomina de mundo do trabalho. Em suas palavras: “O toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção” (ANTUNES, 2011, p. 34).

políticas como um todo.

Nesta perspectiva neoliberal, Paulani (2008) problematiza que o Brasil se coloca no jogo global das medidas econômicas neoliberais e seus rebatimentos nas áreas políticas e sociais, posto que o Estado brasileiro se configura como um grande balcão de negócios que fomenta a venda do patrimônio brasileiro. Muito embora não seja foco deste estudo o aprofundamento exaustivo sobre os governos executivos dos últimos vinte e cinco anos, que estiveram e estão sob a égide neoliberal, o resgate histórico faz-se necessário considerando as análises e mediações que se apresentam na contemporaneidade, tendo em vista a necessidade de analisar a história para iluminar o tempo presente.

Desta forma, sequencialmente serão apresentadas de forma sucinta, as características gerais, sobretudo nas áreas sociais e econômicas dos últimos cinco mandatos presidenciais, tendo em vista a necessidade de entender o papel do Estado brasileiro diante da racionalidade neoliberal, enquanto estratégia da expansão capitalista sobre o Brasil.

Como já abordado, o neoliberalismo chega ao Brasil em um momento denominado de reabertura democrática, e entra em uma rota de colisão com o momento histórico de recrudescimento dos movimentos sociais, a consagração da Constituição Federal de 1988 cujos direitos sociais foram amplamente contemplados em seu bojo, como já mencionado.

De início o governo de Fernando Collor de Mello, que durou apenas dois anos (1990 a 1992), e reverberou um discurso de modernização e abertura comercial, que embalou sua campanha presidencial dando o pontapé inicial nas medidas neoliberais. Tais medidas foram efetivadas por meio da desestatização da economia executadas por meio da atribuição dos serviços públicos, bens, imóveis, instituições financeiras da União ao setor privado. Em sua defesa, havia a perspectiva de uma ruptura com o longo processo de autoritarismo engendrado pelo governo militar brasileiro; portanto:

a eleição presidencial de 1989, que em si já representou uma ruptura após trinta anos de autoritarismos, consagrou, por meio do voto majoritário, um candidato que, ao mesmo tempo, representava a direita política e conseguiu aglutinar em torno de si amplos setores da população ao propor uma ‘reformulação profunda’ da situação vigente. É nesse quadro que o governo Collor, lançou seu plano de estabilização e a reforma econômica, magnificado por uma crescente vontade ‘rupturista’, que passou a ocupar o epicentro da vida política e econômica, deixando perplexos e paralisados setores de diversos ‘matizes’ político-ideológicos da sociedade brasileira (SOARES, 2000, p. 38.).

Os custos sociais dessa gestão presidencial foram a austeridade nos gastos públicos, sequestro de ativos, hiperinflação e início da demissão de servidores públicos federais. Todavia, em função de um governo sem base popular, que representava as propostas

dos setores conservadores da direita política, promoveu medidas conservadoras e fortemente marcado pela corrupção, arrochos salariais, confisco de poupança.

Esse processo de corrupção e conservadorismo desencadeou o movimento pelo *impeachment*. De acordo com Santana (2013, p. 44): “[...] esse governo delineou um plano de estabilização e reforma econômica de cunho liberalizante. A ausência de consenso em torno do projeto político, aliado às denúncias de corrupção [...]”, atrelado ao apelo midiático, que exerceu forte influência no movimento estudantil, intitulado os “caras pintadas”, pressionou Collor de Mello, que embora tenha renunciado em 29 de dezembro de 1992, o Senado brasileiro definiu por manter o processo do primeiro presidente latino americano a sofrer *impeachment*, o que culminou na cassação de seus direitos políticos por oito anos (ALVES, 1992).

É neste clima, que assume seu vice Itamar Franco, que governou o Brasil de 1992 a 1994. Sua posição era pouco confortável em um Brasil que se encontrava instável diante da derrocada de um presidente, que havia sido eleito pelo voto direto, após cerca vinte e um anos de ditadura militar, e deposto pelo processo de *impeachment* decorrente de corrupção.

Diante de toda a adversidade política e econômica, o governo do presidente Itamar Franco buscou medidas que pudessem descaracterizar e/ou desatrelar sua gestão da anterior, e, conseqüentemente, cimentando as bases para uma futura eleição presidencial, que viria por meio de seu grupo político. Desta feita, cria o Plano Real²⁸ com vista a garantir a estabilização e controle inflacionário, situação esta que significou o limite no governo de seu antecessor. Vale ressaltar que à época, o ministro da fazenda; Fernando Henrique Cardoso (FHC), juntamente com sua equipe cria o plano real, implementado pelo governo Itamar, como um programa alternativo para conter a inflação e promover o equilíbrio financeiro das contas do Estado, estratégia que deu visibilidade e que, logicamente, contribuiu para que FHC fosse eleito o próximo presidente do Brasil.

O governo de Itamar Franco não se afasta das medidas neoliberais reiterando a abertura do mercado brasileiro de capitais; o que, trocando em miúdos, representou o desembargo aos entraves e restrições à saída de recursos de capitais do País e estabilidade monetária (PAULANI, 2008). Essas medidas configuraram também um processo de desregulação em virtude de a intervenção do Estado em relação à economia tornar-se flexível,

²⁸ Com base em Santana (2013) o **Plano Real** objetivou a estabilização econômica. Nas palavras da autora: “a superação da inflação foi uma das metas prioritárias do governo Itamar Franco [...] motivo pelo qual seu Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, elaborou, em junho de 1994, o **Plano Real**, com o objetivo de estabilizar a economia. Através desse Plano a moeda brasileira passou a ser equiparada ao dólar, sendo denominada de **real**” (SANTANA, 2013, p.45, grifo da autora).

eliminando regras internas para promover as transações internacionais do capital, isto é, o livre mercado e um Estado permissivo a essas transações.

Sequencialmente, FHC foi eleito por dois mandatos consecutivos de 1995 a 1998 e 1999 a 2003. Governou o País e articulou um plano de privatização executado nos oito anos de seu mandato. É bem verdade que as empresas estatais, então rentáveis, passaram a ser leiloadas com critérios pouco claros, a exemplo da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, que foi leiloadada ainda no primeiro mandato de FHC em 1997, ao valor de 3,3 bilhões de reais, preço aquém de sua avaliação que à época era de 92 bilhões de Reais. Tratava-se da segunda maior empresa brasileira e a maior mineradora do mundo (PINTO, 2012).

Ressalte-se que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) subsidiou recorrentemente as transações do Governo FHC em prol dos empreendedores da iniciativa privada. Além disso, foi nesta gestão o início da reforma do sistema previdenciário, que reduziu os tetos de benefícios para os trabalhadores do setor privado, promovendo um verdadeiro acinte aos trabalhadores, por oferecer aos setores da acumulação privada o rentável mercado previdenciário (PAULANI, 2008).

O governo de Fernando Henrique seguiu com a austeridade nos gastos sociais, com níveis de desemprego crescente, até o final de seu mandato, provocado pelas demissões de trabalhadores no setor privado e público. Observou-se nos anos de sua gestão uma crescente taxa de desemprego²⁹; a implementação de novas formas contratuais de trabalho (flexibilização das leis trabalhistas), caracterizadas pela modalidade da terceirização, que segundo a autora, constitui-se em mais uma forma de controle e domínio para o processo de acumulação do capital. Para Paulani,

em primeiro lugar, medidas como a terceirização, o contrato por tempo parcial e o trabalho com autônomos buscam não só a redução dos poros da jornada de trabalho, como a repartição, com a força de trabalho, do risco capitalista [...] Evidentemente, a ocorrência de todas essas transformações foi facilitada pelo abandono do pleno emprego como meta primeira da política econômica, já que níveis de atividade

²⁹ Conforme os indicadores socioeconômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004) disponibilizados pelo DATASUS/2004, a taxa de desemprego apresentou-se ascendente conforme segue: em 1995 a taxa de 6,1; 1996 taxa de 6,9; 1997 taxa de 7,8; 1998 taxa de 9,0; 1999 taxa de 9,6; em 2001 taxa de 9,4; 2002 taxa foi de 9,2 e 2003 taxa de 9,7. Ressalte-se que os dados do ano 2000 apresentaram incompatibilidade entre os planos amostrais do Censo e da PNAD. Sem dúvida, o governo de FHC mostrou-se plenamente alinhado às medidas da economia global de reajuste neoliberal, como problematiza Santana (2013, p. 44): “[...] a direção política tomada por esse governo, a partir da primeira metade da década de 90, agravou enormemente a situação econômica e social da classe trabalhadora (sem contar com a piora nas condições de reprodução socioeconômica dos setores médios). O processo de privatização das estatais (de que a venda da Vale do Rio Doce é um exemplo), o aumento monumental do desemprego, a queda da renda salarial, a precarização das políticas de saúde, educação, assistência, previdência, moradia (incluindo-se aí um claro desrespeito aos servidores públicos, especialmente pela estagnação salarial), além do aumento da dívida externa [...]”. Essa política de austeridade não deixa dúvidas do comprometimento do governo de FHC com o reajuste econômico e político neoliberal.

inferiores a esse fragilizam os trabalhadores, obrigando-os a aceitar qualquer coisa, desde que preservado o espaço para a venda de sua força de trabalho (PAULANI, 2008, p.122-123).

Outro ajuste na área político-econômica do governo de FHC foi a questão da relação público-privado, transferindo ao terceiro setor, a assunção de atividades, programas e políticas públicas governamentais. Essa política representou a desresponsabilização e a privatização, por dentro do Estado, dos serviços públicos, isto é um claro, ataque às políticas públicas. Nesta direção Santana assinala,

[...] a privatização/mercantilização dos serviços públicos de natureza social através do processo de ‘publicização’, que diz respeito à criação de organizações sociais (entidades do chamado terceiro setor: entidade sem fins lucrativos, organizações não governamentais, voluntárias ou não), onde o Estado, através de parcerias com essas organizações, conchama os membros da sociedade a assumirem as atividades correspondentes às políticas sociais; além da modificação no sistema de previdência social e corte nos gastos sociais públicos (SANTANA, 2013, p. 47).

No contexto do governo de FHC, a autora segue expondo ao debate as políticas de ajuste, capitaneadas por Bresser Pereira que no Brasil, foi o mentor intelectual do ajuste neoliberal. Sobre tais referências, Santana aborda que:

as orientações para as reformas/ajustes em nível estatal são sintetizadas claramente por Bresser Pereira, o qual foi Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (em 1995) no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Para Bresser Pereira (1996), devido à crise pela qual passa o Estado desde os anos 70, há a necessidade de reconstruí-lo, especialmente diante do processo de globalização, em que o Estado deve facilitar a competitividade da economia nacional em nível internacional. Para tanto, o autor apresenta uma série de propostas para reorganização do Estado brasileiro as quais, no seu entendimento, devem facilitar o ajuste fiscal, em especial nos estados e municípios e tornar moderna e eficiente a administração pública. [...] No referente aos serviços não-exclusivos (universidades, escolas técnicas, centros de pesquisa, hospitais, museus), o autor propõe que sua forma de propriedade seja de caráter público não-estatal e que esses serviços sejam desenvolvidos por ‘organizações sociais’ que devem celebrar um contrato de gestão com o Estado, contando com a autorização do Legislativo para que possam participar do orçamento público, mediante um ‘programa de publicização’, que, segundo o autor, não pode ser confundido com privatização, tendo em vista que esse programa deve garantir o caráter público das organizações, embora sejam de direito privado (SANTANA, 2013, p.33-34).

Nestes termos, a partir dos preceitos do Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado do governo de FHC, que sustenta o discurso de uma necessária reforma administrativa do Estado com vistas a sua modernização – coloca-se em cheque o Estado e sua responsabilidade e eficiência em gerir os programas e políticas públicas. Justificativa essa que foi sendo implementada pelos segmentos do terceiro setor, com sérios reflexos na organização política da sociedade civil no que diz respeito ao seu papel – que no período da reabertura democrática, perpassava pelos exercícios do controle social, a participação nas

decisões das políticas públicas e, que agora, passa a assumir o papel de captação de recursos e execução de políticas públicas. Certamente, tal manobra serviu para desvirtuar o papel da sociedade civil na vanguarda da luta pelos direitos sociais.

Deste modo, as medidas provenientes do ajuste neoliberal provocaram sobre as políticas públicas, um quadro recessivo e de decrescentes investimentos, que refletiram nas bases de tais políticas, com destaque para as políticas sociais, que passaram a assumir um perfil focalizado, associado à seletividade, nivelando por baixo o padrão de atendimento e, ao mesmo tempo, contrariando o princípio da universalização.

Sem embargo, o processo de terceirização dos serviços públicos, sobretudo na área das políticas sociais, motivados pela transferência da responsabilidade governamental ao terceiro setor que passa a gerir tais políticas, orienta a conduta da reforma do planejamento do Estado de patamar neoliberal, denominado por Soares (2000) “mal reformas”, visto que:

[...] quase sempre se restringem a cortes quantitativos e lineares do funcionalismo público e a alterações nos mecanismos de gestão dos serviços públicos, o que vem provocando modificações importantes no **caráter público dos serviços sociais** – com a sua concomitante **privatização e/ou mercantilização** (introdução da lógica privada nos serviços públicos, com privilégio da racionalidade da eficiência restrita ao custo/benefício das ações). O que é alegado como motivo para a privatização tem sido o próprio ‘sucateamento’ dos serviços públicos, o que vem causando uma restrição importante no acesso – sem falar na perda de qualidade dos mesmos (SOARES, 2000, p. 85, grifos da autora).

Assim sendo, muito embora FHC pertencesse ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido tradicionalmente conservador de direita, e sem propostas de mudanças estruturais e, sobretudo, empenhado no aprofundamento do ajuste econômico neoliberal, a história encarregou-se de mostrar que seus sucessores não rompem com tal projeto político. Veja-se: “Os governos Lula e Dilma não rompem com esse modelo de capitalismo, mas introduzem, em decorrência das classes sociais que representam e nas quais se apoiam, mudanças importantes na economia, na política e na atuação internacional do Estado brasileiro” (BOITO JÚNIOR; BERRINGER, 2013, p. 31).

Entretanto, as mediações e o reconhecimento do avanço dos projetos e programas nas áreas sociais, o redimensionamento nas relações comerciais internacionais, aperfeiçoamento das relações nos eixos sul-sul (BOITO JÚNIOR; BERRINGER, 2013), as diretrizes governamentais do Partido dos Trabalhadores (PT) não realizam mudanças estruturais na base do Estado, cujas perspectivas políticas se balizam por uma: “[...] política de desenvolvimento possível nos marcos do capitalismo neoliberal” (BOITO JÚNIOR; BERRINGER, 2013, p. 31).

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que também exerceu dois mandatos consecutivos de 2003 a 2006 e de 2007 a 2010, ao mesmo tempo em que cria uma esperança de

romper com o pacto neoliberal, aprimorando perspectivas de soberania, autonomia estatal e popular, frustra as expectativas populares, aprofundando as reformas do Estado em direção ao modelo neoliberal. Segue com o intuito de justificar tais medidas e cria o discurso de que é necessário resgatar o País de uma possível falência e galgar um lugar no mercado mundial, tendo em vista a organização da base econômica para a acumulação do capital. Paulani (2008) ajuda a desnudar o que está por trás desse discurso, a saber:

mas o estado de exceção é justamente o oposto do estado de direito. Sob seus auspícios, uma espécie de vale-tudo toma o lugar do espaço marcado por regras, normas e direitos. Trata-se da suspensão da normalidade, da suspensão da 'racionalidade'. São puras medidas de forças justificadas pelo estado de emergência e pela necessidade de 'salvar' a sociedade (nesse caso em que a emergência se tornou norma, trata-se de salvar a sociedade do eterno perigo da inflação e do inaceitável pecado da perda de credibilidade). A armação do estado de emergência econômico que presenciamos foi, assim, condição de possibilidade para que nossa relação com o centro passasse da dependência tecnológica típica da acumulação industrial à subserviência financeira típica do capitalismo rentista (PAULANI, 2008, p.138).

Desta feita, sob o discurso de um estado de emergência, o governo Lula vai justificando ações como, por exemplo, a prioridade ao saneamento das dívidas financeiras; a conclusão da reforma previdenciária, iniciada com FHC, com frontal ataque aos direitos dos servidores públicos e a redução da cobertura cambial às exportações. Todavia, na área social, promove a consolidação de políticas públicas, como no caso do Programa Bolsa Família (PBF), que pretende ser uma política de distribuição de renda, a qual será analisada mais à frente.

Tal quadro revelou uma dura contradição, pois, curiosamente, o Partido dos Trabalhadores, na condição de um partido de oposição apresentava críticas ao neoliberalismo, e na medida em que sobe ao poder, em 2003, apresenta políticas cujas propostas rompem com os princípios programáticos socialistas (COUTINHO, 2008), que historicamente serviram de bandeira de luta dos segmentos dos trabalhadores, sindicatos, partidos de esquerda, universidades, cooperativas, movimentos sociais, militantes e simpatizantes do PT³⁰. Na

³⁰ O governo Lula atuou sem muitas dificuldades junto aos movimentos sociais, na medida em que se constituiu um partido cuja trajetória vinha das lutas e resistências sociais no Brasil, e que agregou em seu bojo movimentos sociais diversos, movimentos sociais urbanos, rurais, do campo da floresta, das igrejas por meio de suas pastorais sociais. Se observa na conduta do partido, o processo de transformismo, categoria usada por Gramsci amparada por Coutinho (2008, p.104) a qual aponta "a prática do transformismo como modalidade de desenvolvimento histórico, um processo que, através da cooptação das lideranças políticas e culturais das classes subalternas, busca excluí-las de todo efetivo protagonismo nos processos de transformação social". Sem embargo, o governo Lula cria canais e mecanismos sistemáticos de aproximação da base social popular não só para legitimar seu governo, mas contraditoriamente, para envolver grandes quadros de lideranças políticas à frente de cargos, bem como liberação de recursos, execução de projetos e programas na gestão presidencial. Assim, exerce sobre os movimentos sociais uma forte pressão e uma espécie de persuasão sutil, tentando calar as vozes dissonantes das resistências. Esse processo de cooptação das lideranças políticas na particularidade dos movimentos sociais na Amazônia paraense foi expressivo, na medida em que cindiu o movimento em várias facções, aguçando a disputa e a divisão entre os grupos sociais. Reflexão essa necessária para analisar a abordagem da trajetória dos movimentos sociais na região do Xingu sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

condição de um partido de vanguarda e resistência utiliza-se de sua história para, de certa forma, dar continuidade ao neoliberalismo no Brasil.

No entanto, problematiza-se a reflexão das relações das políticas sociais e as políticas de envergadura econômica para desta forma situar como os programas sociais se articulam no contexto dos governos do PT, representados por Lula e, atualmente por Dilma Rousseff, entendendo suas mediações, implicações e desdobramentos nas áreas de investimentos, com destaque para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)³¹ o qual, em sua segunda versão, financiou 85% das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte; programa este, intrinsecamente relacionado ao objeto de estudo desta tese e que será melhor analisado no capítulo três que trata da infraestrutura física e social do Estado.

Assim, considerando o contexto dos governos do Partido dos Trabalhadores, relacionado ao investimento no campo das políticas econômicas e política sociais, a partir do primeiro mandado do governo de Luís Inácio da Silva, ocorre a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS),³² em 2004, responsável pelo planejamento e execução das políticas sociais. Os programas apontam para a perspectiva de transferência de renda, ainda que seja em patamares mínimos, mas estes passam a ser estratégias de impacto sobre os segmentos mais pauperizados.

Assim sendo, cita-se o Programa Bolsa Família (PBF), que foi instituído logo no início do governo Lula, sendo um dos mais importantes programas de transferência de renda deste governo, uma vez que articula em seu bojo, a junção de outros programas sociais e que contribui para a tentativa de um atendimento mais abrangente aos segmentos mais

³¹ As grandes obras e projetos do capital, aqui denominadas de enclaves econômicos, fazem parte da proposta de desenvolvimento e crescimento do Estado burguês para Amazônia. Como já visto, tais projetos impõem contraditórias regras que colidem com os valores socioambientais. Essa fase desenvolvimentista corrobora com a perspectiva político-econômica das políticas públicas brasileiras, com destaque para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado na primeira gestão do Governo Lula em 2007 cuja proposta se apresenta como “[...] um programa de desenvolvimento que vai promover: a aceleração do crescimento econômico; o aumento do emprego; e a melhoria das condições de vida da população brasileira [...]. O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a: incentivar o investimento privado; aumentar o investimento público em infraestrutura; e remover obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos) ao crescimento” (BRASIL, 2007, p. 2).

³² Em relação ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Relatório de Prestação de Contas da Presidência da República aponta os “[...] principais objetivos estratégicos do Governo para os próximos anos, destacam-se a promoção da inclusão social e a redução das desigualdades. Nesse sentido, o Governo vem centrando esforços em programas que procuram ampliar os níveis de proteção social e as oportunidades para os segmentos historicamente excluídos do acesso a direitos, bens e serviços que garantem condições dignas de vida. As políticas públicas nas áreas da Educação, Saúde, Previdência, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional e os programas de transferência de renda cumprem papel destacado na promoção social, na redução da pobreza e na elevação dos patamares de justiça social na sociedade brasileira” (BRASIL, 2009, p.1).

pauperizados da sociedade, veja-se sua concepção:

O Bolsa Família, criado em outubro de 2003, passou a unificar em um só cartão os programas Bolsa Escola, Cartão Alimentação e Auxílio Gás, tornando-se, desde então, o principal programa de transferência de renda do Governo Federal. [...] O PBF em cinco anos de funcionamento sofreu expansão de aproximadamente 5,9 milhões de novas famílias assistidas em todo o país, perfazendo um total de aproximadamente 12,5 milhões de famílias pobres beneficiadas, representando um gasto de R\$ 11,3 bilhões em 2009 (QUEIROZ et al., 2010, p.58;59).

Destaca-se que há críticas ao Programa Bolsa Família, dentre as quais que se trata de um programa focalista, cuja transferência de renda alcança apenas os estratos mais pauperizados, com baixa perspectiva de superação da pobreza, e, portanto, sem um caráter universal da política de assistência. Todavia, o PBF pode ser uma estratégia de ativação de outras políticas, visto que alcança os estratos mais pauperizados, os quais necessitam minimamente deste suporte monetário para alcançar outras demandas de seu cotidiano, como segurança alimentar e nutricional acesso à escola, aos serviços de saúde, etc.

Quanto ao debate dos economistas com visão neoliberal de que se trata de um gasto social, os próprios índices se encarregam de reverter tal afirmativa. Quando se articula a relação do PBF, Produto Interno Bruto (PIB) e pagamentos de juros da dívida, observa-se um gasto muito maior com o pagamento da dívida de que com o programa social. Esse ponto, só reforça o modelo de ajuste neoliberal que não prioriza o saneamento da dívida social e viabiliza o aviltamento dos fundos públicos com juros; veja-se o que reflete Queiroz et al.:

grande parte da crítica ao Bolsa Família refere-se à preocupação com os gastos públicos. Entretanto, quando comparados os gastos do Programa Bolsa Família com os juros da dívida em 2008, encontra-se 0,38% do PIB para o Programa Bolsa Família e 6% (R\$ 162 bilhões em 2008) para os juros, de acordo com BACEN. É preciso enfatizar que, em 2008, o Bolsa Família beneficiou 10.557.996 de famílias pobres no país [...] Apesar das críticas às políticas de combate à pobreza mediante a concessão de renda, esses programas, juntamente com a estabilização da economia, o aumento real do salário mínimo e a queda dos juros a partir de 2004, têm reduzido a **pobreza no Brasil**, conforme indica o relatório das Nações Unidas [...] 2007 (QUEIROZ et al., 2010, p.56, grifo do autor).

Deste modo, concorda-se com os autores quando enfatizam a importância do PBF no atendimento às camadas mais pauperizadas da sociedade brasileira e que o Programa trouxe um avanço tanto na abrangência quanto na melhoria das condições de vida desses segmentos. Porém, este deve ser encarado como uma medida auxiliar no combate à pobreza em que os programas de transferências monetárias, devem ser articulados a um conjunto de outras políticas, capazes de ativar as políticas de geração de emprego e renda; acesso à educação, à saúde e à segurança alimentar, que efetivamente, deve contribuir para o enfrentamento das assimetrias sociais.

Observa-se nos governos do PT mediações que articulam as políticas públicas e

sociais que fomentam o acesso, consumo e a inclusão social, e que também, por outro lado, o fomento ao avanço das políticas econômicas por meio do financiamento dos empreendimentos privados, que permitem os seguintes questionamentos: o PAC apresenta uma envergadura que se volta para quais setores do capital? Quais setores foram mais beneficiados com a política econômica dos governos de coalização do PT?. Essas questões são respondidas quando a própria matriz do PAC aponta para a sua tendência, considerando a prioridade dada as áreas de **infraestrutura energética**, que abrange os setores de petróleo, biocombustíveis, gás e gás natural, energia elétrica (transmissão e geração); **infraestrutura social e urbana**, que incorpora as áreas de habitação e saneamento e **infraestrutura logística**, a qual envolve rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, hidrovias, cujos recursos advêm do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Caderneta de Poupança e o Orçamento da União por meio das fontes do Orçamento Fiscal, Seguridade, Estatais Federais e demais fontes. (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2007).

De fato, a política econômica, centrada no fomento da infraestrutura física e social para acolher as demandas do capital, demonstra que, no plano político, a transição do governo do PT segue uma orientação conservadora, que incorpora grande parte do legado neoliberal do governo de FHC, o que não significa dizer que não há diferenças em suas condutas econômicas e políticas, diferenças essas, denominadas como neodesenvolvimentismo.

O neodesenvolvimentismo, de acordo Boito e Berringer (2013), diz respeito à relação de coalização dos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, os quais não romperam com o neoliberalismo ortodoxo, iniciado no Brasil, a partir do governo Collor de Mello em 1990, mas que demarcam uma particularidade nas áreas política, econômica e social, na medida em que no plano político, articularam coalizões heterogêneas e contraditórias entre as camadas da burguesia nacional, segmentos orgânicos do PT, baixa classe média, operariado urbano e camponês, desempregados, subempregados e autônomos – o que os autores denominam de *Frente Neodesenvolvimentista*. Esse campo de forças políticas provocou sucessivos tensionamentos com o campo das forças conservadoras neoliberal, capitaneada pelo PSDB.

De acordo com os autores, no campo econômico, tais forças potencializam as:

- (i) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentam o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo;
- (ii) elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento da taxa de juro subsidiada das grandes empresas nacionais;
- (iii) política externa de

apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais (BOITO; BERRINGER, 2013, p. 32).

Nesta direção, a política externa, as relações comerciais perseguem patamares na perspectiva do fortalecimento Sul-Sul, que volta as ações comerciais para os países da América Latina, como também articula o bloco internacional dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia e China e África do Sul), o que em certa medida, retira a centralidade e imperiosidade estadunidense. Nas palavras dos autores:

[...] a política externa visou ampliar e aprofundar as relações Sul-Sul, criou coalizões como o G-20 na OMC, participou do Fórum Índia Brasil e África do Sul (IBAS), participou da missão de paz da ONU no Haiti e aproximou-se de estados do continente africano e do Oriente Médio, bem como da China e da Rússia. Essas relações trouxeram grandes benefícios à burguesia interna brasileira ao aumentar o acesso a novos mercados para a exportação de produtos manufaturados e garantir a instalação de empresas brasileiras nesses territórios (BOITO; BERRINGER, 2013, p. 37).

Essas características demonstram que há uma tentativa programática de conciliação entre crescimento econômico e desenvolvimento social com ampliação das relações comerciais para além do eixo tradicional estadunidense, quebrando de certa forma, a hegemonia norte-americana e, conseqüentemente, amenizando a pressão do capital estrangeiro sobre a burguesia nacional menos afeita à globalização econômica neoliberal. São essas especificidades que os autores destacam nos governos Lula e Dilma e denominam de neodesenvolvimentismo, que não rompem com o ajuste neoliberal, mas que preservam programas e políticas que penetram o cerco da plena austeridade social e do eixo hegemônico comercial global.

Todavia, a condução do governo de coalização, já no primeiro mandato do PT, provocou uma crise de direção política em seu bojo, ocorrendo rupturas e desfiliações de grandes quadros políticos do Partido e, conseqüentemente, no seio dos movimentos sociais, dentre eles, a esquerda social e política. Frutos de sucessivas mediações, esses processos provocaram fragmentações nas forças sociais de resistências, e entendendo-se, sobretudo, que os segmentos sociais de orientação ideológica socialista, são bem mais amplos que o PT, que claramente assume uma postura de direção política contrária à base que o elegeu.

É nesse contexto político, que o projeto de poder do PT segue, com a presidenta Dilma Rousseff, que foi eleita por dois mandatos consecutivos, sendo o primeiro de 2011 a 2014, e o segundo de 2015 a 2018. Com o lema da erradicação da pobreza, cria o “Plano Brasil sem Miséria” e dando continuidade ao “legado” do Governo Lula corrobora o PAC como estratégia para acelerar o desenvolvimento, no entanto com medidas pouco populares “[...] O governo Dilma iniciou mudanças na política de juro e cambial, reduzindo a taxa

básica de juro e o *spread* bancário [...]” (BOITO; BERRINGER, 2013, p. 32), concentrando os maiores investimentos nas áreas de logística, comunicação e infraestrutura energética.

Sendo áreas de suma importância ao processo de acumulação do capital, o Estado prioriza a infraestrutura física e social para os empreendimentos dos vários segmentos do capital em disputa, tendo em vista a plena continuidade do processo de acumulação. Todavia, como todo processo é contraditório, a presidenta Dilma Rousseff enfrenta o desgaste do partido há treze anos no poder, com sérias denúncias de corrupção, pressão e descontentamento de segmentos da burguesia interna atrelado ao capital financeiro estrangeiro, devido às medidas de maior controle fiscal, redução de margem de lucros econômicos de parte desse segmento. Ressalte-se que tal gestão governamental está diretamente ligada ao objeto de estudo dessa tese, uma vez que o projeto da construção da Usina de Belo Monte, iniciado em 2012, compõe a política de infraestrutura energética, sendo este considerado a maior obra do PAC, cujas incursões mais aprofundadas apresentam-se no capítulo três deste estudo.

Na verdade, os impactos negativos desde a década de 1990 do neoliberalismo no Brasil contribuíram para que, a partir de 2004, ocorressem acirrados debates sobre uma alternativa capaz de fazer frente ao neoliberalismo, com destaque a tese de Michel, Paula e Siscú, (2007), que defendem uma proposta alternativa ao neoliberalismo com a perspectiva de fortalecimento do Estado e do mercado. Estes autores também explicitam como o **neodesenvolvimentismo** deve fazer frente às medidas neoliberais econômicas. Conforme propalado, seria a tentativa de associar o crescimento econômico à equidade social, o que se daria por meio de uma "fórmula econômica" que, ao que parece, não considera a contradição entre capital e trabalho. Veja-se:

nossa concepção, a alternativa novo-desenvolvimentista não objetiva pavimentar a estrada que poderia levar o Brasil a ter uma economia centralizada, com um Estado forte e um mercado fraco. Esta alternativa também não objetivaria construir o caminho para a direção oposta [...]. Uma visão novo-desenvolvimentista rejeitaria essas duas possibilidades extremas. Contudo, entre esses dois extremos existem ainda muitas opções. Avaliamos que a melhor delas é aquela em que seriam constituídos um Estado forte que estimula o florescimento de um mercado forte. Nossas teses [...] (i) não haverá mercado forte sem um Estado forte; (ii) não haverá crescimento sustentado a taxas elevadas sem o fortalecimento dessas duas instituições (Estado e mercado) e sem a implementação de políticas macroeconômicas adequadas; (iii) mercado e Estado fortes somente serão constituídos por uma estratégia **nacional** de desenvolvimento; e (iv) não é possível atingir o objetivo da redução da desigualdade social sem crescimento a taxas elevadas e continuadas (SISCÚ; PAULA; MICHEL, 2007, p. 509, grifo dos autores).

Já o estudo de Castelo (2012) faz o contraponto ao novo desenvolvimentismo defendido pelos autores supracitados, enfatizando que ocorre uma verdadeira apologia de uma

elite de intelectuais brasileiros, muitos ligados ao Partido dos Trabalhadores, que defendem contundentemente que se tratava de uma alternativa à crise provocada pelo neoliberalismo sobre a economia política brasileira. Para o autor trata-se de uma desfaçatez, uma tentativa de que o novo desenvolvimentismo assuma uma feição "humanizada" do capitalismo tendo como premissa a conciliação do inconciliável, ou seja, conjugar crescimento da economia com justiça social, o que ao final vai redundar em uma nova feição do padrão de acumulação do capital no país, pois:

Segundo o bloco ideológico novo desenvolvimentista, o Brasil viveria uma etapa do desenvolvimento capitalista inédita por conjugar crescimento econômico e justiça social - o que inauguraria um original padrão de acumulação no país, o social-desenvolvimentismo - e, no limite, por apontar para o rompimento com o neoliberalismo ou o subdesenvolvimento (CASTELO, 2012, p. 615).

É mister sobre o novo desenvolvimentismo relacionar as formulações do desenvolvimentismo - que faz a defesa contundente do nacionalismo, industrialização, um Estado regulador e políticas sociais - às áreas consideradas positivas do neoliberalismo, como o discurso da estabilidade monetária, mercados interno e externo competitivos internacionalmente e abertura plena de mercado. O que se observa é que o novo desenvolvimentismo tenta equilibrar os pólos considerados "positivos" do neoliberalismo e do velho desenvolvimentismo, ressignificando o padrão de acumulação do capital, que obviamente não rompe com os princípios de um capitalismo dependente, que ideologicamente sob o mote do crescimento macroeconômico e justiça social, forjam a mistificação de uma feição humanizada do capital, e daí prevalecem políticas sociais com repasses monetários com vistas a incentivar o consumo de massa (SAMPAIO JÚNIOR, 2012).

O neodesenvolvimentismo não rompe com os princípios da complementaridade entre Estado e mercado, sendo este último livre para reinar sobre a economia, não obstante a tentativa de promover equilíbrio entre crescimento econômico e desenvolvimento social, que nessa perspectiva passam a ser considerados dois lados de uma mesma moeda.

A propósito da estratégia do novo desenvolvimentismo, Castelo (2012) identifica algumas correntes, quais sejam a **macroeconomia estruturalista do desenvolvimentismo**, na qual o acento se dá no mercado e o Estado segue como guardião do processo de acumulação da riqueza, regulando as relações econômicas (câmbio, juros e exportações) em favor daquele; a **pós-keynesiana**, nesta o acento também é na manutenção da segurança do mercado (subsídios aos investimentos do setor privado) via Estado, que deve agir em favor da proteção do mercado mediando as relações de produção sociais, estimulando coalizões entre as divergentes classes sociais e o Estado; e a corrente **social-desenvolvimentista** que

promove o estímulo ao crescimento do mercado interno e consequente consumo das massas, objetivando conciliar crescimento macroeconômico e crescimento social sob a tutela do Estado.

A discussão sobre o neodesenvolvimentismo não ultrapassa a conjuntura nacional, todavia encontra solo fértil nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva de 2003 a 2010, no qual se identifica a perspectiva ideológica do crescimento com distribuição de renda - o social-desenvolvimentismo - caracterizado pelo incentivo à produção e ao consumo de massa, em uma tentativa de congregar um possível crescimento da economia com a promoção da justiça social como já problematizado; e estes são os motes que fundamentam os planos plurianuais do seu governo.

A proposta social-desenvolvimentista dos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, certamente não rompe com o neoliberalismo; ao contrário, seguem a linha de uma ortodoxia neoliberal, que ideologicamente se impõe como única alternativa (PEREIRA, 2012) e que, grosso modo, dá lugar a um capitalismo rentista, cuja ênfase é na especulação financeira em detrimento de um capital produtivo (indústrias, fábricas); na abertura do mercado, com destaque aos investimentos públicos para os setores dos empreendimentos privados, tais como os investimentos do PAC no financiamento da infraestrutura física e social, sobretudo no segmento do setor energético, no tocante a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM); no subsídio às grandes obras realizadas por empreiteiras e construtoras, setor produtivo do capital fartamente beneficiado pela política econômica brasileira. O PAC e suas versões serão mais bem analisados no subcapítulo 3.3 desse estudo.

A Amazônia brasileira se conecta à política neodesenvolvimentista por toda a "sina" histórica e particularidade que diz respeito a um modelo de colonização, calcado na reprimarização da economia, cujo *modus operandi*, dá-se por meio da exploração e exportação de matérias primas, as *commodities*, sendo, portanto, o espaço físico que acomoda setores do capital de exploração mineral e vegetal, agronegócio e produção de energia. Assim, a Região passa a sediar as bases das infraestruturas física, social e jurídica, subsidiado pelo Estado capitalista brasileiro.

Este é um exemplo emblemático da antítese entre neodesenvolvimentismo versus dependência na periferia capitalista brasileira. Esse quadro corrobora velhos problemas uma

vez que ratifica o processo de (re)colonização da Amazônia³³, onde a expansão do capitalismo avança por meio das grandes obras nos setores de geração e transmissão de energia, setor minério-metalúrgico e na área da agroexportação, os *agrobusiness* (monocultura da soja, dendê e milho), que se caracteriza pela exportação e/ou exploração sem agregar valor e tecnologia para a Região, aprofundando os níveis de desigualdades sociais e consequentemente da agudização da pobreza (LEAL, 2010; TEIXEIRA, 2008).

A expansão geográfica do processo de acumulação do capital sob a égide do neoliberalismo reflete negativamente para a Região que, na divisão sócio territorial do trabalho, tem um Estado favorável para a abertura de mercado; fomento do agronegócio, criação e incentivo de infraestrutura física e social para o capital cujas consequências são irreversíveis, e se materializam por meio da desterritorialização; pressão sobre as terras indígenas, problemas socioambientais, grandes fluxos migratórios etc, causando sérias ameaças às populações originárias e às que migram para a região, forjando práticas renovadas de genocídios e ecocídio (HOUTART, 2007, p. 462). Por fim, é nessa particularidade problematizada que a racionalidade neoliberal se expande e se aporta sobre o território amazônico.

2.4 Sociedade civil, movimentos sociais, lutas sociais e resistências na contemporaneidade brasileira

As lutas sociais vivenciadas na Amazônia Paraense perpassam uma discussão teórico-crítica das bases da organização e formação da sociedade civil e seus expoentes representativos desdobrados por meio das ações e trajetórias dos movimentos sociais. Assim, o debate sobre o conceito de sociedade civil e movimentos sociais ajudará no discernimento de como se organizam teórica, histórica e politicamente, as lutas sociais e resistências no Brasil com vistas a iluminar, em especial, a particularidade da Amazônia Paraense.

A relação orgânica e contraditória entre Estado, sociedade civil e mercado é uma discussão conceitual histórica, conforme problematizado nos subcapítulos antecessores, e que, por uma questão didática para a análise neste estudo, separou-se por sessões; todavia, são intrínsecas, pois se considera que de fato, a estrutura, base econômica - não se aparta da

³³ Sobre o processo de colonização na Amazônia, Leal (2010) contribui neste resgate histórico, enfocando que a Amazônia Paraense historicamente convive com um modelo de colonização desde o Século XVI que se caracterizou por saques, usurpações e, conseqüente, genocídio. Os empreendimentos capitalistas em curso no território amazônico reificam tais práticas que refletem diretamente na natureza e nos seus povos. Trata-se de um território em constante disputa pelos vários segmentos do capital em que em suas relações de exploração não respeitam a pluralidade de sujeitos que vivem e/ou que migram para Região.

superestrutura, estas se constituem dialeticamente em um bloco histórico que se complementam e se inter-relacionam, conforme analisa Gramsci:

A estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção. [...] o raciocínio se baseia sobre a necessária reciprocidade entre estrutura e superestrutura [reciprocidade que é precisamente o processo dialético real] (GRAMSCI, 1999, v. 1, p. 250-251).

Assim sendo, considerando o desenho do bloco histórico, o Estado e a sociedade civil estão alocados no patamar da superestrutura, porém em eixos contrários. Logo, observa-se o movimento, as mediações e as determinações históricas constantes na relação recíproca no bojo do referido bloco histórico. É nesse terreno que se encontra o conceito de sociedade civil, o qual se apresenta diluído nas obras de Antônio Gramsci, de onde é possível destacar a seguinte concepção:

[...] em relação à sociedade como um todo, a qual está baseada na **divisão do trabalho** e das funções e, desta forma, vale mais do que a soma dos seus componentes [...] se todo agrupamento social é algo mais [e também algo diverso] da soma de seus componentes, isto significa que a lei ou o princípio que explica o desenvolvimento da sociedade não pode ser uma lei física [...] (GRAMSCI, 1999, v. 1, p. 164, grifo nosso).

Assim, é a divisão social do trabalho que organiza a formação da sociedade civil; desta forma, assume um papel basilar, bem como a diversidade que representa a sua soma. Portanto, a sociedade civil, representa um todo de natureza heterogênea em cujas bases, incorporam elementos para a sua composição dinâmica e diversa. Desta maneira, na relação com os grupos sociais, na superestrutura está presente a ideologia orgânica, a qual está relacionada ao conceito de história. Veja-se:

O próprio significado que o termo ‘ideologia’ assumiu na filosofia da práxis contém implicitamente um juízo de valor, o que exclui que para os seus fundadores a origem das ideias devesse ser buscadas nas sensações e portanto, em última análise, na fisiologia: esta mesma ‘ideologia’ deve ser analisada historicamente, segundo a filosofia da práxis, como uma superestrutura (GRAMSCI, 1999, v. 1, p. 208).

Deste modo, a perspectiva de sociedade civil trabalhada é ampla e complexa. Portelli (1977), ao analisar o Caderno do Cárcere nº 1, afirma que Gramsci elabora vários conceitos de sociedade civil e que há similitude entre eles. Assim, dentre a definição e características básicas da sociedade civil e a relação com a ideologia histórica orgânica é possível destacar que:

A sociedade civil é um conjunto complexo: seu campo é muito extenso, sua vocação para dirigir todo o bloco histórico implica uma adaptação de seu conteúdo, segundo as categorias sociais que atinge. Assim, a sociedade civil pode ser considerada sob três aspectos complementares:

- como ideologia da classe dirigente, ela abrange todos os ramos da ideologia, da arte à ciência, incluindo a economia, o direito etc.;

- Concepção do mundo, difundida em todas as camadas sociais para vinculá-las à classe dirigente, ela se adapta a todos os grupos; advêm daí seus diferentes graus qualitativos: filosofia, religião, senso comum, folclore;
- como direção ideológica da sociedade, articula-se em três níveis essenciais: a ideologia propriamente dita, a ‘estrutura ideológica’ – isto é, as organizações que a criam e difundem -, e o ‘material’ ideológico, isto é: os instrumentos técnicos da difusão da ideologia (sistema escolar, bibliotecas etc.). Esses três aspectos da ideologia serão considerados sucessivamente (PORTELLI, 1977, p. 22).

Como é possível inferir, a ideologia abrange a concepção de mundo que se manifesta em todas as áreas da vida humana, por isso orgânica e que tem um caráter histórico que produz e reproduz as relações sociais, tanto nas relações individuais como coletivas, movimentando os homens em uma direção política e de luta. Portanto, o que define a ideologia é o campo de luta na qual está afirmada, ou seja, sua práxis.

Outra categoria importante para a análise crítica da relação estado e sociedade civil diz respeito à **hegemonia**, uma vez que designa a liderança ou direção moral como perspectiva de dominação, que se efetiva por meio do consentimento ou da força, da imposição e da concessão, entre classes e frações de classes. Assim sendo, a estrutura do Estado é perpassada pela hegemonia. Veja-se:

[...] o Estado deixou de ser o simples ‘poder de opressão’ de uma classe sobre a outra, deixou de agir apenas através da coerção [...] e passou a adotar também, como recurso de poder, a busca do consenso, da legitimação, da direção intelectual e moral, que se expressam através da adoção por uma classe (ou bloco de classes) dos valores inicialmente formulados por outra classe (ou bloco de classes). É a essa direção intelectual e moral que Gramsci chamou de hegemonia, um fenômeno que, para ele, manifesta-se em todo o ‘Ocidente’ [...] (COUTINHO, 2006, p. 95).

Tendo como referencial as teorias gramscianas, o entendimento de sociedade civil perpassa a compreensão de um terreno poroso, um espaço de disputa de projetos político-ideológicos divergentes, com a presença das forças hegemônicas e contra hegemônicas, um espaço de constantes tensões e por natureza heterogêneo. Neste, observa-se a centralidade da divisão social do trabalho, como também a ideologia enquanto um mecanismo estratégico de estabelecimento de consenso das classes dominantes sobre as classes dominadas. Nessa relação, o Estado, entendido como Sociedade Política, assume papel fundamental na medida em que em suas bases se encontram as estruturas ideológicas, que reproduzem as ideologias dominantes hegemônicas, quais sejam, escolas, sistema jurídico, sistema administrativo-econômico, leis, etc.

Salienta-se que os estudos sobre movimentos sociais, invariavelmente apontam o Estado como o ente para o qual os movimentos direcionam suas reivindicações, visto que cabe ao Estado, no plano visível do consenso político-ideológico, de prover parte das necessidades materiais básicas da sociedade. Considerando seu caráter de classe, a ação do

Estado varia entre esse consenso e a coerção. Assim, os movimentos sociais apontam para o Estado como a antítese das aspirações populares, evidenciando seu caráter de classe.

Nessa trama relacional reiteram-se os movimentos sociais como ações e processos organizativos oriundos da sociedade civil, como também agentes determinantes, de grande influência das bases da Sociedade Política (Estado); com isso, a sociedade civil não se constitui em uma unidade harmônica e sim em uma unidade de contrários, (NETTO, 2011), cujos grupos sociais estão vinculados a distintos projetos políticos-ideológicos de classes e frações de classes sociais.

Assim, como um dos elementos centrais da sociedade civil, as classes sociais apresentam diversidades e diferenças e se organizam em grupos sociais que, dependendo da conjuntura, se articulam, mobilizam e/ou se dividem e polarizam. Nesta mesma direção Ianni (1986) reafirma a necessidade de analisar a diversidade que compõe a totalidade da sociedade civil,

mas sem esquecer que as classes sociais estão compostas, mescladas, com grupos sociais de base racial, étnica, religiosa, linguística, cultural, regional e outras características. Mesmo que os camponeses, mineiros e operários englobem grande parte dos índios, mestiços, negros e mulatos (entre outros) isso não significa que esses grupos e as classes se subsumem todo o tempo. Ainda que as classes sociais tendam a subsumir diferentes grupos, é inegável que nem todos os grupos se dissolvem nesse processo (IANNI, 1986, p. 125).

Por certo, os grupos sociais assumem lutas sociais com aspirações próprias, étnicas, religiosas, culturais, de gênero, de segmentos, mas que não podem perder do horizonte a divisão de classes, que é determinante dessas lutas; são construções históricas forjadas pela relação contraditória entre capital e trabalho diante do processo produtivo capitalista. Por isso, entende que a sociedade civil é um conjunto complexo e contraditório das relações sociais no âmbito da superestrutura, e que seu estudo vem provocando historicamente elaborações teórico-sociais a respeito da forma de organização e expressão da feição dos movimentos sociais intrínsecos à sociedade civil.

Historicamente, os movimentos sociais tencionam a relação com o Estado, buscando mecanismos de maior participação e controle estatal, ampliando a perspectiva democrática representativa (na realidade brasileira ainda muito marcada pelo direito ao voto) na direção de uma perspectiva democrática participativa exercitada na criação de novos mecanismos e instrumentos participativos na estrutura do Estado.

Essa forma de participação ampliada no seio do Estado orienta para a análise de uma nova concepção da cultura política dos movimentos sociais, que, guardada as devidas proporções e seus processos históricos locais, a qualidade dessa participação,

contraditoriamente, disputa espaços e ideologias entre a expressão participativa conservadora e a participação democrática que se inicia, conforme problematiza Neves (2008). Todavia, nos marcos do sistema capitalista, ainda que possa parecer progressista, a participação democrática tem seu limite demarcado pelo próprio sistema produtivo capitalista.

A reflexão de Neves (2008) ajuda na compreensão de que o terreno da sociedade civil, historicamente é contemplado por outras expressões dos movimentos sociais que se constituem em grupos de origem paternalista, clientelista, que mantêm práticas culturais conservadoras, não avançando e fragilizando o processo de construção de uma cidadania amparada por direitos mais amplos e coletivos.

É importante para o estudo qualificar a compreensão de cidadania que se coloca no campo da conquista dos direitos sociais³⁴ que se constituem de fato avanços, frutos da luta social das classes majoritárias representando conquistas de direitos. Todavia, esta cidadania está circunscrita no terreno da esfera capitalista, cuja perspectiva emancipatória perpassa a dimensão da emancipação política que pode se constituir em um *devir* para a emancipação humana, a qual só é possível orientada por outra lógica societária, conforme Marx (2009).

Não obstante, a criminalização dos movimentos sociais ensejam outras formas de organização cultural e política, cujo protagonismo parte da base dos próprios movimentos sociais contra práticas institucionalmente autoritárias e desiguais; isto é, a luta por uma nova concepção de cidadania (DAGNINO, 2000), em que os sujeitos históricos se fazem autores de tal trajetória política.

Sabendo-se que o poder político não está somente nas estruturas do Estado, a dimensão política também permeia o terreno da sociedade civil; concordando com Gramsci (1999) a vocalização da sociedade civil pertence ao patamar da superestrutura, espaço onde se articulam, mobilizam, elaboram e desenvolvem uma cultura política. Conforme Dagnino (2000):

Quando o terreno da cultura é reconhecido como político e como lócus da constituição de diferentes sujeitos políticos, quando as transformações culturais são vistas como alvos da luta política e a luta cultural como instrumento para a mudança política, está em marcha uma nova definição da relação entre cultura e política. (DAGNINO, 2000, p. 78).

Essa nova marcha da cultura e da política pode ser empreendida para a análise da

³⁴ A perspectiva trabalhada de **direitos sociais** é a partir da concepção de Coutinho, que ao interpretar a teoria marxiana elabora que: “Os direitos sociais são os que permitem ao cidadão uma participação mínima na riqueza material e espiritual criada pela coletividades. Esse mínimo, seguindo o que Marx já havia estabelecido em relação ao salário, não deve ser concebido apenas com base em parâmetros naturais, biológicos, mas deve ser definido sobretudo historicamente, como resultado das lutas sociais”. (COUTINHO, 2008, p. 63-64).

organização dos movimentos sociais que resistem à Belo Monte, uma vez que essa ação tem a capacidade de tensionar para uma perspectiva de mudança, e entendendo-se que o Estado não é neutro, e sim uma estrutura de contradições e correlações de forças; em determinado momento histórico, o movimento e o contraponto dos movimentos sociais podem determinar e/ou modificar as direções do Estado, uma vez que a sociedade civil, por meio dos movimentos sociais, considerando as mediações históricas e políticas, pode determinar os rumos e a dialética do Estado. Ianni (1986) também reflete sobre a relação Estado e sociedade civil, nos seguintes termos:

é claro que o Estado e a sociedade se constituem reciprocamente, realizam-se em uma totalidade aberta, em movimento. São constituídos e constituintes, na trama das relações, processo e estruturas que caracterizam as partes e o todo. Ao mesmo tempo, no entanto, criam-se e recriam-se disparidades e antagonismos entre ambos [...] o fato de que o Estado parece mais visível, configurado, presente, cria a ilusão de que ele constitui a sociedade [...] Em essência o Estado é desdobramento da sociedade [...] A sociedade se põe em marcha principalmente nos movimentos sociais e partidos políticos, expressando reivindicações e lutas sociais, econômicas, políticas, culturais, raciais, regionais e outros [...]. Entra em marcha outras formas de vida e trabalho, indivíduo e sociedade, cidadão e povo, nação e Estado (IANNI, 1986, p.52-53, 58).

Assim, dependendo do campo de luta, do momento histórico, conjuntura e territorialidade, as relações entre Estado e sociedade civil marcham e tensionam, e, conseqüentemente, os movimentos sociais, podem se tornar o elemento de transformação cultural-político, capaz de causar o movimento de mudança nas bases do Estado, ou seja, a capacidade do bloco histórico contrahegemônico tem para perseguir “uma estratégia de resistência unificadora, não homogeneizadora” (KARTZ, 2007, p. 5).

Nessa perspectiva, hegemonia e contra hegemonia se estabelecem como uma unidade de contrários que se relacionam reciprocamente, capazes de provocar a antítese, ou seja, o movimento capaz de produzir mudanças. Analisando o contexto histórico do capitalismo, em sua fase neoliberal, o autor, problematiza que a ortodoxia forjada pelo bloco hegemônico neoliberal conduz ao pensamento de que não há outras perspectivas capazes de contemplar as relações sociais e de produção. Daí o consenso que é forjado pelos países imperialistas, pelas organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização do Comercio Internacional (OCI), Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os grupos sociais e políticos que estão no poder, que formam um grande bloco, e avançam em direção à sociedade civil, mas usam o consenso como atenuante e justificativa de uma face participativa e humanista na imposição da agenda neoliberal global.

Como consequência dessa agenda global neoliberal, observam-se os processos de

cooptação do Estado sob os grupos da sociedade civil, conforme abordado no subcapítulo anterior, sobretudo das lideranças políticas formadoras de opiniões com legitimidade no seio dos movimentos sociais. Veja-se: “Neste estado de coisas a sociedade civil torna-se uma parte de um Estado ampliado, e é utilizada pela classe dominante para formar e manter a sua hegemonia através do transformismo ou cooptação” (KARTZ, 2007, p. 3).

De fato, os movimentos sociais apresentam vínculos orgânicos com direções político-ideológicas, em que, na formação dos quadros políticos no bojo dos movimentos sociais, registra-se a importância do intelectual orgânico na construção da cultura-política do grupo social. De regra, o processo de formação cultural-política dos segmentos sociais perpassa por uma construção histórico, social e identitária, na qual estão presentes representantes burgueses e representantes das classes subalternas, logicamente com interesses distintos e conflituosos (PORTELLI, 1977, p. 85).

A partir destes parâmetros referenciais, analisam-se os processos organizativos dos movimentos sociais e as tensões oriundas da relação contraditória entre o Estado, o mercado e a sociedade civil. A ênfase se dá nos movimentos sociais, com o recorte temporal a partir de 2005 a 2015, privilegiando-se os resgates históricos que irão iluminar as análises tecidas, pois é neste contexto histórico que encontra-se o objeto de estudo desta tese, que trata: dos movimentos sociais, suas lutas e resistências frente as pressões das grandes obras do capital na territorialidade da Amazônia Paraense, cuja unidade de análise concentra-se na Região do Médio Xingu, onde localiza-se a Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Conforme problematizado, conceito de movimento social vêm se constituindo historicamente, refere-se a processos políticos e sociais em movimento, que ora fluem, ora refluem. Gohn, a partir de uma trajetória de pesquisa sobre a temática, define o conceito de forma ampla e aponta importantes categorias de análises para o melhor entendimento do que sejam os movimentos sociais:

movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses comuns. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas públicas (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. [...] Os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das

forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam (GOHN, 2000, p. 251- 252, grifo nosso).

A própria autora reconhece o risco que incorre ao tentar definir o conceito de movimento social; todavia, sua tentativa é importante porque aponta categorias de análises para se entender os movimentos sociais, sobretudo quando traz a discussão do campo político no qual prevalece a questão da **força social**, como elemento vivo e histórico que orienta e possibilita a análise dos cenários das correlações de forças interna e externa ao movimento e que neste espírito a categoria - força social - deve ser politizada devido expressar força nas ações. Nas palavras de Gohn (2000),

a **força social** é obtida a partir da análise do cenário do processo político mais amplo em que o movimento se desenrola, pela análise de suas redes e articulações, ou seja, de seus princípios articulatórios interno e externo. As relações dos movimentos com o conjunto dos atores sociais [...] explicam a natureza da força social naquele cenário. Na análise de um movimento ela deve ser avaliada em termos de contribuição para o processo de mudança social – avanços ou retrocessos – a partir da participação/contribuição dos repertórios de ações coletivas do movimento ou dos movimentos, nos ciclos de protesto que construíram em certos períodos históricos. Por ser uma categoria que originalmente advém da física, força denota densidade, condensação de energia e combinação de elementos. Nas ciências sociais só será útil se for historicizada e politizada. Analisar a conjuntura política e o campo de forças presentes num dado momento histórico significa a análise das propostas e dos projetos dos atores que estão vivenciando certas problemáticas com certa expressividade, que estão se destacando e não são meros coadjuvantes, mas interlocutores com poder de influência e decisão (GOHN, 2000, p. 258; grifo da autora).

Outra categoria de análise importante diz respeito às **ações sociopolíticas** que são orientadas por essas esferas e são ativadas a partir das demandas oriundas dos conflitos, carências, litígios etc. Tais ações são norteadas por condutas políticas e culturais que se voltam ao combate dos conflitos. Assim sendo, esse processo provoca, no bojo do movimento, o sentimento de solidariedade política³⁵, que supre a dimensão simbólica, cujas mediações permitem um nexos entre as diferenças - uma vez que os movimentos sociais são heterogêneos – e contribui para a construção histórica de uma identidade coletiva, que ativa o fortalecimento e a unidade dos sujeitos que compõem os movimentos sociais.

Concorda-se com Gohn quando aborda que essas ações ocorrem nos espaços coletivos; todavia, não institucionalizados, significa dizer, que são movimentos que estão nas esferas da sociedade civil, que recebem amparo de organizações e instituições da sociedade

³⁵ De acordo com Gohn (2000, p. 262): “A solidariedade política deve ser investigada enquanto o grande elemento agregador dos interesses difusos e heterogêneos dos diferentes atores em cena.”

civil e política, mas que estão para além dessas instituições. Por ser desta forma, as ações e os processos organizativos dos movimentos sociais, podem promover inovações e/ou retrocessos, estes são norteados pela perspectiva ideológica que orienta a forma organizacional, política e cultural. Portanto, ressalte-se mais uma vez a importância da categoria ideologia no campo de análise dos movimentos sociais:

As ideologias são marcos referenciais estratégicos fundamentais para criar a identidade dos movimentos. A ideologia é captada por meio da análise dos discursos e mensagens dos líderes e de toda produção material e simbólica dos movimentos [...] Na relação entre a força do argumento e o contexto político podemos desvelar as ideologias de sustentação e propagação das ideias fundamentais do movimento (GOHN, 2000, p. 258-259).

Em concordância com Gramsci (1999), a ideologia consiste em uma práxis social e orgânica, que está por dentro das ações da sociedade civil e, por conseguinte, dos movimentos sociais. Outra categoria de análise presente no terreno dos movimentos sociais é a **luta social** a qual segundo Gohn (2000):

[...] junto aos homens em geral explica-nos a existência de movimentos sociais em vários segmentos da sociedade. Eles estão em luta na defesa de seus interesses, buscando conquistas ou resistindo às mudanças que solapam conquistas anteriores. Sempre atuam em áreas de conflitos. Historicamente sempre foram os setores subordinados os quais mais produziram lutas sociais (GOHN, 2000, p. 250).

Na perspectiva defendida pela autora, a **luta social** não é uma categoria exclusiva da classe subordinada e que, não necessariamente está ligada a mesma, trata-se verdadeiramente de ações, atitudes motivadas por conflitos, injustiças, perdas ou conquistas as quais imprimem o exercício da luta social em um determinado contexto histórico.

Muito embora Gohn (2000), não faça referência, considera-se importante destacar também no âmbito desse estudo, a categoria **resistência**. Trata-se do ato ou efeito de resistir; enquanto um elemento da física, só tem sentido para efeitos deste estudo, se analisada em um contexto social, cultural e político. Nesses, suas implicações representam o sentido de mostrar-se resistente a algo externo, que ameaça, que viola, que vai contra um sistema organizacional peculiar, que não considera as singularidades.

Nesse sentido, representa a contraposição, o confronto, que não necessariamente comporta o embate físico, mas também o envolve, dependendo das ações encaminhadas nos processos mobilizatórios dos movimentos sociais. No marco das lutas sociais, a resistência, quando articulada no contexto das lutas antineoliberais, estabelece plena conexão com os processos mobilizatórios das lutas sociais, como problematizam Montaño e Duriguetto:

Há uma enorme diversidade de organizações com diferentes composições externas, objetivos de lutas e formas organizativas que se desenvolvem desde a **resistência** – primeiro contra as ditaduras e depois contra o neoliberalismo -, até a resposta aos novos conteúdos e às novas formas de dominação e exploração capitalista contidos

nos programas de ajuste neoliberais. Outros movimentos sociais latino-americanos ocuparam o centro do cenário político na década de 1990 a partir de resistências contra as privatizações e os programas de ajuste estrutural (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 295-296, grifo nosso).

Nesse contexto da luta antineoliberal, a categoria resistência evoca historicidade e politização. Said (2011) ao analisar o processo de descolonização e resistência, qualifica a categoria resistência em dois planos, quais sejam: **resistência primária** e **resistência secundária**, em que àquela significa resistir, contraposição, realiza embate físico, político e cultural; e esta última, mais no plano ideológico, quando o primeiro embate é forjado, é derrotado, de regra, relacionado a um segundo momento, que diz respeito a um recomeço, a uma reconstrução. Nas palavras do autor:

a lenta recuperação, muitas vezes amargamente disputada, do território geográfico, a qual se encontra no cerne da descolonização, foi precedida – como no caso do imperialismo – do mapeamento do território cultural. Depois do período de ‘resistência primária’, literalmente lutando contra a intromissão externa, vem o período de resistência secundária, isto é, ideológica, quando se tenta reconstituir uma ‘comunidade estilhaçada, salvar ou restaurar o sentido e a concretude da comunidade contra todas as pressões do sistema colonial’ como diz Basil Davidson. Isso, por sua vez, possibilita a instauração de novos interesses independentes (DAVIDSON, 1978, p. 55 apud SAID, 2011, p. 328).

Essas perspectivas analíticas das dimensões da resistência primária e secundária são importantes para se entender os processos históricos da luta social, no sentido de captar os nexos construídos, seu alcance, a possibilidade e projeções.

Historicamente, ao analisar o quadro panorâmico dos movimentos sociais, encontram-se várias matizes e teorias que iluminaram a origem, a trajetória e as tendências. Assim sendo, Gohn nas obras publicadas em 2000 e 2012, realiza um estudo detalhado a respeito das teorias e paradigmas dos movimentos sociais, que apontam distintos paradigmas.

Não obstante o risco de elaborar uma síntese que não contemple toda a história dos movimentos sociais, e seus paradigmas, ousa-se tecer um levantamento esquemático, com base nos estudos da autora supracitada, das principais correntes teóricas, com o objetivo de instruir historicamente a análise das mesmas sobre os movimentos sociais e suas implicações na contemporaneidade.

Gohn, (2012), indica que a **Abordagem histórico-estrutural** sofre críticas na atualidade em virtude de que algumas categorias de análise, como proletariado e classe trabalhadora, não se aplicam mais às análises das expressões dos movimentos sociais, uma vez que seus estudos se voltaram para os movimentos operários e sindicalistas e que tal foco é restrito e não evoca a diversidade dos segmentos, como movimento étnico-racial, feminista, ambientalista, etc; e que, devido à base de análise supracitada, retirou da cena outros atores

coletivos.

No próprio conceito que Gohn (2012) elabora sobre os movimentos sociais, a autora desatrela a luta social dos movimentos sociais da questão de classe, por entender que há uma nova configuração no bojo dos movimentos sociais. Por outro lado, é importante destacar, que a abordagem histórico-estrutural, ao contrário do que a autora analisa, não subsume a diversidade da totalidade; ou seja, a questão das relações de produção, das quais originam-se o acirramento e a desigualdade social entre as classes e frações de classes (POULANTZAS, 1985). Essas são fundamentais e necessitam ser assumidas e enfrentadas, não como uma luta por segmentos, e, sim, de classe, como categoria mais ampla que contempla em seu bojo, vários segmentos e estratos sociais como mulheres, negros, movimentos ecológicos, movimentos pelos direitos sexuais, direitos humanos, etc.

Considerando a complexidade de Belo Monte, faz-se adesão à **abordagem histórico estrutural** uma vez que esta lança luz à realidade, por meio das categorias da luta de classes, historicidade e totalidade, unidades de análises capazes de dar conta da realidade, por meio de sucessivas aproximações, considerando que existe *a priori*, no bojo dos grupos sociais que compõem os movimentos, vários e distintos segmentos representados, cuja unidade dos contrários (NETTO, 2011), se faz por meio da luta contra os impactos e reflexos das grandes obras do capital sobre os povos da territorialidade amazônica.

Trata-se, de uma luta permanente entre as forças do grande capital (empreiteiras, construtoras, siderurgias, etc); das esferas do Estado (pastas ministeriais, partidos políticos, lobistas, etc) e dos grupos sociais (trabalhadores, indígenas, populações tradicionais, movimentos ecológicos, movimento de mulheres, movimento religiosos, ONGs, etc) que apresentam particularidades, e que, de forma consciente ou inconsciente, resistem à racionalidade conservadora de desenvolvimento imposta para a Amazônia.

Outra abordagem estudada por Gohn (2012), trata da discussão da consolidação do **paradigma culturalista** que origina a abordagem dos “novos” movimentos sociais, cujo eixo central de análise é a questão identitária, que traz à tona o questionamento se o paradigma culturalista-identitário não acaba fragmentando as lutas sociais uma vez que seus enfrentamentos passam a ser segmentados por eixos identitários. Neste, as lutas sociais passam a ter assento em questões específicas que emergem da sociedade, a exemplo da questão de gênero, direito sexual, étnica, religiosa, ecológica etc. Entende-se que essas lutas são plenamente legítimas e relevantes para o enfrentamento e resistência ao neoliberalismo e suas mazelas; todavia, não podem estar desconectadas da perspectiva mais ampla, que diz respeito à luta de classes, uma vez que são transversais a esta.

Gohn (2012), problematiza também a abordagem **Institucional/Organizacional-Comportamentalista** centrada na perspectiva de oportunidades, a qual está diretamente influenciada pela abordagem neoutilitarista com base nas teorias liberais dos séculos XVII e XVIII de liberdade individual, de liberdade do mercado e recuo do Estado em relação às políticas sociais. Segue dando ênfase às oportunidades que podem ser alcançadas pelos movimentos sociais por meio da institucionalização de seus objetivos. Dá destaque para perspectiva do terceiro setor representada pelas Organizações Não Governamentais (ONG's) como agentes representantes dos movimentos sociais, isto é, uma perspectiva calcada na responsabilidade social empresarial, etc.

Trata-se, portanto, de uma perspectiva que defende que, as ações de responsabilidade da esfera pública passem a ser gerenciadas e efetivadas pelas ONG's, provocando o alinhamento dos movimentos sociais ao processo de institucionalização e de suas demandas, perspectiva esta adotada no ajuste neoliberal, problematizada no subcapítulo anterior que tratou do neoliberalismo no Brasil.

O histórico da organização dos movimentos sociais no Brasil acompanhou a trajetória político econômico e social, em que as lutas sempre estiveram envolvidas nessa miríade de forças que representa a sociedade civil. Deste modo, o aporte teórico histórico estrutural serve de base para o estudo, que considera a realidade a partir de sua estrutura e sujeitos, suas dinâmicas e contradições. Ressalte-se que não se pretende um estudo exaustivo, mas sim elencar os marcos referenciais das principais lutas e características dos movimentos sociais no país, com vistas ao resgate histórico, capaz de servir como um ponto de luz para iluminar as análises das influências que os movimentos sociais, na contemporaneidade, apresentam e seus reflexos para as lutas sociais e resistências na Amazônia Paraense, em particular, na Região do Xingu, Oeste do Pará.

Do ponto de vista histórico, destacam-se os anos da ditadura civil e militar, na medida em que representam um marco referencial para a Amazônia brasileira, em que pese ao subsídio da infraestrutura física e social, assunto este melhor explorado no capítulo três deste estudo. Assim sendo, nos movimentos sociais, nos primeiros quatro anos da década de 1960, foram fortemente marcados pelas lutas em prol das reformas de base que exigiam a reforma agrária, tributária, reforma política e universitária e a reforma urbana. Pensava-se em um projeto de valorização e autonomia nacional (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 270). Esses movimentos estavam em conexão com as lutas sociais pelos quais alguns países da América Latina já haviam alcançado, a exemplo da Revolução Cubana, em 1959.

Todavia, o golpe civil e militar de 1964 frustrou tais perspectivas, reafirmando a

expansão do capitalismo internacional, forjando a dependência econômica do Brasil e, conseqüentemente, atingindo duramente os movimentos sociais. No governo militar, a liberdade de expressão, sindicatos, associações e organizações políticas passam a ser cerceadas e seus representantes perseguidos, torturados e muitos assassinados. Cria-se todo um aparato coercitivo estatal do sistema ditatorial no país:

é nessa direção que são criados, em diferentes momentos dos ‘anos de chumbo’, diversos mecanismos políticos como os Atos Institucionais – a exemplo do AI-5, que decreta o fechamento do Congresso, a cassação dos mandatos dos deputados opositores, o fim do *habeas corpus* e implantação da censura prévia nos meios de comunicação -, a instauração dos Inquéritos Policiais-Militares, a criação do Serviço Nacional de informação, a aplicação da Lei de Segurança Nacional, o fechamento dos partidos políticos e a implantação do bipartidarismo [...] o fim das eleições diretas para presidente e governador [...]. Em muitos estados foram criados os Departamentos de Operação e Informação e o Centro de Operação de Defesa Interna (DOI e Codi), que junto com o Deops (Departamento de Ordem Política e Social, entidade de repressão sindical), se especializaram em prisões e torturas (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 271).

As ações incisivas oriundas do “período de chumbo” forçaram políticos, profissionais, artistas, estudantes e militantes à clandestinidade e ao exílio. Todavia, não cessaram as lutas contra a ditadura no país, mesmo diante de brutais represálias militares. E, após um longo período (cerca de vinte e um anos) foi ocorrendo o esgotamento das forças autocráticas burguesas, que, na década de 1980, já acumulavam as pressões de vários segmentos da sociedade civil; e o enfraquecimento do apoio político e econômico estadunidense levaram o sistema a deslegitimação pelos históricos de abuso de poder, corrupção e violação dos direitos humanos.

A década de 1980 passa por esse momento transitório de reabertura democrática, cuja efervescência dos movimentos sociais se apresenta com demandas sobretudo apontando para as dimensões universais de acesso às políticas públicas e sociais, as quais se tornam muito em voga; cita-se a luta social pela reforma urbana e o conjunto de políticas oriundas destas, saneamento, moradia e saúde pública, conforme indicado na seção anterior.

Gohn (2000, p. 379) elabora o mapeamento do cenário dos movimentos sociais na conjuntura brasileira e, durante a década de 1980, identifica dois ciclos, que se distribuem da seguinte forma: o primeiro denominado de “Lutas pela redemocratização do país e acesso a serviços públicos, que abrange o período de 1972 a 1984”; neste, destaca os principais registros dos **movimentos nacionais** suas ações, demandas e conquistas, com ênfase no movimento pela anistia (1977 a 1978); e, o segundo, a mobilização nacional contra a autocracia militar; este, de cunho mais amplo, envolveu “partidos políticos, sindicatos, movimentos populares etc. [no período de] 1978-1984” (GOHN, 2000); com destaque o

movimentos das “Diretas Já”, que, contrário ao regime militar, clamava por eleições diretas para presidente da república, também em 1984.

No âmbito nacional as expressões dos movimentos sociais apontam demandas mais coletivas em prol da liberdade e contra a autocracia militar; observa-se uma confluência de ideais de liberdade, expressas nos processos organizativos das lutas sociais, que se desdobram, ao final dos anos 70, em greves em vários setores da sociedade civil, mesmo diante do endurecimento do sistema.

Do ponto de vista das lutas mais pontuais, a autora registra as ações dos movimentos sociais populares urbanos, o movimento contra a carestia, entre os anos de 1974 a 1980; na área da mobilidade urbana o “Movimento pelos transportes públicos: 1976-1982; o movimento pela saúde: 1976-1982. [...] CEBs – Comunidades Eclesiais de Base da Igreja católica: 1972-1980; Movimento pela moradia” (GOHN, 2000, p.279-380). No campo da educação pública, o destaque vai para o movimento de professores do ensino básico e secundaristas nos anos de 1978 a 1982.

Os processos organizativos das lutas urbanas nos vários setores da sociedade civil demonstraram, enfaticamente, o esgotamento do sistema político militar, haja vista a insatisfação nas áreas mais afetadas, tais como a luta contra a inflação e os preços desregulados; a questão da mobilidade urbana; a luta pelo sistema público de saúde; a politização emanadas das CEBs, as quais vão influenciar os movimentos e associações de bairros etc. A luta pela educação pública como também pela questão urbana, com enfoque para a moradia e o saneamento básico.

Alinhado a este cenário de luta dos movimentos sociais, destaca-se também o protagonismo dos movimentos sindicais com a criação das principais centrais sindicais: “CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores: 1982; CUT – Central Única dos Trabalhadores: 1983; CONTAG – Confederação Geral de Trabalhadores da Agricultura: 1964.” (GOHN, 2000, p. 380).

Essas trajetórias de lutas sociais são demarcadas por uma interseção entre os atores da cena social brasileira, ou seja, ocorre a mobilização e articulação entre as lutas em virtude de que, as demandas são necessariamente coletivas, por bens públicos, políticas públicas; essas são pautas que congregam um coletivo heterogêneo, mobilizado a partir de suas agendas e demandas em comum pelo alcance dos direitos sociais e contra a barbárie promovida pelo regime militar.

Assim sendo, os conflitos urbanos operam-se nos espaços rurais e vice-versa. Do ponto de vista dos movimentos populares rurais registra-se a criação de duas representações,

com direções políticas baseadas na Teologia da Libertação, que é a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

É importante destacar, nesse contexto de mobilização e articulações das lutas e forças sociais, o **Movimento dos Trabalhadores Sem Terra**, considerado um dos grandes marcos da luta e resistência na América Latina, cujas bases foram e são construídas a partir das lutas historicamente travadas nas áreas rurais do país, onde a concentração de terra e renda trazem constantes agravos e conflitos. O movimento defende a bandeira da reforma agrária. Todavia, suas lutas perseguem dimensões mais amplas de uma sociedade socialmente justa e pautada pelos princípios societários coletivos socialistas. Assim sendo, o MST é fruto do acúmulo que congregou várias forças, sujeitos e instituições e que se articula em várias escalas que vai do local ao internacional. O MST tem suas lutas

[...] impulsionadas principalmente pela ação pastoral dos cristãos ligados à Teologia da libertação, por meio do protagonismo da Comissão Pastoral da Terra (CPT, criada em 1975 e vinculada a CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), pelo apoio dos partidos políticos de esquerda, principalmente o PT, e pelo novo sindicalismo em ascensão (CUT). Mas esse processo organizativo também remonta ao conjunto de experiências organizativas acumuladas pelos trabalhadores rurais nas décadas que precederam o golpe de 1964, como as experiências das Ligas Camponesas e da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil [...] A partir de 1981, trabalhadores e trabalhadoras rurais envolvidos nas lutas nos diferentes estados, sindicalistas e agentes pastorais começaram a articular suas reivindicações, o que se materializará na realização, em janeiro de 1984 na cidade de Cascavel, no Paraná, do 1º encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 277).

Juntamente com os movimentos sociais urbanos e rurais, acima expostos, ocorre o enfraquecimento do sistema autocrático militar que não teve folego para sustentar-se por muito tempo, ocorrendo a reabertura democrática em 1985. A partir desse período de abertura democrática, Gohn (2000, p. 381), caracteriza o segundo ciclo denominado de “Institucionalização de movimentos: 1985-1989”. Com isso, a cena nacional se volta veementemente para o “Movimento nacional pró-constituente: 1985-1986”. Neste espírito, as agendas e os processos organizativos das lutas sociais se dão mais no campo do marco regulatório da elaboração da Constituição Federal de 1988, a chamada constituição cidadã.

A institucionalização desses movimentos se desdobra por segmentos, raça, etnia, gênero, educação, ecológico e direitos sexuais. Mesmo que as pautas mais amplas permaneçam, a exemplo do movimento pela ocupação das áreas urbanas e movimentos pelo direito à moradia, observa-se uma tendência dos movimentos pelas políticas setoriais, ao apresentarem pautas específicas de determinados grupos sociais, o que não os desconectou dos reflexos da contradição entre capital e trabalho no contexto do modo de produção capitalista.

A tendência da institucionalização dos movimentos sociais foi sendo absorvida por toda a década de 1990 no contexto do ajuste neoliberal, que foi disciplinando o papel do Estado na relação com a sociedade civil. Isso implicou na transferência da responsabilidade das ações estatais pelos serviços públicos sociais para o campo da sociedades civil, forçando o fenômeno da onguinização dos movimentos sociais, que consistiram na transferência dessas atividades para o terceiro setor (SOARES, 2000; SANTANA, 2013).

O acirramento da política de ajuste neoliberal, a partir da década de 1990, no Brasil, provocou sérios conflitos nos segmentos pauperizados: a pressão sobre os trabalhadores; o desrespeito aos direitos trabalhistas; a taxa crescente de desemprego nos oito anos do governo de FHC, como já abordado no subcapítulo anterior; a privatização das instituições estatais, a focalização das políticas sociais, a criminalização jurídica dos movimentos sociais etc., provocaram a fragmentação das lutas dos movimentos sociais em virtude das medidas que se abatiam duramente sobre a classe trabalhadora.

Por outro lado, tais pressões criaram condições efetivas para o acúmulo e amadurecimento da contraofensiva da classe trabalhadora e vários segmentos da sociedade civil, que, no final da década de 1990, por meio da resistência e das lutas sociais, ensejaram mobilizações, processos organizativos contra a opressão do neoliberalismo não somente no Brasil,

é nesse contexto que temos o incremento da resistência e da luta popular na América Latina, que abarca as mais diversas formas de protesto social – greves, interrupção de ruas e avenidas, piquetes, construção de redes nacionais, continentais e mundiais de movimentos populares, ações dirigidas contra as reuniões da OMC, FMI, BM, OEA e demais instituições que representam os interesses imperialistas; a consolidação do Fórum Social Mundial e do Fórum Social das Américas como espaço de articulação de movimentos e de lutas (ÁLVAREZ, 2006; AMIN; HOUTART, 2003 apud MONTÃO; DURIGUETTO, 2011, p. 296).

O recrudescimento dos processos organizativos dos movimentos sociais demarca uma inflexão importante para resistência, na medida em que são ativadas e articuladas redes e fóruns de apoio, com destaque para a culminância que representou a criação, em 2001, do primeiro Fórum Social Mundial (FSM), com destaque para os movimentos reivindicatórios que o antecederam:

O ano 2000 permite observar uma consolidação na coordenação entre os diferentes movimentos e organizações. Os protestos se intensificaram e se expandem geograficamente a todos os continentes; o arco social que nelas participam parece ampliar-se e enriquecer-se em suas reivindicações e propostas. A conflitividade social se intensifica na periferia do mundo capitalista [...] e particularmente na América Latina. O protagonismo do Terceiro Mundo se acentua durante este ano e o protesto [...] se transfere ao Sul, Porto Alegre, agora para encarnar-se nessa proposta (SEOANE; TADDEI, 2001, p. 168).

Deste modo, os movimentos sociais, mesmo diante de suas adversidades e

heterogeneidades, articularam-se como alternativa de fortalecimento e solidariedade, em uma perspectiva e construção de um bloco contra hegemônico; um movimento antimundialização neoliberal onde se fizeram necessárias articulações em diferentes escalas – local, regional, nacional e internacional, como uma contundente resposta ao ajuste neoliberal - que se deu em escala exponencial, assolando a América Latina - com destaque para o sul do Brasil com o protagonismo da experiência democrático-popular municipal que representou o governo do PT em Porto Alegre nos anos de 1989 a 2004.

Esse ambiente político favorável deu bases para o primeiro Fórum Social Mundial (FSM), que foi considerado a primavera de Porto Alegre, posto que defendeu a perspectiva da construção de um outro mundo possível – muito em função do desabrochar das ideias anticapitalistas. Em outras palavras, O FSM representou o acúmulo da luta contra as medidas neoliberais vivenciadas na periferia do mundo capitalista desde o início dos anos 1990, constituindo o contraponto ao Fórum Econômico Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio etc. De fato,

o Fórum Social Mundial surgiu em janeiro de 2001, como ampliação das discussões e dos embates desencadeados pelos movimentos altermundista de fins da década de 1990 e início dos anos de 2000. Esse movimento alter-mundista (que prega ‘um outro mundo possível’) surgiu a partir das mobilizações em Gênova e Seattle, no contexto dos Fóruns Econômicos Mundiais, representando manifestações contra agências e organismos multilaterais que mantêm e desenvolvem as políticas neoliberais: O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC). O surgimento do FSM foi não só o desdobramento do movimento internacional antineoliberal, mas também do crescimento do protesto social na América Latina. Propondo-se, assim, como uma contrapartida ao Fórum Econômico Mundial” (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011, p. 302).

Assim sendo, o FSM tornou-se um espaço que congregou ONG’s, ativistas, intelectuais, povos tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos) redes etc, com representações de países contrários ao neoliberalismo. O objetivo perpassou pelo intercâmbio de ideias, experiências, articulação, propostas e ações, efetivamente contrárias à lógica global neoliberal. A experiência da Primavera de Porto Alegre representada pela articulação dos movimentos em várias escalas, ajudam no exercício da análise da contemporaneidade das lutas sociais e resistência à hegemonia do capitalismo global.

Katz (2007), amparado em Gramsci, afirma que a hegemonia considera dois eixos importantes: um que trata da hegemonia global neoliberal e o segundo que trata de uma contrahegemonia internacionalizada que se dá em nível local e global. Assim, as contradições que são forjadas no seio da sociedade civil incorporam a reprodução da ideologia hegemônica neoliberal, formando um bloco histórico de poder; mas também nesse mesmo espaço difuso e

contraditório se constrói a contrahegemonia que se constitui em um “[...] espaço da criatividade social, onde uma nova ordem social pode emergir” (KATZ, 2007, p. 2).

Nesta perspectiva contrahegemônica, a história tem mostrado que a autonomia e soberania não acontecem por meio de modelos econômicos externos. Pelo contrário, potencialmente é um *devir* que cada povo, cada nação constrói por meio da acumulação de suas lutas sociais e do convívio civilizatório entre os homens e meio ambiente. Assim, a possível soberania dos povos latino-americanos é uma construção histórica forjada no bojo das relações de luta de classes, capazes, por meio do acúmulo de forças políticas-ideológicas e culturais, de construir os fundamentos para outras perspectivas sociais mais amplas e emancipatórias.

Por fim, os aportes, até aqui problematizados, darão suporte efetivos para se analisar as lutas sociais e resistência frente aos reflexos e impactos provocados por Belo Monte, enquanto projeto de desenvolvimento econômico imposto à Amazônia Paraense e suas mediações com as lutas sociais mais amplas da sociedade na contemporaneidade brasileira.

Capítulo 3 - A INFRAESTRUTURA FÍSICA E SOCIAL DO ESTADO BRASILEIRO PARA O CAPITAL NA TERRITORIALIDADE AMAZÔNICA

Este capítulo analisa como o Estado brasileiro organiza as unidades de poder por meio da sua ossatura política, econômica, administrativa, jurídica e burocrática que são cimentadas por meio das infraestruturas física e social (POULANTZAS, 1985), as quais pouco distinguem as relações público-privadas e abrem precedentes para que a gestão pública possa beneficiar e acolher os projetos e empreendimentos dos vários setores do capital. Tal perspectiva contribui para a formação socioeconômica da Amazônia brasileira sob a lógica da **colonização extrativista**³⁶, historicamente imposta na América Latina e, conseqüentemente, na Região.

Como já salientado, o neoliberalismo é uma resposta ultraconservadora e evoca uma nova face do patrimonialismo, na medida em que nega os saberes e os modos de vida locais; potencializa projetos que, sob o véu de um pseudodesenvolvimento, impõem-se sobre o território, interferem nas práticas sociais, sem, no entanto, transformar o padrão de vida socioeconômico das populações amazônicas. Na realidade trata-se de um neocolonialismo na medida em que ocorre a interferência do Estado subsidiando a infraestrutura física e social em nome do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, sobretudo as dos países cênicos. Concorda-se com Galeano (2013, p. 347): "O desenvolvimento é um banquete de escassos convidados, embora seus resplendores enganem, e os pratos principais estão reservados às mandíbulas estrangeiras". De modo particular, Loureiro (2009) ao estudar a Amazônia brasileira reitera que:

um dos traços fundamentais na formação social da Amazônia brasileira é a persistência de políticas de caráter elitista, patrimonialista e voltadas especificamente para a acumulação de capital, executadas sem qualquer cuidado ou preocupação com a vida e o futuro das populações locais; essas políticas têm sido propiciadoras de uma enorme concentração de capital por grupos econômicos privados nacionais, estrangeiros ou multinacionais; elas resultam na exclusão das

³⁶ A respeito da **colonização extrativista** na América Latina, recorre-se ao estudo clássico de Eduardo Galeano que em sua obra "As veias abertas da América Latina" mostra historicamente como seu deu o processo de colonização no continente latino cujas práticas produtivas se desenvolveram em torno do extrativismo de minérios; a exploração da natureza, a exploração dos trabalhadores e a prática de baixos salários - estratégicos para os países de capitalismo cêntrico. Para o autor, só existe desenvolvimento porque existe o subdesenvolvimento, isto é, a razão de ser dos países ricos é porque existem países condenados ideologicamente a serem pobres, que alimentam tal assimetria que são viabilizadas por meio do extrativismo colonial, o qual é reforçado por uma economia baseada na exportação de mercadorias brutas e/ou pouco beneficiadas. Como problematiza o autor: "o baixo nível de salários da América Latina só se traduz em preços baixos nos mercados internacionais, onde a região oferece suas matérias-primas a cotações exíguas para que sejam beneficiados os consumidores dos países ricos; nos mercados internos, em troca, onde a indústria desnacionalizada vende manufaturas, os preços são altos, para que sejam altíssimos os lucros das corporações imperialistas" (GALEANO, 2013, p. 353).

populações naturais que habitam a região, - os ribeirinhos, os caboclos, os índios, os quilombolas e amplas camadas urbanas da sociedade, que não integram as elites. (LOUREIRO, 2009, p. 21).

De acordo com a autora, os avanços da acumulação do capital internacional, aliada ao Estado burguês, reforçam os processos de trabalhos precarizados em que os setores produtivos, de regra, reincidem práticas que, grosso modo, incorporam poucas tecnologias; subsumem os direitos trabalhistas - favorecendo as práticas de trabalhos escravos ou análogos à escravidão. Essa superexploração do trabalho (MARINI, 2011) desdobra-se por meio de tecnologias sofisticadas que incrementam o processo produtivo em favor da extração da mais-valia relativa (MARX, 2013) e, conseqüentemente, a ausência de proteção social - tudo isso em função dessa lógica extrativista colonialista em pleno século XXI.

No percurso da análise foram trazidos os debates a respeito dos modos de colonização e o contraponto do processo de descolonização, uma vez que ambos estão imbricados e possibilitam o exame de como o Estado burguês historicamente reproduz o pensamento colonizador e materializa ações por meio da base institucional com órgãos, legislação, portos, aeroportos, rodovias, políticas públicas, os quais consistem em uma logística que, efetivamente, consubstancia a infraestrutura física e social do Estado burguês na territorialidade.

Partindo desse pressuposto, foram problematizados dessa realidade contraditória os programas e projetos de desenvolvimento impostos à Região que, em função de seu escopo, permitem inferir que não consideram as formas de organização social e o modo de produção econômica local e que, ideologicamente, rejeitam, forjam e desqualificam o protagonismo dos sujeitos amazônicos.

Destaca-se que o Estado apresenta um papel interventor explícito, por meio de sua política econômica, presente no PAC, cujos eixos priorizam o fomento à comunicação, transporte, logística e produção de energia em larga escala. Não por acaso a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, foco deste estudo, consiste na maior obra do governo brasileiro, viabilizada pelo PAC.

Assim sendo, o aporte para a expansão e consolidação da geografia do capital (HARVEY, 2005) denuncia a necessidade de desnudar a matriz energética brasileira, para melhor entender o contexto da UHEBM, cujo formato aponta a Amazônia como uma nova província de exploração de energia elétrica cuja função perpassa pelo abastecimento das indústrias eletrointensivas, mineradoras, agroindústria, metalúrgica e as grandes metrópoles brasileiras e fronteiriças.

Diante do exposto, desmistificar e problematizar o modo como o sistema capitalista, acobertado pelo Estado, faz sua investida na territorialidade Amazônica, exige um percurso da análise dos processos de trabalhos; o exame dos programas e projetos considerados como elementos essenciais para o desenvolvimento das relações sociais de produção capitalista, os quais representam sua expansão. Daí chegar até a problematização da matriz energética brasileira e o desenho de sua expansão sobre a Amazônia como estratégia para o setor produtivo. Tais pontos são relevantes para o propósito aqui assinalados, capazes de explicitar a razão de ser da infraestrutura física e social promovida pelo Estado face às exigências deste modo de produção.

3.1 Colonização versus descolonização: o modelo de ocupação e o contraponto das resistências e lutas sociais no território Amazônico

Neste item será examinada a formação social e econômica da Amazônia, considerando os processos contraditórios da colonização e o contraponto dos processos da descolonização, protagonizados pelos sujeitos amazônicos, muitos na condição de trabalhadores formais, informais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, colonos, garimpeiros artesanais, agricultores, pescadores, pesquisadores (brasileiros e estrangeiros) que a partir de seu lugar, exprimem posições que demarcam as resistências e lutas sociais.

Sabe-se que o processo de descolonização exige o combate permanente e que tais lutas devem assumir frentes mais amplas e irmanadas considerando a imensa territorialidade em que consiste a Amazônia e a América Latina. Tem plena razão Galeano (2013) quando enfatiza:

há muita podridão para lançar ao mar no caminho da reconstrução da América Latina. Os despojados, os humilhados, os amaldiçoados, eles sim têm em suas mãos a tarefa. A causa nacional latino-americana é, antes de tudo, uma causa social: para que a América Latina possa nascer de novo, será preciso derrubar seus donos, país por país. Abrem-se tempos de rebelião e de mudança. Há quem acredite que o destino descansa nos joelhos dos deuses, mas a verdade é que trabalha, como um desafio cadente, sobre as consciências dos homens. (GALEANO, 2013, p. 367).

Deste modo, o processo de descolonização exige que se parta das contradições, dos processos de conscientização, das violações de direitos, das heterogeneidades que formam a totalidade das lutas cuja unidade se situa no bojo do Continente Latino e perpassa os níveis de colonizações que impõem aos latinos uma condição de subalternidade e de assimetria de poder. O contraponto materializa-se por meio das forças renitentes que não se intimidam diante das ofensivas dos algozes colonizadores.

Destarte, faz-se necessário realizar o resgate histórico daquilo que demarca econômica, política e socialmente a apropriação do território a partir de suas conexões com a particularidade, singularidade e totalidade tendo em vista o contraponto dos sujeitos que vivem, estudam e constroem essa realidade organicamente. Para tal, a busca das raízes dessa trajetória exigiu percorrer algumas interpretações seminais.

Tratar do conceito de **colonização**³⁷ requer a *priori*, a desconstrução do discurso ideológico de que o modelo colonizador se impõe sobre um território atrasado do ponto de vista das relações de produção, um lugar pouco integrado à trama do mercado, com "vazios" demográficos, culturais e sociais, de sujeitos bárbaros, primitivos, e, que, somente a racionalidade capitalista poderia promover a modernidade, crescimento e, conseqüentemente, seu "preenchimento" e "desenvolvimento"³⁸ tendo em vista o credenciamento daquele lugar ao mundo globalizado do mercado. Sobre esse ponto de vista hegemônico Loureiro (2009) afirma que,

os primeiros conquistadores e colonizadores não se conformaram em ver uma terra que lhes parecia ser o paraíso terrestre ocupada por povos que julgavam inferiores, bárbaros, primitivos, rudes, preguiçosos e, para muitos, possivelmente desprovidos de alma. Dos primeiros séculos da colonização aos governantes, políticos e planejadores dos dias atuais, a história da Amazônia tem sido o penoso registro de um esforço gigantesco e 'civilizador' para modificá-la, transformando a situação original. A sua história é a de uma saga secular empreendida pelo Estado e pelas elites na tentativa de domesticar o habitante e a natureza da região, moldando-os à visão e à expectativa de exploração do homem de fora, estrangeiros no passado, brasileiros e estrangeiros no presente. Mas é, também, a história da resistência de sua gente às diversas formas de dominação (LOUREIRO, 2009, p. 31).

³⁷ A discussão sobre o processo de **colonização** tem sido tema frequente quando se envereda por uma análise crítica da formação social, política e econômica latino-americana. Observa-se que há uma prevalência da visão eurocêntrica que se estabelece imperiosa e superior, tanto do ponto de vista cultural, racial como do ponto de vista da ciência e da produção do conhecimento. A perspectiva ideológica da colonização eurocêntrica estabelece um padrão universal a partir de suas referências consideradas "modernas" e, a partir destas, constroem-se teorias, teses, paradigmas e políticas, cujas bases conceituais permitem chegar ao grau de superioridade e pleno desenvolvimento frente aos países latinos. Tal visão não acolhe a realidade cultural, política e econômica latina, ao contrário, à subestima, desqualifica e à reduz a um patamar inferior e pouco civilizado, justificando por sua vez, a razão da intervenção colonizadora. Como bem explicita Lander (2005, p. 13-14, grifo do autor): "esta é uma construção **eurocêntrica**, que pensa e organiza a totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade do ponto de vista de sua própria experiência, colocando sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal. [...]. Uma forma de organização e de ser da sociedade transforma-se mediante este dispositivo colonizador do conhecimento na forma normal do ser humano e da sociedade. As outras formas de ser, as outras formas de organização da sociedade, as outras formas de conhecimento, são transformadas não só em diferentes, mas em carentes, arcaicas, primitivas, tradicionais, pré-modernas. [...]. Existindo uma forma natural do ser da sociedade e do ser humano, as outras expressões culturais diferentes são vistas como essencial ou ontologicamente inferiores e, por isso, impossibilitadas de se superarem e de chegarem a ser modernas (devido principalmente à inferioridade racial). Os mais otimistas vêm-nas demandando a ação civilizatória ou modernizadora por parte daqueles que são portadores de uma cultura superior para saírem de seu primitivismo ou atraso. **Aniquilação** ou **civilização imposta** definem, destarte, os únicos destinos possíveis para os **outros**".

³⁸ Nesta perspectiva, o **desenvolvimento** é visto à luz dos preceitos capitalistas, em que pese o desenvolvimento dos processos produtivos e econômicos, que não necessariamente relacionam-se ao desenvolvimento social com respeito ao meio ambiente e cultura presentes no território.

De acordo com a autora, não obstante o discurso de domesticar os sujeitos e promover a ocupação forçada do território, o contraponto consiste no posicionamento das lutas sociais e resistências que se materializam no processo de descolonização da Amazônia frente às estratégias de dominação. Pensar estratégias frente à ofensiva neoliberal patrimonialista exige a clareza do que representa e no que se constitui a PanAmazônia que, do ponto de vista de sua geografia física, é um território que contempla diversas territorialidades, pois é composta pelos seguintes países da América do Sul: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Suriname, Peru, Venezuela, Guiana e Guiana Francesa, conforme Figura 2.

Figura 2 – Mapa Geofísico da PanAmazônia



Fonte: [Http://www.sanjosedelamazonas.org/uploads/images/map/mapa_america.jpg](http://www.sanjosedelamazonas.org/uploads/images/map/mapa_america.jpg)

A ocupação do território Amazônico pelos seus povos tradicionais remonta uma história que não está descrita nas literaturas ocidentais. É tanto que a historiografia oficial do Brasil inicia em 1.500 Depois de Cristo (DC). Todavia, examinam-se os processos históricos, culturais e econômicos a partir da referência de seus sujeitos, cuja ocupação e vivência reificam suas territorialidades e trazem o sentido para o lugar (HARVEY, 2005). E deste modo, é preciso inverter a perspectiva da visão ideológica dominante e, necessariamente, reconhecer que a PanAmazônia contempla países preñes de culturas, práticas sociais, econômicas e políticas protagonizadas por seus povos que portam alternativas societárias, para além do modo de produção capitalista. Talvez esse aspecto traga ameaças à racionalidade

hegemônica. Conforme adverte Martins (1993):

Essas populações têm vivido e sofrido o impacto do estranho, que não só invade territórios tribais e terras camponesas, confinando ou expulsando, mas também quebra linhagens de família, destrói relações sociais, clandestiniza concepções culturais, valores, regras - vitais para a sobrevivência de tribos indígenas e comunidades rurais. No mínimo, **repositórios de concepções alternativas do humano**, que nossa sociedade, em seu conjunto, belicosa e violenta, vem perdendo ou já perdeu. Assim como a devastação da floresta destrói definitivamente espécies vegetais úteis, a devastação ou a mutilação de grupos sociais diferentes do nosso suprime modos de viver e de pensar, bem como destrói saberes que **representam um germe de alternativa para a desumanização acelerada que estamos vivendo** (MARTINS, 1993, p. 12, grifo nosso).

Certamente, as ações avassaladoras do "estranho" sobre povos tradicionais e territórios se dão por meio desse modelo predatório, de aprofundamento da acumulação, consumo; esgotamento da natureza e da superexploração do trabalho e do homem. Por outro lado, infere-se, que a organização social desses povos, representa verdadeiras ameaças, na medida em que seus modelos civilizatórios estabelecem relações sociais e econômicas diferenciadas baseadas no convívio com a natureza, processo produtivo de subsistência, de partilha, na troca de aprendizados e culturas em detrimento do consumo massificado e individualista.

Na verdade, quando se trava um debate sobre o processo de descolonização³⁹ da América Latina, observa-se a farsa em que se constitui o modelo hegemônico de colonização, que imprime um discurso de desenvolvimento a qualquer preço. Exemplo disso é a ofensiva à PanAmazônia, cujos territórios apresentam abundâncias de riquezas mineral, vegetal e animal, como também a força de trabalho necessária para a engrenagem vital capitalista, sabendo-se que tais recursos escassos e exauridos em outros territórios apontam a Amazônia como a última fronteira agrícola do capital, cuja ofensiva sobre o território não deixa dúvidas que se trata de um projeto de acumulação avalizado pelo Estado burguês em suas várias unidades de poder, conforme assevera Teixeira (2008),

O capitalismo completou, nas últimas décadas, o seu processo antes embrionário de mundialização. Ao fazê-lo, avançou para a última fronteira – a maior reserva de recursos naturais e culturais do planeta –, a Amazônia. Consolidou com isso, num plano extensivo, a polaridade capital x trabalho, estendendo para a região a relação

³⁹ A perspectiva da **descolonização** aqui é tratada a partir da obra de estudiosos da América Latina e da Amazônia respectivamente. Cita-se Galeano (2013), Lander (2005), Leal (2010), Loureiro (2004, 2009), Picoli (2006), Teixeira (2008), os quais consideram e reconhecem a soberania dos povos latinos. Como também, do ponto de vista ontológico explicitados historicamente pelos sujeitos organicamente envolvidos com a realidade Latina e da particularidade Amazônica de forma mais ampla, a partir de seus lugares de luta e resistência, configurados por meio dos movimentos populares, movimentos sociais; pesquisadores nacionais e estrangeiros; entidades de defesa de direitos; instituições governamentais e não governamentais; coletivos independentes; associações de moradores; comunidades tradicionais; sindicatos; frentes populares, escritores, músicos, poetas e outros - que por meio de sua práxis, questionam, enfrentam e resistem ao modo produtivo capitalista e seus porta-vozes algozes colonizadores.

pobreza x riqueza e todas as suas determinações: escassez (onde antes havia fartura), poluição das águas (rios, igarapés, lagos, praias), devastação da floresta (último reduto da maior biodiversidade ainda existente) (TEIXEIRA, 2008, p. 141).

É deste modo, que o processo de acumulação representado pelos avanços das "grandes" obras e empreendimentos na Amazônia colidem diretamente com as formas produtivas locais e forjam a reconfiguração da divisão internacional do trabalho⁴⁰. Tais reconfigurações formatam e requerem uma lógica de planejamento para o território, visto que consideram as necessidades dos empreendedores em detrimento das demandas concretas dos povos da região. Daí se afirmar que o Estado é onipresente para o capital e negligente para as demandas socioambientais, mediante essa racionalidade desenvolvimentista que vai alargando as fronteiras socioespaciais para o capital internacional (SANTOS; SILVEIRA, 2013, p. 48).

Assim sendo, o diálogo de estudiosos sobre a formação econômica e política da PanAmazônia tem sido tema recorrente de estudos e pesquisas; e fazer a opção por autores e obras exigem critérios de seleção que privilegiem o potencial de criticidade, atualidade e organicidade dos estudos capazes de analisar a Amazônia em suas múltiplas dimensões, considerando a relação dos seus povos na interação com as especificidades do território e a diversidade que a representa. Há um esforço de examinar autores que discutem a PanAmazônia na perspectiva contrahegemônica que diz respeito ao processo de descolonização, que entende o território e seus povos a partir de suas experiências e autonomia.

Por sua vez, a perspectiva do processo de descolonização considera o contexto do território relativo ao espaço geofísico (a ecologia, o meio ambiente, a natureza, o território) e da territorialidade correspondente às pluralidades socioculturais, (os patrimônios materiais e imateriais), econômicas e políticas, os quais contemplam os elementos tempo/espaço; o sentimento de pertencimento e o compromisso com o lugar, suas miríades culturais, etnográficas, socioambientais e econômicas.

Trata-se na realidade, de reconhecer a geografia do lugar (HARVEY, 2005) a

⁴⁰ Concorde-se com Galeano quando problematiza que tal divisão denuncia a assimetria entre países na medida em que um para se destacar subsume o outro, e, que, portanto, a riqueza de um país e/ou continente representa, contraditoriamente, a pobreza e a miséria do outro. Para o autor, este tipo de relação é historicamente vivenciada nos países da América Latina quando aborda que o sentido da "divisão internacional do trabalho significa que alguns países se especializam em ganhar e outros em perder. Nossa comarca no mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se aventuraram pelos mares e lhe cravaram os dentes na garganta [...]. Mas a região continua trabalhando como serviçal, continua existindo para satisfazer as necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, de cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que, consumindo-os, ganham muito mais do que ganha a América Latina ao produzi-los" (GALEANO, 2013, p. 17).

partir dos sujeitos sociais orgânicos e sua relação com os aspectos internos e externos compreendendo sua totalidade. Tal imersão permitirá interpretar a Amazônia, a partir dos seus conflitos e contradições, das forças existentes; da relação polarizada entre capital e trabalho postos nesse tempo/espaço e que configuram tal territorialidade.

Prosseguindo na mesma linha, partimos de Leal (2010) para o entendimento dos momentos históricos da forma como se deu o processo de colonização da Amazônia. O autor problematiza que a lógica de ocupação da Amazônia passa por quatro períodos distintos e politicamente demarcados, sendo o **primeiro período exploratório**, nos meados do século XVI, quando da invasão dos holandeses e ingleses. Contudo há registros de que antes desse período houve expedições sobre a região, mas não de forma sistemática, conforme esclarece o autor:

ainda no século XV - mais precisamente em 1499 - Pizón toca a foz do Amazonas [...] cuidou de apresar consigo trinta e seis índios, que levou para vender como escravos na Europa, o que inaugura, no primeiro contato com a Região, o primeiro saque sobre ela. Daí por diante e durante mais de um século, a Amazônia ou seria alvo de expedições que foram derrotadas pelo rio e pela floresta, ou, simplesmente, foi deixada em segundo plano pelos objetivos portugueses e espanhóis de consolidar domínio sobre os extensos territórios dos continentes em que assentavam império. (LEAL, 2010, p. 2).

O **segundo período, colonial português**, ocorreu ainda no século XVI e se deu pela pressão dos ingleses e holandeses sobre o território, uma vez que eram consideradas grandes forças mercantis emergentes tendo em vista seus sistemas de navegação avançado, o que propiciou, em meados do século XVII, que as forças ibéricas se consolidassem, período emblemático, demarcado pela fundação de Belém que ocorreu em janeiro de 1616 pelos lusitanos.

Cabe destacar neste ponto, que a disputa travada pela dominação da Amazônia entre ingleses, holandeses e portugueses, não obstante os primeiros estabelecerem relações menos danosas, implementando técnicas de plantação, uma vez que neste período ainda não havia se descoberto ouro na região - esses exploradores não se propunham a uma colonização do território de forma pacífica e integradora; muito pelo contrário, quando da tomada do território pelos portugueses, o processo foi demarcado por usurpação, espoliação e rapina, marcado pelo etnocídio dos povos originários sem nenhum constrangimento. Como oportunamente retrata Leal (2010),

Essa retomada territorial já foi acompanhada de um brutal etnocídio sobre os nativos; os portugueses traziam com eles dois aspectos típicos do estilo colonial que iriam passar a reproduzir aqui: o aliciamento dos índios (que vinham trazendo do Nordeste junto com o extermínio das tribus que lhes resistiam ao assalto), e a blandícia feroz da catequese. Os padres, que sempre acompanhavam todas as ações militares dos ibéricos como tropa de persuasão e amansamento do gentio,

procuravam imediatamente explorar as diferenças tribais, transformando-as em ódio, e promoviam a divisão fratricida entre os filhos (e donos) da terra, para poder submetê-los (LEAL, 2010, p. 3).

Notadamente, esse caráter exploratório balizou a forma bárbara de afirmação do poder e soberania lusitana, o que se desdobrou historicamente em um processo "oficial" de exploração das riquezas. O período colonial lusitano influenciou o formato de ocupação da Amazônia cuja forma de colonização brutalizada vai refletir e impactar diretamente na organização política e econômica do território⁴¹.

Na mesma direção analítica, o autor assevera que ocorreu um extrativismo sem precedente, ou seja, um processo de exploração intensiva sem que houvesse a perspectiva de um sistema de troca e/ou orientação na área da agricultura e do trato com a floresta, de cuja consequência dessa relação de poder e terror decorreu o que afirma de genocídio sistemático. Essa acepção é assim problematizada na obra "Uma sinopse histórica da Amazônia" onde sublinha que,

[...] a introdução do estilo colonial português associou necessariamente o extrativismo e o extermínio genocida do índio, onde, mais uma vez, a ação missionária foi de uma eficiência ímpar. A história da Amazônia nesse período representa o próprio marco histórico inicial do genocídio sistemático do nativo (LEAL, 2010, p. 4).

Esta ordem genocida segue nos séculos XVII e XVIII e, considerando a dinâmica societal e a dialeticidade dos processos históricos, o **terceiro período** vincula a Amazônia ao capitalismo, que paulatinamente foi se ampliando a partir do século XVIII impulsionado pelo advento da Revolução Industrial. Observa-se uma relação de subordinação do Brasil à Inglaterra, cuja Amazônia nesse contexto conecta-se ao ciclo do capital internacional por meio da exportação da borracha⁴², "A borracha, como recurso da Natureza, dava uma extraordinária contribuição ao desenvolvimento e ao avanço das forças produtivas" (LEAL, 2010, p. 21) - elemento fundamental na engrenagem da fase industrial capitalista. Segundo o

⁴¹ Para um estudo mais aprofundado do processo de colonização na Amazônia ver Leal (2010) e Picoli (2006).

⁴² Loureiro (2009, p. 40-41) esclarece que houve dois ciclos da borracha na Amazônia e que estes ativaram uma migração forçada de trabalhadores do Nordeste do país. A autora explicita que "ao longo do século XX vários momentos foram marcantes na consolidação do processo de integração da região ao país e, simultaneamente, desse formato econômico. O primeiro deles ocorreu durante o 'boom' mundial da borracha amazônica, no fim do século XIX e princípios do século XX, após a invenção do processo de vulcanização. Naquela fase, milhares de migrantes nordestinos pobres - as estimativas apontam para duzentos ou trezentos mil - acataram as propostas dos governos e dos empresários da borracha e migraram para a região. A Amazônia tornou-se, de súbito, uma das regiões mais rentáveis do mundo. Mas a renda da borracha esteve sempre canalizadas para bancos financiadores, casas exportadoras, empresas de transporte e no segmento da oligarquia regional, que empregava e explorava os nordestinos no interior das matas [...] Durante a Segunda Guerra mundial, mais uma vez a União lembrou-se da Amazônia como fonte de recursos e dos nordestinos como mão de obra barata. Eles foram convocados para um monumental esforço em produzir borracha para as tropas dos Aliados, num episódio que ficou conhecido como 'a batalha da borracha', e raramente mencionado nos textos publicado sobre essa guerra."

autor, demarca-se a funcionalidade da Amazônia na divisão internacional do trabalho, na medida em que:

inaugura-se, de fato, para a Amazônia, a passagem da condição de mero empório de produtos de consumo, para a de empório de matérias primas. Isto é, ela deixa de ser mero espaço de suprimento para a subsistência suntuária da metrópole, e passa a se integrar, diretamente, ao circuito internacional da Acumulação (LEAL, 2010, p. 22).

E, por fim, o **quarto período** que se relaciona aos séculos XX e XXI, sobre o qual Leal (2010) argumenta que há uma **redefinição da Amazônia na divisão internacional do trabalho**. Essa acepção é assim resumida por ele:

a Amazônia, hoje, é um espaço onde ou se gera uma produção supérflua, ou onde se produz um saque modernizado e eficiente dos recursos naturais necessários à acumulação, controlado pelas grandes corporações capitalistas. Madeira, minérios, hidroenergia, são alguns desses recursos empacotados em massa e exportados a preços aviltados, e cuja receita, por maior que seja, é inexpressiva ante a magnitude da descapitalização ecológica e de riquezas naturais que provoca. Mais uma vez, a grande maior parte da sociedade regional está à margem dos benefícios que esse processo gera. Quem os apropria regionalmente é uma reduzidíssima minoria de privilegiados, que controla subsidiariamente a exploração dos recursos naturais e a exploração da força de trabalho da Região. São os representantes, dirigentes e defensores das corporações internacionais, grandes fazendeiros, empresários, latifundiários, profissionais liberais e funcionários públicos integrados aos esquemas de corrupção e favorecimento que esse sistema incorpora (LEAL, 2010, p. 40).

Deste modo, a trajetória problematizada por Leal (2010) e também problematizada por Galeano (2013), expõe a séria denúncia de um histórico de colonização espúria, e nada civilizatório, desde o seu aparecimento para o mundo ocidental europeu. Valores, povos, culturas foram simplesmente dizimados incorrendo em etnocídios, genocídios e ecocídios. A visão do outro, do "estranho", no dizer de Martins (1993) sobre a Amazônia, é sempre na perspectiva de subsunção, de exploração seja no regime feudal, representado pelos primeiros e segundo períodos; seja no modo produtivo capitalista, representados nos terceiro e quarto períodos.

Entretanto, essa forma de apropriação do território, representada pelos quatro ciclos trabalhados por Leal, não reconhece todo o potencial e riquezas que os povos amazônicos construíram historicamente; destaca-se a resistência e as lutas sociais, como a experiência da Cabanagem, ocorrida no período de 1835 a 1840 no Estado do Pará, que representou o levante armado e resultou na tomada do poder, em 1835, contra a opressão que o império imputava aos segmentos populares. De acordo com Loureiro,

a Cabanagem foi um grande movimento popular de cunho nativista e emancipatório, o maior do período imperial, que varreu a província do Grão-Pará (que na época abarcava a Amazônia geográfica brasileira e mais o Maranhão), entre os anos de 1835 e 1840. O movimento foi encabeçado e formado por pessoas pobres, que viviam em cabanas, daí o nome do movimento. Os **cabanos** pretendiam um governo caboclo e voltado para as suas necessidades. Ocuparam Belém, assumiram o governo durante um curto período, sendo expulsos em 1836 por uma esquadra inglesa contratada pelo governo imperial brasileiro. Ainda assim, continuaram com

as suas ações rumo ao oeste, alcançando vilas e povoados às proximidades de Manaus. De uma população total estimada á época em 100.000 pessoas, calcula-se que cerca de 30.000 tenham perecido (LOUREIRO, 2009, p. 33, grifo do autor).

Sem dúvida a cabanagem foi um movimento de luta e resistência em prol da autonomia e soberania popular local, muito embora a historiografia problematize que a ausência de um projeto político enfraqueceu o momento. Certamente, a maior barreira encontrada incorreu na ação delegada pelo império brasileiro ao acionar a força bélica inglesa que redundou em sangrentos combates, que promoveram um verdadeiro genocídio. Concorde-se com Leal que tal luta representou

[...] o marco da passagem da Amazônia a uma outra etapa da sua história, quando o poder secular do colonizador foi questionado - e esmigalhado - pela força do colonizado. Não significou a libertação dos segmentos amazônidas explorados [...] mas marcou claramente a falência do domínio dos portugueses sobre a Região, junto com uma indelével lição histórica para as gerações futuras [...] A vitória da Cabanagem - e a sua derrota - são o testemunho mais sólido da força e do poder popular na Amazônia, bem como da importância da consciência política para a libertação popular (LEAL, 2010, p. 20).

Assim sendo, a Cabanagem é o testemunho contundente das unidades das forças populares, consideradas colonizadas, que tomam e demarcam posição frente ao algoz colonizador e colocam em cheque o poder do opressor colonial.

Com relação ao último período trabalhado, correspondente aos séculos XX e XXI, tem razão, o referido autor, quando afirma que a redefinição da Amazônia no quadro mundial da divisão do trabalho esteve plenamente conectada ao episódio fatídico da 2ª Guerra Mundial que perdurou de 1939 a 1945, somando-se a segunda metade do século XX no tocante a truculenta ditadura civil-militar ocorrida no Brasil, a qual se prestou ao aprofundamento e legitimação do capitalismo no território brasileiro.

A ditadura civil-militar serviu, grosso modo, para colocar em curso os grandes projetos do capital na Amazônia e realinhar o território aos interesses da internacionalização do capital, cancelado pelo Estado. Conforme assinala Picoli (2006, p.46), "a ditadura de 1964 planejou a expansão do capital nacional e internacional na Amazônia, tornando a última fronteira muito mais integrada ao mercado mundial e pouco ao mercado interno". E muito embora, esses períodos apontados por Leal (2010) sejam distintos e historicamente determinados, reiteram o processo de saque expresso pelas atividades produtivas extrativistas para fins de acúmulo de riquezas; uma forte marca da exploração da natureza e da força de trabalho e, conseqüentemente, a pauperização dos povos presentes na territorialidade Amazônica.

Em síntese, os modelos de ocupação, muito demarcados pela perspectiva colonizadora, aguçam nessa realidade contraditória as forças sociais capazes de fazer o

contraponto e, conseqüentemente, somar-se ao horizonte do processo de descolonização protagonizado pelos sujeitos amazônidas que historicamente vem demarcando o lugar da resistência. Tais forças congregam ações que se complementam, se fortalecem, como também estabelecem disputas e contradições internas, dada à diversidade política, ideológica, cultural de suas bases que correspondem a uma pluralidade de forças sociais que, de certo, compõem o processo de resistência e descolonização na Amazônia.

3.2 O avanço do capital estrangeiro chancelado pelo Estado Brasileiro: o discurso do desenvolvimento imputado à Amazônia Paraense

Neste item serão examinados os programas e projetos de desenvolvimento imputados à região considerando os aspectos da infraestrutura física e social subsidiadas pelo governo brasileiro; as especificidades presentes nos programas e projetos de desenvolvimento considerando o contexto social, político e econômico que dão sentido ao controle e ocupação do território para fins da ampliação da acumulação do capital, o qual subjuga o território às escalas comerciais globais do modo de produção capitalista.

Desta forma, a infraestrutura física e social foi assumida e viabilizada pelo Estado brasileiro, que *pari passu* com os setores do capital agrícola, industrial, financeiro, seguiu operacionalizando os meios para sua atuação e acumulação. Vê-se um Estado brasileiro atuante e presente nas relações econômicas junto aos segmentos capitalistas, e omissos no atendimento das demandas da sociedade por políticas públicas.

Assim sendo, recorre-se à incursão realizada no capítulo anterior, reveladora de que em sua formação social e econômica, a Amazônia passou por várias fases de ocupação; entretanto, interessa-nos para fins deste estudo, demarcar o período em que a Amazônia passa a ser vista e planejada a partir de uma lógica de integração nacional econômica, o que vem ao encontro do quarto período trabalhado por Leal (2010), que diz respeito a sua redefinição na divisão internacional do trabalho.

De fato, as exigências do formato produtivo do capital causam tensões no território no momento em que precisam, à custa da exploração de energia, atender às contingências deste modo produtivo, que promove a devastação da floresta e a desterritorialização de grupos sociais que migraram e/ou grupos sociais tradicionais que historicamente estão vinculados ao território.

Nessa direção, o planejamento do desenvolvimento econômico foi inspirado na propalada expansão da fronteira agrícola, que teve início ainda na gestão presidencial de

Getúlio Vargas, no ano de 1953, e que "[...] institui o conceito de Amazônia Legal apoiando-se, para tal, em critérios geográficos e políticos" (LOUREIRO, 2004, p. 83). Assim sendo, a criação da **Amazônia Legal** incorreu na delimitação e determinação dos Estados brasileiros que compuseram o território Amazônico cuja prevalência seguiu para além dos aspectos geofísicos e se detiveram também aos aspectos políticos com fins econômicos, que serviram, em outras palavras, como estratégia para a delimitação e controle do território.

Deste modo, o texto da Lei nº 1.806 de 06 de janeiro de 1953 deixa claro o enfoque da produção primária imposta à Amazônia com vista ao incremento do desenvolvimento econômico para o país. O conceito de Amazônia Legal foi instituído como descrito no:

art. 1º O Plano de Valorização Econômica da Amazônia, previsto no Art. 199 da Constituição, constitui um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o **desenvolvimento da produção extrativa e agrícola pecuária, mineral, industrial** e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País (BRASIL, 1953, grifo nosso).

Com base no exposto, ensejou-se a delimitação político-territorial, em nome de uma maior integração e desenvolvimento da Amazônia, que passa a ser regulada e controlada, ficando clara a ocupação de formato extrativista orientada pelo sistema capitalista e legitimada pelo Estado brasileiro.

A partir da década de 1960, no período da ditadura militar, organizou-se o planejamento da integração econômica para a Região que demandou, ostensivamente, a criação de infraestrutura física e social proporcionada pelo Estado, para abarcar as demandas pulsantes dos setores agroindustrial e agromineral do mercado. Para Cooney e Rivero (2011), a ditadura militar no Brasil representou a segunda maior transformação do capitalismo na Amazônia, na medida em que aguçou e promoveu a expropriação e concentração de latifúndios; forjou um sistema de migração de trabalhadores, acirrou os conflitos e promoveu o que o autor denominou de acumulação por desapossamento. Nas palavras do próprio:

a segunda maior transformação histórica dentro do capitalismo ocorrida na Amazônia aconteceu no período da ditadura militar, que assumiu o país de 1964 até 1985. Durante esse período, um grande conjunto de expropriações e uma intensa migração (parte dela dirigida pelo Estado para projetos de colonização, parte dela para as cidades da região) constituíram a base para uma nova fase mais avançada da acumulação capitalista nos setores primários da agricultura, pecuária e mineração. Esse período de transição envolveu níveis significativos de violência e fraude, que pode ser posto como um exemplo claro de acumulação por desapossamento (COONEY; RIVERO, 2011, p.335- 336).

Nesse sentido, a ditadura militar no Brasil colocou-se a serviço do sistema capitalista e, uma das estratégias de expansão geográfica da acumulação do capital se deu por

meio da criação das estruturas físicas, financeiras, jurídica e burocráticas. Como assevera Leal (2010), a ditadura militar acelerou uma espécie de industrialização subdesenvolvida para a Região, viabilizada, sobretudo, pela construção da Rodovia 153 - a Belém/Brasília, iniciada em 1959 e finalizada em 1974, rodovia estratégica para a integração da Região Norte às demais regiões do país, como uma das vias de escoamento das *commodities* fomentadas na região.

Efetivamente, a partir da década de 1970, intensificou-se a edificação de **infraestruturas físicas** com vista a acolher os projetos colonizadores por meio da construção de estradas, aeroportos, portos, hidrovias, ferrovias, linhões de transmissão de energia elétrica; hidrelétricas e **infraestruturas sociais**, como institutos tecnológicos, universidades, aparato do Estado por meio da administração pública: defesa militar (quartéis, bases das forças armadas); sistema de comunicação, etc.

Loureiro (2004) denuncia o formato de como o Estado brasileiro incentivou e atraiu os investidores capitalistas para se instalarem na Região Amazônica patrocinando obras faraônicas denominadas de grandes projetos⁴³, no sentido de desenvolvimento para a plena expansão do modo produtivo capitalista, e proporcionando subsídios fiscais e tributários. Segundo a autora:

foram concedidos incentivos tributários especiais como: a) isenção do Imposto de Renda e outros que incidem sobre o lucro da exploração mineral, pelo prazo de 10 anos; b) isenção dos impostos de Importação sobre Produtos Industrializados para a importação de máquinas, equipamentos e instrumentos sem similar nacional; c) isenção do imposto sobre Produtos Industrializados para aquisição de matérias-primas, produtos intermediários, máquinas e equipamentos nacionais. Dentre as vantagens ou facilidades adicionais contam-se, entre outras: a) autorização e registro de empréstimos externos; b) garantia ou aval do Tesouro Nacional ou de instituições financeiras públicas para empréstimos externos; c) participação com recursos públicos no capital social de sociedades titulares dos projetos; d) responsabilidade do Governo Federal pelas infra-estruturas. [...] A implantação desses empreendimentos em pólos dispersos exigiu a construção de [...] obras de infraestrutura de grande porte onde se destacam, pelo menos, os portos de Ponta da Madeira (especializado em embarque de minérios) e o de Itaqui (porto de carga a granel) no Maranhão; a Estrada de Ferro Carajás (860 km); a vila de Serra Norte (Serra de Carajás), com habitantes, hotel, restaurantes, hospital, teatro e outros recursos, para abrigar a população que trabalha na mineração de Carajás [...] Um conjunto de rodovias de médio porte como a atual PA-275, que dá acesso entre as cidades vizinhas, juntando-se à anterior, na base da serra, e ligando à Marabá na PA

⁴³ Sobre a análise do que representa os "**grandes projetos**" ampara-se em Loureiro (2004, p. 297) que afirma: "Considera-se, habitualmente, 'grandes projetos' aqueles voltados para o desenvolvimento regional, propostos pelo governo central e desenvolvidos em geral, através de capital estrangeiro combinado ao nacional e administrados por entidades do Governo Federal. Às vezes o 'grande projeto' aparece sob a forma de um programa. São os mais relevantes: Programa Grande Carajás, incluído os diversos projetos produtivos - Ferro Carajás, Cobre Carajás, Albras-Alunorte (alumina e alumínio), suas respectivas infra-estruturas de apoio. [...] Alguns autores incluem na categoria de "grande projeto" programas de colonização oficial [...]". Portanto, trata-se de "grandes projetos" para o grande capital e não necessariamente, representa abundância e compartilhamento de riqueza para seus povos e para a região onde se encontram.

150 (esta última que vem do extremo sul do Pará, em Conceição do Araguaia chegando em Belém, passando por Redenção, Marabá e outras cidades menores). A PA-332 (atual BR 230) que conecta Marabá à Belém-Brasília. Em Tucuruí foi implantada a hidrelétrica, também com uma vila para empregados da usina, estradas e aeroporto. Em Marabá foi implantado um distrito industrial e grandes obras de engenharia, como a ponte sobre o rio Itacaiúnas, e a maior ponte rodo-ferroviária da América do Sul, sobre o Rio Tocantins, no trecho em que esse rio corta a cidade. Outros distritos industriais foram construídos em Barcarena, Açailândia, Santa Inês, Rosário e São Luís. Em Barcarena foi construído um porto e a Vila dos Cabanos, para os empregados da ALBRAS. E uma estrutura aeroportuária em Marabá, Tucuruí e Serra Norte, para pouso de aviões a jato (LOUREIRO, 2004, p.302-303).

De certo, essa intervenção estatal na Amazônia, trouxe em sua esteira danos socioambientais irreversíveis, devido tais infraestruturas também causarem impactos relativos ao desmatamento, intrusão nas terras indígenas, barragens de rios, desterritorialização de povos originários, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, pescadores, extrativistas, agricultores, colonos, camponeses, dentre outros.

A mensuração desses efeitos deletérios sobre o território e seus povos não são possíveis de serem contabilizadas matematicamente e/ou estatisticamente, posto que contemplam dimensões materiais e imateriais, as quais fogem a qualquer perspectiva de decodificar sentidos, sentimentos, vivências, experiências, memórias, histórias, linguagens e expressões. Como também, considera-se nesse bojo o abalo à base produtiva desses grupos sociais, que contribuem para a ruptura da autonomia econômica e sociocultural.

Tais grupos, num contexto de vulnerabilidade, via de regra veem-se forçados a migrar para as periferias das capitais e a ampliarem as filas de desempregados e/ou de subempregados. Nessa direção, sobre os efeitos e impactos oriundos da relação contraditória entre capital e trabalho na Amazônia, Loureiro problematiza e divulga alguns dados:

é preciso dizer sobre a questão que talvez o mais grave impacto dos grandes projetos sobre a população da região amazônica seja a desestruturação da base produtiva anterior à sua implantação. Essa desestruturação vai provocando a expulsão do antigo morador da terra, o conflito e a migração para as cidades, onde o migrante (da região ou não) se instala sob a condição de desempregado ou subempregado. Assim é que, para implantar a fábrica da Alcoa no Maranhão foram desalojadas quase 10.000 famílias, o porto de Barcarena 400 famílias; para fazer a hidrelétrica de Tucuruí, em torno de 4.300 famílias e assim em todos os demais casos. Ou seja, além da ruptura nas formas de vida e cultura das populações da região, e além da predação da natureza, **os grandes projetos não conseguem gerar empregos no mesmo nível do desemprego que provocam. Subempregos novos destroem formas simples e estáveis de trabalho**, embora não modernas (LOUREIRO, 2004, p.312, grifo nosso).

Desta forma, o governo militar promoveu o desabrigamento e a desterritorialização das populações amazônicas, ao mesmo tempo em que viabilizou a abertura econômica aos representantes de multinacionais, que se deu por meio da doação e subsídios de terras, incentivos fiscais e viabilidade logística para a instalação dos

empreendimentos capitalistas. Como assevera Cooney e Rivero que,

a expansão dos projetos de infraestruturas e colonização combinada com grandes programas governamentais, que fornecem incentivos fiscais para a produção agropecuária durante os anos de 1960 e 1970, colocaram os alicerces de uma nova fronteira de acumulação capitalista na Amazônia (COONEY; RIVERO, 2011, p. 307).

Tais alicerces corroboraram com o fomento da **infraestrutura financeira** por meio de uma política de financiamento específico via BNDES, de fundos de pensões públicas. Ressalte-se o relevante papel político e econômico da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)⁴⁴ no desenvolvimento e disseminação de pesquisas, financiamentos e fomentos, em sinergia com os bancos públicos regionais, como o Banco da Amazônia S/A. (BASA) criado em 1966 no mesmo ano que a SUDAM, mas com um histórico desde a década de 1940, quando fora criado inicialmente para dar vazão à economia da borracha na Amazônia⁴⁵, Banco do Estado do Pará (BANPARÁ) criado em 1961⁴⁶; bancos públicos

⁴⁴ De acordo com Pereira (1976, p.83) enquanto a Superintendência de Plano de Valorização Econômica da Amazônia SPVEA (1953 a 1964) consistiu a primeira tentativa de planejamento regional na América do Sul, a criação da SUDAM representou sua negação e conseqüente extinção. Nas palavras da autora, a SUDAM significou a redefinição da política de desenvolvimento Regional para a Amazônia, traçada majoritariamente pelo Governo Federal: "A SUDAM foi organizada sob forma de autarquia, a exemplo da SUDENE, para ter maior flexibilidade e autonomia em suas operações de captação de recursos. Os seus objetivos básicos não diferiam, em substância, dos da Superintendência antecessora, sendo-lhes transferidos, também, os encargos de efetuar o planejamento para o desenvolvimento da Amazônia Legal e administrar o sistema de incentivos fiscais" (PEREIRA, 1976, p.130). Vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento e criada para impulsionar os empreendimentos do capitalismo no território Amazônico, a SUDAM foi instituída em 1966 em substituição a SPEVEA como já indicado. Assim, examinou-se a instrumentalização de uma logística financeira patenteada pelo Estado Militar burguês a qual possibilitou a expansão do processo de acumulação capitalista sobre o território. Destaca-se a problematização de Cooney e Rivero (2011, p. 314): "O governo brasileiro criou [...] a SUDAM, que tinha entre os seus objetivos prover incentivos fiscais para proprietários e capitalistas de outras partes do Brasil. [...] A precursora da SUDAM, a SPVEA, era considerado, pelos militares, ineficaz e falha no alcance das mudanças desejadas pelo governo federal. Uma diferença fundamental entre as duas instituições foram as mudanças nas correlações de forças e nas alianças estabelecidas com as elites locais". É desta forma que a SUDAM afigura um centralismo, cujas decisões se mantêm na esfera federal com prioridades às negociações com a burguesia nacional e estrangeira, o que de certa forma, comprometeu a autonomia econômica e política da Região.

⁴⁵ Segundo Pereira, "o dispositivo legal que criou a nova Superintendia faz parte de uma legislação mais ampla, de caráter revolucionário no que tange à concentração de recursos do poder público e da esfera privada para a Região Norte do Brasil, denominada de 'Operação Amazônia'. As Leis nº 5.122/66 que criou o BASA, a nº 5.174/66 que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais ao setor privado [...]" (PEREIRA, 1976, p. 130). Todavia, o histórico do BASA revela que, sob outras nomenclaturas, este representou a infraestrutura financeira articulada no espaço regional para promover a expansão agrícola e industrial da Amazônia para os territórios nacional e internacional. Conforme problematizam Cooney e Rivero (2011, p. 314), "outra mudança institucional importante foi à conversão do antigo Banco de Crédito da Amazônia no BASA (Banco da Amazônia), que tinha forte articulação com a SUDAM. O principal resultado da Operação Amazônia foi transformar capitalistas nacionais e internacionais em latifundiários nos projetos de expansão da pecuária na região." A **Operação Amazônia** que perdurou entre 1966 e 1967 deflagrou um processo de ocupação autoritário da burguesia nacional e do capital internacional como forma de controle e ocupação do território. Segundo Loureiro (2004, p. 75-76), "o movimento denominado 'Operação Amazônia' (1966/67) consistiu num conjunto de instrumentos de atração de capitais, facilitando sua entrada com base em Incentivos Fiscais e oferecendo outras vantagens, como o fácil acesso à terra e aos outros bens da natureza da Amazônia."

⁴⁶ Disponível em: <http://www.banpara.br/menu/o-banpar%C3%A1/o-banpara/>.

federais: Caixa Econômica Federal (CEF), Banco do Brasil, linhas de créditos específicas e direcionadas com critérios que, de regra, só alcançavam médios e grandes empreendedores, deixando uma grande parcela de pequenos agricultores à margem dessas políticas de incentivo e fomento.

Isto posto, observa-se a criação de toda uma infraestrutura física e financeira, chancelada pelo Estado burguês que deu vazão a expansão e aprofundamento dos empreendimentos privados, a acumulação de terras e formação de latifúndios, desapropriando terras, ignorando as experiências e os modos produtivos locais, propiciando um tipo de desenvolvimento exógeno, externo. Vale a pena invocar Galeano (2013) quando problematiza que o desenvolvimento de caráter colonizador na América Latina consiste em um desenvolvimento para fora, o que no caso da Amazônia brasileira reitera-se.

Quanto à **infraestrutura jurídica e burocrática** estas ocorreram concomitantemente aos processos de acomodação das infraestruturas físico, social e financeira - por meio de leis, projetos, e legislações que flexibilizaram as regras para licenças dos empreendimentos, como também a edificação do aparato judiciário (fóruns, juizados, prisões e etc.); criação de órgãos públicos, mas com autonomia restrita; centralização do poder e informações; morosidades nos julgamentos de ações impetradas pela sociedade civil; políticas públicas frágeis e inacessíveis.

A partir da década de 1980, ocorre a implantação do Programa Grande Carajás (PGC), o qual contou com o financiamento do Banco Mundial e consistiu em um grande complexo mineiro-metalúrgico que exigiu uma mega estrutura e atraiu investidores de países como Estados Unidos, Japão e da Europa. Vê-se que a natureza do empreendimento trouxe em sua órbita diversas demandas, que consistiram na exploração de alumina, bauxita, ferro, níquel, ouro, dentre outros, que exigiram o uso de energia elétrica em seus sistemas de beneficiamento. Assim, nos moldes desse "grande projeto", aciona-se também a construção da hidrelétrica de Tucuruí - cujo objetivo maior foi atender às demandas internas das indústrias eletrointensivas instaladas no território, como também, a demandas por energia das indústrias em nível nacional.

Loureiro (2004) realiza um estudo exaustivo e abrangente do Programa Grande Carajás que representou um marco na divisão internacional do trabalho, na medida em que colocou a Amazônia Legal na rota do capitalismo internacional articulando para a Região grandes obras que mobilizaram recursos da União e estrangeiros, via Banco Mundial, provocando um grande fluxo migratório, desmatamento e desterritorialização os quais desencadearam sérios conflitos socioambientais. O PGC, segundo a autora,

trata-se, na verdade, de um programa onde um conjunto de projetos econômicos e infra-estruturais estão presentes, com vistas à implantação de um grande pólo siderúrgico na Amazônia. Abrangendo uma extensa área que se estende do Maranhão ao sul do Pará e à parte norte do Estado de Tocantins [...], o Programa Grande Carajás-PGC e sua área de influência direta abrangem uma extensão de 895.265 km². Isto corresponde a 10,6%, aproximadamente, de todo o território nacional e a um total de 241 municípios sob influência do referido Programa. Compreende 96% da área do Maranhão, 42% do Pará e 9% de Tocantins. O Programa Grande Carajás-PGC apresenta em sua concepção original sete pólos de desenvolvimento: 1 e 2) Pólos São Luís (Maranhão) e Barcarena (Pará): usinas de alumínio e alumina da (ALCOA e Albrás, respectivamente); 3) Paragominas: mineração de bauxita (RTZ/CVRD); 4) Carajás-Mineração, desenvolvido pela CVRD, englobando projetos de exploração de ferro, cobre, níquel e reprodução de ligas [...]; 5) Tucuruí: fabricação de ferro-gusa e ferro-esponja (ainda não iniciado); 6) Marabá: metalúrgica a carvão vegetal (Distrito Industrial de Marabá) com predominância da produção de ferro-gusa; [...] 7) São Félix do Xingu: mineração de cassiterita. [...] 8º pólo, situado na região do Baixo Amazonas (o Pólo Trombetas), onde a Mineração Rio do Norte explora bauxita e onde a Alcoa inicia também a exploração de sua própria mina). [...]. Em janeiro de 1988 um total de 29 empreendimentos tinha já sido aprovado - para se instalar no Programa Grande Carajás-PGC. Isto, **embora naquele mesmo ano nenhum deles tivesse aprovado um Relatório de impacto de Meio Ambiente-RIMA. Mas, na prática, muitos deles, desde o Maranhão até Marabá e Barcarena, já estivessem funcionando.** Desse número, quinze estão destinados à produção de ferro-gusa e, quando [...] instalados, deverão produzir 1.629.000 t/ferro-gusa/ano. A implantação do PGC obedeceu alguns elementos estratégicos. Em primeiro lugar, a existência de um enorme potencial mineral: ferro com um teor de concentração excepcional (66%); trata-se de uma mina com uma reserva de ferro estimada em 18 bilhões de toneladas - estoque suficiente para abastecer as maiores siderúrgicas europeias, americanas e japonesas por mais de um século; bauxita (matéria-prima da fabricação da alumina e do alumínio); ouro, cobre, manganês, cassiterita, níquel e minerais não-metálicos. [...]. As florestas nativas foram consideradas como propícias à fabricação de carvão vegetal! Elas constituem o insumo básico da produção de ferro-gusa. [...]. Outra vantagem com a qual o PGC contou foi com o grande potencial hidrelétrico, que possibilitou a construção da hidrelétrica de Tucuruí. [...]. E finalmente, o PGC contou com o já referido interesse de indústrias altamente consumidoras de energia dos Estados Unidos, Japão e Europa, movidas a petróleo e a carvão, que procuravam parceiros em países subdesenvolvidos. [...]. Essas condições motivaram o Banco Mundial a garantir a concessão de US\$ 300 milhões, somente para o Projeto Ferro-Carajás e a dar seu aval técnico-econômico [...] o programa todo foi formulado pelo governo brasileiro em conjunto com o Banco Mundial. [...]. Foram concedidos incentivos tributários especiais como: a) isenção do Imposto de Renda e outros que incidem sobre o lucro da exploração mineral, pelo prazo de 10 anos; b) isenção dos Impostos de Importação sobre Produtos Industrializados para a importação de máquinas, equipamentos e instrumentos sem similar nacional; c) isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados para aquisição de matérias-primas, produtos intermediários, máquinas e equipamentos nacionais. [...] a) autorização e registro de empréstimos externos; b) garantia ou aval do Tesouro Nacional ou de instituições financeiras públicas para empréstimos externos; c) participação com recursos públicos no capital social de sociedades titulares dos projetos; d) responsabilidade do Governo Federal pelas infra-estruturas (LOUREIRO, 2004, p. 298-302, grifo da autora).

Como visto, o PGC se constitui um marco referencial no segmento mínero-metalúrgico cujos sistemas de engenharia (SANTOS; SILVEIRA, 2013) reforçam novas formas da produção do conhecimento direcionadas ao formato dos "grandes projetos". Estes destacam-se com a predominância de tecnologias *high tech*, de ponta, aportadas pela gestão

das multinacionais como a VALE, Alcoa, Complexo ALBRAS/ALUNORTE, as quais contribuíram para a imposição de outra lógica territorial nos municípios onde foram fixados.

Todavia, nos segmentos madeireiro, pesqueiro, agricultor, pecuarista obteve-se uma parca tecnologia com equipamentos e maquinários de tecnologias rudimentares, sistemas de transporte e comunicação ineficientes etc. A convivência entre um sistema de engenharia sofisticado e uma baixa tecnologia desenham segundo Santos e Silveira (2013, p. 22) "a divisão e a especialização dos trabalhos nos lugares". Essa divisão da especialização do trabalho permite que as empresas multinacionais estabeleçam suas sedes no centro sul do país e/ou nos países capitalistas cêntricos e estendam seus tentáculos sobre o território amazônico, sempre no sentido de captação e escoamento das riquezas locais para as regiões cêntricas como bem representa o Programa Grande Carajás.

Como visto, historicamente a delimitação político-econômica do território é marcadamente regulada pelo mercado que, por meio de especializações impostas, via multinacionais, trazem novas práticas e características territoriais exógenas ao lugar, mas plenamente integradas ao sistema global de mercado. Nesse *mix*, os sujeitos convivem a contradição do tempo lento da natureza do lugar com o tempo afanado do capital (SANTOS; SILVEIRA, 2013).

A contradição inerente à realidade social aponta também que estão presentes nessa territorialidade relações produtivas baseadas na troca e na partilha, a exemplo da agricultura familiar; da organização produtiva comunal dos povos indígenas; das colônias de pescadores e comunidades ribeirinhas, das comunidades quilombolas, etc. Tais peculiaridades ratificam que se preservam relações pré-capitalistas de produção, corroborando a convivência contraditória nesse espaço entre o sistema capitalista e outras lógicas produtivas, cujo caráter híbrido e multicultural desenham a complexidade da territorialidade Amazônica.

A partir do exposto, infere-se que a acumulação do capital na Amazônia é também vocalizada pela clássica composição orgânica do capital, segundo Marx (2013), em que se utiliza do **capital circulante**, no uso desmedido das matérias primas e energia. Na aplicabilidade do **capital físico**, com o uso de maquinários, equipamentos e o espaço físico, que, no caso o espaço físico, pode ser instituído e estruturado, a exemplo das grandes mineradoras, conforme citadas, as indústrias eletro intensivas⁴⁷.

⁴⁷ Nas indústrias eletro intensivas concentram-se produções que se utilizam de muita energia uma vez que as atividades estão nos setores de siderurgia, que consistem no beneficiamento e na fundição de alumínio e alumina, aço, petroquímica, processos que fazem uso de energia abundante (MONTEIRO, 2015).

Identificam-se também espaços físicos com estruturas precarizadas, a exemplo da exploração de madeira, em locais improvisados e clandestinos. E, por último, porém fundamental, a exploração da **força de trabalho humana**, peça imprescindível para o movimento da engrenagem da composição orgânica do capital. Da mesma forma, identifica-se nessa territorialidade, relações pré-capitalistas de produção ontologicamente contrárias à racionalidade do modo produtivo capitalista.

Como a apropriação violenta das forças do capitalismo forja a dissolução das relações sociais, tal ofensiva rebate na perda da autonomia política do território. Fica claro como o projeto do capital internacional exerce o predomínio sobre o Estado. Assim sendo não se trata de um Estado neutro e/ou autônomo para a regulamentação de suas riquezas, ao contrário. Certamente, o PGC e Belo Monte são emblemático ao demonstrarem como a Amazônia paraense vem sendo apropriada pelo capitalismo violentamente, o que, sem dúvida, representa perda da autonomia política dos seus povos e da Região.

Desta feita, a particularidade amazônica brasileira no cenário mundializado do capitalismo reifica o movimento incessante de expansão geográfica do capital (HARVEY, 2005), tendo em vista a necessidade da maximização da acumulação. Essa particularidade perpassa pela forma de exploração do trabalho, uma vez que em pleno século XXI encontra-se nessa territorialidade, trabalho infantil, trabalho escravo e/ou análogo à escravidão. A literatura marxista contribui para apreender que as práticas produtivas ensejadas na Amazônia desencadeiam processos de trabalho rústicos, ultrapassados e plenamente desumanos (MARX, 2013).

Os fluxos migratórios, sobretudo, forjados a partir do governo militar no Brasil de 1964 provocou uma mobilidade compulsória e processos de trabalho que envolveram trabalhadores desempregados, cuja mão de obra passou a pertencer a um exército industrial de reserva. Tal condição vulnerabilizou cada vez mais os trabalhadores e os sujeitou a condições de trabalho precarizados, desprotegidos. Dessa condição desdobrou-se contratos de trabalho com a presença de atravessadores, denominados "gatos", que são sujeitos que fazem o contato com os trabalhadores e os recrutam para os canteiros das obras, garimpos, etc.

Assim sendo, os denominados "gatos" recrutam os trabalhadores, estes apelidados de "peões do trecho" (PICOLI, 2006). Tais denominações sugerem que são sujeitos sem paradeiro, sem referências, tanto familiar quanto institucional o que os tornam ainda mais vulneráveis. Nessa sub-escala do trabalho, os "peões do trecho" são submetidos a trabalhos - como exploração de madeira - que via de regra são ilegais; derrubada de árvores; extração de minérios em garimpos; abertura de estradas; atividade de pedreiro, carpintaria, operador de

tratores, operador de veículos de condução animal, lavradores e outros assemelhados.

Em outras palavras, essa relação de trabalho exime o empreendedor da responsabilização junto aos trabalhadores. Ao "gato" cabe tal incumbência, que certamente não assume, ficando esses trabalhadores expostos a acidentes de trabalho com situações limites que chegam à privação de liberdade, e não raro a acidentes, assassinatos e mortes, uma vez que nessa relação o Estado pouco ou quase não interfere.

Outra particularidade diz respeito ao saque e exploração que os mecanismos de desenvolvimento, seja efetivado pelo Estado e mercado, estabelecem com a floresta. Sem dúvida, trata-se de uma relação de espoliação que se expressa por meio de empreendimentos com infraestrutura física, como abertura de estradas, rodovias, hidrovias, portos, aeroportos, que demandam desmatamento, intrusão e expropriação de terras indígenas, quilombolas, Área de Preservação Permanente (APP), desterritorialização de comunidades ribeirinhas, indígenas, extrativistas, quilombolas como o que ocorreu na área de influência do PGC e o que vem ocorrendo na Região do Xingu por ocasião da construção da hidrelétrica de Belo Monte.

Destaca-se também, o *agrobussines*, no qual prevalece a monocultura extensiva com a ocupação de milhares de hectares de terras; exaustão do solo; baixa tecnologia e mão de obra com pouca qualificação. Certamente, o modelo colonizador da Amazônia brasileira concentra várias práticas, dentre elas a monocultura extensiva que está diretamente relacionada ao desmatamento e exploração da madeira. Neste, a floresta vira pasto e é reaproveitada para a prática extensiva da monocultura agrícola, que consiste na prática exaustiva de apenas uma cultura, o que causa o empobrecimento do solo, e que se soma ao uso desmedido de agrotóxicos.

Assim sendo, a partir da segunda metade do século XX no território paraense se iniciou a cobiça do agronegócio que associou a pecuária a plantações de soja, milho e palma de dendê de forma extensiva. Tais negócios concentraram-se nas regiões nordeste, sul, sudeste e no baixo Amazonas do Estado do Pará. Como descrito por Cooney e Rivero:

no fim dos anos de 1980, os padrões de produção da região começaram a mudar mais significativamente com o rápido crescimento da uma agricultura intensiva em capital, particularmente a monocultura da soja. [...] A combinação da expansão da pecuária com a agricultura de larga escala é uma mudança qualitativa significativa, se comparada às fronteiras anteriores de especulação de terras e colonização. Essa pecuária e a soja estão fortemente integradas em mercados globais. [...] Em resumo, o processo de acumulação por desapoçamento fomentado pelos governos militares produziu a base para uma fase qualitativamente nova da acumulação de capital que é análoga à acumulação original, na medida em que o que a seguiu foi o estabelecimento, pela primeira vez, de uma produção capitalista plenamente desenvolvida na Amazônia (COONEY; RIVERO, 2011, p. 319- 320).

Em outras palavras, a prática da monocultura extensiva exige a supressão das árvores, a formação de pastos, barramento dos igarapés e dos rios, causando uma mudança radical no biossistema, uma vez que a floresta se descaracteriza, prevalecendo regiões áridas causando uma verdadeira metamorfose, na medida em que no lugar da floresta vê-se a aridez do solo, que vai transformando-se em um verdadeiro sertão. Parafraseando Picoli (2006), trata-se de um circuito itinerante que ocorre de forma desigual e combinada, em favor do acúmulo da riqueza para o capital, em troca da destruição socioambiental que reforça o processo de ecocídio (HOUTART, 2007) e a conseqüente pauperização na região.

Essas práticas causarão e causam danos diretamente na forma de organização da produção local por várias formas, seja por meio de pressão sobre as terras dos colonos, agricultores, seja nas formas de organização da agricultura familiar cuja base produtiva é o extrativismo de subsistência; seja ainda pela venda de suas terras - que dantes tinham lavouras, plantações próprias e que, devido a essa nova forma de organização produtiva, passam a ser assalariados, trabalhando apenas em um tipo de cultura que suplanta a agricultura de subsistência pela agricultura empresarial (HARVEY, 2005, p. 46).

Outro ponto crítico, relacionado ao debate anterior, refere-se ao abalo à segurança alimentar, uma vez que tais sujeitos em suas lavouras, praticavam plantações em sistema de rodízio e diversificadas e tinham a posse sobre a sua produção; e, agora, passam a depender apenas de uma cultura que não lhes pertence, posto que são assalariados, proprietários apenas de suas forças de trabalho, que também não lhes pertencem na medida em que a disponibilizam ao comprador. Os estudos de Marx (2013) ajudam a elucidar tal questão:

no mercado, o que se contrapõe diretamente ao possuidor de dinheiro não é, na realidade, o trabalho, mas o trabalhador. O que este último vende é sua força de trabalho. Mal seu trabalho tem início efetivamente e a força de trabalho já deixou de lhe pertencer, não podendo mais, portanto, ser vendida por ele. O trabalho é a substância e a medida imanente dos valores, mas ele não tem valor nenhum (MARX, 2013, p. 607).

Notadamente, as contradições oriundas da organicidade do capitalismo implicam processos baseados na exploração e exaustão dos elementos da natureza e do trabalho e levam a crer que ainda se equiparam aos tempos remotos da colonização da Amazônia, uma vez que se instauram novos processos de trabalho, mas que ainda convivem e prevalecem processos produtivos rudimentares, os quais não elevam os níveis sociais e ambientais.

Igualmente ocorre a reprodução de ciclos produtivos de caráter meramente extrativistas que permitem inferir que, neste tempo e espaço se dá a continuidade do processo de (re)colonização, acentuadas pela presença de trabalho escravo e/ou análogo a escravidão; concentração de terras, originando grandes latifúndios e conflitos por terra que ocasionam a

violência no campo⁴⁸.

Vê-se, então, a continuidade da lógica produtiva baseada na exploração de matérias primas como água, energia, insumos minerais, vegetais, animais, com práticas escusas, como a biopirataria que ratificam que tais insumos servem, efetivamente, aos interesses da acumulação do capital. E, assim, o Estado do Pará vai se caracterizando como uma província mineral, com prevalência na cadeia produtiva primária, aspectos esses que são reforçados por meio de programas e projetos denominados de desenvolvimento imputados para a Região.

Para ilustrar a cadeia produtiva primária da Amazônia Paraense e a relação específica com a infraestrutura física e social, subsidiada pelo governo Brasileiro, elaborou-se alguns quadros relativos à logística de transportes aeroviários, portuários, ferroviários e de rodovias federais, os quais oferecem um desenho aproximado de como se comporta e se escoam os insumos da cadeia produtiva da Região.

Quadro 1 – Logística Transporte – Aeroportos de passageiros

Município	Administrador	Observações
Altamira	Infraero	Início das atividades: 1964.
Belém	Infraero	Início com fins militares. Em 1958 foi criada a estação de passageiros.
Aeroclube de Belém	Infraero	Inaugurado em 1936, em terras adquiridas pelo então Ministério da Guerra. Voltado para aviões de pequeno porte.
Carajás	Infraero	Construído pela Companhia Vale do Rio Doce, em 1981.
Marabá	Infraero	Inaugurado em 1978.
Santarém	Infraero	Fundado em 1977, em parceria com a SUDAM, a fim de atender a meta do Governo Federal que consistia na interligação da Amazônia aos demais estados brasileiros.

Fonte: Elaboração própria baseada no Guia Geográfico e Aeroportos do Brasil e no Site da INFRAERO.

O Quadro 1 demonstra os aeroportos do Estado do Pará e esquadrinha as localidades dos voos comerciais. Observa-se que o período de inauguração de três dos seis aeroportos está relacionado ao período da ditadura militar no Brasil, período que revelou a integração comercial da Amazônia ao eixo produtivo hegemônico.

Dentre as estratégias de desenvolvimento para a Amazônia pensadas a partir da integração comercial ao eixo sul e sudeste do país, tais voos comerciais prevalecem nas cidades que comportam em seus territórios mineradoras, exploração de grãos, madeira, barragens, hidrelétrica, e permitem inferir que os serviços de mobilidades estão voltados para atender às demandas dos empreendimentos privados que podem viabilizar a locomoção rápida

⁴⁸ Para uma discussão crítica e mais atualizada consultar Pereira (2013).

para vários locais do país, e fora dele.

Quadro 2 – Logística Transporte – Portos e Terminais de Carga

Município	Identificação	Adm	Carga Prevalente	Observações
Altamira	Altamira	CDP	Derivados de Petróleo	Inaugurado em 1974 com recursos do Plano de Integração Nacional (PIN).
Barcarena	Vila do Conde	CDP	Lingote de alumínio, caulim, produtos petroquímicos; graneis sólidos, carga em geral; containeres e terminal de graneis líquidos com produtos petroquímicos, bauxita e coque.	Inaugurado em 1985. Possui um complexo industrial: empresas Alunorte, Albras, Pará Pigmentos, Imerys Rio Capim Caulim. Tubovias. Armazenagem das empresas Texaco, Alubar, Bunge Fertilizantes, Convicon (movimento de cargas). Equipado com 10 silos para estocagem de alumina, bauxita e coque.
Belém	Belém	CDP	Madeira, trigo, castanha, pimenta do reino, camarão e silício metálico	Criado em 1909 para dar vazão a exportação da borracha.
Belém	Miramar	CDP	Inflamáveis líquidos e gasosos	Criado em 1947 para abastecer o Estado com inflamáveis.
Belém	Outeiro	CDP	Granéis sólidos (soja, trigo, cimento e cavacos de madeira); Granéis Líquidos (derivados de petróleo)	Rota alternativa à exportação de grãos da fronteira agrícola em expansão na região e Centro-Oeste brasileiro. Inaugurado em 2004.
Santarém	Santarém	CDP	Carga sólida e agrícola; Carga líquida: combustível; gás liquefeito de petróleo; madeira, óleo diesel.	Inaugurado em 1974, visando a descarga de produtos alimentícios e inflamáveis, além da navegação fluvial. Possui áreas arrendadas para Cargil S/A; Distribuidora Equador Ltda; Sociedade Fogás Ltda e Raizen Shell Ltda. Está sendo estruturado para proceder o escoamento da produção de grãos da Região Centro-oeste do País.
Itaituba	Itaituba	CDP	Madeira	Porto construído com verba do PIN. Inaugurado em 11.02.74. Foi um projeto do Governo para dar apoio ao escoamento da produção das agrovilas que surgiram ao longo da Transamazônica.

Quadro 2 – Logística Transporte – Portos e Terminais de Carga (continuação)

Município	Identificação	Adm	Carga Prevalente	Observações
Óbidos	Óbidos	CDP	Diversos	Na década de 80 a exportação era expressiva em relação a importação. Em 1991, devido ao baixo preço no mercado internacional da juta e da madeira serrada, esses produtos deixaram de contribuir para a movimentação do Porto. Nos últimos 12 anos foi a única vez que a importação ultrapassou a exportação.
Barcarena	Porto de São Francisco	CDP	Materiais e equipamentos industriais.	Concebido para apoiar as construções do Porto de Vila do Conde e da ALBRÁS-ALUNORTE. Inaugurado em 22.01.1981.
Marabá	Marabá	CDP	Possui terminal de passageiros.	Inaugurado em 1976 com recursos do PIN, atualmente sob a cessão de direito real de uso não oneroso com o Ministério das Defesa por intermédio do Comando Militar da Amazônia (8ª RM). Em virtude de localização pouco estratégica, não movimenta grandes volumes de cargas.

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da Secretaria Especial de Portos. Companhia Docas do Pará. Autoridade Portuária.

O quadro 2 abrange os onze maiores portos de cargas do Estado do Pará. Destes, oito foram construídos no período da ditadura militar, o que demonstra que três Portos foram construídos com recursos do Plano de Integração Nacional (PIN) corroborando a perspectiva de integração da Amazônia ao eixo do capitalismo nacional e internacional. Observa-se que a prevalência, quase unânime, é de cargas de *commodities* agrícolas, minerais e exportação de bois, demonstrando a vocação primária produtiva imposta à Região. Ressalte-se que em agosto de 2012 foram feitas obras de ampliação do píer principal do Porto de Vila do Conde-Barcarena/PA com recursos do PAC (BRASIL, 2014, p. 82).

Considerando que neste estudo, a pesquisa de campo abrange o período de 2011 a 2015, é importante destacar os fatos acontecidos neste período no tocante ao objeto de discussão desta tese. Assim sendo, durante o período de elaboração deste capítulo no dia 05 de outubro de 2015 ocorreu um acidente com um navio de bandeira libanesa no Porto de Vila do Conde no município de Barcarena que naufragou com cerca de 5.000 bois, cuja carga tinha como destino a Venezuela. O navio tombou atracado ao referido porto.

Com o naufrágio cerca de 40 bois foram resgatados pelos próprios moradores, o restante, correspondente a aproximadamente 4.900 bois morreram afogados. As carcaças se

espalharam pelos rios e praias dos municípios de Barcarena e Abaetetuba, causando a contaminação do ar e da água. O mau cheiro e a poluição da água causaram problemas de saúde nas comunidades residentes nas mediações dos dois municípios diretamente afetados, considerando que a comunidade não tem água potável e faz uso da água do rio para o cozimento de alimentos e banho.

Segundo Pinto (2015), nos porões do navio Haidar havia 730 toneladas de óleo marítimo. Não se sabe ao certo o montante, mas foi divulgado pela imprensa televisiva e escrita o vazamento de óleo diesel marítimo no rio Pará, o que impossibilitou a prática da pesca, meio de subsistência dos moradores da região. O desastre causou danos socioambientais ainda não estimados.

Cabe destacar que o acidente revelou a falta de um planejamento de contingência para situações de emergência no referido porto. Considerando sua estrutura portuária complexa e de grande envergadura, é de se estranhar que não esteja coberto por um plano de atendimento emergencial. Devido à ausência deste, a comunidade sofreu sérios prejuízos socioambientais, considerando que as atividades econômicas do ramo da pesca e outras advindas do uso do rio foram prejudicadas, a exemplo dos donos de barracas na praia, que se viram impedidos de trabalhar. E as investigações com vistas à responsabilização das empresas culpadas ainda se seguem⁴⁹. Tal desastre reforça o quanto a logística de infraestrutura não considera e não estima os prejuízos aos sujeitos, às comunidades, à natureza. A base econômica primária⁵⁰ contribui para a vulnerabilização dos povos amazônicos, pois se trata de um desenvolvimento para fora (GALEANO, 2013), onde o mercado e o Estado promovem práticas desumanas desdobradas em ações negligentes sem considerar os riscos e danos sociais impostos ao território.

⁴⁹ Consulta em: g1.globo.com/pa/para/.../imagens-mostram-momento-em-que-navio-tom...6 de out de 2015. Acesso em 06. Out 2015. Consulta em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/10/06/navio-cargueiro-afunda-com-5000-bois-em-porto-do-para.htm>. Caderno Uol Notícias Cotidiano. Acesso em: 06.Out 2015. Jornal Pessoal, Ano XXIX, n^os 594; 595, outubro de 2015.

⁵⁰ Em se tratando da base econômica primária, Pinto (2015) aponta dados que demonstram que o Estado segue com uma 'vocaçãõ' de exportação de produtos primários que não agregam valor e, conseqüentemente, trazem danos socioambientais irreversíveis e incalculáveis, como é o caso do desastre supracitado: "O Pará é o maior exportador de boi vivo do Brasil e o quarto maior do mundo. Tem o quinto maior rebanho bovino do país e é também o quinto em abate de animais. É igualmente o maior exportador de minério de ferro e o terceiro maior exportador de energia do país." (ACIDENTE..., 2015, p. 11).

Quadro 3 - Logística Transporte – Ferrovia

Município	Identificação	Administração	Observações
Carajás/PA (origem) São Luiz (destino final).	Estrada de Ferro Carajás - Província Mineral de Carajás.	Companhia VALE	Inaugurada em 1985, para operar o Projeto Ferro Carajás, interligando a província mineral de Carajás, no Pará, ao porto de Ponta da Madeira, em São Luís/MA. Possui 3,3 km de extensão com 330 vagões.

Fonte: Elaboração própria baseada em dados da Associação Nacional de Transportes Ferroviários.

O quadro 3 aponta somente a Estrada de Ferro Carajás cuja ferrovia é administrada pela Companhia Vale e interliga o Estado do Pará ao Estado Maranhão até o Porto da Madeira; estudos apontam os danos socioambientais causados nos vinte e sete municípios, sendo quatro no Estado do Pará e vinte e três no Estado do Maranhão, que estão no percurso da estrada de Ferro de Carajás pelo transporte diário de minério de ferro que cruza ambos os estados. Trata-se de viagens incessantes que remetem a questão levantada por Pinto (2012), um dos maiores estudiosos do Projeto Carajás, isto é, o de

[...] fazer parar o trem de minério de Carajás, o maior do mundo, que faz nove viagens por dia entre a mina e o porto da Ponta Madeira, em São Luiz do Maranhão. Ao longo de um ano, coloca 100 milhões de toneladas do filé-mignon dos minérios, 80% dele seguindo para a Ásia [...] A China já ultrapassou o Japão como a maior compradora de minério de ferro de Carajás, a maior província mineral do planeta. Agora quer instalar na Amazônia e nas bordas da região o maior polo de placas de aço de alumina do mundo (PINTO, 2012, p. 151, 167).

Conforme relata o autor, trata-se da maior província mineral do mundo, razão de ser de um grande negócio, literalmente da China, onde a maior parte desse minério chega. Na realidade, nas jazidas há a predominância de ferro, mas acomoda outras espécies de minérios e, muitos ainda por explorar. A infraestrutura de logística de transporte, já estava sob planejamento desde a década de 1970, sendo concretizada em 1985, cujos desdobramentos desse investimento partiu do governo federal, que vendeu a mina em 1997, com um valor subestimado, conforme abordado. Identifica-se que a questão do transporte e da ferrovia é de fundamental importância para o bom funcionamento do grande empreendimento o qual tem a previsão de duplicação da ferrovia para 2017.

Quadro 4 – Logística Transporte – Rodovia Federal

Identificação	Município	Observações
BR 010 Rodovia Belém-Brasília	Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Isabel do Pará, Castanhal, Santa Maria, São Miguel do Guamá, Mãe do Rio, Aurora do Pará, São Domingos do Capim, Ipixuna do Pará, Paragominas, Ulianópolis, Dom Eliseu, Itinga do Pará	Rodovia que percorre 17 municípios do Estado do Pará. Inicia em Brasília-DF e termina em Belém-PA.
BR 158	Altamira, São Felix do Xingu, Redenção, Santana do Araguaia, Marabá.	Integra as regiões de norte a sul do Brasil e vai até o Uruguai.
BR 222	Marabá, Dom Elizeu.	Interliga o Norte ao Nordeste do país.
BR 230 Transamazônica	Marabá, Altamira, Itaituba, Jacareacanga	Construída no período de 1968 a 1974, interliga o Norte e o Nordeste do País, e chega até Peru e Equador.
BR 308 Transoceânica	Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Isabel do Pará, Castanhal, Santa Maria, Capanema, Bragança, Viseu,	Liga o Estado do Pará ao Maranhão.
BR 316	Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Isabel do Pará, Castanhal, Santa Maria, Capanema	Esta estrada interliga a capital Belém a Maceió/AL.

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados do site do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

O quadro 4 aponta o desenho das rodovias federais que atravessam o Estado do Pará e a região metropolitana da capital. Estas promovem a integração do Estado com as demais regiões do país e os países fronteiriços.

Tais rodovias percorrem, particularmente, os municípios que são entrepostos e polos mineradores, siderúrgicos e de *commodities* agrícolas e têm plena conectividade com a localização dos aeroportos, portos, e hidrovias, tendo como propósito o escoamento, via rodovia, dos produtos explorados na Amazônia Paraense.

A análise da geografia física e econômica (SANTOS, 2013) do Estado do Pará é desafiadora e expressa como o território está dividido e investido de uma lógica de mercado incontestável, cuja logística dos empreendimentos está conectada, possibilitando inferir que os projetos e obras são traçados a partir de uma ordem de integração correlata.

Isso significa dizer, que na mesma medida em que se constrói uma usina hidrelétrica, na sequência se aloja uma mineradora que necessita da energia gerada para fundir o minério, a exemplo da hidrelétrica de Belo Monte, em Vitória do Xingu, e no município fronteiriço de Senador José Porfírio a construção da mineradora canadense Belo Sun. Sequencialmente, constroem-seclusas nos rios para o escoamento do minério; criam-se portos e edificam-se estradas nos municípios para viabilizar o fluxo dos produtos. Esse quadro demonstra uma engenharia planejada cuja logística é viabilizada pelo Estado brasileiro.

Nessa esteira, destaca-se o desenvolvimento do **setor mineral**, que realiza a extração e exploração de ferro e seus derivados, como o ferro gusa, aço, bauxita e derivados; alumina e alumínio; manganês, cobre, caulim, níquel, ouro, energia e os denominados **terras raras** ou **novo ouro**, como revela Moreno,

Também chamadas de 'novo ouro', as terras raras são um grupo de 17 elementos minerais (como lantânio, cério, neodímio, európio, térbio, túlio, lutécio, samário e outros) indispensáveis e insubstituíveis na indústria de alta tecnologia. A produção e o mercado mundial são praticamente monopolizados pela China (com 95% do total), que não detém o monopólio dos recursos em si, mas do processo produtivo. Outros países como o Brasil estão apostando na produção e no alto valor agregado, uma vez que entram na fabricação ímãs permanentes (usados em turbinas eólicas e veículos elétricos), baterias avançadas, semicondutores filmes-finos, usados em sistemas de energia fotovoltaica; e fósforos, utilizados em sistemas de iluminação mais eficientes; componentes que dependem das terras raras estão presentes em telas de LCD, ligas metálicas, computadores, tablets, smartphones, etc (MORENO, 2015, p. 97).

De acordo com a autora, esses minérios são considerados raros porque só existem em dois lugares no mundo, na Amazônia e na Rússia, e são imprescindíveis para a indústria tecnológica de ponta. Vale ressaltar, que sendo a Amazônia um território aberto e historicamente envolvido com a lógica extrativista e reprimarizada, recorre-se a Galeano, quando aborda que as veias da América Latina continuam abertas e sangrando com as ofensivas do capital. Nas palavras do autor,

é a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo (GALEANO, 2013, p. 18).

Essa lógica de exploração problematizada pelo autor se reproduz também no **segmento vegetal** no qual ocorre a extração de madeira, carvão vegetal, transformação de pastos com vistas ao atendimento da pecuária, produtos florestais madeireiros e não madeireiros, a exemplo do açaí, castanha do Pará, palmito, borracha, substâncias oleaginosas etc, com destaque para a primeira metade do século XXI, quando se observa a incidência do agronegócio correspondente à plantação da palma de dendê, soja e milho.

No **segmento animal**, prevalece a pecuária extensiva, a qual usa em seu aparato pouca tecnologia e, de regra, é trabalhada em consórcio com a produção de grãos. E a indústria pesqueira, que, obviamente, está mais voltada para a exportação (TRINDADE JÚNIOR et al., 2014).

Importante examinar que os segmentos acima destacados estão inter-relacionados

e que estes empreendimentos possuem conectividades muitas vezes possíveis através dos investimentos em pesquisas e tecnologias, que buscam nos elementos da cadeia produtiva a riqueza mineral, vegetal e animal, presentes na Amazônia, sendo este um território estratégico e necessário para a configuração territorial geográfica do capital. Sobre a importância da variável do conhecimento técnico-científico Santos e Silveira esclarecem que:

nos dias atuais, um novo conjunto de técnicas torna-se hegemônico e constitui a base material da vida da sociedade. É a ciência que, dominada por uma técnica marcadamente informacional, aparece como um complexo de variáveis que comanda o desenvolvimento do período atual. O meio técnico-científico-informacional é a expressão geográfica da globalização (SANTOS; SILVEIRA, 2013, p. 21).

Certamente, a argumentação do autor ratifica a não neutralidade da ciência e contribui para desvelar que esta é uma das responsáveis para o credenciamento regional da expressão geográfica da globalização na medida em que conecta o território amazônico à lógica mundial de mercado. E, para tal, a engenharia do conhecimento e seu conjunto de técnicas oportunizam, por meio dos aparatos de infraestrutura, como a comunicação que, através do sistema de satélites, auxilia nas informações, em tempo real, acerca da biodiversidade amazônica (SANTOS; SILVEIRA, 2013).

Na escala global de mercado, a Amazônia Paraense proporciona às regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste, como também aos países capitalistas cêntricos, o abastecimento para o fomento industrial e tecnológico que compõe uma cadeia produtiva com prevalência de *commodities* e que pouco agrega valor à economia local na mesma medida em que reforça a pobreza absoluta no território (TEIXEIRA, 2004), coroando a histórica assimetria entre países, territórios e continentes, configuradas através da divisão internacional do trabalho e na peculiaridade da forma de acumulação do capital na Amazônia brasileira.

Concorda-se com Santos e Silveira (2013, p. 21) quando assinalam que "a divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições". Para ilustrar a condição desigual entre as regiões brasileiras, no tocante à posição da Amazônia no contexto do território brasileiro, partiu-se da referência do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro (FJP).

As instituições extraíram dos dados oficiais oriundos dos últimos censos de 1991, 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, os quais serviram como base de análise para o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Na análise incorporaram-

se os critérios de longevidade, que está diretamente relacionado ao padrão de acesso a saúde de qualidade; outro critério de análise tratou da questão do acesso à educação; e outro elemento estruturante na análise em tela, foi a respeito do padrão de vida, pertinente ao acesso à renda e à sustentabilidade.

A metodologia para a construção do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil considerou como elementos as questões da cultura, política, educação, comunidade, saúde, religião, ambiente, leis, economia e participação. A partir dessas referências, os elaboradores do Atlas utilizaram a média geométrica e a escala de zero a um, para daí desdobrar as unidades de análises, conforme quadro 5:

Quadro 5 – Escala dos conceitos aplicados ao IDH

IDH / Escala	CONCEITO
0 a 0,499	Muito Baixo
0,500 a 0,599	Baixo
0,600 a 0,699	Médio
0,700 a 0,799	Alto
0,800 a 1	Muito Alto

Fonte: Elaboração própria dos dados extraídos do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Com base no exposto, seguem quadros comparativos do *ranking* por região referente aos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) oriundos dos dados dos últimos censos do IBGE relativos aos anos de 1991, 2000 e 2010 elaborados pelo PNUD, IPEA e FJP.

Quadro 6 – Dados IDH – Região Sul

Estado	Ranking	IDH	IDH / Renda	IDH/ Longevidade	IDH / Educação	Status
Santa Catarina	3º	0.774	0.773	0.860	0.697	Alto
Paraná	5º	0.749	0.757	0.830	0.668	Alto
Rio Grande do Sul	6º	0.746	0.769	0.840	0.642	Alto

Fonte: Elaborado pela autora baseado no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

De acordo com o quadro 6, os três Estados da Região Sul não obtiveram o *ranking* do primeiro lugar, mas mostram um equilíbrio em seus indicadores, o que garante à região um conceito de alto padrão relativo ao IDH.

Quadro 7 – Dados IDH – Região Sudeste

ESTADO	Ranking	IDH	IDH / Renda	IDH / Longevidade	IDH/ Educação	Status
São Paulo	2º	0.783	0.789	0.845	0.719	Alto
Rio de Janeiro	4º	0.761	0.782	0.835	0.675	Alto
Espírito Santo	7º	0.740	0.743	0.835	0.653	Alto
Minas Gerais	9º	0.731	0.730	0.838	0.638	Alto

Fonte: Elaborado pela autora baseado no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

O quadro 7 aponta o Estado de São Paulo no 2º *ranking* que se afasta muito do último colocado, no caso Minas Gerais na 9ª posição. Pela oscilação das posições nesta região observa-se uma discrepância intra-regional. Todavia, todos os Estados ainda preservam o conceito de alto IDH. Vale destacar que São Paulo é um Estado que assume um maior volume de negócios e concentra o coração financeiro do capitalismo no Brasil. É também considerado a maior metrópole da América Latina, daí sua grande influência na divisão internacional do trabalho para o processo de acumulação do capital.

Quadro 8 – Dados IDH – Região Centro-Oeste

ESTADO	Ranking	IDH	IDH / Renda	IDH / Longevidade	IDH / Educação	Status
Distrito Federal	1º	0.824	0.863	0.873	0.742	Muito Alto
Goiás	8º	0.735	0.742	0.827	0.646	Alto
Mato Grosso do Sul	10º	0.729	0.740	0.833	0.629	Alto
Mato Grosso	11º	0.725	0.732	0.821	0.635	Alto

Fonte: Elaborado pela autora baseado no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

O quadro 8 demonstra a única unidade da Federação/Distrito considerado no *ranking* com IDH muito alto. Trata-se do centro político do país, cuja estrutura da cidade de Brasília teve seu processo urbano planejado, com equipamentos sociais disponibilizados pelo próprio formato estrutural político que a cidade ostenta. O destaque para esse quadro se dá pela disparidade entre o primeiro e o último lugar, no caso, o Estado do Mato Grosso que ocupa o 11º no *ranking*, o que demonstra a disparidade inter-regional mostrando o desequilíbrio interno da Região Centro-Oeste, não obstante, os Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso serem considerados com o *status* de alto IDH.

Quadro 9 – Dados IDH – Região Nordeste

ESTADO	Ranking	IDH	IDH / Renda	IDH/ Longevidade	IDH/ Educação	Status
Rio Grande do Norte	16º	0.684	0.678	0.792	0.597	Médio
Ceará	17º	0.6820.	0.651	0.793	0.615	Médio
Pernambuco	19º	0.673	0.673	0.789	0.574	Médio
Sergipe	20º	0.665	0.672	0.781	0.560	Médio
Bahia	22º	0.660	0.663	0.783	0.555	Médio
Paraíba	23º	0.658	0.656	0.783	0.555	Médio
Piauí	25º	0.646	0.635	0.777	0.547	Médio
Maranhão	26º	0.639	0.612	0.757	0.562	Médio
Alagoas	27º	0.631	0.641	0.755	0.520	Médio

Fonte: Elaborado pela autora baseado no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

O quadro 9 demonstra uma realidade crítica quanto à Região Nordeste, onde todos os nove Estados apresentam o IDH médio, havendo, entre os mesmos, oscilações de posições. O Rio Grande do Norte ocupa o primeiro lugar da região e Alagoas ocupa o último lugar entre todos os Estados da Federação.

É importante destacar que o índice avaliador da educação, quando somado aos demais, na média fica considerado para cima, ou seja, todos os Estados ficam no *ranking* de médio IDH. Todavia, se considerado de forma isolada, isto é, sem os demais indicadores, o índice que mede o padrão educacional fica rebaixado considerando a escala dos conceitos aplicados ao IDH. Certamente tal indicador tem plena sintonia com a lógica de expansão geográfica do capital, que reforça ainda mais a condição de médio IDH, com índices considerados baixos no que toca à educação.

Quadro 10 – Dados IDH – Região Norte

ESTADO	Ranking	IDH	IDH / Renda	IDH / Longevidade	IDH / Educação	Status
Amapá	12º	0.708	0.694	0.813	0.629	Alto
Roraima	13º	0.707	0.695	0.809	0.628	Alto
Tocantins	14º	0.699	0.690	0.793	0.624	Médio
Rondônia	15º	0.690	0.712	0.800	0.577	Médio
Amazonas	18º	0.674	0.677	0.805	0.561	Médio
Acre	21º	0.663	0.671	0.777	0.559	Médio
Pará	24º	0.646	0.646	0.789	0.528	Médio

Fonte: Elaborado pela autora baseado no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

O quadro 10, que representa a Região Norte, demonstra uma nítida discrepância relativa ao *ranking* regional, mas que, na prática, os Estados não diferem muito entre suas realidades. Os Estados da Região Norte, assim como os do Nordeste, assumem posições

bastante distantes dos Estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, os quais recebem o *status* de alto IDH.

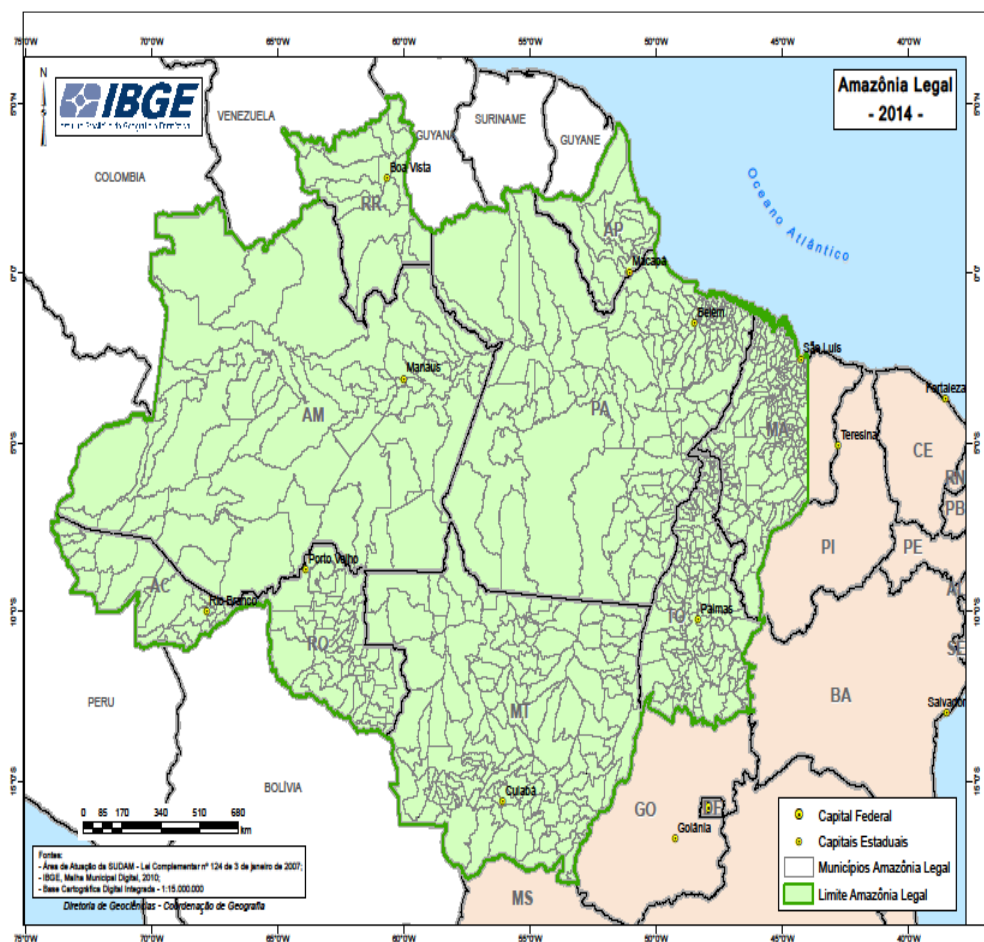
No quadro 10 destaca-se o Pará, *locus* deste estudo, sendo o segundo maior Estado em extensão do País, ao mesmo tempo em que consiste em um território com múltiplas racionalidades econômicas, que atende a cadeia produtiva do capital nos setores da exploração e exportação mineral, vegetal e animal como já trabalhado. Essa contradição do modo de acumulação do capital explicita porque que o Pará ocupa o *ranking* da 24ª posição, ou seja, o último lugar da Região Norte.

Outro destaque no quadro são também os baixos índices de educação dos sete estados do Norte, sendo apenas Amapá e Roraima considerados com o *status* de alto IDH, e os demais com a avaliação de médio IDH. Todavia, de acordo com a escala dos conceitos aplicados ao IDH, os índices são considerados de baixo IDH, elementos esses que, sem dúvida, ajudam a incrementar o padrão de acumulação capitalista.

Considerando os quadros do IDH das cinco regiões brasileiras, observam-se as discrepâncias regionais engendradas no próprio território brasileiro, cujas diferenças socioeconômicas se dão de região para região. Na própria divisão sócio espacial nacional, a partir de uma geografia de acumulação do capital, a Amazônia encontra-se em uma escala social desigual e subdesenvolvida para os parâmetros da geografia das regiões sul, sudeste e centro-oeste do país, conforme os quadros de IDH denunciam.

Na escala geográfica do capital, a Amazônia Legal, que abrange todos os sete Estados da Região Norte, um Estado do Nordeste (Maranhão) e um Estado da Região Centro-Oeste (Mato Grosso), conforme Figura 3, localiza-se na região periférica do País. Para ilustrar segue Mapa geofísico do Brasil com destaque para a Amazônia Legal.

Figura 3 – Mapa Geofísico da Amazônia Legal



Fonte: IBGE. Malha Municipal Digital, 2010, base Cartografia Digital Integrada.

A partir do desenho geofísico e social da Amazônia Legal e o planejamento forjado do Estado brasileiro de uma "integração econômica" da Amazônia à racionalidade capitalista, ostentado por um discurso travestido de desenvolvimento, imputou-se à região uma política de desenvolvimento externa, que não alcança os sujeitos orgânicos do território e nem aqueles que migram na perspectiva do alcance de um melhor padrão de vida.

Assim sendo, conforme problematizado ao longo deste capítulo, a ofensiva das forças do capital sobre o território amazônico brasileiro ocasiona desestruturas na forma organizativa tradicional e/ou local; provoca sobre os trabalhadores condições precárias, subumanas e situações limites relacionadas a homicídios e todo um processo de violação humana. Sobre as populações tradicionais, desencadeiam processos de genocídio e etnocídio e, nesta mesma lógica, o avanço da ofensiva do capital sobre a natureza, ocasionando o ecocídio (HOURTART, 2007).

Tendo em vista a geografia socioterritorial que configura a hierarquia regional brasileira, deve-se considerar que, como em toda dinâmica social, há contradições. Daí, ao

examinar a Amazônia Legal, depara-se com a necessidade da incursão a partir de seus povos originários e migrantes que interagem e ocupam o território num determinado espaço/tempo e, a partir destes elementos, consideram-se as racionalidades dos processos produtivos responsáveis pelo desenho de uma tipologia geopolítica, que se caracteriza pelas formas de organização e ocupação produtiva desse território (SANTOS; SILVEIRA, 2013).

Desta forma, o contexto das lutas sociais e resistências são acirradas pela polarização entre capital e trabalho na dinâmica do espaço territorial. Assim sendo, as forças oriundas das lutas sociais fluem e refluem diante da força violenta do capital sobre a Amazônia, o que deixa claro que se trata de uma luta permanente, onde os grupos sociais seguem resistindo a esse tipo de desenvolvimento para fora.

O Estado, por sua vez, negligencia os sujeitos e o território e segue com um planejamento econômico com vistas ao aprofundamento da acumulação do capitalismo na Amazônia, a exemplo da concepção de crescimento para a Região com destaque para a lógica da matriz energética brasileira e a conexão com os empreendimentos na Região, área de concentração do objeto de estudo da tese, assunto este que será trabalhado no próximo item deste estudo.

3.3 Amazônia Paraense província de exploração de energia: O PAC na Amazônia e a política energética para a Região

O objetivo desta seção consiste na análise da política energética brasileira para a Região a partir de suas conexões com a Integração das Infra-estruturas Regionais Sul-Americanas (IIRSA) e do PAC, as quais são organizadas a partir da lógica de integração econômica nos países da América do Sul e pensadas com a perspectiva de formação de um bloco econômico do Sul. Tal bloco foi criado como estratégia para dar funcionalidade e fluidez às demandas do processo produtivo hegemônico no continente e, por conseguinte, na Amazônia Paraense, território onde está situado o objeto de estudo desta tese e onde são viabilizadas a criação da infraestrutura física e social, que dão vazão as grandes obras do capital cujos subsídios são fomentados pelo Governo Federal.

Com base em Verdum (2007), os anos 2000 demarcaram o início dos debates acerca das estratégias de integração econômica no bloco geopolítico do Sul, o que remonta a pactuação de doze países da América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, para definir o papel de cada país no protagonismo desse projeto econômico. Essa articulação deu origem a um novo

caráter relacional entre os países Sul-americanos no contexto dos grandes blocos de países capitalistas.

Na verdade, a racionalidade hegemônica do sistema capitalista impõe uma dinâmica relacional global a todos os países e blocos do sistema. Portanto, a criação de uma estratégia que possibilitasse a “integração” geoeconômica foi fundamental para garantir patamares de competitividade no mundo global e, neste sentido, foi criada a **(IIRSA)**,

A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) é um mecanismo institucional para a coordenação intergovernamental das ações dos 12 países sul-americanos, com o objetivo de construir uma agenda comum para impulsionar projetos de integração de infraestrutura em **energia, transportes e comunicações**. (BRASIL, 2012, grifo nosso).

Nesta direção, os líderes dos países sul-americanos avaliaram, como estratégia econômica, estabelecer uma pactuação capaz de credenciar tais países no grande jogo do capital, e após sete anos de debates, estabeleceu-se o consenso entre esses países e assim foi criada, em 2007 a IIRSA, que, sob o mote de alavancar o desenvolvimento econômico capitalista para América Latina em uma perspectiva sinérgica, balizou a construção da política pública brasileira, sobretudo na área econômica.

Tendo em vista essa integração econômica, foram viabilizadas pela IIRSA os eixos norteadores do desenvolvimento econômico, que exigiram o aporte de grandes obras e projetos do capital, denominadas também de enclaves. Este tipo de desenvolvimento conservador firmado pelo governo brasileiro segue a tendência econômica neoliberal, em escala local e internacional, com extensão para os países da América Sul. Tais projetos impõem contraditórias regras que colidem com os valores ambientais e sociais.

Essa fase desenvolvimentista do sistema capitalista corrobora a perspectiva político-econômica das políticas públicas brasileiras, com destaque para o PAC, criado em 2007. Tal programa compõe a política pública do governo brasileiro e que em sua perspectiva desenvolvimentista, a esfera econômica tem especial destaque, haja vista o nível de distribuição dos investimentos e recursos públicos vultosos previstos com vistas à perspectiva integrativa dos projetos de infraestrutura nas áreas de energia e de logística, considerando a necessária competitividade exigida pelo mercado neoliberal.

Nesta direção, a concepção de integração e desenvolvimento econômico também balizou, no mesmo ano de 2007, a criação da IIRSA e do PAC, imprimindo a esse, responsabilidade governamental para alavancar o desenvolvimento, impondo uma lógica geo-social diferenciada, sobretudo nas áreas concebidas, de difícil acessibilidade e logística, e consideradas não e/ou pouco habitadas e desenvolvidas, visão esta conservadora que outrora

fora praticada quando do avanço da acumulação do capital sobre a territorialidade amazônica brasileira, como já trabalhada na seção anterior deste estudo.

Assim sendo, a relação entre a IIRSA e o PAC apresenta-se em diferentes escalas geográficas, aquela em uma dimensão continental sul-americana e esta em uma escala local, onde ambas “[...] deverão consolidar e promover mudanças substantivas na forma de ocupação dos espaços territoriais brasileiros e sul-americanos, particularmente na Amazônia continental” (VERDUM, 2007, p.14). Ressalte-se que não é por acaso que a maior parte territorial da Amazônia Continental localiza-se na Amazônia brasileira, onde estão instaladas empresas de exploração de minérios, como Vale, Albras, Alunorte dentre as grandes obras e projetos do capital, que se impõem no território à revelia das populações.

Do ponto de vista do trabalho, o PAC, na escala local, representa o desdobramento da articulação maior com a IIRSA que, sob o véu da dinamização do ritmo econômico, propaga a geração de emprego, distribuição de renda e inclusão social e apresenta várias contradições, dentre elas o discurso da geração de emprego e renda.

Deste modo, problematiza-se o debate sobre a qualidade das condições de trabalho e de salário, que são precárias – considerando que os postos de trabalhos estão sob a órbita das grandes obras que tem prazo para início e término, não se configurando em postos de trabalhos estáveis. Isso confere relatividade ao discurso da distribuição de renda e inclusão social, previsto no referido Programa, sem fazer alusões aos custos sociais que tornam essa conta negativa para as classes subalternas.

Destarte, a lógica que instrui a prioridade dada aos investimentos nas grandes obras de infraestruturas induz à expansão fronteiriça política, geográfica e econômica do capitalismo para as regiões consideradas marginalizadas e recônditas, discurso oportuno para impor ao território amazônico uma dinâmica diferenciada à região e conseqüentemente, aos seus habitantes, região cujo potencial hídrico é comprovadamente abundante diante das outras regiões brasileiras,

efetivamente, encontra-se nessa região dois terços (63,6%) do potencial hidrelétrico brasileiro. Muito de seus rios apresentam alto potencial para gerar energia, destacando-se os rios Xingu, Tocantins, Araguaia, Trombetas e Tapajós, que atravessam vários estados (CASTRO, 2009, p. 133).

Nesta direção, aborda-se a concepção da Matriz Energética Brasileira (MEB), que associa o crescimento econômico ao aumento do consumo de energia elétrica, pois disso desdobra o potencial de consumo de itens eletro-eletrônicos, os quais demandam o uso acelerado de energia elétrica, sendo esse um dos parâmetros para analisar o nível de desenvolvimento e crescimento socioeconômico da população.

Ao analisar a MEB observa-se a clara opção na cadeia energética brasileira pela produção de energia elétrica e, em virtude disso, justifica-se o que Bermann (2010) denomina de panaceia do progresso das hidrelétricas na Amazônia. Neste sentido, destaca-se o eixo que trata da eletricidade – correlata aos recursos energéticos da MEB – e levanta-se algumas preocupações no que diz respeito à concepção de investir na autonomia energética brasileira, a partir do potencial hidrelétrico, em detrimento da preservação socioambiental. Veja-se:

Quando se tem em conta que dois terços do território nacional estão cobertos por dois biomas de alto interesse do ponto-de-vista ambiental, como o são a Amazônia e o Cerrado, e que 70% do potencial hidrelétrico brasileiro a aproveitar localizam-se nesses biomas, pode-se antever dificuldades para a expansão da oferta hidrelétrica. Essas dificuldades são ampliadas por uma abordagem que se apoia em uma ótica ultrapassada, pela qual projetos hidrelétricos, por provocarem impactos socioambientais, não podem constituir-se em elementos de integração e inclusão social, e também de preservação dos meios naturais. Muitas áreas no entorno de vários reservatórios já instalados no país estão hoje, em muitos casos, entre as mais bem conservadas, inclusive com relação à biodiversidade. Programas de salvamento da flora e da fauna (e também de sítios arqueológicos), desenvolvidos quando da implantação da barragem, são, muitas vezes, a garantia de conservação de elementos chave do bioma atingido. No aspecto socioeconômico, é emblemático o efeito de projetos mais recentes, em torno dos quais os núcleos urbanos apresentam índices de desenvolvimento humano geralmente superiores aos da região na qual se inserem (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2007, p. 146).

Essa visão redentora de que a saída para a sustentabilidade energética consiste na ampliação do parque hidrelétrico brasileiro, ilustrada na matriz energética, vai ao encontro da perspectiva do Banco Mundial quando da elaboração do relatório que analisa o Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil (BANCO MUNDIAL, 2008). Ambos, ao que parece, não consideram os apelos sociais, as denúncias dos diversos setores da sociedade civil e de setores do Estado, como os Ministérios Públicos Estadual e Federal, Defensoria Pública do Estado; e os diversos estudos analíticos sobre os impactos e reflexos das hidrelétricas sobre a população e território; ao contrário, na perspectiva defendida pela MEB, não são considerados.

As pesquisas, de regra, analisam os Estudos de Impactos Ambientais e Relatórios de Impactos Ambientais (EIA/RIMA) dos projetos, que são documentos oficiais dos empreendimentos. As análises incorporam as dimensões da fauna, flora, saúde pública, migração compulsória, crescimento populacional desordenado, precariedade dos serviços e políticas públicas, impactos sobre as terras indígenas, desterritorialização de populações tradicionais e não tradicionais, aumento da violência urbana e rural, violência contra a mulher, exploração sexual, tráfico de drogas, aumento no custo de vida nas cidades pólos dos empreendimentos, ameaça aos povos indígenas e tradicionais, perdas de patrimônios materiais e imateriais, o que efetivamente, representa a violação de direitos. De regra, os resultados

desses estudos apontam os agravos e reafirmam que a riqueza não fica na região onde se encontra o enclave; pelo contrário, a pobreza, a agudização da desigualdade social e da violência é o que prevalecem e maculam o lugar.

O Programa de Aceleração do Crescimento em sintonia com a Matriz Energética Brasileira segue em direção ao aprofundamento da lógica de integração econômica, via exploração de energia elétrica e, com base nos dados extraídos da Secretaria de Assuntos Econômicos (SAE) do BNDES, demonstra que no PAC 1, na área de infraestrutura energética, houve um investimento da monta de 274,8 (Duzentos e setenta e quatro bilhões e oito milhões de reais) o que correspondeu a 54% do investimento total do Programa.

Isso possibilita inferir que, além das formas tradicionais de exploração sobre a região, outro modelo de exploração se aprofunda na territorialidade Amazônica, cujas conexões ligam estados brasileiros internamente, como também países vizinhos, tendo em vista a consolidação da expansão da acumulação do capital na Amazônia. Segundo Bermann (2010), o capitalismo em sua ofensiva de monopolizar as fontes hídricas para a exploração de energia elétrica transforma os rios da Amazônia Legal e da PanAmazônia em verdadeiras jazidas de megawatts, tanto que,

estão programadas no âmbito do PAC as construções de **62 usinas hidrelétricas**, 21 usina termoeletricas e **55 pequenas centrais elétricas**, bem como 48 novas usinas eólicas e oito usinas a biomassa. [...] Conforme vem sendo anunciado pelo governo federal, a Amazônia está no centro da estratégia de **aceleramento do crescimento** e de integração do Brasil e com os países vizinhos. Esta estratégia inclui obras rodoviárias e hidrovias, que viabilizem conexões entre as diferentes sub-regiões do território nacional e com as regiões do Caribe, América Central e Sul-Sudeste dos Estados Unidos e com o Oceano Pacífico, e que facilitem o acesso aos principais mercados consumidores de *commodities* [principalmente agrícolas] na Ásia, como a China e o Japão (VERDUM, 2007, p. 29, grifos do autor).

Notadamente, a expansão da fronteira da acumulação do capital sobre o território não se dá somente na esfera local e nem de forma homogênea na base do sistema capitalista; sabe-se da disputa pelo espaço que os vários segmentos do capital travam e, nesta, alguns setores tem seguido a frente, ou seja, a IIRSA e o PAC incorporam setores do capital que se beneficiam dessa proposta de desenvolvimento, no qual:

[...] estão envolvidos diretamente na formulação e implementação da IIRSA velhos e novos conhecidos dos setores financeiro e empresarial: O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF), o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Prata (FONPLATA), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil e empresas brasileiras de grande porte como a Odebrecht, a Petrobras, a Andrade Gutiérrez, a Queiroz Galvão [...] Também executam obras de integração na região a companhia Vale do Rio Doce, a General Electric (GE) e a América Latina Logística (ALL) (VERDUM, 2007, p. 22).

Neste contexto, Rodrigues (2012) afirma que a IIRSA é uma ação imperiosa e um

instrumento de poder estratégico, e que, dado esse caráter da racionalidade hegemônica capitalista, não considera a geografia humana local aprofundando os níveis de desigualdades sociais na Amazônia Brasileira. Para o autor, não se trata apenas de uma relação entre o bloco econômico sul-americano, mas de uma transnacionalização aportada pelas agências multilaterais, setor financeiro internacional, multinacionais que chegam na defesa dos projetos do capital, reiterando a dialética do desenvolvimento latino-americano, cujos países se relacionam em blocos continentais nominados subdesenvolvidos versus desenvolvidos com assimetria e pouca margem de autonomia ao continente latino.

É nesse espírito que se enquadra o PAC, de tal maneira que os eixos da cadeia produtiva que foram priorizados e dinamizados no Brasil foram o setor de logística, **produção de energia**, transporte e comunicação. Setores esses pactuados pela IIRSA e que são estratégicos para os empreendimentos monumentais nessa dialética do capital, o que representa efetivamente, uma integração econômica interna e externa que se conecta a América do Sul, a América Central ao atlântico e ao pacífico, como abordado por Verдум (2007), Castro (2009) e Bermann (2010).

Tendo em vista a natureza do objeto de pesquisa desta tese, que trata das lutas sociais frente às contradições que representam o projeto de desenvolvimento governamental da construção da UHE de Belo Monte, e considerando ser esta a maior obra do PAC em andamento, analisou-se no relatório do balanço do PAC 2, o eixo energia, com o recorte para a área de geração de energia elétrica, que abrange o processo de construção, produção, geração, transmissão e comercialização de energia, que compõe o parque gerador de energia brasileira. Na realidade, o eixo energia, segundo a perspectiva do Programa, é bem mais amplo,

o Eixo Energia do PAC 2 realiza ações em Geração e Transmissão de Energia Elétrica, Exploração de Petróleo e Gás Natural, Fertilizantes, Refino, Petroquímica e Combustíveis Renováveis, além da Revitalização da Indústria Naval. No período do PAC 2, entre 2011 e 2014, na área de Geração de Energia Elétrica, o PAC 2 aumentou a capacidade do parque gerador brasileiro em 15.908 MW, sendo 5.708 MW em 2014 (BRASIL, 2014, p. 96).

O PAC 2 em seu formato direciona seus investimentos para o eixo energia, que como ilustrado acima, seu parque gerador de energia não se restringe apenas a área de geração de energia elétrica, ou seja, a concepção de segurança energética, mas envolve as demais áreas, como exploração e produção de petróleo e gás natural, fertilizantes, biomassa, etc. Todavia, no bojo do eixo energia do PAC 2, destaca-se a **produção de energia**, à qual a tecnologia brasileira adere a quatro tipos de sistemas, quais sejam, hidrelétricas; termelétricas;

usinas nuclear, eólica e de biomassa⁵¹.

Segundo Verdum (2007), a matriz energética brasileira apresenta a hidroeletricidade como o segundo maior investimento; deste modo, evidencia-se a predileção na referida matriz pela modalidade de energia elétrica oriunda dos recursos hídricos; veja-se como estão divididos em percentuais os investimentos:

A matriz energética brasileira está calcada, principalmente, nos derivados de petróleo (38,4%), seguido da hidroeletricidade (15%), cana-de-açúcar (13,9%) e madeira e outras biomassas (13,1%). O gás natural alcança o percentual de 9,3% e o carvão mineral 6,4%. Além disso, cerca de 45% da matriz energética brasileira deriva de fontes renováveis. **A fonte hidráulica para geração de energia elétrica é considerada a principal vantagem competitiva do Brasil, com grande potencial de expansão.** A hidroenergia contribui hoje com 85,4% da energia elétrica produzida no Brasil e tem um potencial estimado de gerar 260 GW (VERDUM, 2007, p.15, grifos nosso).

Observa-se a partir dos dados, que na matriz energética brasileira, ainda prevalecem, em sua maioria, os derivados de petróleo com 38,4% de uma fonte que é altamente poluente e danosa ao meio ambiente. E que, em segundo plano, com 15%, privilegia a hidroenergia, que corresponde a 84,5% da energia elétrica produzida no país. Este tipo de energia é gerado a partir do uso da água que, para tal, utiliza-se do barramento dos rios e formações de reservatórios para as construções das usinas hidrelétricas. Não obstante os

⁵¹ A respeito das formas geradoras de energia elétrica adotada pela política nacional energética brasileira a **hidroeletricidade** é a mais usada: “A hidroeletricidade se constitui numa alternativa de obtenção de energia elétrica a partir do aproveitamento do potencial hidráulico de um determinado trecho de um rio, normalmente assegurado pela construção de uma barragem e pela consequente formação de um reservatório.” (BERMANN, 2007, p. 139). Neste processo há o uso de turbinas que transformam a energia hidráulica em energia elétrica. A **Energia Eólica** é considerada pouco invasiva do ponto de vista socioambiental na medida em que faz uso da força constante do vento, não desmata e não desterritorializa comunidades, é apontada como fonte de energia alternativa: “dentre os principais benefícios ambientais da geração eólica, está a baixa emissão de gases de efeito estufa atrelada à cadeia energética do setor. A operação dos parques não apresenta emissão de gases e a produção e transporte de pás e torres implica emissões de apenas 9 g de CO₂ - equivalente para cada kWh gerado, ou cerca de 100 vezes menos do que as emissões médias de uma térmica a carvão. Em termos de ocupação espacial dos parques, a área ocupada no solo ou fundo do mar por uma fundação de torre eólica varia entre 13 e 20 m². No entanto, a comparação dessa área com extensões territoriais utilizadas em outros empreendimentos energéticos envolve parâmetros como impactos à área e a possibilidade da utilização da mesma área também para outros fins. Neste caso, parques eólicos recebem avaliações positivas por conta da possibilidade de compartilhamento com outras atividades como culturas agrícolas e pecuárias [...]” (BAITELO, 2012, p. 68). A **Termelétrica-Fotovoltaica** também é considerada de baixo impacto socioambiental, pois faz uso da energia solar para alimentar sua produção elétrica. A tecnologia envolve: “Painéis fotovoltaicos, instalados no topo de casas e edifícios, e que captam a luz solar e transformam a radiação em eletricidade. O painel é constituído por um conjunto de módulos e baterias recarregáveis associadas a controladores de carga. A energia elétrica produzida nos dias de sol é armazenada na bateria para ser usada de noite e em dias nublados. Os painéis também podem ser conectados à rede elétrica, transformando a energia solar em corrente contínua, gerando eletricidade com as mesmas características da energia disponível na rede comercial.” (BAITELO, 2012, p. 71). As fontes de energia elétrica oriundas **da Biomassa**, trabalha a combustão de matérias orgânicas como bagaço de cana, carvão, lenha, gás natural, petróleo, etc. Por último, a **Energia Nuclear**, que tem em sua base o uso do urânio e plutônio, elementos usados em um processo físico-químico e que produzem um alto grau de radioatividade. Por ser uma energia com alto grau de periculosidade e exposição a desastres ambientais é extremamente questionada. Atualmente no PAC 2 há o investimento apenas na Usina Termonuclear de Angra III no Estado do Rio de Janeiro.

impactos que essas estruturas causam nas regiões onde se alojam, ainda apresenta-se o ônus dos linhões de transmissões, que exigem o desmatamento de quilômetros incontáveis de mata, para fazer chegar a energia elétrica até os grandes centros e metrópoles brasileiras.

Segundo os dados do Relatório do PAC 2, os investimentos na transmissão da energia elétrica são da monta de R\$ 36,3 bilhões (Trinta e seis bilhões e trezentos milhões de reais),

para levar toda essa energia aos mercados consumidores, reforçando e expandindo o Sistema Interligado Nacional, foram concluídas 51 Linhas de Transmissão, totalizando 15.312 km de extensão no PAC 2 [...]. Atualmente, há outras 29 linhas de transmissão em obras, totalizando 5.188 km de extensão, além de 15 subestações de energia. No PAC 2, 14 leilões viabilizaram a concessão de 26.159 km de novas linhas de transmissão, com investimento previsto de R\$ 36,3 bilhões (BRASIL, 2014, p. 96).

Tendo em vista esse novo modelo de exploração aportado pelo programa econômico governamental para a Região, o Plano Nacional de Energia (PNE- 2030), elaborado em 2007, aponta que cerca de 70% do potencial hídrico brasileiro encontra-se nas Bacias Amazônica e do Tocantins/Araguaia. Deste modo, para ilustrar, utilizou-se do quadro elaborado pelo Observatório de Investimento na Amazônia, que tomou como referência o Plano Decenal de Energia 2011-2020 (PDE) e elaborou nota técnica, na qual demonstra, nitidamente, a ofensiva da exploração de hidroenergia proposta para a Amazônia brasileira. Veja-se o quadro a seguir:

Quadro 11 – UHEs planejadas no PDE 2011-2020 na Amazônia Legal

ANO	PROJETO	RIO	POTENCIA MW
2011	Estreito	Tocantins	1.087
2011	Dardanelos	Aripuanã	261
2012	Rondon II	Comemoração	74
2012	Santo Antônio	Madeira	3.150
2013	Jirau	Madeira	3.300
2014	Sto Antônio do Jari	Jari	300
2015	Ferreira Gomes	Araguari	252
2015	Colider	Teles Pires	300
2015	Belo Monte	Xingu	11.233
2015	Teles Pires	Teles Pires	1.820
2016	Sinop	Teles Pires	400
2016	São Manoel	Teles Pires	700
2016	Foz do Apiacás	Apiacás	230
2017	Água Limpa	Das Mortes	320
2017	São Luiz do Tapajós	Tapajós	6.133
2018	Toricoejo	Das Mortes	76
2019	Cachoeira dos Patos	Jamanxim	528
2019	Marabá	Tocantins	2.160
2020	Jatobá	Tapajós	2.336
2020	Jamanxim	Jamanxim	881
2020	Cachoeira do Caí	Jamanxim	802
2020	Serra Quebrada	Tocantins	1.328
TOTAL			37.671

Fonte: Elaborado pela autora com base em INESC (2012).

Este quadro é emblemático, na medida em que atribui à Amazônia Legal a responsabilidade de gerar 37.671 *megawatts* por meio da construção de vinte e duas hidrelétricas, sem considerar os custos sociais e ambientais impossíveis de reversão para a região. Certamente, o potencial hídrico estimula o projeto de uma província de exploração de energia elétrica e isso é visto, e/ou ideologicamente trabalhado, como algo necessário e positivo ao pleno desenvolvimento econômico e de integração da Amazônia ao território nacional e na relação com os demais países que estão no rol do capitalismo internacional.

Assim, a Amazônia, assume posição estratégica na divisão internacional do trabalho como uma importante produtora de *megawatts* para os segmentos eletro intensivos e serve como uma peça importante na complexidade da expansão da acumulação do capital.

Ressalte-se que durante toda a década de 1990 e nos anos 2000, o neoliberalismo, dentre suas ações deletérias, foi promovendo no Brasil a privatização de grande parte das empresas do segmento de energia; os apagões dos anos 2001 e 2002 serviram como elemento ratificador do processo de privatização. Portanto, o Estado muito embora não sendo mais o proprietário majoritário do sistema de energia brasileiro, vem assumindo, sem sombra de

dúvida, conforme visto nos PAC 1 e PAC 2, a vanguarda financeira dessa lógica hegemônica.

No Plano Plurianual (PPA - 2008-2011)⁵² checa-se a prioridade de governo dada ao PAC: “As ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC constantes do Plano Plurianual 2008-2011 integram as prioridades da Administração Pública Federal e terão tratamento diferenciado durante o período de execução do Plano, na forma do disposto nesta Lei.” (BRASIL, 2008, Art. 11).

Assim, o governo federal destinou para o PAC 1 R\$ 503 bilhões (Quinhentos e três bilhões de reais) para fazer face aos compromissos financeiros, exequíveis no período de 2007 a 2010. Para o Estado do Pará, os recursos do PAC 2 (reafirmação do legado do PAC 1), com execução no quadriênio 2011/2014, foi de R\$ 92,57 bilhões (Noventa e dois bilhões e cinquenta e sete milhões de reais) distribuídos conforme quadro 12, que demonstra os setores de investimentos do PAC 2 para o Estado:

⁵² Sobre a configuração do PPA, Bermann (2012), discute o nível de participação que se dá via Conselho Nacional de Política Energética (CPE), o qual debate os princípios do planejamento energético, e, que vai influenciar nas deliberações do PPA. Refere que se trata de uma qualidade de participação nos moldes de uma “autocracia energética” onde não há espaço para o debate amplo e democrático, considerando que “a esse quadro autoritário, deve-se acrescentar que uma das instâncias de participação da sociedade civil na proposição da política energética ao Presidente do Brasil, em articulação com as demais políticas públicas, é o CNPE-Conselho Nacional de Política Energética, criado pela Lei no 9.478 de 06/08/1997, sendo um órgão de assessoramento direto da Presidência da República, composto por dez membros: sete Ministros (Minas e Energia; Ciência e Tecnologia; Planejamento, Orçamento e Gestão; Fazenda; Meio Ambiente; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e o Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República); um representante dos Estados e Distrito Federal; um cidadão brasileiro especialista em matéria de energia, designado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Minas e Energia; e um representante de universidade brasileira, especialista em matéria de energia.” (BERMAN, 2012, p. 21-22). Tal composição, permite inferir que as decisões são tomadas em gabinetes fechados do governo federal. O autor, destaca que nos governos de Luiz I. Lula da Silva, os assentos dos representantes da universidade e da sociedade civil ficaram em vacância. De fato, questiona-se que uma política de natureza tão abrangente e coletiva, restrinja-se a um círculo seletivo, praticamente governamental, o que traduz, a tendência de um estado de base neoliberal que enuncia a energia como mercadoria cara e pouco acessível à comunidade, que segue dando ênfase na construção de grandes projetos de hidrelétricas, destinadas ao atendimento do mercado (eletro intensivo, empresarial, de serviços, etc.) por *megawatts*, em detrimento de fontes alternativas, menos invasivas do ponto de vista socioambiental, que respeite os direitos sociais.

Quadro 12 – Setores de investimento do PAC 2 no Estado do Pará

SETOR DE INVESTIMENTO	INVESTIMENTO EM MILHÕES DE REAIS
Transporte (rodovias, portos, hidrovias, aeroportos, equipamentos para estradas vicinais).	3.065,05
Energia (geração de energia elétrica, transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural, combustíveis renováveis, geologia e mineração).	50.799,31
Habitação (Programa Minha Casa Vida, financiamento e urbanização de assentamentos precários).	2.419,82*
Infraestrutura (Programa Cidade Melhor: saneamento, prevenção em área de risco, pavimentação e mobilidade urbana).	762,58*
Comunidade cidadã (Unidades de Saúde e Pronto Atendimentos, Creches e Pré-escolas, Quadras esportivas nas escolas, praças e cultura).	206,40
Água e Luz para todos (Luz para Todos, Recursos hídricos e água em áreas urbanas).	2.913,71*
Empreendimentos que abrangem mais de um estado	32.401,84
TOTAL EM BILHÕES	92,57

Fonte: Elaborado pela autora com base em Brasil (2012).

*Valores estimados para o período de 2011 a 2014 e após 2014.

É notório nos dados do quadro 12, os setores de investimentos e seus respectivos recursos, cuja maior prioridade concentra-se na área de energia; já os setores que compõem as políticas públicas e sociais, como habitação, saúde e saneamento têm investimentos pouco expressivos se comparados aos investimentos na área energética que é da monta de R\$ 50.799,31 (Cinquenta bilhões, setecentos e noventa e nove mil e trinta e um centavos) valor que praticamente dobra em relação às demais áreas.

O PAC revela objetivo bastante claro que se propõe, por meio de uma política desenvolvimentista e conservadora, subsidiar a infraestrutura que acolhe as demandas dos empreendimentos do capital na Amazônia brasileira, conforme exposto. O próprio relatório do programa descreve: “eliminar os principais gargalos que podem restringir o crescimento da economia; reduzir custos e aumentar a produtividade das empresas; estimular o aumento do investimento privado.” (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2007, p. 6).

Na estruturação do programa, tomando como foco a área de produção energética, questiona-se qual a real necessidade do país para atingir a auto suficiência energética? Não haveria possibilidade de se pensar medidas preventivas, por exemplo, no período de estiagem, a diminuição do uso de energia pelas empresas eletro intensivas; a otimização na transmissão de energia quanto a sua eficiência, pormenorizando perdas por conta da falta de manutenção das linhas dos sistemas integrados de energia. Importante referenciar os estudos do Prof. Célio Bermann quando aponta algumas alternativas frente à panaceia da construção de hidrelétricas

no Brasil e em particular na Amazônia.

O autor defende que pode ser ampliada a capacidade produtiva de megawatts, sem necessariamente a construção de grandes hidrelétricas. Para tal apresenta como alternativas a **repotencialização** de usinas, que significa: “[...] otimizar o potencial das usinas existentes e aumentar a eficiência na geração.” (BERMANN, 2007, p.149).

Aponta ainda como alternativa a **complementação da motorização** que, grosso modo, significa ativar o potencial das turbinas das hidrelétricas que foram programadas para produzir um total de energia elétrica, mas que, por outros motivos⁵³, funcionam apenas com a capacidade mínima ativada. Outra possibilidade apresentada pelo estudioso consiste na **criação de pequenas usinas hidrelétricas**, cujos impactos socioambientais são diminutos e apresentam eficiência na produção e geração de energia.

Face às alternativas apresentadas, esclarece-se que não se trata de radicalizar e negar a produção da hidroenergia como forma de composição da matriz energética brasileira, mas sim de apontar alternativas e buscar desconstruir a obstinação pela construção desordenada de mais hidrelétricas.

Faz-se premente o questionamento de **por que e para que** mais energia elétrica; como também reconhecer que se pode otimizar o parque gerador de energia brasileiro, conforme abordado no parágrafo anterior; ao se investir em mais estudos dessa natureza, já se constitui um bom começo.

Estas perspectivas mediadoras permitem inferir que a estrutura da MEB fomentada pelo PAC se constitui conservadora em suas ações, na medida em que apresenta um desenvolvimento calcado no crescimento econômico e que pouco considera a totalidade que envolve a natureza, os povos, suas culturas e modo de vida; ou seja, a matriz da política energética brasileira tem escolha e faz opção pela forma mais deletéria do ponto de vista social e ambiental, reforçando a hegemonia neoliberal da exploração dos recursos humanos e natural em favor da acumulação e da mais valia.

E, deste modo, o território Amazônico vai se credenciando no eixo da produção e geração de energia, em paralelo com as exportações de *commodities*, contribuindo para balança comercial brasileira. O Governo Federal direciona para a região, políticas econômicas específicas, com vistas a garantir tal vocação produtiva, reiteradas nas metas infraestruturais

⁵³ A partir da trajetória de estudos e das denúncias de corrupção no setor, observa-se o ávido interesse na potencialização das construções de grandes hidrelétricas, as quais como já visto, beneficiam setores do capital nacional e internacional (industriais, empreiteiras), sem fazer menção ao fato de que o financiamento, de regra, provem dos recursos públicos, observando-se interesses difusos do capital, representado por meio dos desvios de verbas, balcão de negócios etc.

circunscritas no PAC 2, conforme exposto no 11º balanço do Programa:

Pela primeira vez em décadas, o País mantém um plano estratégico contínuo que resgatou o planejamento em infraestrutura, retomou investimento em setores estruturantes, fez renascer setores estagnados, redefiniu o papel do Estado como indutor do investimento e do setor privado como parceiro fundamental e está, ano a ano, construindo a infraestrutura necessária para sustentar o desenvolvimento do Brasil (BRASIL, 2014, p. 4).

Acompanhando o histórico do PAC, observa-se que os aportes orçamentários que originaram os recursos financeiros para a primeira etapa do Programa, que correspondeu ao período de 2007 a 2010, teve um investimento da monta de 503,9 bilhões (quinhentos e três bilhões e nove milhões de reais), advindos das fontes da União por meio do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Caderneta de Poupança e demais orçamentos da União que não estão especificados no relatório da Secretaria de Assuntos Econômicos (SAE) do BNDES – PAC 2007/2010.

Os investimentos do Programa priorizados nos eixos infraestruturais foram distribuídos da seguinte forma: infraestrutura energética, infraestrutura social e urbana e infraestrutura de logística, conforme quadro a seguir.

Quadro 13 - Investimento Infra estrutural do PAC 1

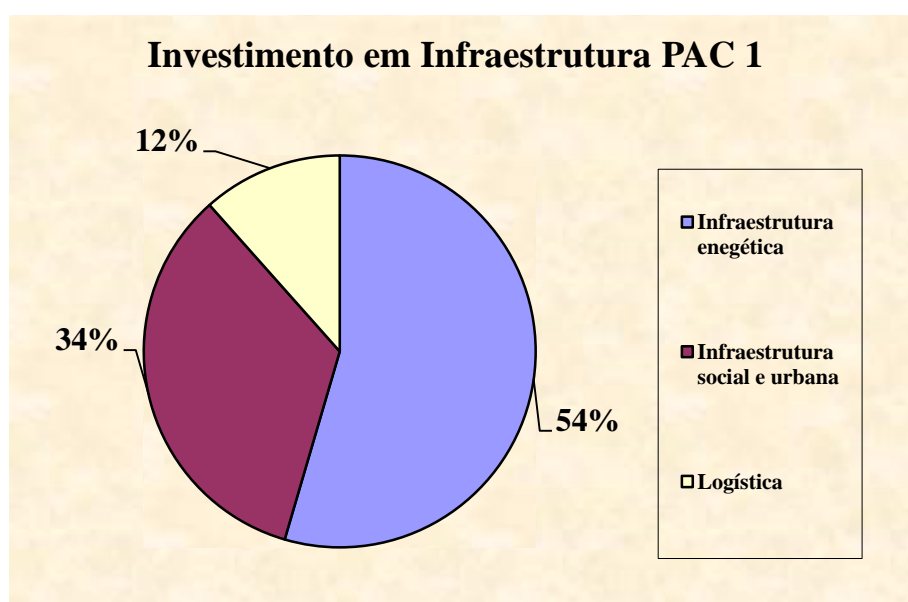
ÁREAS	SEGMENTO / SETOR	FONTE	R\$ BILHÕES
Energia	Geração de energia elétrica, transmissão de energia, petróleo, combustível renovável gás e gás natural	Estatais federais e demais fontes	274,8
Social e Urbana	Programa Minha Casa Minha Vida, Luz para todos, financiamento habitacional, Mobilidade Urbana, Prevenção de áreas de risco, Saneamento, Recursos hídricos, Equipamentos sociais, Pavimentação, Cidades Históricas, Luz para todos, Infraestrutura Turística, Equipamento de Esporte de Alto Rendimento, Educação, Saúde, Suframa	Orçamento fiscal e da seguridade; estatais federais e demais fontes	170,8
Logística	Rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, hidrovias, defesa, comunicações, ciência e tecnologia	IDEM	58,3
Total			503,9

Fonte: Dados extraídos da Secretaria de Assuntos Econômicos (SAE) do BNDES. 2007. Elaborado pela Autora.

O quadro acima demonstra a prevalência do investimento do PAC no setor energético - inclusive foi na primeira etapa do Programa o leilão e o início da construção da UHE Belo Monte - voltado para o segmento produtivo, promovendo o subsídio dos empreendimentos privados, seja do ramo da construção civil para fins de realização de obras, seja no ramo industrial, agroindustrial, agromineral etc., no qual o uso de energia é intensivo e fundamental.

Assim sendo, o investimento em geração e transmissão de energia correspondeu a 78,4 bilhões, que equivalem a 54% da área infraestrutural e 6% do total do PAC nessa primeira etapa do Programa, divididos da seguinte forma: geração R\$ 65,9 (sessenta e cinco bilhões e nove milhões) e transmissão R\$ 12,5 (doze bilhões e cinco milhões) (SAE/BNDES, 2007). Com isso, observa-se claramente, que em suas duas versões, o Programa de Aceleração do Crescimento apresenta notório crescimento no investimento do eixo setor energético. Veja-se o espelho do investimento em percentuais, distribuídos a partir dos setores de infraestrutura energética, infraestrutura social e urbana e infraestrutura logística, executados.

Gráfico 1 - Investimento Infraestrutural do PAC 1



Fonte: Dados extraídos da Secretaria de Assuntos Econômicos (SAE) do BNDES. 2007. Elaborado pela Autora.

Como é possível observar, a infraestrutura energética assume mais da metade dos demais investimentos, a qual corresponde a 54%, sabendo-se que está relacionada à produção e transmissão de energia, como também a produção e exploração de vários tipos de petróleo. Trata-se de um setor estratégico para a mobilidade dos equipamentos, produtos e mercadorias, como também um setor híbrido e difuso, que se volta e se movimenta em direção aos grandes centros produtivos, daí entender que a energia produzida em Belo Monte será transmitida num fluxo que sai do Estado do Pará, para atender a dezessete estados.

As demais infraestruturas (social e urbana) que correspondem a 34%, acompanham as demandas, impactos e reflexos desse processo produtivo e, nestas, estão previstas ações relativas às medidas condicionantes como alternativa para amenizar os danos socioambientais provocados por essa lógica de investimento. Em relação à infraestrutura

logística, correspondente a 12%, como o próprio termo evoca, trata-se de todo o processo de organização para que ocorra o fluxo de materiais, equipamentos, mercadorias etc.

Neste contexto, a logística volta-se para os atendimentos das demandas originadas pelo fluxo produtivo capitalista. Na subcapítulo 3.2 foi possível identificar nos quadros elaborados de 1 a 4, que os equipamentos que incorporam a logística de mobilidade, tais como portos, hidrovias, ferrovias, aeroportos, rodovias, federais e estaduais, estão plenamente conectados ao escoamento de equipamentos, transmissão de energia e transporte de *commodities* agrícolas, minerais e vegetais, que saem do território paraense para os demais estados brasileiros e outros países.

Nesse circuito comercial de exportação de produtos e *megawatts*, viabilizados pela logística do PAC 2, constata-se a tendência no eixo energia, sobretudo ao analisar as propostas das construções das hidrelétricas para o Estado do Pará, com destaque para a Usina de Belo Monte, cujos trabalhos já iniciaram, com a primeira fase comercial de transmissão e onde:

duas turbinas já começaram a gerar energia comercialmente desde abril, uma na Casa de Força Principal, no Sítio Belo Monte, e a outra, na Casa de Força Complementar, no Sítio Pimental. Juntas, adicionam 649,9 MW ao Sistema Interligado Nacional (SIN) (BRASIL, 2016).

Importante salientar que muito embora o funcionamento comercial tenha se iniciado neste ano de 2016, a previsão final de conclusão da obra e início das atividades de geração, transmissão e comercialização de energia está prevista para o ano 2019. Outro destaque no bojo da panaceia da construção de usinas hidrelétricas na Amazônia Paraense trata-se da construção do Complexo do Tapajós, na região Oeste do Pará, com o conceito de usina plataforma. Esse projeto objetiva a construção de quatro usinas hidrelétricas, conforme Relatório do PAC 2, elaborado em 2014. A seguir apresenta-se o parque energético previsto no PAC 2 para o Estado do Pará, no período de 2011 a 2014 contemplados no 11º Balanço datado de 2014.

Quadro 14 - PAC 2 Usinas Hidrelétricas previstas para o Estado do Pará (2011 a 2014)

Município – Localidade	Usina	Capacidade Instalada	Status	Empresa construtora
Vitória do Xingu, Altamira, Brasil Novo	Belo Monte	11.233	Em execução	Norte Energia S.A
Itaituba e Trairão	São Luiz do Tapajós	8.040 MW	Ação preparatória	Consorcio Tapajós
Itaituba	Jamanxim	881 MW	Ação preparatória	Consorcio Tapajós
Itaituba e Jacareacanga	Jatobá	2.338 MW	Ação preparatória	Consorcio Tapajós
Itaituba	Cachoeira dos Patos		Ação preparatória	Consórcio Tapajós
Pará: Marabá, Bom Jesus do Tocantins; Brejo Grande do Araguaia; Palestina do Pará; S. João do Araguaia. Tocantins: Ananás; Araguatins; Esperantina; São Sebastião do Tocantins. Maranhão: São Pedro da Água Branca	Marabá	2.160 MW	Ação preparatória	Eletronorte e Camargo Correa
Pará: Jacareacanga; Mato Grosso: Paranaíta e Apicás	São Manoel	700 MW	Em execução	Consórcio Terra Nova
Para: Almeirim; Monte Dourado. Amapá: Laranjal do Jari; Vitória do Jari	Santo Antônio do Jari	373,4 MW	Ação concluída/Em operação	Jari Energética S.A.
Pará: Jacareacanga; Mato Grosso: Paranaíta	Teles Pires	1.820 MW	Em execução	Companhia Hidrelétrica Teles Pires (Neoenergia, Furnas, Eletrosul e Odebrecht)
Total - megawatt		27.545,4		

Fonte: BRASIL (2015). Elaborado pela autora.

O quadro acima, é composto por nove hidrelétricas, planejadas no quadro do PAC 2 as quais serão responsáveis pela produção de cerca de 27.545,4 *megawatt*, com localizações geográficas, estrategicamente distribuídas nas várias regiões do Estado do Pará, havendo a concentração dos aproveitamentos hidroelétricos, nas localizações das sub-bacias do Rio Xingu e Tapajós, como também o espraiamento para áreas fronteiriças, que desta forma exibem a arquitetura do desenho da integração hidroelétrica da Amazônia Legal ao território nacional.

Do ponto de vista desse adensamento de produção de eletricidade, vale destacar as hidrelétricas de São Luiz do Tapajós, Jamanxim, Jatobá e Cachoeira dos Patos, que fazem parte do complexo Hidrelétrico do Tapajós. Para dar vazão ao empreendimento audacioso, foi criado um grupo de estudos, constituídos por empresas nacionais e internacionais, com vistas ao estudo da viabilidade do aproveitamento hidrelétrico. Conforme o site oficial, o grupo de

estudo que se denomina “Grupo de Estudos Tapajós”, é composto pelas empresas: Eletrobras, Eletronorte, o grupo francês GDF Suez, Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), Companhia Paranaense de Energia (COPEL), Neoenergia, Electricité de France (EDF), Endesa Brasil e Camargo Corrêa⁵⁴.

Tais empreendedores são empresas consideradas de grande porte que, em sua estrutura, abarcam toda a cadeia produtiva energética, com exceção da Camargo Correa, que concentra suas atividades mais nas áreas de construções industriais (engenharia civil, elétrica e hidráulica). As demais, possuem parque gerador próprio e atuam em toda a cadeia produtiva de energia que vai da geração, transmissão, distribuição e, por último, comercialização de energia.

O que salta aos olhos no Complexo Hidrelétrico do Tapajós é o projeto da construção de quatro hidrelétricas no mesmo município, Itaituba, Região Oeste do Pará, no rio Tapajós e Jamaxim paralelo ao rio Xingu, onde se localiza a UHE Belo Monte, cujo cruzamento das atividades se dará por meio da rede elétrica (linhões) que vão se integrar na região, e seguir em direção ao centro sul do país. Daí é possível inferir que se trata, de fato, de um planejamento para o Estado do Pará, de caráter exploratório, transformando os rios da Amazônia em verdadeiras jazidas de *megawatts*, configurando-se em uma província energética.

Trata-se de barragens nos rios centrais da Região, que envolvem as sub-bacias hidrográficas do Xingu e Tapajós que pertencem a bacia mãe, a bacia hidrográfica amazônica, cuja dimensão é superlativa. Veja-se o georeferenciamento:

A Bacia hidrográfica amazônica é constituída pelo maior sistema hidrográfico do mundo, com aproximadamente 6.400.000 km², sendo a maior reserva de água doce do planeta. O principal sistema do Rio Amazonas, o eixo Ucayali-Solimões Amazonas chega a 6.762 km de comprimento. Ademais, são mais de 1.000 afluentes principais que drenam a bacia desde as vertentes orientais dos Andes, o maciço das Guianas e o planalto brasileiro (BERMANN, 2010, p. 1).

Considerando a localização geofísica do citado complexo hidrelétrico, este atravessa terras indígenas e áreas de preservação permanente estadual e federal⁵⁵. As comunidades dessa região, que abrange o baixo amazonas, têm realizado profundas críticas e

⁵⁴ Informações disponíveis: <http://www.grupodeestudostapajos.com.br/estudos/#sthash.IQW8QKW.r.pdf>.

⁵⁵ De acordo com o Código Florestal Brasileiro, “Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (BRASIL, 2012. Art. 3º, inciso II). Não obstante, quando trata-se do interesse estatal, os códigos legislativos, as leis, são flexibilizadas, e perdem o vigor diante dos interesses hegemônicos, e passa a ser letra morta. São exemplos as licenças de Instalação e Operação que legitimaram e autorizaram o projeto da UHE Belo Monte, problematizado no próximo capítulo deste estudo.

resistência ao projeto, e denunciam que não houve a consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas e aos demais povos tradicionais, conforme previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário,

[...] a) consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; b) criar meios pelos quais esses povos possam participar livremente, ou pelo menos na mesma medida assegurada aos demais cidadãos, em todos os níveis decisórios de instituições eletivas ou órgãos administrativos responsáveis por políticas e programas que lhes afetem (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2011, p.8, 18-19).

Assim, mesmo diante da legislação que reconhece e disciplina os direitos dos povos indígenas e tribais, historicamente, na Amazônia Legal, vive-se, denuncia-se e luta-se contra as sucessivas negligências no que diz respeito à ausência da participação dos povos indígenas e demais povos tradicionais nas decisões a respeito dos projetos e planejamentos designados para a Região. Esta ausência se repete e parece ser uma prática corrente na Região, o que se constitui em mais uma violação de direitos das populações, como foi o caso de UHE Belo Monte, cujos dados jurídicos e analíticos serão aprofundados na próxima seção deste estudo.

Portanto, o governo federal, por meio do PAC, ao definir sua matriz energética brasileira, elege a Região Amazônica, em específico o Estado Pará, e induz a mais uma vocação exploratória colonialista, traduzida pelas barragens dos rios, transformando-os em verdadeiras jazidas de produção *megawatts*. Conforme já apresentado, esse ramo de negócio atrai investidores internos e externos, numa dinâmica que se constitui em disputas, dentre estes grupos empresariais. São, de fato, grandes empresas que, por sua natureza, visam a qualquer custo a concretização da exploração da mais-valia e o estabelecimento do lucro.

A partir dessa problematização, é possível inferir que, para a Região Norte, o PAC representa uma política ambiciosa, concentrando na área de produção e geração de energia elétrica investimentos que se apresentam totalmente alheio às demandas regionais; e não se contesta o fato de que a energia não atende às cidades, localidades da região, que ainda padecem com a ausência de energia elétrica, e, em muitas, o linha de transmissão passa na cidade, ou por dentro da reserva, comunidade, etc. A própria população entende que tais projetos não estão direcionados ao cotidiano e crescimento de sua

localidade e região⁵⁶.

Assim sendo, no próprio programa fica clara a proposta produtiva energética do governo federal o qual descreve que:

No período do PAC 2, entre 2011 e 2014, na área de Geração de Energia Elétrica, o PAC 2 aumentou a capacidade do parque gerador brasileiro em 15.908 MW, sendo 5.708 MW em 2014. Entre as usinas que entraram em operação, destacam-se as Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio (3.150 MW) e Jirau (3.750 MW), que ficam no estado de Rondônia. As duas já contam com 51 unidades geradoras, totalizando 3.636 MW de capacidade instalada [...] Estão em construção oito hidrelétricas (18.839 MW), três termelétricas (1.992 MW), 89 usinas eólicas (2.324 MW) e quatro pequenas centrais hidrelétricas (84 MW). Essas diversas fontes de energia aumentarão em 23.239 MW a capacidade de geração de energia do País. A Usina de Belo Monte, que terá 11.233 MW de capacidade instalada, já está com 62%, e a Usina de Teles Pires, no Mato Grosso, está com 97% de obras executadas. Destaque também para a conclusão da Interligação Tucuruí-Macapá-Manaus (1.798 km), ligando os estados do Amazonas e Amapá ao Sistema Interligado Nacional (BRASIL, 2014, p. 96).

Na verdade, o discurso veiculado é de segurança nacional energética, ou seja, da produção e transmissão de energia para garantir o crescimento e a autosustentabilidade energética do país. Nessa perspectiva, o território assume uma posição considerada nobre diante desta tarefa. Outro discurso corrente, é que se trata de energia limpa, na medida em que não se faz uso da queima de combustíveis fósseis, principal emissor de gás carbônico, responsável pelo efeito estufa.

Entretanto, o que se questiona é exatamente essa concepção estreita de “energia limpa” na medida em que, com as barragens dos rios, que são ancestrais na região, fonte de alimento, de mobilidade, de reafirmação de formas de trabalho e sobrevivência, há desmatamentos, processos migratórios forçados, desaparecimento de comunidades, localidades, cidades e extermínio da flora e da fauna, e isso denuncia que a produção e geração de energia elétrica não se faz limpa. Ressalte-se também, os impactos ambientais irreversíveis sobre às espécies marinhas, fauna e flora.

⁵⁶ Dentre os objetivos do Projeto de Tese, firmou-se o compromisso de realizar debates sobre a temática da tese, que diz respeito às lutas sociais frente aos grandes projetos e obras do capitalismo na Amazônia paraense. Seguindo esse compromisso, foi possível realizar debates no Campus da Universidade do Estado do Pará de Belém, Castanhal, Marabá e no Polo de Santa Bárbara por ocasião do Programa Especial Planejamento Territorial Participativo (PTP). Dentre os muitos debates provocados pelas temáticas, chamou a atenção a fala de uma aluna do curso de graduação e Licenciatura Intercultural Indígena, da Região Sul do Pará, quando mencionava o linhão de energia e os trilhos do trem da Vale que passa por sua aldeia: “a gente vê o desenvolvimento passando por cima da gente. A gente diz: lá vai o desenvolvimento, enquanto ele [desenvolvimento] segue a gente fica pra trás” (sic). Palestra realizada no Campus de Marabá da UEPA, cujo título versou sobre: Amazônia no cenário da mundialização do capital: resistência e lutas sociais. Realizado em janeiro de 2014.

Considerando a centralidade que representa para este estudo a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que foi iniciada na primeira versão do PAC e é considerada a maior obra de engenharia do Programa, é importante destacar que frente aos Estudos de Impactos Ambientais e o Relatório de Impactos Ambientais (EIA/RIMA) da hidrelétrica, foi elaborado o Painel dos Especialistas em 2009 organizado pelos professores Sonia Magalhães e Francisco Hernandez, o qual abrangeu pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, cujo balanço nas áreas sociais, antropológicas, biológica, da saúde, etc emitiram parecer negativo sobre a viabilidade do Projeto.

Outro agravante consiste na desterritorialização de pessoas, remanejamentos de comunidades tradicionais, como colônia de pescadores, comunidades e tribos indígenas, índios citadinos e remanescentes quilombolas – que se veem obrigados a processos migratórios forçados – capazes de modificar radicalmente suas vidas e ceifar suas esperanças. A própria pesquisa de campo identificou o processo de sofrimento, adoecimento por meio dos relatos dos entrevistados, de pessoas que morreram em função dos impactos provocados por esse tipo de empreendimento, que mancha a trajetória dos povos amazônicos, não significando em nada como uma energia limpa. Talvez seja limpa quando mascarada, chegue ao seu destino final, mas pelo caminho de desmatamento, remanejamento compulsórios de povos e comunidades, deixa de forma indelével suas marcas de sangue e destruição.

Por fim, a política energética brasileira voltada para Amazônia Paraense reforça o caráter conservador do modelo de desenvolvimento praticado pelo Estado, numa perspectiva neoliberal que transforma água em *megawatts*, mercadoria essa preciosa no contexto da expansão da acumulação do capital sobre os elementos da natureza, sobre o trabalhador, sobre os povos indígenas e tradicionais, deixando explícito o que Marx analisa a respeito da origem da acumulação primitiva do capital: “e a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo.” (MARX, 2013, p. 787); e atesta a barbárie expressa por meio do saque às terras, a destruição da natureza e dos povos, proprietários ancestrais dessa territorialidade.

Capítulo 4 - AS LUTAS SOCIAIS NA AMAZÔNIA PARAENSE: A RESISTÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS À CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE

O objetivo deste último capítulo consiste no exercício de articulação dos capítulos antecessores, os quais trataram da base teórica e categorial para subsidiar e iluminar as análises empíricas oriundas da pesquisa de campo, a qual esta seção se propõe, como também, estabelecer as conexões históricas, que dão sentido à análise atual da complexidade das relações impostas na realidade Amazônica Paraense.

Nesta direção, a linha teórica para a análise das lutas sociais resistentes ao processo histórico de colonização da Amazônia se fundamenta na discussão da descolonização, na medida em que a racionalidade hegemônica do capital traduz, em seu bojo, modificações radicais e violentas ao modo de vida local, e por contraditório, suscita um contramovimento, por meio de ações sociopolíticas que fazem frente às pressões do modo da produção capitalista.

Deste modo, são lutas sociais que, dependendo do contexto, remontam ações de resistência em nível preliminar, no sentido de empreender mobilização e obstrução dos empreendimentos do grande capital, por isso são consideradas primárias. As ações sociopolíticas em nível de resistência secundárias (DAVIDSON, 1978 apud SAID, 2011), se caracterizam pela consumação dos empreendimentos (e com ele toda a sorte de mazelas e danos ao território e povos). Ressalte-se que essas violações não têm sido capazes de calar as vozes dissonantes dos movimentos sociais na Região Amazônica. Neste contexto, das lutas primárias e secundárias, os níveis são determinados pela realidade, conforme trabalhado pelos referidos autores:

Depois do período de ‘resistência primaria’, literalmente lutando contra a intromissão externa, vem o período da resistência secundária [...] quando se tenta reconstituir uma ‘comunidade estilhaçada, salvar ou restaurar o sentido e a concretude da comunidade contra todas as pressões do sistema colonial’ (DAVIDSON, 1978, apud SAID, 2011, p. 328; 329,).

Sem dúvida, em todas as fases da resistência social, evidenciam-se os danos, na medida em que os projetos de acumulação do capital promovem níveis de destruição material e imaterial que rebatem diretamente nos povos indígenas, nos povos tradicionais, nos migrantes e, por conseguinte, na população como um todo, considerando o desequilíbrio socioambiental provocado pela intervenção nefasta do capital sobre o homem e a natureza.

Nesta perspectiva, a análise da resistência das forças sociais frente ao caso emblemático da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na Região do Xingu, terá como balizadores da interpretação dos dados, autores estudiosos da Amazônia de tradição crítica a esse modelo de colonização conservadora.

4.1 Os aspectos jurídicos e socioambientais provocados pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na Região do Xingu

Neste subcapítulo, serão analisados os aspectos jurídicos, sociais e ambientais da construção da UHE de Belo Monte com vistas a subsidiar a análise dos reflexos sobre as lutas sociais travadas frente aos impactos deste projeto de desenvolvimento para a Região.

Para sua elaboração, foram utilizados a Constituição Federal, o Código Florestal Brasileiro Lei nº 12.651/2012, relatórios do Ministério Público Federal, Estudos de Impactos Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA); documentos de fontes governamentais, das esferas, federal, estadual e municipal, e publicações de organizações não governamentais, como o Relatório da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais Culturais e Ambientais – Plataforma DhESCA, intitulado **Missão Xingu** (2010), o Painel dos Especialistas (2009) e o Dossiê Belo Monte (2015), ambos coordenados pelo Instituto Socioambiental, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que tem escritório em Altamira, e mobilizou pesquisadores das várias áreas do conhecimento para comporem as referidas publicações, bem como, artigos de autores vinculados a um pensamento crítico a esse formato de desenvolvimento.

Deste modo, se faz necessário um breve resgate histórico do referido projeto, o qual remonta ao período militar, quando em meados da década de 1970 foram deflagrados os estudos de viabilidade técnica e econômica para a formação de um complexo hidrelétrico na região,

voltando-se à bacia Amazônica e, mais especificamente, à subbacia Xingu, observa-se que o complexo hidrelétrico Kararaô, como foi inicialmente conhecido esse evento intencionado para ser incorporado ao Xingu, teve seu início em 1975 com os estudos realizados pela Eletronorte para avaliar o aproveitamento hidrelétrico da bacia do rio, concluído em 1980. A publicização, ainda que parcial, das intenções do governo militar gerou um conjunto de resistências. Cientistas, organizações indígenas e populares empenharam-se em conhecer o teor do projeto que, sem dúvida nenhuma, redundaria em rebatimentos espaciais importantes aos lugares eleitos (RODRIGUES, 2012, p. 397).

Nesta direção, ocorrem vários debates e questionamentos por parte de grupos críticos das universidades, dos movimentos sociais e populares, à época muito representada

pelos segmentos da Igreja Católica (Prelazia do Xingu, CIMI, CPT), movimento de trabalhadores rurais, movimento indígena da Região do Xingu, dentre outros. Estes preocupavam-se com os problemas socioambientais que tal projeto poderia provocar para a Região e seus povos – considerando que desde a década de 1960 já testemunhavam históricos de violência na luta por terras, trazendo à tona a ausência da reforma agrária, e o favorecimento do acúmulo de terras, representados por grandes latifúndios, o desmatamento e a exploração de madeira, exploração de minérios (ouro, pedras preciosas) – contradições estas que já se faziam presente no território que, historicamente, convive com as marcas da rapina, exploração, violência e saque.

Atrelam-se a esses processos, os impactos provocados pela construção da hidrelétrica de Tucuruí que também reforçou a realização do **1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu em 1989**, ato político que demarcou historicamente o enfrentamento e a resistência ao grande projeto. Assim, o acúmulo dessas lutas sociais frente ao projeto violador hegemônico na territorialidade,

[...] contribuiu para que em 1989 fosse realizado um grande encontro em Altamira (Pará) no qual os povos, as entidades da sociedade civil, algumas instituições estatais e cientistas presentes declararam-se contrários ao evento. **O 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu**, realizado em Altamira no Pará, é um dos constrangimentos exemplares à intencionalidade hegemônica, tendo implicado em recuo temporário do governo em tentar implementá-lo, quando a índia Tuíra Kayapó, em ato simbólico, aproximou um terçado do pescoço de José Antônio Muniz, então diretor da Eletronorte [...]. A imagem de Tuíra dizendo um não ao projeto de engenharia do complexo hidrelétrico de Kararaô que, então, fora apresentado, comoveu o mundo e obrigou o governo a congelar o processo (RODRIGUES, 2012, p. 395-396, grifo nosso).

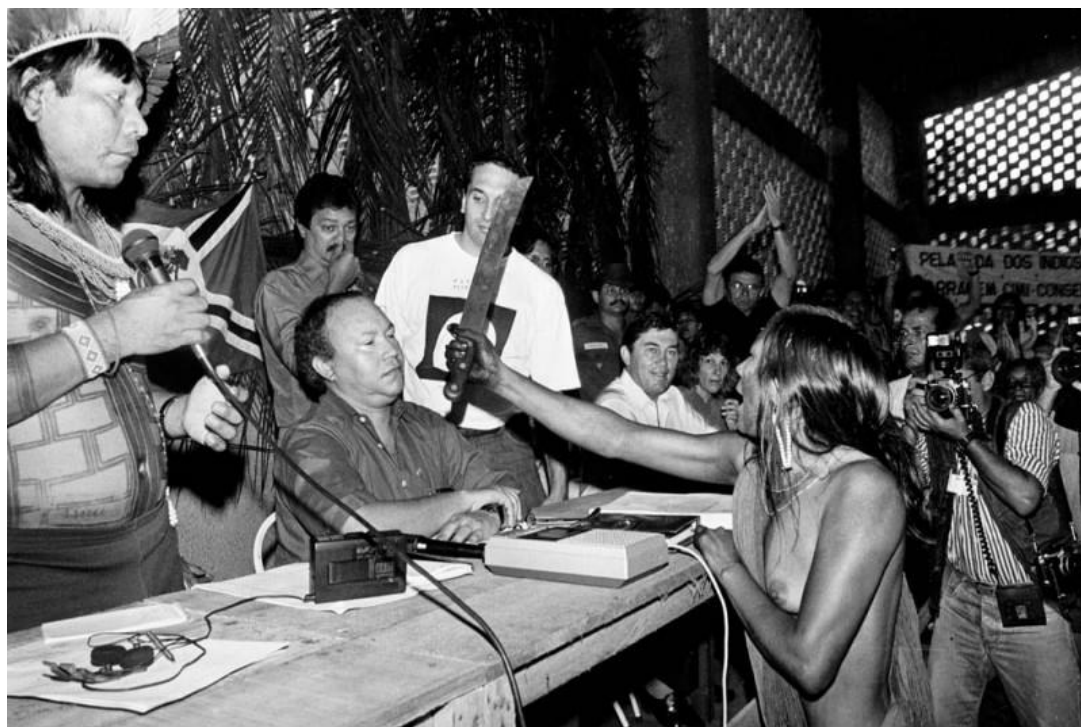
Sem embargo, as forças sociais acumuladas imprimiram a luta, a resistência primária, as quais mobilizam e se articulam numa perspectiva descolonizadora, mesmo frente ao contexto autocrático, fortemente demarcado pela violência institucional do período em que o Brasil vivenciou a ditadura militar, conforme abordado nos capítulos anteriores.

Nesse período de avanço das forças autoritárias hegemônicas sobre o território amazônico, o Estado, de forma coercitiva, passou a cumprir o papel de subsidiador da infraestrutura física e social, com vistas à ampliação da acumulação do capital sobre a Região, seguindo assim com o discurso de integrar a Amazônia com as demais regiões do país e conectá-la ao circuito internacional do capital, dando vazão para que os grandes projetos tomassem conta do território.

Todavia, em meados da década de 1980, a autocracia governamental começa a perder força, e com a conjuntura desfavorável, em virtude do escândalo ambiental e social

que a obra causaria, denunciada pelos movimentos sociais de resistências, sobretudo, o movimento indígena, tendo à frente a liderança do cacique Raoni Metuktire. Como também a simbologia da índia Kayapó Tuíra (Figura 4) a qual, de posse de um terçado, evocou a vontade dos povos da região, contrários ao projeto de desenvolvimento conservador para Amazônia, ganhou visibilidade internacional e pressionou o Banco Mundial, que seria o agente financiador da obra, pressionado também pelos organismos bilaterais, a recuar.

Figura 4– I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, Altamira, PA, 1989



Fonte: Foto de Paulo Jares.

Considerando que o governo militar brasileiro já se encontrava enfraquecido política e financeiramente, o que inviabilizou a execução do projeto naquela conjuntura, nos governos de FHC, as discussões ganharam apoio e solo fértil, cujo projeto de matriz energética privilegiavam as fontes de hidroenergia, como também a privatização das companhias estatais de energia.

Após 30 anos, o governo de coalização do PT, decorridos a partir dos primeiros estudos efetivados pelo corpo de técnicos da autocracia militar (1975), retoma em 2005 o projeto hidrelétrico para o Xingu, amadurecidos nos governos de Lula da Silva (2003-2010), que, nesse contexto, passa a ser denominado de Complexo Hidrelétrico de Belo Monte (CHEBM), e toma formato final em 2011 nos governos de Dilma Rousseff (2011-

2017). Neste foi dado início a execução do UHEBM, sob protestos do movimento indígena, dos movimentos sociais, da academia e parte dos membros do Ministério Público – sob a suspeita de que não se tratava apenas de um empreendimento, e sim de um complexo hidrelétrico, envolvendo as construções de outras usinas, o qual se apresenta com outra nomenclatura, haja vista, a grande repercussão negativa que representou o projeto de Kararaô, nome anteriormente dado ao projeto autocrático. Segundo Rodrigues,

a Usina Hidrelétrica de Belo Monte será a primeira UHE do Xingu. O abandono público da intenção de implantar as seis (6) usinas hidrelétricas inicialmente planejadas, além de outros diversos barramentos/comportas complementares, não significa o abandono real dessa intenção, mas faz parte da estratégia de deixar a publicização das demais fases para momento posterior à territorialização de Belo Monte. (RODRIGUES, 2012, p. 399).

Importante ressaltar a vinculação do projeto da UHE de Belo Monte à influência da IIRSA, consolidada em 2007, cujo eixo energético assume uma importância central na política governamental brasileira, capitaneada pelo PAC, conforme abordado no subcapítulo 3.3. A política energética, com ênfase na geração de energia, por meio do uso sem precedente da água, ocasiona a construção obstinada de hidrelétricas, o que implica fragmentação dos espaços socioambientais e desterritorialização.

A lógica que norteia a política energética brasileira, por princípio, não considera o modo de vida e a organização social dos povos da Amazônia, o que provocou polêmicas e questionamentos por se tratar de uma forma de desenvolvimento predatória e conservadora; contrária à perspectiva ideológica defendida pelo governo brasileiro de coalização do Partido dos Trabalhadores, cujo discurso era pautado pela defesa dos direitos sociais e democracia, mas que na prática, retoma e implementa arbitrariamente um projeto do governo militar.

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM) fica situada na Região Oeste do Pará, a aproximadamente 900 km da capital Belém, no município de Vitória do Xingu, todavia é no município de Altamira, cerca de 40 km dos canteiros de obras, que se concentram os equipamentos sociais que dão maior suporte aos trabalhadores do empreendimento energético. A imagem da vista aérea permite uma visão da dimensão da obra.

Figura 5– Imagem aérea das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte



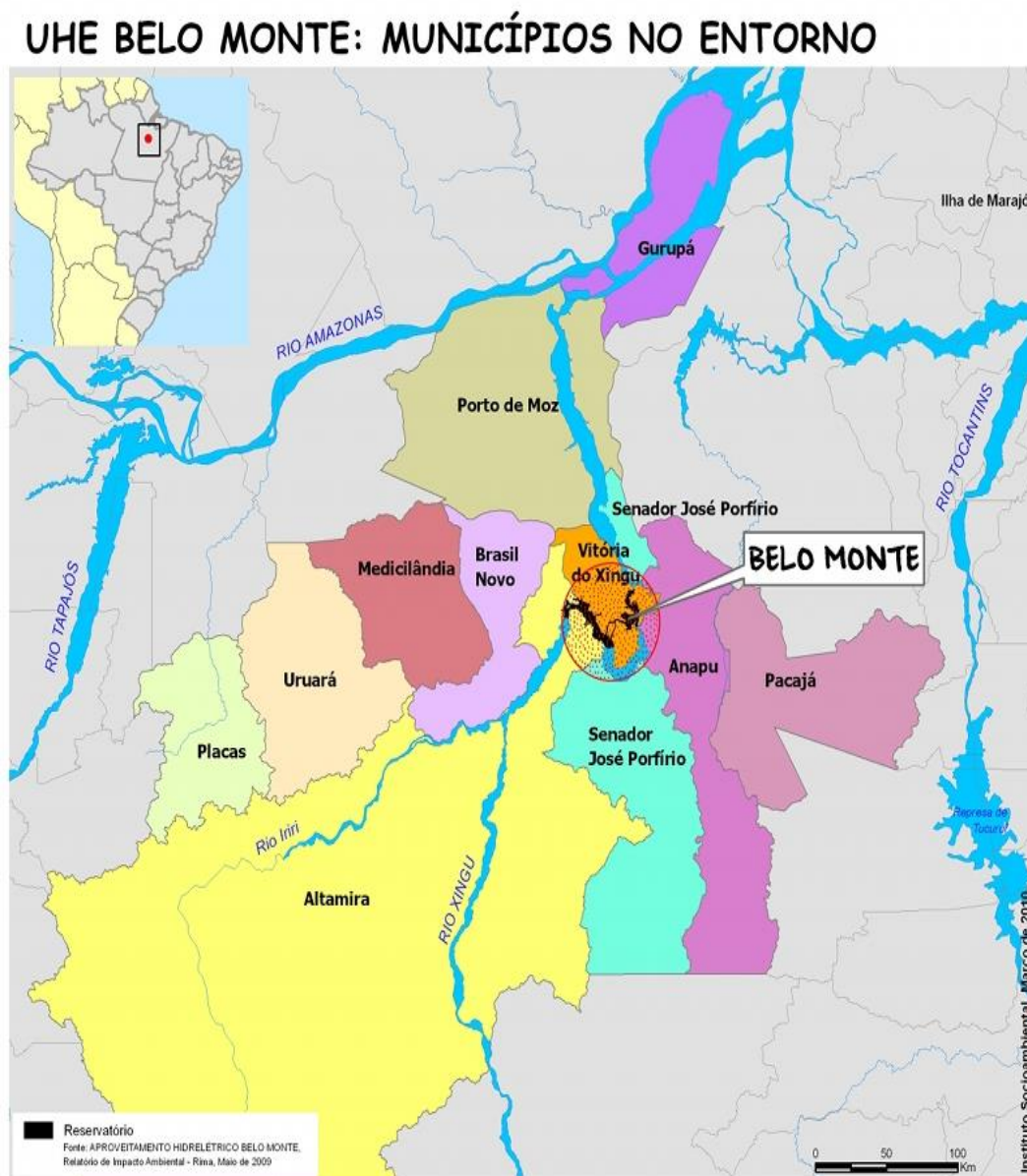
Fonte: Fotografia de Lalo de Almeida da Folhapress. Setembro de 2013.

Segundo os dados do censo de 2010, do IBGE, Altamira, sendo o maior município da Região, possuía até o referido ano, cerca de 100 mil habitantes. Todavia, com a instalação do empreendimento a previsão, segundo o RIMA, era de mais 96.000 pessoas que se deslocariam para os municípios de Altamira e Vitória do Xingu, o que implicaria no dobro de habitantes para uma infraestrutura já deficitária.

Os municípios, territórios e comunidades limítrofes afetados, além de Vitória do Xingu e Altamira, foram: Brasil Novo, Anapu, Senador José Porfírio, Porto de Moz, Medicilândia, Gurupá, Placas, Uruará e Pacajá, além de dez territórios indígenas e vinte e uma comunidades quilombolas⁵⁷ que, por sua vez, apresentam infraestruturas básicas deficitárias de saneamento, saúde, educação, segurança, dentre outros. A seguir, o mapa que georeferência as localidades afetadas pela obra.

⁵⁷ Disponível no site do Instituto Socioambiental, publicado em (2010), endereço: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/loc.asp>. Março/2010. Acesso: 02 set. 2012.

Figura 6 – Municípios afetados pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte



Fonte: RIMA, Maio, 2009. Disponível: <http://www.ligaoperaria.org.br/1/wp-content/uploads/2014/08/5.jpg>.

A Figura 4 demonstra a dimensão da obra. A UHEBM é um empreendimento de aproveitamento hidrelétrico caracterizado pela produção e geração de energia. Em princípio, o consórcio Norte Energia foi o ganhador do leilão ocorrido em 2010 e, em um segundo momento, com vistas a atender às exigências do financiamento por parte do BNDES, sofreu modificação no grupo de empresas que compunham o referido consórcio. Em função das exigências normativas, foi necessária a criação de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) para que o financiamento da obra fosse viabilizado pelo governo federal. Para estar apto a receber financiamento do fundo público,

[...] em julho de 2010, o consórcio Norte Energia criou uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) para atender a atual legislação brasileira, que estabelece esta pré-condição para que a empresa receba a concessão para a construção e exploração e esteja habilitada para receber o financiamento do BNDES (BERMANN, 2012, p. 13).

Deste modo, o empreendimento foi financiado em 85% (oitenta e cinco por cento) pelo fundo público brasileiro, cujas fontes de subsídios tiveram origem no BNDES, das linhas de créditos via FGTS, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e das estatais, Centrais Elétricas Brasileiras S.A (ELETROBRAS) - sociedade mista com participações de setores governamental e da iniciativa privada, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (ELETRONORTE) e Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF).

De acordo com o relatório do PAC, referente aos anos de 2011 a 2014, publicado em 2016, a SPE apresenta as seguintes participações: “ELETRONORTE 19,98%; ELETROBRAS 15%; CHESF 15%; Petros 10%; Funcef 5%; Amazônia (Cemig e Light) 9,77%; Neoenergia 10%; Vale 9%; Sinobras 1%; Caixa FIP Cevix 5%; J. Malucelli Energia 0,25%)” (BRASIL, 2014, p. 106).

Para a realização da construção da UHEBM, a Norte Energia contratou o Consórcio Construtora Belo Monte (CCBM) composto por dez empresas privadas, com os seguintes percentuais de acionários: Andrade Gutierrez 18%; N. Odebrecht 16%; Camargo Correa 16%; Queiroz Galvão 11,50%; OAS 11,50%; Contern 10%; Galvão 10%; Serveng 3%; J. Malucelli 2% e Cetenco 2% (CONSÓRCIO CONSTRUTOR BELO MONTE (CCBM, 2016).

De acordo Bermann (2012), essas manobras de capital não estão relacionadas a mera produção de energia. Estas escondem interesses relacionados às situações de corrupção, uma vez que seis dessas empresas - Camargo Correa; Andrade Gutierrez; Queiroz Galvão e Norberto Odebrecht -, fizeram doações para a campanha eleitoral presidencial de 2010, com o detalhe de que as doações foram feitas tanto para a Presidente Dilma Rousseff (PT) como para o seu adversário à época, José Serra (PSDB).

As mesmas empresas supracitadas estão também sendo alvo de denúncias na investigação da Operação Lava Jato e, em virtude desse escândalo de corrupção, o Ministério Público acionou o Tribunal de Contas da União em face das denúncias,

nessa linha, tendo em vista que esta secretaria já vinha levantando informações, no âmbito do processo de produção de conhecimento (TC 002.000/2015-6), acerca da inserção no setor elétrico das empresas envolvidas na OLJ, apresentase, nesta oportunidade, exame (i) de elementos para análise do risco sistêmico para o setor elétrico de interrupção de projetos que contenham como proprietárias empresas envolvidas na OLJ e (ii) elementos de risco para os empreendimentos de empresas estatais, corporativos e em Sociedades de Propósito Específico (SPE), minoritários ou majoritários, que tenham contratos

em andamento com empresas relacionadas na OLJ, para o estabelecimento de estratégia de controle. [...]. 4. Em 2/3/2015, o Exmo. Procurador do Ministério Público junto ao TCU, Sr. Sérgio Ricardo Costa Caribé, protocolizou neste Tribunal (peça 1) representação mencionando preocupações quanto ao deslinde da Operação Lava-Jato em obras do setor elétrico brasileiro (SEB), notadamente nas obras mais importantes e que possuem recursos federais envolvidos.

5. Em sua petição inicial, o representante alerta da existência de relevantes indícios de que as irregularidades averiguadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, no curso das investigações no âmbito da OLJ, tenham ocorrido também em empresas estatais federais atuantes no SEB (BRASIL, 2015, p. 1-2).

Nesta ação protocolada pelo MPF junto ao TCC, acentua-se a preocupação de que o esquema esteja envolvendo o erário público de Belo Monte, cujos aportes de capital inicial foram superestimados,

serão investidos R\$ 33 bilhões em Belo Monte, dos quais cerca de R\$ 22,5 bilhões provêm de financiamento do BNDES. Aproximadamente 70% do capital social da SPE Norte Energia provêm diretamente de empresas estatais e de fundos de pensão de empresas estatais. Não obstante a larga proeminência de aportes de recursos de origem pública federal, a sociedade é gerida por empreendedores privados. A unidade instrutiva ressaltou quatro fatos que evidenciam expressivo risco de dano ao erário em Belo Monte: a grande diferença entre o investimento previsto pela Empresa de Pesquisa Energética e o ora verificado (19 bilhões e 33 bilhões de reais); a contratação das principais empresas envolvidas na Operação Lava Jato; a expectativa de retorno do empreendimento próxima a zero, considerando os investimentos atualizados e os preços tarifários contratados; e a ausência de controle, inclusive pelos acionistas estatais, sobre os investimentos e contratos firmados (BRASIL, 2015, p. 17).

Trata-se de um círculo vicioso, próprio do jogo escuso do modo de produção capitalista, cuja corrupção se propaga nos vários blocos de poder (setores governamentais, políticos, empresariais, etc.), e por meio de vários mecanismos, dentre eles, o desvio de dinheiro, a rapina. Nesta direção, a modalidade de financiamento da obra suscita grave polêmica, no tocante à disposição do governo federal em financiar cerca de 85% (oitenta e cinco por cento). Ressalte-se que neste montante não estão contabilizados os custos com o linhão de transmissão, o que correspondeu a aproximadamente R\$ 24,5 bilhões somente para a construção da UHEBM, o equivalente a quase 50% (cinquenta por cento) do montante destinado para o setor de energia para o estado do Pará, conforme exposto no quadro nº 12.

Dentre as incoerências do financiamento da obra, destaca-se que não pode ser concebido na margem de financiamento público a um empreendimento privado mais de 80% (oitenta por cento). Todavia, ao analisar o montante da obra que equivale a R\$ 28,9 bilhões, sendo 24,5 bilhões financiados pelo Governo Federal, veremos que corresponde a aproximadamente 85% (oitenta e cinco por cento) do financiamento, o que perfaz uma diferença de R\$ 1,4 bilhões, ou seja, ultrapassa o percentual previsto. Como consequência,

tem-se o agravante do valor total da participação dos investidores privados correspondente a R\$ 4,4 bilhões que equivale a aproximadamente 15,2% e (quinze por cento) – o qual não atende a exigência de que a participação privada não deve ser inferior a 20% (vinte por cento) do total do investimento (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2012).

A ciranda financeira traduz a realidade do que representa o subsídio do Estado ao empreendimento, pois, de acordo com a legislação, o BNDES transgrediu o critério legal de financiamento do erário público, conforme exposto e, ao mesmo tempo permite entender porque as empresas passaram de proprietárias do empreendimento para construtoras da grande obra, ficando o Estado no papel de gestor e financiador principal do projeto. Essas contradições reiteram o caráter ilegal e inconstitucional do financiamento da UHE de Belo Monte. Neste sentido, concorda-se com Bermann:

para compreender o jogo financeiro que envolve a construção desta megaobra é necessário lembrar que o custo do projeto passou dos iniciais R\$ 4,5 bilhões em 2005, quando o projeto foi retomado pelo governo brasileiro, a R\$ 19 bilhões, custo estabelecido por ocasião do leilão, e que recentemente foi submetido a uma revisão levando em conta a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA- índice oficial do governo federal para medir a inflação), que definiu o montante total de R\$ 28 bilhões, muito embora as empresas envolvidas com as obras de construção e as empresas fabricantes de equipamento (turbinas e geradores) estimem um custo mínimo de R\$ 30 bilhões, podendo chegar a R\$ 32 bilhões (BERMAN, 2012, p. 14).

Mesmo sendo alvo de várias polêmicas denunciadas por meio do financiamento pouco transparente do BNDES, das licenças prévias ambientais e de instalações contradizerem os estudos e a legislação brasileira, conforme detalhado mais adiante, o megaempreendimento seguiu com uma agenda que iniciou em 2011 com a previsão de conclusão para 2019, e, muito embora no cronograma da obra estivesse previsto o início das atividades para o ano de 2015, a UHEBM foi inaugurada parcialmente em maio deste ano (2016),

com capacidade instalada de 11.233,1 megawatts (MW). Isso significa carga suficiente para atender 60 milhões de pessoas em 17 Estados, o que representa cerca de 40% do consumo residencial de todo o País. [...] Duas turbinas já começaram a gerar energia comercialmente desde abril, uma na Casa de Força Principal, no Sítio Belo Monte, e a outra, na Casa de Força Complementar, no Sítio Pimental. Juntas, adicionam 649,9 MW ao Sistema Interligado Nacional (SIN), operação também autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A usina de Belo Monte foi leiloada, em 2010, por R\$ 25,8 bilhões para a empresa Norte Energia S.A., responsável pela construção e operação da hidrelétrica. Segundo informações da empresa, as obras civis do empreendimento estão praticamente concluídas e a previsão é que a cada dois meses, em média, seja ativada uma nova turbina até o pleno funcionamento da hidrelétrica, em 2019 (BRASIL, 2016).

Ressalte-se que o atraso das obras se deu muito em função do tensionamento

das forças exercidas por vários segmentos da sociedade civil, com destaque para os movimentos sociais da Região do Xingu, cuja perenidade da resistência vem atravessando décadas, demarcada por protestos e mobilizações. Cita-se o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em 1989, e o 2º Encontro dos Povos do Xingu em 2008⁵⁸. Mesmo diante das mobilizações, manifestos, cartas (Anexo 3), estudos científicos, ações judiciais, em 2009, o poder público, por meio do IBAMA, programou quatro audiências públicas que foram realizadas nas cidades de Brasil Novo, Vitória do Xingu, Altamira e Belém (HERNANDEZ; MAGALHÃES, 2009, p.13). Considerando o atropelo e a falta de esclarecimentos sobre o projeto, a população não se sentia esclarecida, e tinha uma percepção diferenciada daquilo que o poder público denominava de audiência pública, conforme identificado nos diálogos que a entrevista de campo possibilitou:

A forma das auditivas, que são as consultas nós nos posicionamos todas contra devido o modelo, a forma. A metodologia nunca chegava a nos atingir, os movimentos a sociedade como um todo. O limite de participação, nós éramos contrário também o controle dessas consultas estavam sempre nas mãos do Estado e dos empresários. Eles queriam nossa presença pra ficar legitimando. Então nós tínhamos que se posicionar mesmo. Chegávamos a barrar mesmo as consultas, que não era aquela metodologia não. A gente queria ser ouvido e não só dar o aval como eles queriam. Então a gente batia pesado mesmo, muitas consultas que teve aqui foi inviabilizada porque o governo federal aliado dos empresários, botava a Força Nacional [**A Força Nacional de Segurança Pública, é um policiamento que atende os contingentes emergenciais do Estado Brasileiro**] no portão pra não deixar alguns movimentos sociais, como o nosso participar, ah vocês vão se posicionar contra lá dentro, dos espaços indicados por eles. Não, nós vamos lá pra dentro sim e dizer que não é aquilo que a gente quer não, a gente quer ser ouvido de forma que possa dizer como queremos e que projetos queremos e a forma de projeto de energia pra essa região da Amazônia, nós queremos dizer outras alternativas. Então nós fomos muito, muito barrados pela Força Nacional... as comunidades indígenas que tava mais organizadas, eram proibidos de participar. Então nós nos organizávamos pra montar, tivemos de montar estratégias sobre isso, se queriam barrar os índios eles seriam capazes de nos barrar pra não expressar nosso eco (Entrevistado10. Realizada em 09/11/14, Altamira/Pa., grifos e comentários nosso).

⁵⁸ O evento realizado na cidade de Altamira, demarcou fortemente o posicionamento dos povos do Xingu frente a UHEBM. Assim o “Encontro Xingu Vivo para Sempre reúne representantes de populações indígenas e ribeirinhas, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, pesquisadores e especialistas, para debater impactos de projetos de hidrelétricas na Bacia do Rio Xingu: a construção prevista da usina de Belo Monte, que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). A mobilização ocorreu 19 anos depois do I Encontro de Povos Indígenas, realizado em Altamira, que reuniu três mil pessoas – 650 índios – para protestar contra a construção já prevista de cinco hidrelétricas no Rio Xingu, Belo Monte entre elas. Durante o encontro de 2008, índios entram em confronto com responsável pelos estudos ambientais da hidrelétrica de Belo Monte e, no meio da confusão, o funcionário da Eletrobrás e coordenador do estudo de inventário da usina, Paulo Fernando Rezende, fica ferido, com um corte no braço. Após o evento, o Movimento divulga a Carta Xingu Vivo para Sempre, documento final que avalia as ameaças ao Rio Xingu, apresenta à sociedade brasileira um projeto de desenvolvimento para a região e exige das autoridades públicas sua implementação” (MXVPS, 2010). Deste encontro foram elaborados dois documentos: Declaração Final dos Povos Indígenas participantes do Encontro Xingu Vivo para Sempre – 19 a 23.05.2008 (Anexo A); Documento dos Povos Indígenas da Bacia do Xingu à Justiça Federal. (Anexo B)

Quanto à tentativa de legitimar as decisões do poder público em conluio com a Norte Energia, criavam-se manobras para forjar a participação da comunidade. Veja-se:

Quando tinha encontros indígenas com outras entidades, que faz esse papel de trabalho com os indígenas eles falavam que era audiência pública, mas não era. Houve uma audiência pública na Ressaca, que a gente exigiu, junto com essa doutora [Defensora Pública], sobre Belo San, houve depois uma audiência aqui, por exemplo um tempo desse atrás teve uma reunião enorme, mas não era audiência pública, a gente queria uma explicação da Norte Energia e usaram isso, pegaram assinatura, a gente pedia pro pessoal não assinar mas sempre tem gente teimoso. Usaram isso como audiência pública (Entrevistado4. Realizada em 12/11/2014, Altamira/Pa, grifo nosso).

Ainda sobre as audiências públicas e a tentativa de manobrar e tutelar os indígenas, observa-se o papel questionável da FUNAI enquanto órgão protetor dos direitos indígenas:

A FUNAI veio mostrar pra gente o que era empreendimento né, ai a FUNAI veio trouxe umas pessoas ‘fulano de tal e fulano de tal’, trazer a empresa pra apresentar pra vocês sobre a barragem, conversar, fazer um estudo sobre a história de vocês, como vocês estão vivendo’. A FUNAI trouxe as pessoas, ai marcou outro dia veio, veio em várias reuniões falando assim ‘a gente quer saber como é que vocês estão aqui vivendo’, ai sim, quais vão ser os empreendimentos, e as etapas e ai falou tudinho né. Vai ser assim, assim e ai você vão ver como vai ser afetado aqui de acordo com os estudos. Eles vinham em reunião falando isso né, **mas nunca falou assim, isso aqui vai ser uma oitiva indígena né, que é o que nós esperávamos.** Pela conversa deles e pela lei lógica mesmo, o que a gente esperava era que todos os passos iam ser seguidos. Primeiro eles vinham e apresentavam depois eles vinham e consultavam, a minha ideia de oitiva, que era pelo que a gente brigava muito, era reunir em uma atividade todas as comunidades atingidas por Belo Monte da região em uma reunião bem ampla, como teve no centro comunitário dos não indígenas né, **mas não houve essa reunião pra ser ouvido e falar ao mesmo tempo, foram pequenas reuniões em cada comunidade pra apresentar aquela ideia do projeto e discutir com a gente qual a área que vai ser atingida o que você acha que vai melhorar, o que pode melhorar entendeu, dos impactos sociais, dos impactos bons e ruins né,** tudo isso foi falado, e que nessa oitiva vinha o pessoal dos deputados, pra conversar com os índios, a câmara de deputados, os senadores, mas ninguém veio aqui pra conversar com os indígenas, nem presidente da república e nem nada, e a gente ficou nessa sabe, confiou, foi levado como oitiva e foi por água a baixo (Entrevistado4. Realizada em 29/01/2015, Vitória do Xingu/Pa, grifos nosso).

Fica clara que a forma de participação era tutelada, de modo que quando os representantes do IBAMA e da Norte Energia chegavam, já havia uma organização premeditada do que iria se falar. As decisões não eram compartilhadas, ao contrário, eram repassadas como se fosse informe, sem conceder a comunidade a oportunidade de voz e decisão sobre as ações que viriam interferir radicalmente sobre as suas vidas:

[...] quando éramos chamados para discutir, já era com as programações prontas... nós não discutíamos nada nesse sentido... Então, nós íamos muito como apoio aos indígenas. Nós antes de levar os indígenas nós fazíamos o apoio, a mobilização e a articulação das comunidades indígenas pra participarem do que fosse possível eles participarem, quando achávamos que eles deveriam

participar, porque tinham muitos momentos que eles queriam apenas que os índios legitimassem as reuniões né. Então eles faziam questão de que os índios viessem para legitimar e assinar as atas das reuniões. E aí o nosso papel era de explicar do que se trava a reunião pra que eles fossem, mas... não era que a gente tentasse boicotar a reunião, mas articular com os índios o que de fato eles irão participar. (Entrevistado6. Realizada em 23/01/2015, Altamira/Pa.).

Os relatos colhidos da realidade, por meio da pesquisa de campo, as quais foram realizadas em 2014 e 2015, trouxeram uma riqueza de informações e denunciavam que tais audiências foram muito questionadas pelos movimentos indígenas e movimentos sociais urbanos e rurais, na medida em que os mesmos não tinham clareza do objetivo das audiências. Não havia, por parte do poder público, o diálogo com as entidades da sociedade civil. O governo dispunha de uma metodologia pouco participativa, que não propiciava a participação, a voz, a vez e a proposição dos sujeitos coletivos, diretamente envolvidos pelo Projeto de Belo Monte – esses processos trouxeram mais questionamentos aos encontros mobilizados pelo IBAMA, provocados pela metodologia autoritária e pela falta de esclarecimentos do que consistia a obra e seus impactos.

Do ponto de vista do marco legal (ambiental e social) do empreendimento, o processo é todo demarcado por sérias violações, segundo dados do Painel de Especialistas e do Relatório da Plataforma DhESCA, os quais denunciam que a inviabilidade da obra se dava por vários motivos, a saber:

a) Subdimensionamento da população atingida e área afetada; b) Risco de proliferação de doenças endêmicas; c) Ausência de estudo sobre índios isolados; d) Hidrograma ecológico não-baseado nas necessidades dos ecossistema; e) Subdimensionamento das emissões de metano; f) Ameaça de Extinção de Espécies endêmicas no Trecho de Vazão Reduzida; g) Ausência de análise de impacto de eclusas; h) Perda irreversível de biodiversidade; i) Ausência de análise de impactos à jusante da usina; j) Análise insuficientes sobre impacto da migração sobre desmatamento e terras indígenas; k) Ausência de análise sobre impactos associados ao assoreamento no reservatório principal (DhESCA, 2010, p.3).

Ainda sobre as considerações gerais elaboradas pelo painel dos especialistas (2009), a partir de estudos tecidos por pesquisadores de áreas específicas, estes apontam uma série de irregularidades encontradas nos EIA/RIMA e discorrem

Sobre os estudos, inconsistência metodológica; ausência de referencial bibliográfico adequado e consistente; ausência e falhas nos dados; coleta e classificação assistemáticas de espécies, com riscos para o conhecimento e a preservação da biodiversidade local; correlações que induzem ao erro e/ou a interpretações duvidosas; utilização de retórica para ocultamento de impactos. Sobre os impactos, subdimensionamento da ‘área diretamente afetada’; subdimensionamento da ‘população atingida’; subdimensionamento da perda de biodiversidade; subdimensionamento do deslocamento compulsório da população rural e urbana; negação de impactos à jusante da barragem principal e da casa de força; negligência da avaliação dos riscos à saúde; negligência na avaliação dos riscos à segurança hídrica; superdimensionamento da geração de

energia; superdimensionamento do custo social, ambiental e econômico da obra (HERNANDEZ; MAGALHÃES, 2009, p. 11).

É possível que sejam incertos e imensuráveis os impactos e a real dimensão do que pode representar a magnitude da UHEBM na territorialidade. Os reflexos da grande obra acirram, contraditoriamente, a resistência dos povos e cidadãos que organicamente posicionam-se frente a essa investida do capital que representa a sua mundialização na Região Amazônica.

Do ponto de vista jurídico, destaca-se que os Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), artigos nº 68, preconizadas pela Constituição Brasileira de 1988, foram negligenciados no tocante aos direitos das populações tradicionais e o reconhecimento da população indígena, sua cultura e à demarcação de suas terras, capítulo VII; artigo nº 216, da proteção ao patrimônio ecológico, a previsão de garantias de preservação ambiental. (BRASIL, 2004).

Nesse legado, registrou-se a ação renitente por parte do Ministério Público Federal, da Procuradoria da República no Município de Altamira, que, elaborou um estudo aprofundado do processo das ações previstas no Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI), que foi, inicialmente, substituído pelo Plano Emergencial -, o qual constatou o anunciado etnocídio provocado pela construção da Usina de Belo Monte.

O documento apontou a vulnerabilidade social, cultural e de sobrevivência a que os povos indígenas da Região do Médio Xingu foram expostos. A Ação Civil Pública (ACP) com pedido de liminar, que notificou e responsabilizou a União, a Norte Energia, a FUNAI abordou que:

A UHE Belo Monte conclui seu ciclo de obras com as Terras Indígenas completamente desprotegidas e sem a conclusão dos processos de regularização fundiária. A UHE Belo Monte teve a sua Licença Prévia condicionada à elaboração e execução de um Plano de Proteção, logo após a assinatura do contrato de concessão, em 2010. Teve a sua Licença de Instalação condicionada ao início do mesmo Plano de Proteção, no prazo de 40 dias, em 2011. Mesmo pactuado em Termo de Compromisso e com decisão liminar determinando a execução da condicionante, houve a negativa da concessionária Norte Energia em executar a obrigação. (Informação Técnica nº 70/2015/CGMT/FUNAI) (BRASIL. Ministério Público Federal, 2015, p.19)

Deste modo, o Plano Emergencial e/ou Plano de Proteção foi criado em outubro de 2010 e veio como mecanismo institucional de substituição ao Plano Básico Ambiental (PBA), que ainda não havia sido finalizado, mesmo diante da autorização da Licença Prévia de UHEBM. Com o discurso de assegurar o etnodesenvolvimento dos povos indígenas da área de abrangência de Belo Monte, o referido plano propunha ações por meio de projetos que foram financiados pela Norte Energia (NESA), via assinatura de

termo de compromisso entre a FUNAI e a NESAs. A FUNAI responsabilizou-se pela elaboração e coordenação do Plano Emergencial, o qual, em linhas gerais, recomendava a questão da fiscalização e monitoramento das Terras Indígenas (TIs); revitalização da estrutura da FUNAI em Altamira; garantia da segurança alimentar e o respeito e valorização cultural dos povos indígenas.

Todavia, a ACP elaborada pelo Ministério Público, denunciou as irregularidades da proposta, isto é, o plano emergencial foi usado como uma estratégia de pacificação e despolitização do movimento indígena de modo geral. Por oportuno, problematiza-se que se trata de um movimento que internamente apresenta divergências, com especificidades, cuja complexidade pode ser melhor debatida por estudos de natureza antropológica.

Portanto, está se tratando de sujeitos com perspectivas de mundo e organização política diferenciada da lógica de sociedade hegemônica. Logo, suas prerrogativas e modo de vida apontam outras trajetórias colidentes ao modo de produção capitalista. E que, sem embargo, essas especificidades exigiram de fato a criação de um Plano de Proteção, capaz de mitigar e mediar os violentos impactos que a UHEBM ocasionaria sobre esses povos. Todavia, o que se viu foi a deturpação do Plano, começando pela própria nomenclatura, a qual demonstrou a sua real configuração,

o que vulgarmente ficou conhecido como **'Plano Emergencial' foi um caminho à margem das normas do licenciamento, definido longe dos espaços legítimos de participação e protagonismo indígena, por meio do qual o empreendedor obteve o êxito de, ao atrair os indígenas aos seus balcões, mantê-los longe dos canteiros de obras da UHE Belo Monte**, mesmo sem cumprir condicionantes indispensáveis. Uma política maciça de pacificação e silenciamento, que se fez com a utilização dos recursos destinados ao etnodesenvolvimento. E que, dos escritórios da Eletronorte aos balcões da Norte Energia, rapidamente atingiu a mais remota aldeia do médio Xingu (BRASIL. Ministério Público Federal, 2015, p.33, grifo nosso).

O relatório da ACP/MP, além de bem fundamentado, aponta de forma inequívoca a ação etnocida do Estado brasileiro, da NESAs, FUNAI e IBAMA, na medida em que:

os Estudos de Impacto Ambiental da UHE Belo Monte e suas respectivas avaliações técnicas seguiram duas premissas inquestionáveis. Em primeiro lugar, partem da constatação de que a UHE Belo Monte tenderia a agravar condições desfavoráveis já existentes, uma vez que **esse projeto é localizado dentro de uma matriz regional composta do conjunto de eventos e processos históricos distintos, contraditórios, impactantes para os povos indígenas**. Com isso, a construção da usina hidrelétrica imporia a aceleração de um processo de fragmentação econômico, social e cultural já em curso a uma velocidade incompatível com as estratégias de autorreação e de autoadaptação que vinham sendo experimentadas pelos grupos indígenas atingidos. De modo que o prognóstico do EIA/RIMA foi de que a UHE Belo Monte poderia gerar a completa desagregação dos povos indígenas afetados, com risco de supressão

irreversível dos modos de vida e da transmissão dos conhecimentos tradicionais. Em segundo lugar, partiu-se da impossibilidade de naturalização deste processo, sob pena de violação do artigo 231 da Constituição Federal e das demais normas que protegem a organização social, os costumes, línguas, tradições e os direitos originários dos indígenas sobre seus territórios. Sob essas premissas, o atestado de viabilidade da UHE Belo Monte é inequívoco em afirmar que essa empreitada do Governo Federal no rio Xingu não seria juridicamente aceitável, caso não fosse fortalecida a capacidade de reação e de adaptação dos grupos indígenas atingidos, através de medidas mitigatórias efetivas destinadas a empoderá-los social, cultural e economicamente, a proteger os seus territórios e a garantir a atuação do Estado na região, em especial da FUNAI (BRASIL. Ministério Público Federal, 2015, p.84-85, grifo do autor)

O Relatório da Procuradoria Geral da República mostra com rigor os efeitos deletérios do grande projeto referendado e subsidiado pelo governo brasileiro, apontando inclusive o anúncio de uma aceleração etnocida, que infringiu o artigo 231 da Constituição Federal de 1988, que trata da proteção da organização social, cultural e econômica dos povos indígenas.

Em 2012, os recursos do plano emergencial cessaram, mas o que se viu inicialmente, quando da implementação do Plano, foi uma relação de fetiche, em que a Norte Energia fazia distribuições de alimentos industriais, materiais e equipamentos, sem critérios de respeito aos eixos que foram pactuados para a garantia do processo de etnodesenvolvimento. Tais ações forjaram outras necessidades de consumo e colidiram diretamente com os hábitos peculiares indígenas, como a caça, a pesca, a coleta por seus alimentos e o cultivo de roças de mandioca.

A situação instalada é ameaçadora, na medida em que tais práticas, em médio e longo prazos, podem levar a dizimação das populações indígenas, física e simbolicamente, pois destrói os seus modos de vida. De acordo com relatos colhidos na pesquisa de campo com uma liderança indígena, e um técnico que atua em uma instituição que trabalha com indígenas, questionou-se sobre a relação direta, entre os indígenas e a Norte Energia sem a mediação da FUNAI no tocante ao Plano Emergencial:

é mais um impacto social, quando os empreendedores chamam só o líder pra conversar, que essa foi à tática que eles usaram né, ai o líder começa a crescer nessa história ai, e ele fazia da comunidade o que ele queria, levavam pra eles só o que eles achavam que era bom, ai eu pensava assim, e o índio Xikrin velho, ancião, e as mulheres anciãs e as crianças que nem falam português como é que eles ficam?, eles nem estão entendendo. Ai você pega e leva uma cesta básica pra eles, pra eles que vivem em uma situação vulnerável é excelente. Tu como liderança tu tem essa consciência, por isso, que eu te falo que a liderança é a principal causadora de tudo isso, porque, ele é a principal pessoa e ele que permitiu. Porque, se ele tem o conhecimento que eu tenho, eu jamais ia permitir isso né na comunidade, eu falo português bem, mas o meu parente lá não fala, ele deve ter visto isso. Então todo mundo sofreu mesmo sem nem saber. E eu falava assim: nossa a minha preocupação é com esse pessoal, que não iam entender do processo, então eu não vou culpar eles, porque é que nem uma criança, se você chega com um saco de balinha aqui eles vão receber, é novo. Tudo que é novo, a

pessoa que é inocente aceita porque ele não sabe o que vai prejudicar depois, cabe a quem orientar? Se não era a liderança que era a pessoa principal, era a FUNAI que não fez, sempre eu tenho dito isso, poxa vida, é triste. Meus parentes em todas as comunidades indígenas, eu não falo só aqui, é no país inteiro, eles ficam muito a mercê sabe, dessa história de dizer assim, olha a FUNAI é responsável pelo índio, porque quando tem a ver com a FUNAI, a FUNAI nunca sabe de nada. A FUNAI joga pro empreendedor, o empreendedor joga pra FUNAI ai até alguém resolver, já não tem mais jeito, porque até agir, se despertar sem ter conhecimento é terrível (Entrevistada4. Realizada em 29/01/2015, Vitória do Xingu/Pa.).

Nesta relação de assimetria da NESA em relação as lideranças indígenas, ocorreram negociações que não respeitavam a preservação da cultura milenar indígena, prevaleceram relações focadas no consumo, nas demandas individuais, avessas às práticas sociais indígenas. As relações se deram de forma intensa e serviram em grande medida para desvirtuar o foco dos impactos e reflexos que a megaobra provocaria na territorialidade, com vistas a promover o apassivamento, a despolitização do processo. Neste contexto, as comunidades indígenas passaram a se preocupar com que iriam barganhar materialmente, havendo disputas internas, separações de aldeias, conflitos. Esses agravos ficam claros no diálogo de um entrevistado, que trabalha com os povos indígenas:

Se você entra dentro de uma aldeia você diz: ‘mas não é possível!’. Índio andando na rua de L200 Triton, índio com voadeira com motor 115 HP, mas você chega dentro da aldeia... num misere total [...] índio só não tá passando fome porque ainda tem batata. Os que tiveram coragem de fazer uma rocinha, porque, com essa questão da Norte Energia fazer um tal dum plano emergencial... que todo mês seguia para as aldeias é 30 mil em gêneros para as aldeias... acabou a prática de roça, entendeu? Os índios ficaram viciados nisso. Então, todo mês eles faziam uma lista de rancho para a aldeia, e ia toneladas, e toneladas... Aí você imagina, um barco carregado de sacos, fardos de trigo, fardos de caixa de óleo, enlatados, embutidos, caixas e caixas e mais caixas de bolachas, fardos e fardos de refrigerante, sabe [...] eram toneladas! Que chegava na aldeia. E aí os índios queriam fazer roça para quê, se todo mês ele tinha isso? Índio comprando arroz, comprando farinha [...] índio comprando farinha, sacos e sacos de farinha indo pra aldeia, e era prática deles fazer farinha, pra comer com seu peixinho, com sua caça... entendeu? E isso você entra dentro das aldeias, e você não vê mais as roças. **Então, isso [...] quando a Norte Energia encerrou esse tal de plano emergencial... aí que você vê a situação calamitosa dentro das aldeias!** Aí você chega, [...] a disparidade muito grande, é os opostos, é muito conflituoso, porque é muito recurso, para nada ser feito [...] pra nada dentro, entendeu? (Entrevista6. Realizada em 23/01/2015, Altamira/Pa.).

Essas denúncias corroboram os principais impactos sociais sentidos nas aldeias indígenas, ou seja, os conflitos advindos das ações desse plano emergencial trouxe sérias consequências que provocaram a fragmentação dos grupos, os quais passaram a travar disputas internas por recursos. Como também, o aumento dos casos de alcoolismo nas populações indígenas; insegurança alimentar ocasionada pela entrada de outros tipos de alimentos, na proporção inversa do fortalecimento dos hábitos alimentares indígenas; o agravamento nos casos de doenças pelo consumo exagerado de açúcar, sal, óleo e

alimentos enlatados, que dantes não faziam parte de sua cultura alimentar.

De acordo com o Relatório do Ministério Público (2015) e informações colhidas nas entrevistas de campo, a Norte Energia exigia dos indígenas que elaborassem notas de compras, de bens que não faziam parte de seu cotidiano, de sua cultura – e que, após a aquisição de determinados tipos de bens, passaram a apresentar outras demandas, como a necessidade de manutenção desses bens, etc. A ausência de um plano de fortalecimento da cultura do modo de vida para os povos indígenas, possibilitou-lhes uma relação de complexa vulnerabilidade, exercida diretamente pela NESA, com a chancela da FUNAI, provocando danos, os quais vão se configurando em um processo de genocídio. Nesta direção, o relatório da Ação Civil Pública na seção VII do Pedido Final, exige que:

Seja reconhecido que o processo de implementação da UHE Belo Monte constitui ação etnocida do Estado brasileiro, da concessionária Norte Energia e da FUNAI, evidenciada na destruição da organização social, costumes, línguas e tradições dos grupos indígenas impactados e na falta de proteção às terras indígenas, garantidos pelo art. 231 da Constituição Federal (BRASIL. Ministério Público Federal, 2015, p.114, grifo dos autor).

O Ministério Público elaborou um documento com um aprofundado estudo sobre a situação dos povos indígenas impactados pelo grande enclave, esclarecendo que as condicionantes do componente indígena, além de não atendidas, foram deturpadas por modelos de ações assistencialistas, que perpassou a prática de balcão de negócios, onde os indígenas foram levados a negociar diretamente com a NESA, sem a devida e necessária mediação da FUNAI, expondo, sem precedente, essas populações.

Igualmente, o que essa experiência expõe é que as medidas compensatórias, prévias e pós-licenciamento, teriam o papel de ocupar uma lacuna, no que diz respeito à ausência de uma política construída com o protagonismo indígena e entes públicos, que de fato fossem comprometidos com a proteção e preservação dos povos indígenas, no que historicamente o Estado brasileiro sempre se fez omisso.

Salta aos olhos nessas denúncias, a tentativa do Estado de tentar repassar para o segmento privado a responsabilidade pública, prática essa corrente no Estado de caráter neoliberal, ou seja, o Estado não cogitou a implementação de ações protetivas, como a demarcação das terras; a promoção da saúde indígena, incentivos a programas de economia e subsistência indígena. E mesmo diante da pressão do Ministério Público, as medidas condicionantes seguem não sendo cumpridas pela NESA, como notificado no Relatório do Ministério Público que assim disciplinou:

Seja declarado o descumprimento da obrigação prevista na Licença de Instalação da UHE Belo Monte, de apresentação do Plano Operativo para execução do PBA-CI-PMX, uma vez reconhecido que o documento apresentado foi utilizado

pela empresa Norte Energia para se eximir de suas obrigações previstas no PBA-CI-PMX e não cumpriu a função de garantir sua execução integral, determinando-se ao IBAMA a imposição de multa pelo respectivo descumprimento (BRASIL. Ministério Público Federal, 2015, p.117).

Esse quadro do projeto hidrelétrico de Belo Monte denuncia a ilegalidade e inconstitucionalidade da obra. Todavia, a ação da corte judiciária brasileira, quando negligencia a violação dos princípios constitucionais diante da UHEBM, deixa, *a priori*, clara a hegemonia do empreendimento privado, pois na medida em que a lei preconiza em favor de uma racionalidade hegemônica, àquela se faz aplicar impiedosamente. Não obstante, quando a mesma se torna um estorvo que impede as demandas do grande capital, a lei passa a ser letra morta. Isso fica explícito no enunciado do objetivo do Programa de Aceleração do crescimento, quando discorre que: “[...]O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a: **incentivar o investimento privado**; aumentar o **investimento público em infraestrutura**; e **remover obstáculos** (burocráticos, administrativos, normativos, **jurídicos e legislativos**) ao crescimento.” (BRASIL, 2007, grifo nosso).

No próprio texto do PAC, fica clara a tendência do governo federal frente à obstinação por esse tipo de desenvolvimento econômico, o qual a qualquer custo passa por cima da própria Constituição Federativa, com a justificativa de crescimento e desenvolvimento brasileiro, resposta essa colocada em primeiro plano quando da demora e leniência nos julgamentos das ACP’s impetradas contra a UHEBM. Esse é um debate que incomoda várias áreas na medida em que há uma fragmentação do direito e interpretações respaldadas pelas leis de caráter autocráticos, que vêm à baila diante da justificativa de se tentar seguir legalmente com a obra. A esse respeito, a procuradora do MP em Altamira em entrevista ao jornal El País, problematiza que:

Belo Monte é uma obra “sub judice”. Vai ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal. São 22 ações, com conteúdos extremamente diversificados. A postura do Poder Judiciário de que o fundamento jurídico, o mérito da ação, fique suspenso de análise com base na decisão política, que é a suspensão de segurança, é uma decisão que não precisa de respaldo na Lei, ela busca respaldo nos fatos. A suspensão de segurança é um mecanismo extremamente complicado, porque ele abre o Direito. [...] **O mecanismo jurídico de ‘suspensão de segurança’ é um resquício da ditadura. Ele impede qualquer julgamento antecipado de uma ação, que poderia ser pedido por conta da urgência, da relevância e da qualidade das provas apresentadas. É concedido pela presidência de um tribunal, que não analisa o mérito da questão, apenas se limita a mencionar razões como ‘segurança nacional’. Assim, quando o mérito da ação é finalmente julgado, o que em geral leva anos, uma obra como Belo Monte já se tornou fato consumado** (EL PAÍS, 2014, grifos no documento).

Outro aspecto social provocado na população da área de influência de UHE de Belo Monte consiste no fluxo migratório compulsório de trabalhadores que atuam na obra,

e que, devido à natureza do negócio de construção civil, basicamente se constitui de trabalhadores com pouca qualificação profissional, os quais são submetidos a níveis degradantes de trabalho.

Nesta direção, uma das facetas do caráter da dependência revela que o processo não agrega valor e nem tecnologia local e regional, provocando um pleno desequilíbrio na divisão internacional do trabalho, uma vez que os níveis produtivos, no caso, a geração e produção de energia, apenas promoverá um volume de postos de trabalhos nos primeiros cinco anos que serão empenhados para a construção da hidrelétrica. Neste são poucos os postos de trabalho que exigem qualificação profissional, perdurando trabalhos precarizados, baixa remuneração e proteção social, o que caracteriza a superexploração do trabalhador, que se agudiza com as condições de violência que trabalhadores, migrantes e os povos tradicionais do território se veem expostos.

Em relação à mão de obra, o RIMA da usina Belo Monte, aponta que:

[...] serão contratadas pessoas para trabalhar na construção de estradas, alojamentos, canteiros, residências dos trabalhadores, barragens, estrutura da usina e montagem de equipamentos. **Os números de trabalhadores contratados será bem maior nos primeiros cinco anos da obra. Nos outros cinco anos, os serviços serão mais especializados e o número de trabalhadores será menor.** No pico das obras, deverão ser gerados mais de 18 mil empregos diretos e cerca de 23 mil indiretos (BRASIL, 2009, p. 43, grifo nosso).

Problematiza-se que após a consolidação da obra, como será incorporada a população oriunda desse fluxo migratório forçado, uma vez que já no segundo ano de implementação do Projeto, o número de habitantes praticamente duplicou e que já na proximidade do fechamento do ciclo da construção, a partir de 2015, a massa de desempregados começou a se espalhar por toda a Região. Segundo dados da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA), de 2016, o número de demissões foi de 19.063 desempregados.

Em 2015, a UHE de Belo Monte colocou Altamira no *ranking* das cidades brasileiras que mais perdeu postos de trabalho. Os custos sociais do desemprego em massa trazem invariavelmente, o aumento da violência urbana, configuradas por meio de acidentes de trânsito, assaltos e assassinatos, tráfico de drogas, violência de gênero, exploração sexual, dentre outras, registros esses noticiados diariamente na mídia escrita e televisiva regional e nacional.

Os impactos problematizados acima, já eram registrados pelo próprio RIMA da UHE de Belo Monte. Apura-se que havia a consciência, por parte do poder público, sobretudo quando liberou as três licenças ambientais: prévia, instalação e de operação.

Previa-se indicativos de que estes se desdobrariam em impactos ambientais, socioculturais e econômicos, como já informado, aguçados pela problemática do fluxo migratório com a estimativa de cerca de noventa e seis mil pessoas,

o aumento da chegada de pessoas à região tende a provocar o aumento das pressões sobre as TI's e seus recursos naturais, o aumento da disseminação das doenças sexualmente transmissíveis e outras. Além disso, os indígenas ficam mais expostos ao alcoolismo, a prostituição e às drogas (BRASIL, 2009, p. 85, grifo nosso).

Esses dados apontados pelo EIA/RIMA, são alarmantes e se reforçam na medida em que o processo migratório fomenta a mobilidade humana, que implica outras práticas sociais e culturais, que ora conflitam com as populações tradicionais e que outrora se somam ao processo de organização e luta contra as consequências e danos sociais e ambientais provocados pela construção e instalação de mais um dos enclaves do capital na Amazônia Paraense. O que de fato se constata é a não priorização dos sujeitos amazônicos em detrimento da produção e exportação da mercadoria energia, que permite que toda uma região e sua população fiquem expostas a toda sorte de violação humana.

Carvalho (2011), Hernandez e Magalhães (2009), ao refletirem sobre a intensificação de demanda por energia na Região Amazônica, analisam que os estudos técnicos levantados pelo Painel de Especialistas demonstram que a produção e geração de energia terão interstícios, o que reforça a afirmativa anterior de que não se trata apenas da construção da hidrelétrica Belo Monte, mas da ampliação e construção de outros empreendimentos de geração de energia e/ou dependentes do uso de energia elétrica em toda a região do Xingu.

Cita-se a mineradora Belo Sun, que objetiva a extração de ouro em escala industrial, o que traz sérias preocupações na medida em que os reflexos de mais uma obra de exploração colonizadora causará uma superposição de impactos à Região, uma vez que o enclave está localizado no município vizinho de Belo Monte, na cidade de Senador José Porfírio, localidade considerada impactada pela UHEBM.

A referida cidade constou no rol das visitas por ocasião da realização da pesquisa de campo desta tese. Senador J. Porfírio tem um histórico de extrativismo vegetal (madeira) e que atualmente centra sua economia à base de pesca. No diálogo com os representantes da colônia de pesca local, estes denunciaram a escassez e o aparecimento de peixes mortos por conta das obras de Belo Monte. Na cidade foi possível identificar a ausência de água potável, infraestrutura de esgotamento sanitário, escolas precarizadas, ruas sem asfaltamento e ausência de transporte público.

Certamente, a instalação de mais enclaves na Região favorece a superposição de impacto e o agravamento dos níveis de violação de direitos das populações tradicionais amazônicas, sendo elas, etnias indígenas, quilombolas, pescadores, agricultores, lavradores, camponeses, ribeirinhos, dentre outros, como também trabalhadores que migram para a região (onde está localizada a obra) em busca de trabalho como forma de garantia de sua reprodução social de subsistência.

Portanto, a lógica que orienta a construção de Belo Monte reitera a dialética do desenvolvimento latino americano em que pesem a dependência e a superexploração. A Região Paraense, sua territorialidade e riquezas fornecem os produtos primários, como minério, pecuária, madeira, grãos e *megawatts*. Essa engenharia não processa autonomia social e nem econômica para o território Amazônico e apenas reforça o caráter de dependência e de pobreza na região.

Em contraponto, a célula seminal do capital é a mesma que gesta a sua contradição, que se articula em direção contrária e possibilita ações sociopolíticas por meio de resistências historicamente constituídas (MARX, 1988). As populações tradicionais, bem como os migrantes/trabalhadores afetados, e grupos da sociedade civil organizada, veem assumindo e tomando posições, pela via do enfrentamento, mobilizações nacionais e internacionais, configurando estratégias de resistência, os quais dependendo da conjuntura, levam ao recuo do grande capital e do Estado capitalista. Como antes do início da obra, em 2010,

[...] o MXVPS, em articulação com outras organizações, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), conseguiu levar o caso de Belo Monte para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA). Em abril de 2011, a CIDH/OEA apresentou ao governo brasileiro um documento solicitando oficialmente a suspensão das obras de Belo Monte (BERMANN, 2012, p.18-19).

Mesmo sendo esses órgãos internacionais pertencentes ao quadro da ONU, a pressão sobre o governo brasileiro não foi o suficiente para que o mesmo recuasse do megaprojeto; todavia, deu visibilidade à autocracia energética custeada pelo Estado brasileiro frente a Belo Monte.

Assim, tendo em vista a perenidade da luta social na Região, os segmentos dos movimentos sociais seguem articulando ações sociopolíticas, e já no primeiro ano do início da obra, em 2011, quatro paralisações foram realizadas nos canteiros de obras mobilizadas pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS), movimento indígena, agricultores, pescadores, trabalhadores rurais e urbanos, dentre outros.

As articulações e mobilizações oriundas de tais forças sociais, não se calam e

seguem dando visibilidade às lutas dos movimentos sociais, em escalas diversas, agregando artistas nacionais e internacionais, Organização dos Estados Americanos, senadores e Ministério Público Federal, grupos de pesquisadores de universidades públicas, Organizações Não Governamentais (ONG's), ativistas internacionais e nacionais, contra a construção da UHEBM.

As universidades também assumiram protagonismo e papel importante, somando-se a essas forças sociais. Aqui se destaca a pesquisa intitulada “Painel de Especialistas – Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte”, a qual congregou várias áreas do conhecimento científico e desenvolveu estudos analíticos a respeito da viabilidade do projeto conforme enunciado. O estudo contou com vinte e quatro pesquisadores e quatorze colaboradores e,

expõe resultados de análises sobre os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) apresentados pela ELETROBRAS ao IBAMA, no âmbito do processo de licenciamento para a implantação do aproveitamento hidrelétrico Belo Monte, no rio Xingu. Trata-se de estudo crítico realizado por um **Painel de Especialistas** (pesquisadores de diversas instituições de ensino e pesquisa), com o objetivo de evidenciar para a sociedade as falhas, omissões e lacunas destes estudos e subsidiar um processo de decisão, que se espera seja pautado pelo debate público – sério e democrático. [...] Acadêmicos com larga experiência de pesquisa na Amazônia, e/ou nesta região em particular, reconhecidos por seus trabalhos sobre as temáticas tratadas nestes estudos, trazem ao IBAMA – e a público – considerações extremamente graves que colocam em questão a qualidade e a confiabilidade dos dados ali apresentados, e, portanto, colocam em questão a dimensão dos impactos e seus potenciais programas de mitigação (HERNADEZ; MAGALHÃES, 2009, p.10, grifo dos autores).

Porém, a legitimidade e o respaldo científico da pesquisa, publicada em 2009, cujo objetivo foi orientar o parecer técnico do IBAMA quanto à emissão da Licença Prévia – a qual autorizou o início do planejamento da obra -, não foi reconhecida pelos executivos dos órgãos, que emitiram parecer favorável à obra já licitada: “a licença ambiental prévia (LP) foi concedida pelo [...] (IBAMA), em fevereiro de 2010, o que permitiu a licitação para a construção da megaobra, que teve lugar em abril de 2010.” (BERMANN, 2012, p. 12). O autor revela que o processo não obedeceu o trâmite legal, preconizado na Resolução nº 6 de 1987 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CORAMA), o qual disciplina as exigências legais para o licenciamento ambiental conforme os artigos 4º e 8º,

art. 4º Na hipótese dos empreendimentos de aproveitamento hidroelétrico, respeitadas as peculiaridades de cada caso, a Licença Prévia (LP) deverá ser requerida no início do estudo de viabilidade da Usina; a Licença de Instalação (LI) deverá ser obtida antes da realização da Licitação para construção do empreendimento e a Licença de Operação (LO) deverá ser obtida antes do

fechamento da barragem. [...] Art. 8º - § 2º A emissão da LP somente será feita após a análise e aprovação do RIMA⁵⁹. (BRASIL, 2009).

Os movimentos sociais organizados, o MPF e as universidades, passaram a questionar os Estudos de Impactos Ambientais (EIA), na medida em que se restringiram, precariamente, aos aspectos do território, fauna, flora, e deixaram invisíveis, os sujeitos que vivem e/ou que migram para a Região, sendo a defesa dos direitos das populações tradicionais não priorizadas e sequer consideradas, conforme problematizado no Relatório da Procuradoria da República em Altamira (BRASIL, Ministério Público Federal, 2015).

Todo o processo foi marcado por contradições, tanto que corroboraram os argumentos dos movimentos sociais contrários à usina aos documentos produzidos no âmbito do próprio governo e das empreiteiras, como o EIA/RIMA, este último realizado pela empresa privada LEME Engenharia, contratada pelas empresas Andrade Gutierrez, Odebrecht e Camargo Correa, instituições de caráter privado que fazem parte do Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM) – vale relembrar que as três últimas empresas estão sendo investigadas na Operação Lava Jato da Polícia Federal, conforme abordado - contratadas pela Norte Energia, consórcio vencedor da obra. Esse arranjo, é legal, todavia, denota o caráter duvidoso ou pelo menos tendencioso do estudo, e exige um acompanhamento sistemático e criterioso pelos órgãos governamentais diretamente envolvidos, como IBAMA e FUNAI.

Nesta direção, em sua versão laudatória à usina, na Licença Prévia, descreve-se que o referido empreendimento é composto de:

linhas de transmissão para fornecimento de energia aos quatro sítios construtivos; linhas de transmissão que escoarão a energia a ser gerada pelas casas de força principal e auxiliar até as subestações Xingu e Altamira; canteiro de obras e alojamento dos sítios Pimental, Bela Vista, Belo Monte e dos canais e diques; jazidas minerais e áreas bota-fora associadas às obras principais; e estradas secundárias de acesso aos canteiros e às frentes de obras da usina. (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2010, p. 7-8).

A usina entrou em fase de operação em maio deste ano (2016), com a capacidade total instalada prevista para 11.233 megawatts para o ano de 2019; sua magnitude corresponde, quando estiver em plena funcionalidade, a maior hidrelétrica nacional. De acordo com o discurso governamental,

a construção de Belo Monte atende aos interesses do governo brasileiro de **produzir energia limpa**, renovável e sustentável para assegurar o desenvolvimento econômico e social do País. Os primeiros estudos começaram na década de 1970 e, desde então, o projeto original sofreu várias modificações para que fossem reduzidos os impactos ambientais da usina. Através da

⁵⁹ BRASIL, Ministério de Minas e Energia. Eletrobras. RIMA, 2009.

interligação dos reservatórios por um canal, o chamado modelo de usina a fio d'água permitiu que Belo Monte ocupasse uma área 60% menor do que a prevista no projeto original. A mudança garantiu que nenhuma aldeia indígena próxima ao empreendimento fosse inundada e a hidrologia do rio Xingu, preservada. **A piracema também não comprometida, graças a colocação de escadas de peixes que preservam o equilíbrio da fauna aquática do Rio Xingu** (BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2016, grifo nosso).

O discurso oficial, ao defender que se trata de energia limpa, que vai contribuir para segurança energética brasileira, que foram tomadas medidas cautelares para garantir a hidrografia do Rio Xingu, a preservação das terras indígenas, etc., são facilmente desconstruídos, pelos Relatórios da Plataforma DhESCA (2010), Painel dos Especialistas (2009), Dossiê Belo Monte (2015), Relatório de Ação Civil Pública do Ministério Público (2015), dentre outras séries de estudos já produzidos em formato de dissertação, mestrado e teses de doutorado, como também material de documentários audiovisuais; cita-se o documentário “Belo Monte o prenúncio de uma guerra”; revistas e jornais de circulação nacional e internacional.

Acompanhando a trajetória das lutas sociais, são correntes as denúncias de violação de direitos por segmentos dos movimentos sociais, jornais televisivos e escritos (locais, nacionais e internacionais), revistas, sites de ONGs, Ministério Público e também constatadas por ocasião das entrevistas de campo. Denúncias de toda a natureza, como crime ambiental, violação dos direitos indígenas – neste caso despertou a atenção de ONGs e organismos internacionais, o fato de não ter havido a oitiva dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais da Região, diretamente afetados pela UHEBM⁶⁰. Nestas práticas, fica clara a autocracia representada pela política energética governamental articulada por meio do PAC.

Destarte, no subcapítulo anterior, travou-se o debate da panaceia desenvolvimentista evocada por intermédio da construção de hidrelétricas, projeto esse que é indiferente à alternativa de que o país apresenta condições objetivas de revitalizar as hidrelétricas já existentes, por meio da ativação dos potenciais instalados, previstos inicialmente nos planos das hidrelétricas instituídas. Igualmente, aponta-se a questão da manutenção e modernização do sistema de distribuição de energia, no sentido de evitar o desperdício e perda de energia elétrica.

Em Belo Monte, essa lógica não se diferencia, apesar da capacidade instalada

⁶⁰ Vide notícias em: institutomaiwu.blogspot.com; <http://www.xinguvivo.org.br/2011/04/05/belo-monte-governo-brasileiro-precisa-respeitar-o-direito-das-oitivas-indigenas/>; <http://www.portal.abant.org.br/index.php/2-uncategorised/103-dossie-belo-monte>, dentre outros.

prevista de 11.233,1 megawatts, a energia firme/média será de 4.462,3 megawatts, o que representa menos de 50% do total, e torna a usina economicamente inviável. Nesta direção, os estudos do Painel de Especialistas problematizam,

a ociosidade operativa da usina aparece não de maneira clara, mas quando se estabelecem conexões entre sessões integrantes do EIA. Ora se menciona a potência instalada, ora se menciona a energia firme em MW médios na construção de um argumento de que o aproveitamento hidrelétrico é senão o maior o segundo maior AHE brasileiro. O argumento não se sustenta face aos números abaixo evidenciados (HERNÁNDEZ; MAGALHÃES, 2009, p.118).

Tais dados denunciam a contradição e magnitude do enclave, na medida em que mobiliza todo um complexo de obras para subutilizar um potencial energético que não representa um benefício social para a comunidade; que não se constitui prioridade na agenda dos povos da Região, mas tem o claro objetivo de atender as demandas por energia elétrica de outra região do país: “O plano original de transmitir o grosso da energia para o Sudeste casaria com o ritmo anual de geração de energia nas hidrelétricas daquela região, que é o inverso do ritmo do rio Xingu” (HERNÁNDEZ; MAGALHÃES, 2009, p.112), reforçando a tese de Loureiro (2009) quando trata do pensamento colonizador que historicamente se abate sobre a Amazônia. A autora afirma que a Amazônia Legal sempre serviu ao Brasil e que a perspectiva descolonizadora, perpassa pela luta social permanente.

Os custos sociais de tal empreendimento energético é denunciado no próprio RIMA,

[...] **transferência obrigatória da população rural acarretando a perda de imóveis e benfeitorias, processo de aprofundamento da pobreza local; impactos** nas formas de produção e agricultura familiar, a exemplo, agricultura, pecuária bovina, extrativismo vegetal e mineral, pesca artesanal e comercial; [...] desmatamentos nos locais de construções e a conseqüente perda de vegetação dos ambientes naturais com mudanças na fauna; [...] mudanças no escoamento e na qualidade da água nos igarapés do trecho do reservatório dos canais que, efetivamente, afetarão as espécies aquáticas, podendo ocorrer a morte de peixes; alteração da qualidade da água do rio Xingu e perda de fonte de renda e de sustento para as populações indígenas; danos ao patrimônio arqueológico. (ELETROBRAS, 2009, p.43 a 50, grifos nosso).

Em face desse quadro de violação social e ambiental, as lutas sociais mediadas pela organização das ações políticas e de resistência expressam a diversidade e a contradição dos movimentos sociais, que, neste caso, lutam pela terra e para sobreviver em seu território. Pinto (2012) ajuda a analisar o formato diferenciado dessas lutas sociais; na verdade tais formas de organização desses movimentos acumulam outras forças, pois não são somente os sujeitos coletivos amazônicos que se colocam nessa frente de luta, mas também, ONGs nacionais e internacionais, movimentos sociais urbanos e rurais, universidades, instituições pertencentes ao Estado, a exemplo do Ministério Público

Federal, dentre outros, que ampliam e transcendem a territorialidade geográfica das lutas e resistência social.

Nesse processo de resistência, as populações tradicionais lutam para que os seus direitos sejam garantidos, mantidos e respeitados, sem virar moeda de troca. Contudo, na criminalização da luta, destacam-se os artifícios que levam ao processo de cooptação, aos quais foram expostos os grupos sociais. Ressalte-se o agravante de que o governo federal atrelou a liberação das medidas condicionantes à operacionalização e conclusão da obra, possibilitando inferir que a construção de escolas, unidades de saúde, infraestrutura e saneamento básico estavam diretamente condicionadas às etapas do cronograma físico da obra, cujas carências desses equipamentos sociais é histórica e foram acirradas diante da magnitude deste projeto de desenvolvimento para fora (GALEANO, 2013).

Na verdade, o proposto pelo governo federal em relação às medidas condicionantes é uma negociação sem precedente, pois não se negociam direitos; estes devem ser conquistados, ampliados e garantidos. Observa-se claramente um processo de pressão sobre a população que reside no território com objetivo de coibir a autonomia e soberania nacional desses povos. Os sujeitos desse processo apresentam formas próprias de organização social. A articulação dessa perspectiva aponta alternativas para estruturação cultural e política desses movimentos sociais que encontram a unidade do movimento na manutenção de suas culturas, gerações, território e, sobretudo, suas vidas. (DAGNINO, 2000).

Assim, a contradição imposta pelo processo de integração capitalista na Amazônia paraense estimula e intensifica a superexploração e dependência, que, por outro lado, provoca nos sujeitos coletivos articulações a partir da construção da unidade nas lutas sociais, somando as forças políticas, que ora encontra-se difusas e ora articulam ações sociopolíticas em blocos, numa perspectiva descolonizadora frente a mais esse projeto colonizador imputado para a Região. Importante ressaltar, que não se trata da resistência a uma empresa, mas sim, ao que ela representa enquanto um projeto do bloco hegemônico para o avanço da acumulação do capital sobre povos e território.

Marini (2011) ajuda a pensar algumas alternativas para a conquista dessa soberania popular:

[...] a integração dos trabalhadores do nosso continente continua necessitando primar por valores e postulados distintos aos então operados [...] e demais movimentos organizados em prol de um compromisso com a soberania nacional, alimentar e territorial dos povos de nossa América. Uma soberania popular que nega e pretende aniquilar os principais postulados práticos de atuação do mundo capitalista, instituindo elementos coletivos e centrais, tais como, trabalho não

alienado, não fetichizado, não explorado; acumulação coletiva e não privada da terra e do território; Estado popular em contraposição ao Estado burguês (MARINI, 2011, p. 36).

O autor aponta outra racionalidade, alternativa ao modo de produção capitalista e considerando-se que parte integrante desse processo se articula pelos povos indígenas, cujas demandas específicas e práticas socioculturais apresentam uma lógica totalmente inversa à lógica do sistema capitalista, e cuja forma de organização e resistência expressa uma articulação mais universalizada e comunal no tocante à direção política, e à concepção de sociedade que consegue sensibilizar e agregar, não somente lideranças indígenas e demais etnias brasileiras, mas de outros países, e servem de ameaça ideológica ao sistema hegemônico capitalista, cuja maior ênfase é no lucro, individualismo e concentração de riqueza.

Agregam-se aos movimentos de resistência sujeitos e instituições como, Igreja Católica, movimentos internacionais, artistas nacionais e internacionais, ativistas ambientalistas, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Sem Terra (MST), movimento de mulheres, movimento negro, pescadores, estudantes, sindicalistas, representantes do Ministério Público Estadual e Federal, alguns senadores da República, as universidades públicas, por meio de seus intelectuais orgânicos e trabalhadores/operários do empreendimento CCBM.

Todos esses sujeitos coletivos vêm representando a vanguarda na luta dos movimentos sociais no contexto de Belo Monte, não negando que tal espaço difuso é contraditório por excelência, com disputa de poder, portanto não homogêneo, mas que têm assumido papel importante na construção de uma consciência crítica coletiva, o que tem contribuído para acumular forças, ampliação e perenidade na luta.

Importante fazer destaque ao canal de articulação de alguns segmentos dos movimentos sociais de resistência a UHEBM com o governo federal, que consiste no espaço de participação da sociedade civil. O Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu é o órgão de planejamento e liberação de recursos, canal apresentado pelo poder público para estabelecer negociações da aplicação dos recursos que viriam mitigar os impactos da megaobra. Veja-se:

O Comitê Gestor do PDRS do Xingu também decidiu que R\$ 12,5 milhões serão aplicados na continuação de projetos de 2013 e que outros R\$ 5,5 milhões estarão disponíveis para financiar novas ações ao longo deste ano. Deste modo, os recursos disponibilizados pelo PDRS do Xingu para a implementação de políticas públicas e de iniciativas da sociedade civil em 2015 totalizam R\$ 51,6 milhões. O balanço realizado na última reunião do comitê apontou que o PDRS já havia liberado R\$ 150 milhões para 147 projetos, sendo que 82% deles estão concluídos ou em execução já gerando desenvolvimento sustentável para a

região. O PDRS tem a finalidade de implementar políticas públicas e iniciativas da sociedade civil que promovam o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida de mais de 400 mil pessoas que habitam a região impactada pela construção da usina hidrelétrica Belo Monte. No leilão de energia de Belo Monte foi prevista a aplicação pelo empreendedor de R\$ 500 milhões em projetos definidos pelo Comitê Gestor do PDRS (BRASIL, 2015).

O colegiado do PDRS foi formado em julho de 2011, com a composição de representantes dos governos federal, estadual e municipal, setor empresarial e de entidades sindicais patronais, entidades sindicais de trabalhadores urbanos, rurais e pescadores, comunidades indígenas, movimentos sociais e das organizações ambientais, universidades estadual e federal do Pará (BRASIL, 2015).

A priori este deveria ser um espaço politicamente estratégico uma vez que o Comitê Gestor é que possibilita o debate e a deliberação dos recursos das medidas condicionantes, dentre outros. Todavia, os movimentos sociais de resistência questionam a legitimidade e a funcionalidade do Comitê Gestor, que foi proposto e constituído, basicamente por instituições governamentais que se alinham ao propósito governamental de garantir a efetividade da UHE Belo Monte.

Cabe destacar que nas entrevistas de campo foram correntes as afirmações de que era um espaço que privilegiava grupos mais articulados com o Estado (União e poder executivo municipal), e que havia uma disputa de poder desigual, pois os recursos eram barganhados por todos os entes partícipes do colegiado do PDRSX. Alguns representantes dos movimentos sociais sentiam-se em desvantagem em disputar projetos, por exemplo, com representantes de universidades, prefeituras, etc.

Não se pretende aqui negligenciar a conquista histórica dos movimentos sociais por uma democracia participativa que viabiliza o controle social sob as políticas públicas, como também os espaços instituídos dos comitês, conselhos onde o tecido social da sociedade civil transita com poder de voz e voto, e que tais espaços possibilitam a pluralidade de representações; mas, por outro lado, aguçam ainda mais as tensões no terreno da sociedade civil, haja vista os interesses divergentes e as assimetrias no seio destas representações.

Nesta direção, as tensões e os conflitos ocasionados pelos empreendimentos do capital, tanto nacional como estrangeiro na Amazônia Paraense, implicam, analisá-los a partir de suas contradições, as quais iluminam criticamente a totalidade do movimento que se dá na territorialidade.

Como todo processo é contraditório, formas alternativas de resistência se configuram na aurora dos movimentos sociais, que se afirmam a partir de suas lutas

históricas, as quais são potencializadas a partir de mecanismos institucionais, como também a ampliação e agregação de diversos sujeitos coletivos: organismos internacionais, ONGs, artistas, povos tradicionais, que acumulam forças sociais no sentido contrário às incongruências jurídicas, socioambientais advindas da autocracia que representa o enclave da UHEBM.

Portanto, os aspectos jurídicos e os impactos socioambientais causados pela UHE de Belo Monte trouxeram profundos danos, violações que, em sentido contrário, moveram a resistência dos movimentos sociais. Resistência essa que se constitui e se mostra perene diante das reiteradas ofensivas do avanço do capital sobre a territorialidade amazônica, incitando, também, o protagonismo científico, desafiado a seguir adentrando esse universo das lutas sociais e resistência, por entender a contribuição social que a academia deve assumir com a sociedade, sobretudo na assunção de uma perspectiva da produção de uma ciência crítica frente à hegemonia do capital. Nesta direção, os subcapítulos a seguir, trazem o debate dessas forças sociais presentes na Região do Xingu.

4.2 O desenho social dos Movimentos que articulam as lutas sociais de resistência à Usina Hidrelétrica de Belo Monte

Esta seção objetiva sistematizar o perfil das instituições e organizações entrevistadas, com vistas ao desenho social dos sujeitos e movimentos sociais que articulam as lutas sociais de resistência à Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Estado Pará; suas origens, formação, profissão, bases referenciais de conhecimento, níveis de organicidade no movimento, trajetória de militância, abrangências e escalas de articulações. Estes se constituem elementos analíticos capazes de dar visibilidade as dimensões das lutas sociais e resistência na Amazônia Paraense.

Ao longo do processo de pesquisa, houve duas etapas de visita de campo que ocorreram em 2014 e 2015 e, considerando o caráter qualitativo do estudo, realizaram-se entrevistas semiestruturadas que nortearam os diálogos com vinte pessoas de dezesseis instituições dos movimentos sociais. As entrevistas foram nas cidades de Altamira, Senador José Porfirio e Vitória do Xingu (cidade sede da UHEBM), cidades escolhidas pelo critério de localização e proximidade da obra, todas na Região Oeste do Estado do Pará.

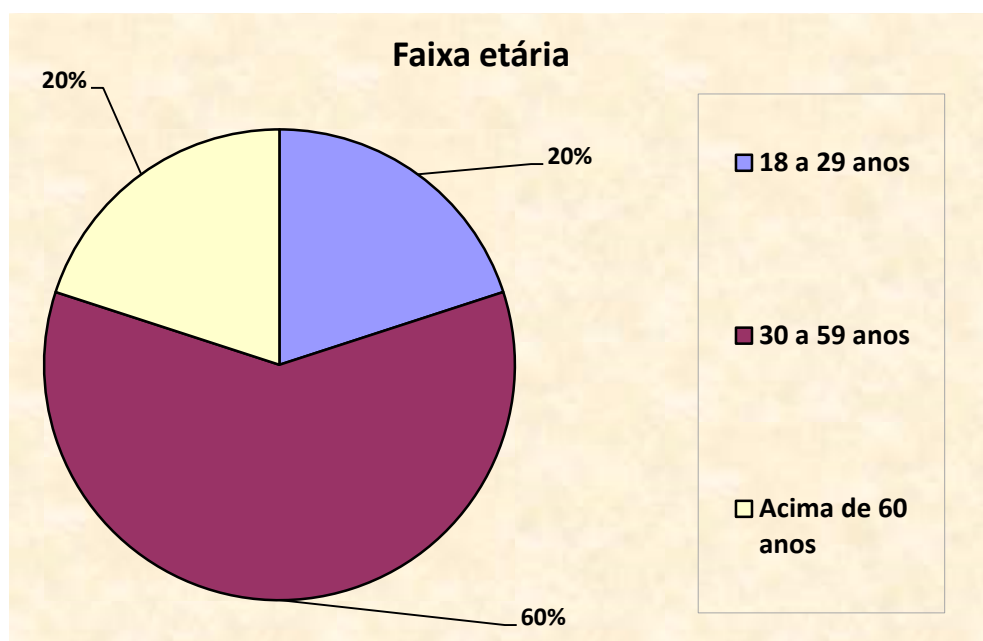
Houve apenas uma entrevista realizada em Brasília, Distrito Federal, no ano de 2014, por ocasião do Simpósio Internacional “Os impactos dos Projetos Econômicos e o

Extermínio de culturas: Energia e Mineração em Terras e Rios dos Povos Originários”
parceria do Fórum da Amazônia Oriental (FAOR), Grupo Violes da UnB, UEPA, ASW e

Fundação Heidehof ⁶¹. No evento foi possível entrevistar um dos palestrantes, que era morador da comunidade rural Santo Antônio em Vitória do Xingu, local onde houve a desapropriação compulsória de toda a comunidade - por motivo de que a Vila localizava-se na área de abrangência da UHE de Belo Monte. O universo de entrevistas contou com vinte pessoas de dezesseis instituições. Em algumas ONGs a entrevista foi realizada com duas pessoas, ficando distribuídos em dez homens e dez mulheres.

Quanto à **faixa etária** dos entrevistados, doze, ou seja, mais da metade, declara a idade numa faixa etária que corresponde ao processo da maturidade humana, e isso contribui para um maior peso de responsabilidade com a luta social. Veja-se no gráfico 2.

Gráfico 2 – Faixa etária dos entrevistados



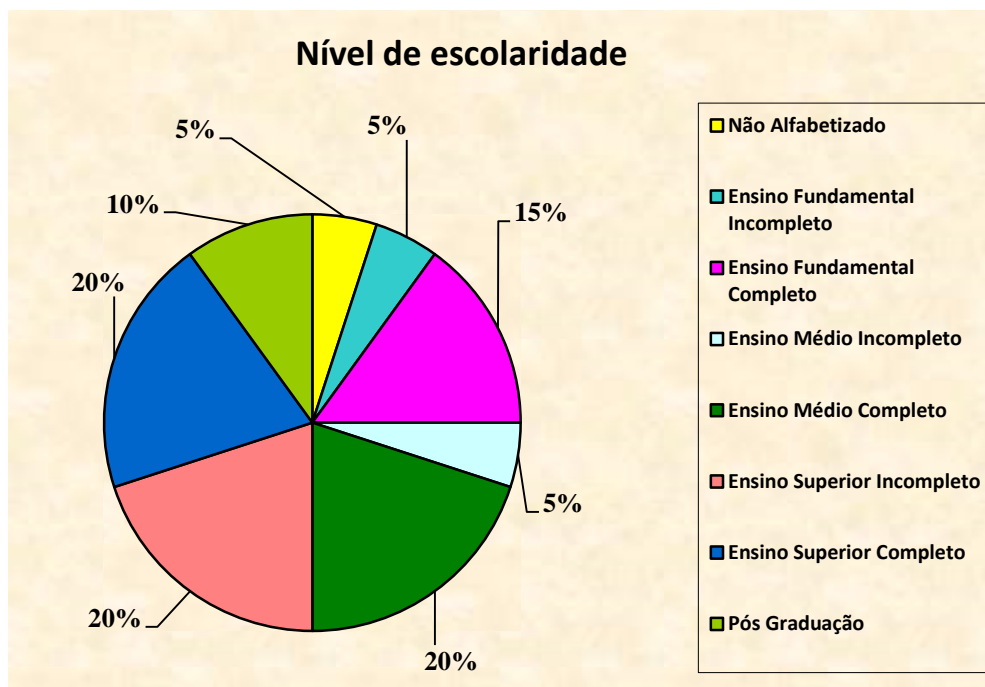
Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

Quanto ao **nível de escolaridade**, os dados mostraram equilíbrio nas etapas, que não há uma disparidade de conhecimento formal entre os entrevistados. Assim, apenas um entrevistado declarou-se não alfabetizado, prevalecendo as formações em nível médio completo e nível superior completo e incompleto. Esse dado é muito importante, pois ajuda na composição e qualificação das atuações desses sujeitos, que também registram

⁶¹ O Seminário, foi uma articulação entre o “FAOR - Forum da Amazônia Oriental, entidade mista formada por ONGs e Movimentos Sociais, atuando desde 1993 nos estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins” (VIOLES, 2014). Tal articulação, foi fruto da inserção desta pesquisadora junto aos movimentos sociais de resistência à Belo Monte, que mediu a interlocução do FAOR, por meio de seu representante, Marcos Mota, junto ao Grupo Violes da UnB, liderado pela orientadora desta tese, Prof^a. Maria Lúcia Leal. O evento, também se constituiu uma atividade doutoral, parte integrante do processo formativo. Realizou-se na Universidade de Brasília nos dias 17 e 18.03.2014.

formação em nível de pós-graduação. Portanto, esses níveis de conhecimentos formais são elementos importantes para contribuir para uma leitura crítica de mundo e de suas realidades.

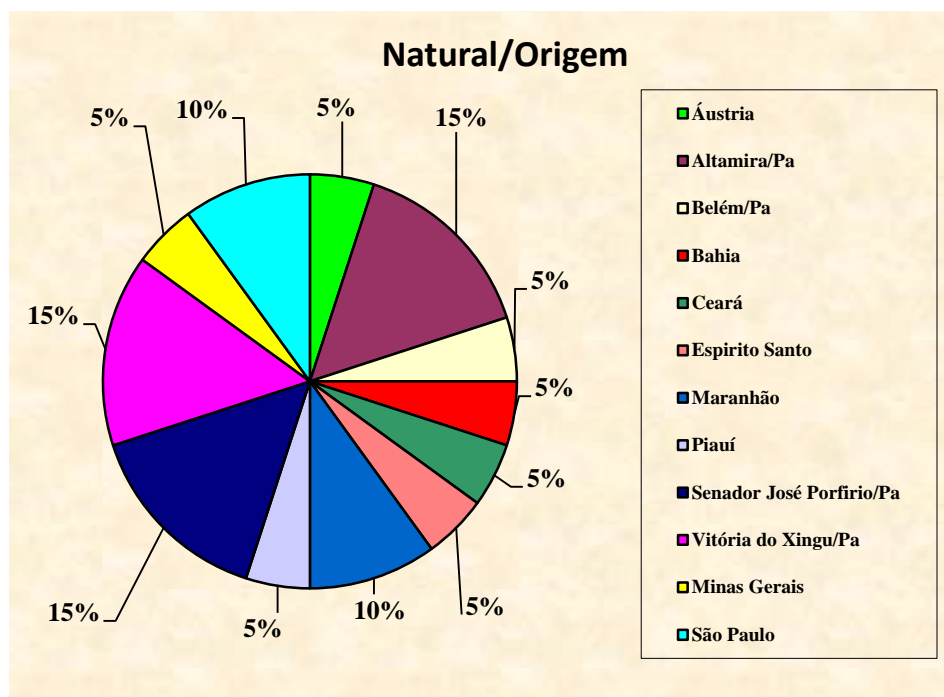
Gráfico 3 – Nível de escolaridade entrevistados



Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

Quanto à questão da naturalidade/origem, registra-se uma base bem diversificada de sujeitos, grande parte nativos, mas também, de origem de outras regiões do país, com prevalência para a Região Nordeste e Sudeste, sendo um entrevistado estrangeiro do continente europeu. É possível, que essa diversidade, representada por origens distintas, justifique-se em virtude da própria história da Amazônia, quanto à questão da migração e deslocamento, haja vista ser uma região que apresenta um grande fluxo migratório, considerando esse modelo de desenvolvimento, que forja os processos migratórios. Segundo Loureiro (2004), a Amazônia Legal é a região que apresenta maior fluxo migratório do país, em virtude dos enclaves que se instalam no território e mobilizam grande mão de obra. Vide Gráfico 4.

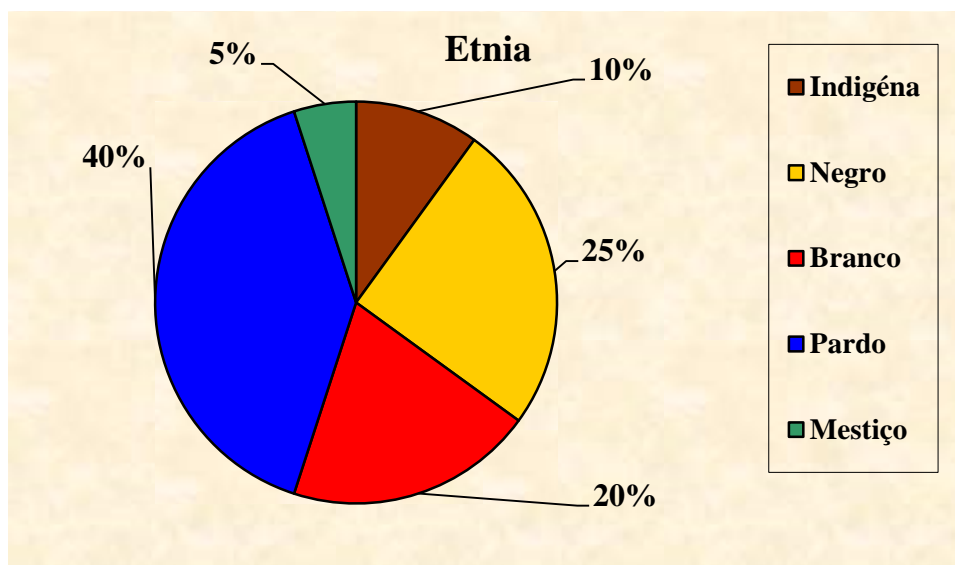
Gráfico 4 – Naturalidade / origem dos entrevistados



Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

Quanto à questão da **auto declaração étnico-racial**, objetivou-se analisar esta variável, tendo em vista o nível de identidade, isto é, como o sujeito se afirma, como ele se vê, pois esse elemento possibilita analisar a dimensão de envolvimento e organicidade no movimento. Assim, os dados demonstram que grande parte, oito pessoas, se auto declararam pardas, seguidas de negros, brancos e indígenas, respectivamente, e apenas um declarou-se mestiço (que, em sua explicação, considera-se índio com caboclo). Importante frisar que, de acordo com a metodologia de análise étnico-racial do IBGE, após intensos debates, o censo demográfico definiu pelas principais categorias, amarelo, pardo, negro, branco e indígena; todavia, como se trata de autodeclaração, considera legítimo que a pessoa se autodenomine.

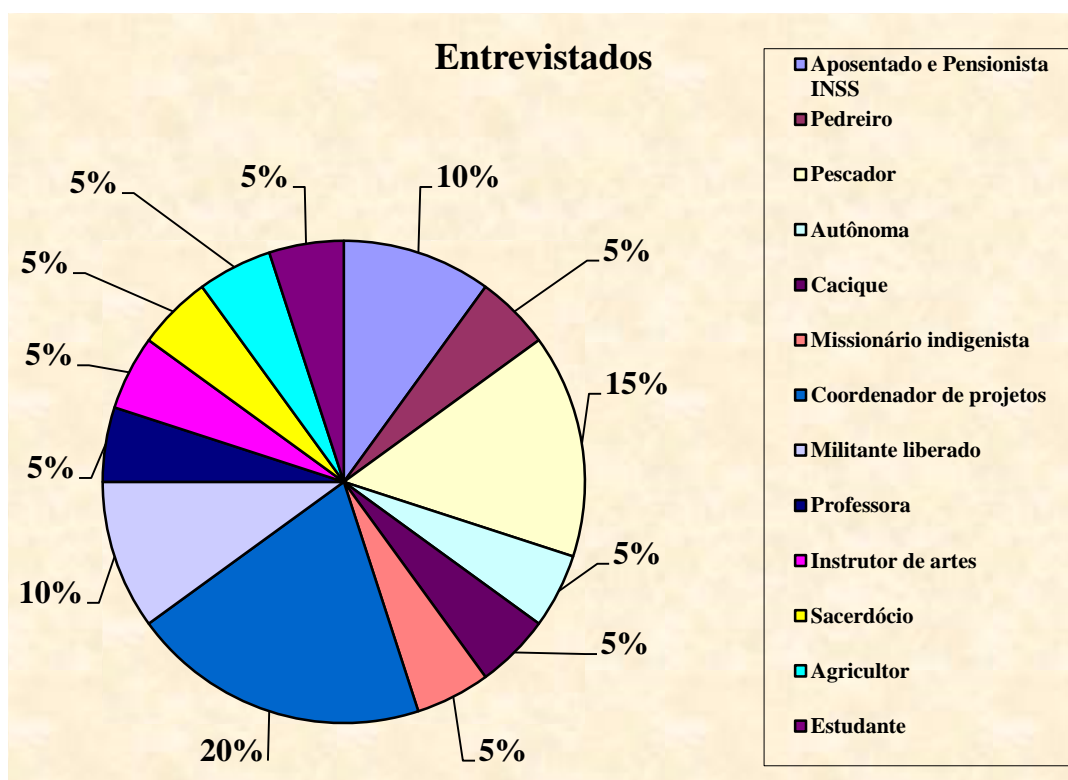
Gráfico 5 – Auto declaração de etnia



Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

Outro elemento importante para compor a análise do quadro do perfil dos entrevistados foi identificar as atividades laborais desenvolvidas pelo grupo de entrevistados, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 6 – Atividades laborais



Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

(*) Militante Liberado - Termo usado nos movimentos sociais para o militante que atua exclusivamente no movimento e é mantido pelo fundo financeiro do movimento.

O Gráfico 6 demonstra que se trata de um perfil diversificado de atividades laborais, distribuídas em várias frentes de trabalho, o que reforça que o desenho dos movimentos sociais é complexo, diverso, e não corporativo, pois é representado por vozes e forças variadas. Destaca-se que sete entrevistados declararam que não se sustentam financeiramente diretamente do ofício relativo ao movimento, e treze declararam que trabalham e se mantêm das tarefas relativas ao movimento ao qual estão engajados.

Considera-se que essa heterogeneidade laboral, apresentada no quadro dos entrevistados, contribui para a pluralidade das frentes de trabalho, da visão de mundo, das vivências particulares que vão compondo esse mosaico de representação das forças sociais no território. Todavia, as atividades desenvolvidas pelo cacique⁶² não se enquadram na lógica capitalista de entendimento de atividade laboral. As ações desenvolvidas pelo representante indígena carregam a responsabilidade de um destacado exercício político, na medida em que representa e exerce a liderança política e a voz coletiva de seu grupo. Portanto, o conceito de atividade ocupacional não se aplica igualmente, como aos demais entrevistados.

Quadro 15 – Organizações entrevistadas

DENOMINAÇÃO DO MOVIMENTO	Localidade da Entrevista	Ano da Entrevista
Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS)	Altamira	11/2014
Prelazia do Xingu	Altamira	11/2014
Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Altamira (SINTEP)	Altamira	11/2014
Colônia de Pescadores Zona 57 (Z-57)	Altamira	11/2014
Rádio Comunitária	Vitória do Xingu	11/2014
Associação Organizada de Moradores de Vitória do Xingu (AMOVIX)	Vitória do Xingu	11/2014
Organização dos Habitantes do Município de Vitória do Xingu	Vitória do Xingu	11/2014
Movimentos de Mulheres Campo e Cidade de Vitória de Xingu (MMCCVX)	Vitória do Xingu	11/2014
Liderança Indígena da Aldeia Paquiçamba	Vitória do Xingu	11/2014
Associação de Mulheres Urbanas e Rurais (AMUR)	Senador José Porfírio	11/2014
Colônia de Pescadores Zona 70 (Z-70)	Senador José Porfírio	11/2014
Representante de Associação de Bairro e de Colônia de Pescadores	Brasília	03/2014
Instituto Socioambiental (ISA)	Altamira	01/2015
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)	Altamira	01/2015
Conselho Indigenista Missionário (CIMI)	Altamira	01/2015
Representante Indígena da Aldeia Boa Vista	Vitória do Xingu	01/2015

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

⁶² A dimensão do trabalho dos grupos indígenas visitados, perpassa a dimensão discutida por Marx (2004) quanto à dimensão ontológica do trabalho, que, em linhas gerais, entende o trabalho a partir das necessidades criativas humanas, voltadas para atividades materiais e imateriais, a caça, a pesca e plantação, com vistas à subsistência de seus povos, ao compartilhamento do fruto do trabalho, que é coletivo.

No tocante ao tipo de **movimento ao qual estava vinculada**, a pesquisa examinou um universo diversificado; o quadro explicita a amplitude das representações, que transitam em vários campos sociais. No diálogo, foi possível observar o intercâmbio e articulação entre os segmentos, mesmo considerando o distanciamento geográfico e logístico de deslocamento complexo⁶³. Nas falas, eram correntes referenciar-se uns aos outros; relataram participação em mobilizações em conjunto; compartilhamento de documentos, como cartas abertas e abaixo assinados referentes a reivindicações contra os impactos da UHEBM - o que denotou uma fluidez nas articulações em escalas locais, regionais e mais amplas; e isto demonstra a capilaridade e a representatividade dos vários campos de forças.

Outro elemento importante para compor as variáveis de análise foi a questão da **forma de engajamento no Movimento**. Dezesete entrevistados declararam que suas trajetórias estavam relacionadas às condições objetivas de sobrevivência, cujos direitos sempre foram violados, e muito em função da ausência de políticas públicas na Região. A riqueza dos depoimentos, por ocasião das entrevistas, demonstra que as condições objetivas é que dão sentido e perenidade à luta social, que neste contexto deflagra-se a resistência como uma condição de vida, mediante relação contraditória entre capital e trabalho na Amazônia, como exposto no depoimento a seguir:

Sai do movimento da igreja nos anos 80 e fui para, nos anos 90, movimento de mulheres e era uma luta muito grande para nós mulheres, por que todo dia aqui nessa cidade [Altamira] matava uma mulher e ficava por isso mesmo todo mundo já olhava, principalmente as autoridades achava normal homem lavar a honra com o sangue da mulher estendido no asfalto, na casa então isso... Nós nos organizamos era a Melo [...] e eu me sentia também...é vou pra lá. Nem sabia o que fazia direito, mas eu sei bem que botava os papelzinhos nos postes [...]. Então a gente passava a noite colocando os panfletinhos [...] a gente tinha de vir aos domingos reuniões sábado à tarde e noite reuniões. Então a gente se engajou muito nessa luta das mulheres no combate a violência e chamar atenção do Estado. Precisava o Estado vir pra cá, precisava a delegacia funcionar, precisávamos de juiz, precisamos de delegacia da mulher pra dar encaminhamento de uma política de fortalecimento no combate a tanta violência. Então foi essa a luta, começamos assim e luta sindical foi se dando também a gente pleiteando melhoria para educação pública na zona rural, para melhorar o ensino médio, para vir universidades pra cá pra essa região, pra que a gente fosse valorizado economicamente, que é a questão do salário, que a gente criasse nosso estatuto. Eu iniciei minha carreira no magistério ganhando meio salário mínimo no final dos anos 70 até uma parte dos anos 80 (Entrevistado10. Realizada em 09/11/2014, Altamira/Pa.).

⁶³ Quanto a questão do deslocamento, a pesquisa de campo foi realizada em três municípios de acessibilidade rodoviária e fluvial, sendo Vitória do Xingu, distante de Altamira cerca de 40 km e Senador José Porfírio, cerca de 158 km. O acesso a sede do município de Vitória do Xingu, pode ser rodoviário, e o acesso a sede de S. José Porfírio, saindo de Altamira, é rodoviário na primeira parte da viagem e a segunda parte, é fluvial.

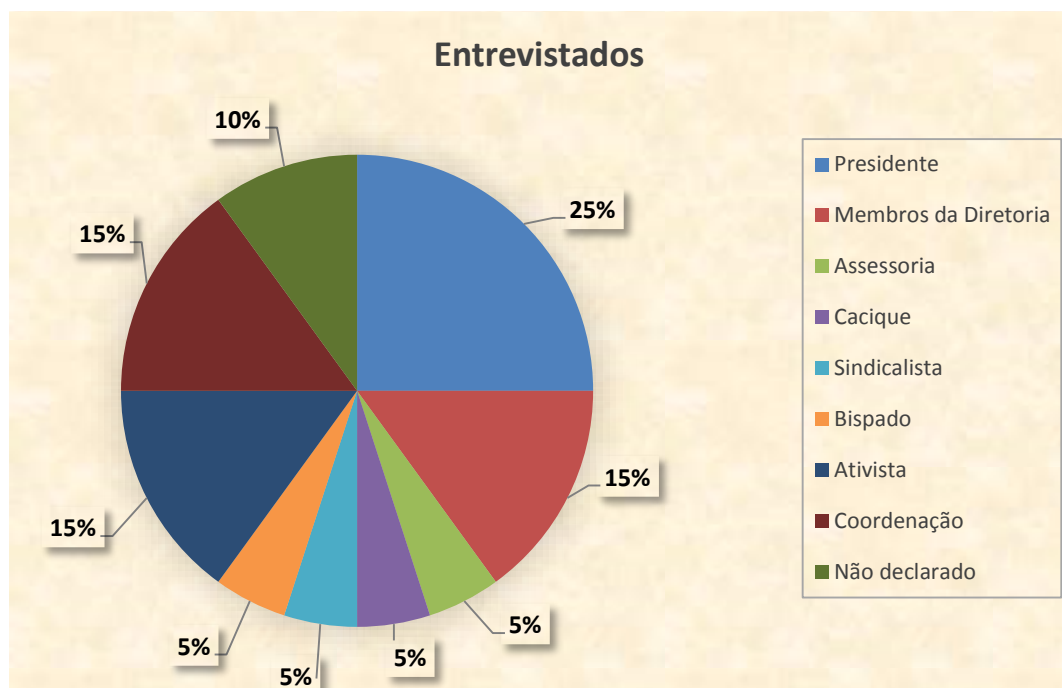
O diálogo reforça que as condições objetivas provocam, efetivamente, um movimento contrário, que não se cala, e segue, mesmo diante das adversidades, sensibilizando, articulando e mobilizando sujeitos que vão traçando alternativas de resistência, frente às violações impostas pela ausência de políticas públicas e de um Estado protetor.

Ainda sobre a forma de engajamento, apenas dois entrevistados referiram engajamento por motivo técnico-profissional, mas mostraram-se ideológica e criticamente partícipes dessas forças; suas relações de trabalho não se esgotam somente na dimensão técnica, mas têm a clareza da importância política de suas atuações.

[...] a gente acompanha essa questão de Belo Monte [...] acompanha desde 1989. Por que uma galera [...], antes da fundação [da ONG], ajudou na organização do encontro aqui em Altamira, de 1989, contra a instalação do complexo Belo Monte. [...] vieram para cá para, preparar esse encontro. Alugaram uma casa em Altamira, nessa época [...]E desde então a gente acompanha essa questão de Belo Monte, e tivemos uma participação, as vezes mais profunda, as vezes mais superficial [...] em vários momentos. De 2007 pra cá, com a abertura do escritório [...] em Altamira a gente começou a monitorar isso mais de perto, e a participar das audiências públicas, acompanhar os movimentos sociais locais, ajudar, subsidiar os movimentos sociais [...] (Entrevistado9. Realizada em 27/01/15, Altamira/Pa.).

As várias formas de engajamentos instruíram as **atividades exercidas no Movimento e/ou Instituição**. Deste modo, no quadro de entrevistados, observou-se que há uma prevalência, com dezesseis entrevistados, que exercem um cargo ou atividade de liderança e que assumem posições de comando, reconhecimento e autonomia em suas instituições e no movimento social mais amplo. Três entrevistados são orgânicos no movimento em que militam e não possuem cargo de direção.

Gráfico 7 - Atividades exercidas no Movimento e/ou Instituição



Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

O debate sobre os princípios norteadores do movimento ou Instituição foi uma importante variável para analisar as concepções que norteiam as práticas políticas dos movimentos e suas perspectivas de lutas. Com respostas diversificadas e com princípios de defesas de mais de uma frente de trabalho, identificou-se, em um universo restrito, posicionamentos orientados pela perspectiva assistencialista, mas não foi recorrente e nem predominante. O que de fato prevaleceu foram princípios amparados por direitos sociais, orientados por segmentos específicos como: mulheres, pescadores, professores, indígenas.

De forma geral, os princípios prevalentes foram os que norteiam a defesa da natureza enquanto um patrimônio material e imaterial dos povos da região. Destaca-se que a defesa da preservação ecológica foi debatida a partir da relação intrínseca: homem e natureza, a qual está duramente ameaçada pelo projeto energético hegemônico. Nos diálogos, foi possível inferir a correlação entre princípios universais, como a luta por direitos sociais, por políticas públicas, pela preservação da natureza, como também, pautas peculiares no tocante a UHEBM, a exemplo da luta pelo cumprimento das medidas condicionantes, com bastante ênfase na garantia pela moradia, saneamento básico para as comunidades impactadas pela hidrelétrica.

Outras lutas colocam-se num terreno mais amplo, que aglutinam forças naquela territorialidade, mas que vem de uma trajetória de escalas em níveis nacionais, a exemplo

do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que é um movimento nacional, cuja capilaridade possibilita ações e mobilizações políticas em várias regiões do país, onde ocorrem a desapropriação de terras e o barramento de rios em função da construção de hidrelétricas. O MAB defende um projeto energético popular, logicamente contrário à política nacional energética brasileira.

De modo geral, os princípios norteadores das lutas sociais nesse contexto de Belo Monte orientam-se por direitos sociais mais amplos, que perpassam a luta pela educação, ao trabalho e direitos previdenciários, habitabilidade, preservação socioambiental, a preservação do direito das populações tradicionais.

De regra, são lutas que clamam por políticas públicas, por direitos legítimos relacionados diretamente ao cotidiano, numa perspectiva de fazer valer a justiça social e que, não obstante a ausência do poder público na ativação dessas políticas, veem suas condições ainda mais ameaçadas e violadas diante da autocracia energética representada por Belo Monte.

O debate sobre os princípios norteadores trazem à tona as **lutas prioritárias provocadas no contexto de Belo Monte**, ou seja, frente aos impactos provocados pela grande obra do capital, quais os desafios lançados às resistências sociais, e em quais frentes investem mais forças? Essas são respostas que ajudaram a compor as questões levantadas na análise desse desenho social que representa a luta social frente a UHEBM.

Quadro 16 – Lutas prioritárias dos movimentos sociais no contexto de Belo Monte

Lutas Prioritárias no contexto de Belo Monte	Falas
Debate sobre os impactos no setor pesqueiro e mobilização frente aos órgãos governamentais IBAMA, Ministério da Pesca e SEMA.	3
Luta contra Belo Monte e em segunda instância, ao cumprimento das condicionantes.	1
Não identifica uma luta prioritária, e tese crítica ao movimento indígena por não lutarem pelos interesses coletivos, cuja luta se perde e se transforma em balcão de negociação.	1
Efetivação das condicionantes indígenas: saúde e educação.	1
Defesa da terra e território: regularização, demarcação, extrusão das áreas invadidas; controle social da saúde e educação e formação política.	1
Luta contra Belo Monte e o modelo de desenvolvimento para Amazônia (empreendimentos que violem a sociedade e a natureza, a exemplo das hidrelétricas)	2
Luta para garantir os direitos dos atingidos: moradia; direitos dos carroceiros; pescadores.	2
Lutas por direitos (moradia, saúde, educação, renda, acesso a informação, indenização, acesso a serviço público).	2
Melhoria das condições de trabalho; atualização do Plano de Cargos e Carreira; profissionalização dos trabalhadores da educação; luta pela questão socioambiental.	1
Luta pelos direitos das mulheres: assumir cargos de lideranças; direito à saúde; combate à violência contra a mulher.	2
Dar visibilidade aos impactos de Belo Monte e das ações do poder público; assistência na área social e foco na habitação.	2
Defesa dos direitos e da dignidade dos povos do Xingu (direitos humanos, justiça; preservação ambiental).	1
Luta por moradia.	1
Total	20

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

As exposições apresentadas no quadro 16 expressam que essas lutas se consolidam, considerando o tempo e o espaço, cujas prioridades se dão em acordo com as demandas que vão sendo provocadas. Deste modo, na medida em que avança a construção da UHEBM, aprofundam-se os impactos que, numa dinâmica contraditória, acirram as lutas sociais, que passam a assumir ações políticas focadas e objetivas na resistência à ocupação violenta do empreendimento energético no território, a exemplo, da questão das indenizações das terras, da luta por moradia, do descumprimento das medidas condicionantes socioambientais de viabilidade da hidrelétrica de Belo Monte nas áreas da saúde, educação e das condicionantes do componente indígena⁶⁴. A esse respeito, o Dossiê Belo Monte apresenta uma coletânea de estudos que se debruçam sobre várias áreas do empreendimento energético e, no tocante às medidas condicionantes informa que foram,

⁶⁴ Segundo dados do Dossiê Belo Monte (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2015), das 31 condicionantes indígenas previstas, 8 não foram atendidas, 5 parcialmente atendidas, 6 em atendimento e 12 atendidas.

estabelecidas principalmente em 2009, essas condicionantes deveriam começar a ser cumpridas imediatamente, já que boa parte dos impactos previstos decorreria da migração ocasionada pelo início das obras. À época, elas foram apresentadas pelo governo federal como um novo patamar de responsabilidade socioambiental relativo à instalação de grandes obras na Amazônia, um reconhecimento da complexidade dos impactos negativos que a UHE poderia gerar nas populações locais. No âmbito dessas medidas, prometeu-se a implementação de um ambicioso e inédito Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI), que deveria ser iniciado simultaneamente à construção da UHE e executado durante 35 anos, período de vigência do contrato de concessão da mesma. Quatro anos após iniciadas as obras, no entanto, quase todos os indicadores de integridade ambiental das TIs e seus entornos, bem como de saúde pública das populações indígenas, estão piores que antes (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2015, p. 44).

Nesta direção, as condicionantes socioambientais de viabilidade da obra têm como objetivo, em primeira instância, evitar os impactos provenientes do enclave e, em segunda instância, mitigá-los e, em nível mais avançado, compensar as ações. Não obstante os estudos demonstrarem a pouca efetividade das condicionantes, os movimentos sociais seguem, sem perder desse horizonte, a perspectiva mais ampla do tipo de desenvolvimento imputado, que viola os direitos dos sujeitos tradicionais e migrantes na Região Amazônica.

Considerando que essas lutas sociais respondem a um determinado tempo ou conjuntura, que se condiciona ao cronograma físico da obra, mas que também ultrapassa essa barreira temporal na territorialidade da região do Médio Xingu, a variável **abrangência da articulação** no sentido do alcance e envolvimento de sujeitos, comunidades, etnias do movimento, contribui, sobremaneira, para entender as conexões estabelecidas e suas várias escalas.

Quadro 17 - Abrangência das articulações dos movimentos sociais

Abrangência das ações	Falas
Cerca de 1.000 pescadores.	1
Não soube informar.	3
1.800 pescadores.	2
Etnia indígena (04 aldeias indígenas).	1
3 aldeias indígenas com aproximadamente 140 pessoas.	1
Índios aldeados são cerca de 2.800 divididos em 36 aldeias e 9 etnias.	1
Não soube informar com precisão. Declara que tem representação em vários países.	2
De forma direta na militância cerca de 15 pessoas e indiretamente não consegue dimensionar o quantitativo	2
Povos tradicionais (indígenas e extrativistas).	2
Professores sindicalizados - cerca de 4.000 divididos em dez municípios.	1
Nas zonas rural e urbana 550 mulheres associadas.	1
Tem um raio de abrangência de cerca de 5.000 a 6.000 pessoas em dois municípios.	1
Abrange 8 municípios, inclusive fronteiriços com 2 estados.	1
Cerca de 400 associados entre trabalhadores rurais, urbanos, ribeirinhos, quilombolas e indígenas.	1
Total	20

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

De acordo com a especificidade do movimento apresenta-se uma abrangência. Todavia, não se observa um isolamento entre as articulações dos movimentos, de modo que eles se complementam de tal forma, que alguns dos entrevistados fazem parte de várias frentes e compõem distintos movimentos. Carvalho (2010) vem elaborando estudos importantes sobre essa relação assimétrica e contraditória desses grandes projetos do capital na Amazônia, a política governamental e o contraponto da resistência dos movimentos sociais, e problematiza que:

quem faz a luta de resistência na Amazônia aprende a cada dia que as disputas não se dão contra uma ou outra empresa, mas contra todo um bloco de poder com enorme capacidade de atuação em diferentes escalas - do local ao internacional -, reunindo políticos, partidos, governos, mídia, empresas, parte do judiciário e outro. Portanto, a luta contra o modelo exige do nosso campo que também tenhamos a capacidade de executar ações em diferentes escalas, a fim de fazer frente à proliferação de projetos de infra-estrutura na Amazônia com essa perspectiva de fortalecimento dos mercados tão somente (CARVALHO, 2010, p. 20).

O debate levantado pelo autor defende que as forças do bloco hegemônico devem ser combatidas numa dinâmica de composição criativa de forças do bloco contrahegemônico, cujas abrangências das ações dos movimentos se deem para além das

particularidades locais do território (municípios, aldeias, localidades, vilas, quilombos, rios), mas também que se articulam nas regiões fronteiriças interestaduais e internacionais.

Neste sentido, os dados colhidos da realidade corroboram o que Carvalho (2010) expõe, que as várias escalas de articulações políticas compõem o desenho dos movimentos sociais na Região do Xingu, capazes de transitar na Amazônia Legal, mas que também espraiam suas forças, articulações e mobilizações para outros territórios, cidades, países e continentes. Por exemplo, quando do acesso nas redes sociais sobre as lutas sociais de Belo Monte, há registros de várias manifestações espalhadas por muitos estados brasileiros e países⁶⁵.

Por fim, a dimensão que a pesquisa identificou e colheu na realidade da área de influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte trouxe um desenho social aproximado dos movimentos sociais de resistência o qual permite identificar um perfil plural que se desdobra em várias frentes de luta e defesa de direito; que se mobiliza e articula, a partir de demandas específicas emanadas de suas realidades, mas que também lutam por demandas coletivas e universais.

Portanto, a unidade dessas lutas vai sendo construída e determinada pelas contradições que o processo de acumulação do capital impõe ao território; e, na medida em que essas forças sociais são ativadas por esse processo contraditório, elas se alinham, mobilizam e se articulam em várias escalas geográficas.

4.3 As lutas sociais e o processo de resistência: a relação Estado e Mercado na ótica dos movimentos sociais no contexto de Belo Monte

O objetivo desta seção é examinar como os sujeitos de pesquisa entendem a relação Estado e mercado; e, considerando essa lógica integrativa⁶⁶, como os movimentos sociais a qualificam e se posicionam nesse cenário. Para tal, destacou-se algumas variáveis

⁶⁵ Para ilustrar, consultar o site do Uol: <http://noticias.band.uol.com.br/brasil/noticia/100000755042/belo-monte-remocao-de-ribeirinhos-pode-ser-suspensa.html>, 05 de junho de 2015; <http://noticias.band.uol.com.br/mundo/noticia/100000644899/paris-franceses-protestam-contrabelo-monte.html>, 15 de novembro de 2013, dentre outros.

⁶⁶ Neste contexto, o Estado é entendido no sentido mais amplo, a partir da concepção de um Estado organizado por frações de classes com interesses ideológicos e políticos conflitantes (POULANTZAS, 1985). E a concepção de mercado perpassa pela perspectiva do empreendimento capitalista com vistas à ampliação da acumulação do capital (MARX, 2013). Nesta relação, o Estado é o subsidiário da infraestrutura física e social para assentar os projetos do capitalismo nos territórios, concomitante a sua mundialização (SANTOS; SILVEIRA, 2013).

de análise em consonância com os objetivos propostos na tese⁶⁷.

Seguindo o método de exposição do capítulo anterior, neste foram elaborados quadros sínteses e citações, frutos da análise de conteúdo das entrevistas de campo, das quais as unidades de análises foram examinadas à luz do objeto e objetivos de estudo da tese. A partir dos estudos das transcrições das entrevistas, foram grifadas e garimpadas as declarações que mais se repetiram, as falas que os entrevistados davam mais ênfase e faziam questão de denunciar. Assim, as elaborações dos quadros partiram de fontes primárias, e, por meio das sínteses, foi possível dar voz aos representantes dos movimentos sociais de resistência na área de influência de Belo Monte.

Nesta direção, buscou-se identificar a forma como **os movimentos sociais participaram das discussões sobre Belo Monte**, o que permitiu examinar que o formato de participação se deu de forma tutelada pelo Estado, e que, em função disso houve uma contrarreação articulada pelos movimentos de resistência. O quadro nº 18 apresenta uma síntese de como ocorreu esse processo.

Quadro 18 - Forma de participação nas discussões sobre a UHEBM

Participação nas discussões sobre Belo Monte	F
a) Por meio de convite da Norte Energia em audiências públicas com restrição da participação popular.	8
b) Não respondeu com precisão	1
c) Por meio de reuniões, seminários com a base dos movimentos sociais.	6
d) Por meio da FUNAI que realizou reuniões nas comunidades indígenas (Aldeias) apresentando o projeto mas sem consulta. Não ouve oitiva indígena.	1
e) Por meio do CIMI, Movimento Xingu Vivo e outros. Não ouve oitiva indígena.	1
f) Quando acionados para discutir, as programações já estavam prontas e mobilizavam os indígenas para legitimar as reuniões. Sua instituição era sempre excluída das mobilizações governamentais, e as informações vinham por meio dos indígenas.	1
g) Foi informado, mas não consultado.	2
TOTAL	20

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

O quadro acima sintetiza como se deu as formas de mobilização e participação da comunidade atingida pela UHEBM. As falas, de modo geral, demonstram que a condução dos trabalhos relativos a ações, projetos e esclarecimentos a respeito da obra, por parte da Norte Energia e do poder público, já vinham predefinidas e usavam do expediente

⁶⁷ De acordo com a Tese, destaca-se os seguintes objetivos: Realizar um mapeamento dos movimentos sociais e suas representações, instituições e os sujeitos sociais que articulam as lutas sociais de resistência à Belo Monte; Sistematizar as práticas sociais e políticas dos movimentos sociais que lutam contra Belo Monte tendo em vista a projeção da organização social vindoura aos movimentos de resistência. Para tal examinar a relação Estado, mercado e classe social é fundamental para entender as mediações e contradições dessa relação dialética.

da comunicação, com pouca margem de participação e intervenção dos sujeitos afetados.

No diálogo com os sujeitos de pesquisa dos movimentos sociais, prevalece o sentimento de pouca transparência nas condutas, atitudes autoritárias e estratégias de uso dos movimentos sociais para legitimar e referendar as ações como algo democrático.

No contexto das forças sociais, os sujeitos de pesquisa dos movimentos sociais demonstraram a clareza das manobras da pseudoparticipação e, frente a isso, buscaram ações políticas contrárias a essas manobras do Estado e do empreendedor, no sentido de articular alternativas que ativaram formas próprias de estabelecer o diálogo na base dos movimentos, e o conhecimento sobre o que de fato consistiu o projeto da hidrelétrica. Nesta direção, com vistas a ativar o protagonismo e a qualificação da participação dos movimentos sociais no tocante a obra de Belo Monte, foram mobilizados:

- i* Encontros articulados pelas forças dos movimentos sociais com apoio de pesquisadores, jornalistas da mídia alternativa, seminários, informações documentais sendo priorizada a transparência nas informações e constantes debates;
- ii* Momentos de participação das bases dos movimentos sociais nas reuniões com o empreendedor e o poder público no sentido de fazer o contraponto e da demarcação de forças contrárias a Belo Monte;
- iii* Denúncia de que não houve a oitiva indígena e participação popular nas decisões por meio de ações civis públicas, cartas abertas, elaboração de documentários, participação em seminários internacionais, dentro e fora do Brasil, denunciando a violação dos direitos ocasionados pela grande obra.

Por fim, a forma de participação no debate sobre Belo Monte foi sendo construída a partir dos mecanismos criativos dos movimentos sociais que foram acionando em várias escalas as formas de participação à revelia da proposta participativa tuteladora do Estado.

Outro elemento para compor a análise da relação Estado e mercado a partir da perspectiva dos movimentos sociais, trata do que **representa Belo Monte**, tendo em **vista a concepção de desenvolvimento para a Região**.

Quadro 19 - A Representação de Belo Monte e a concepção de desenvolvimento

O que representa Belo Monte	F
a) Problemas; retrocesso; perda de espaço de trabalho e redução de produção, violência; ausência de políticas públicas.	7
b) Destruição; violação dos direitos e da natureza.	4
c) Trouxe emprego, mas não beneficiou a todos.	1
d) Medo da perda cultural e social de seu povo.	1
e) Genocídio para os indígenas.	1
f) O avanço do capitalismo sobre a Amazônia.	1
g) Significava o desenvolvimento para a região, mas com o desdobramento da obra, o desenvolvimento não ocorreu.	1
TOTAL	16

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

Nos quadros que tiverem constando 16 entrevistados se deu em função de as instituições onde estiveram dois representantes no diálogo das entrevistas, as respostas se concentraram em apenas um entrevistado e/ou ambos discutiam e faziam uma síntese considerando os eixos e pautas de lutas do movimento aos quais estavam engajados e apenas um apresentava a resposta, o que correspondeu a dezesseis respostas.

Quando questionados sobre a representação de UHEBM tendo em vista a concepção de desenvolvimento para a Região, muito embora o cenário dos movimentos sociais sejam diversificados em suas pautas, frentes de lutas, princípios e meios combativos, quando avaliam o significado de Belo Monte, apresentam uma unidade em suas posições, que ficam claras a partir dos relatos, que essa racionalidade de desenvolvimento representa o agravamento nos serviços públicos, deterioração nas condições de vida e ameaça ao equilíbrio socioambiental. A seguir alguns trechos das reflexões de entrevistados de três segmentos e municípios diferentes a respeito da UHEBM e a concepção de desenvolvimento:

Ela trouxe muito emprego né, mas ao mesmo tempo os pescador não tão sendo beneficiado, eu acho assim que é a classe mais atingida. O que a gente conseguiu da Norte e Energia, foi a construção da Colônia, a gente fez o movimento, ia pra lá fazia questionamento não deixava os carros passar, aí de tanto insistir, agente conseguiu a construção da Colônia Altamira, Senador, Vitória e Porto de Mós, mas a gente não quer só isso. **[Como você vê que a população daqui recebeu o projeto]** na verdade eles também acham assim, que pra eles não foi bom, até por que a nossa cidade tá morta, não foi beneficiada em nada, se foi ninguém sabe pela prefeitura, a única cidade que menos emprego teve com a Norte Energia, a não ser aqueles que se foram daqui para Altamira. Aqui mesmo não teve nenhum benefício da Norte Energia. (Entrevistado3. Realizada em 09/11/2014, na cidade de Senador José Porfírio/PA).

Outro entrevistado em seu diálogo em torno do que representa Belo Monte e a perspectiva de desenvolvimento declarou que:

O significado pra nós... ou seja, pra mim, é um projeto muito grande e impactante, que nós, Vitória do Xingu num vê esse grande desenvolvimento

como se dizia que ia acontecer. Aqui é a sede do município, é o município da hidrelétrica e 92% do imposto que é gerado vem pro município. Hoje nós não ve essa diferença, [...] o imposto gerado pela obra é de 16.000.000 (dezesesseis milhões) por mês e a gente não tem hospital de qualidade, o povo não tem água pra beber, água potável. Deixou a população insatisfeita. As obras de esgoto e pavimentação também não é de qualidade, o asfalto é frio que quando passa o caminhão leva tudo e a empresa já refez mais de 20 vezes e até hoje ainda não foi inaugurado. A população não aprova. 92% da obra é dentro do município de Vitória do Xingu, e 8% para outros municípios por causa dos impactos em torno da hidrelétrica. Vitória com 14.000 habitantes e o povo não tem água potável nem saúde de qualidade (Entrevistado12. Realizada em 08/11/2014, na cidade de Vitória do Xingu/PA).

Para o representante do município de Altamira,

Esse projeto significa assim, mais uma vez, o avanço do capital, principalmente desse setor da energia na região Amazônica. É uma forma de fazer dinheiro, de garantir dinheiro pros acionistas dessas empresas. Que eles falam que vão produzir energia pro Brasil, como essa energia vai ser utilizada? O Brasil ou as grandes corporações que utilizam? O preço que se paga pela energia [...] a forma que a região recebeu [...] no início recebeu com muita ansiedade mas com muitas dúvidas. Ansiedade pela tal das condicionantes, porque colocaram que pra ter saúde, que pra ter segurança pública, pra ter escola, tinha que ter barragem, ou seja, direitos que já são garantidos na Constituição pros trabalhadores, só que aqui com a ausência do Estado, com um conjunto de problemas que já tinha, forçou o povo a acreditar que isso ia acontecer. E a dúvida - pelo povo ser tão enganado ao longo da vida — não tinha certeza se isso ia acontecer. Isso é uma prova agora de que não aconteceu (Entrevistado8. Realizada em 24/01/15, na cidade de Altamira/PA)

Nos relatos é possível apreender dois pontos importantes que representam o projeto da usina de Belo Monte. O primeiro diz respeito a uma dimensão macro da realidade, que significa a expansão da acumulação do capital sobre a região, com ênfase no segmento energético e seus agregados (empreiteiras, industriais eletro-intensivas, multinacionais fabricantes de turbinas). O segundo ponto destaca a grande perspectiva em torno da ampliação e melhoria de serviços públicos, por meio, inclusive, da efetivação de políticas públicas, no campo da saúde, educação, habitação e saneamento básico. Tais perspectivas além de frustradas foram agravadas, tendo em vista os impactos recebidos na região, cujo histórico de ausência de políticas públicas é ponto pacífico.

Notadamente, trata-se de um desenvolvimento econômico que reverbera e acirra a assimetria social na região, não incorpora as demandas por políticas públicas, com vistas à melhora da qualidade de vida dos povos da região. Esse tipo de desenvolvimento é perverso na medida em que, para instalar o empreendimento energético, desterritorializa comunidades inteiras, bairros, vilas, barragem nos rios, ações essas, capazes de destruir povos e culturas, como bem problematiza Galeano (2013), que se trata de um desenvolvimento colonizador.

Ainda sobre a concepção de desenvolvimento para a Região, o próximo quadro discute **como os movimentos sociais receberam a proposta da hidrelétrica e suas expectativas.**

Quadro 20 - As expectativas dos Movimentos Sociais em relação a UHEBM

Expectativas em relação à Belo Monte	F
a) No início recebeu com a expectativa de geração de renda, execução de políticas públicas. Hoje a população é contrária ao projeto pela não efetividade dessas políticas.	7
b) A cidade não foi beneficiada	2
c) Não respondeu.	2
d) A cidade não estava preparada para receber a barragem.	2
e) Recebeu com medo. Muitas pessoas tinham consciência que seria devastador de vidas e se manifestaram contrários.	2
f) Tem aspectos positivos (empregos) e negativos (violência, inflação)	1
TOTAL	16

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

O quadro representa a síntese das declarações mais frequentes que exprimem as expectativas em torno do projeto; nele, observa-se visões diferenciadas, em que o conjunto maior de entrevistados (em número de 7), em um primeiro momento, demonstram que nutriam a esperança da execução de políticas públicas, considerando o volume de recursos que viria para a Região por conta da obra.

Duas instituições reconhecem que a cidade não apresentava estrutura para receber o empreendimento, e duas outras reconhecem que a cidade não foi beneficiada com a obra. Uma instituição declara que a geração de empregos foi um aspecto positivo, mas não nega os impactos decorrentes da obra como violência e a inflação dos preços que alterou o custo de vida.

Do ponto de vista dos movimentos sociais e de grande parte da população, sobretudo do senso comum sobre a perspectiva de que o projeto energético traria grandes benefícios para a Região, foi motivada também por toda uma articulação midiática em torno da vinda do projeto, com um trabalho ideológico, de desenvolvimento e prosperidade para os cidadãos, da contribuição da Amazônia para a segurança energética do país, dentre outros. Assim, para uma região que historicamente padece com a ausência de políticas públicas, tais apelos foram estratégicos para que os povos da região se posicionassem a favor. Não obstante, aqueles que por conta do próprio histórico da violação de direitos e pelo engajamento em movimentos com tradição de estudos, pesquisas, articulação com universidade e pesquisadores, viam no projeto autocrático energético mais uma ação colonizadora para a Amazônia.

A variável **impacto socioambiental** é uma categoria ontológica, colhida

facilmente da realidade, uma vez que, em todos os espaços de pesquisa (entrevistados, documentos, estudos, reuniões e audiências públicas), essa foi uma palavra corrente. Deste modo, a palavra impacto foi trabalhada no contexto socioambiental que denota aquilo que causa abalo, que traz mudanças, descaracteriza e causa transtornos. O quadro a seguir apresenta os impactos socioambientais causados por Belo Monte, destacados pelos movimentos sociais; neste, os entrevistados apontaram mais de um item e foram considerados os depoimentos e não necessariamente o número de pessoas entrevistadas.

Quadro 21 - Impactos Socioambientais causados pela UHEBM

Impactos Socioambientais de Belo Monte	F
a) Violência, tráfico de drogas, acidentes de trânsito, prostituição, violência sexual, inflação, inchaço populacional.	10
b) Diminuição na produção pesqueira.	5
c) Poluição da água do rio Xingu.	5
d) Destruição da fauna, flora (desmatamento nas áreas rurais e urbanas) e do rio.	6
e) Desarticulação da organização política indígenas.	2
f) Pressão sobre as terras indígenas (abalo na segurança alimentar; saúde, educação).	2
g) Supressão da cultura indígena e povos tradicionais.	4
h) Abalo (remanejamento forçado etc) das populações tradicionais e moradores da região.	4
i) Violação dos direitos fundamentais (moradia, saneamento, água potável, saúde, educação, soberania alimentar, transporte público).	4
j) Adoecimento profissional.	1
TOTAL	43

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

O quadro acima chama a atenção por denunciar a violação sem precedentes dos direitos sociais relacionados aos aspectos socioambientais, os desmatamentos, a extinção de peixes, a ameaça à soberania alimentar, as desocupações compulsórias de áreas e moradias, e o etnocídio. Concorde-se com Coutinho quando afirma que o conservadorismo neoliberal coloca-se frontalmente contrário aos direitos sociais, e que,

a conversão desses direitos sociais em direitos positivos não garante sua plena materialização, é muito importante assegurar seu reconhecimento legal, já que isso facilita a luta para torná-los efetivamente um dever do Estado. Tampouco é casual que os neoliberais se empenhem hoje, inclusive em nosso País, por eliminá-los também das normas legais, em particular da própria Constituição (COUTINHO, 2008, p. 65).

Em mesma medida em que estes são dados que chocam, não se tratam de algo novo, pois esses impactos já estavam previstos nos EIA/RIMA. E sendo considerada a maior obra do PAC, é, sem dúvida, uma opção governamental, cujo estado neoliberal define por uma matriz energética que privilegia a geração de energia, oriunda de hidrelétricas que se operacionalizam pelas barragens de rios, supressão vegetal e deslocamento forçado de pessoas sem considerar os direitos sociais instituídos.

Esse modelo, além de contrário a uma sustentabilidade socioambiental, é

complexo na medida em que envolve gastos incomensuráveis e uma relação intrínseca, direta e pouco criteriosa entre Estado e mercado, em que este atua com o subsídio governamental, deixando margens para manobras de desvio de recursos e corrupção, conforme problematizado no subcapítulo 4.1 que demonstra que, das dez empresas que fazem parte do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), seis estão envolvidas em escândalo de corrupção da Operação Lava Jato da Polícia Federal. Portanto, evidencia-se a relação de compatibilidade entre Estado e mercado em detrimento das classes subalternas.

Outro elemento importante para a base de análise das lutas sociais e resistência na área de influência de Belo Monte, são as medidas condicionantes socioambientais de viabilidade da usina, que, de acordo com a legislação ambiental⁶⁸, devem obedecer as etapas sobre os impactos da obra. Em princípio, os impactos socioambientais devem ser evitados, em um segundo plano, mitigados e, num terceiro, compensados. Diante do exposto, questionou-se aos representantes dos movimentos sociais entrevistados se a NESA vinha cumprindo as ações, programas e projetos previstos nas medidas condicionantes do licenciamento ambiental. O quadro que segue ilustra os dados colhidos da realidade.

Quadro 22 - A Norte Energia e o cumprimento das medidas condicionantes

Cumprimento das medidas condicionantes	F
a) Previsto para a área capacitação e projetos por meio de termo de cooperação de vinte e dois milhões de reais. A negociação é administrada pelo Ministério da Pesca que fez o planejamento sem consultar a base dos pescadores. As ações não estão concretizadas.	2
b) As condicionantes não estão sendo cumpridas, estas deviam se antecipar à obra da barragem. Ocorrem ações e obras de má qualidade que não contemplam o previsto nas condicionantes.	4
c) Ocorrem atrasos de muitas obras relacionadas às condicionantes e prioridades invertidas. A exemplo a construção da Secretaria de Saúde que foi priorizada em detrimento da construção de um hospital, que a cidade não tem; construção de escolas em áreas isoladas e/ou não habitadas.	1
d) Belo Monte é um projeto autoritário que não considerou a realidade e demandas locais. As condicionantes que devem ser acompanhadas pela FUNAI relativas à ampliação, extrusão e reconhecimento das terras indígenas não foram obedecidas.	3
e) Na área da saúde indígena, prevista a construção de 3 módulos de saúde com uma unidade polo. Na área da educação indígena a construção de uma escola. Essas condicionantes não foram cumpridas.	1
f) Das 33 condicionantes, 25 estão com atrasos. As condicionantes do reassentamento de famílias; segurança pública; saúde; educação; creche; e saneamentos básicos não estão sendo cumpridas. Condiciona-se a barragem à execução de políticas públicas.	4
g) Apesar do não acesso ao monitoramento das condicionantes a parte relacionada ao aumento de postos de trabalho melhorou.	1
i) Não está sendo priorizada a habitação, infraestrutura, serviços de coleta de lixo, energia e água potável.	1
TOTAL	16

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

⁶⁸ Conforme Política Nacional de Meio Ambiente, Lei nº 6.938/1981 e Resolução nº 237/1997 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

O quadro exposto revela uma síntese de como vêm sendo tratadas as medidas condicionantes, que devem ser garantidas pela empresa responsável (NESA) e monitoradas pelo poder público, em especial o IBAMA que, em Altamira, possui um escritório pequeno com uma equipe de seis pessoas. As equipes técnicas que acompanham o monitoramento ficam sediadas em Brasília e se deslocam para a Região conforme a demanda de trabalho face ao monitoramento das condicionantes. De modo que a vistoria, o acompanhamento e monitoramento das condicionantes, dão-se mais pelo plano da análise dos relatórios elaborados pelo empreendedor ao poder público.

Outro fator polêmico foi a concessão da LP, mesmo diante do não cumprimento das condicionantes previstas no estudo prévio. Vide Licença Prévia nº 342/2010, item 2.32:

Dependerão de licenciamento no órgão municipal ou estadual de meio ambiente as seguintes obras decorrentes: residências de trabalhadores a serem construídas em Altamira e Vitória do Xingu; reassentamentos; sistemas de abastecimento público de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana; aterros sanitários; escolas; hospitais; postos de saúde; postos policiais; porto; relocação de rodovias e estradas vicinais. Para demais estruturas não previstas nesta listagem, o empreendedor deverá efetuar consulta prévia aos órgãos ambientais, com vistas à definição da competência legal para o licenciamento (BRASIL, MMA, 2010, p.8).

A legislação disciplina que haja estrutura mínima para que a região possa receber o empreendimento e os representantes dos movimentos sociais denunciam que as medidas condicionantes socioambientais não estão sendo cumpridas. Todavia, as licenças ambientais (Prévia, Instalação e Operação) foram concedidas pelo IBAMA⁶⁹, contrariando o previsto na LP nº 342/2010 no item 2.10:

Apresentar em até 30 dias após a definição do concessionário de geração a estratégia para garantir que toda infraestrutura necessária que antecede as obras – Ações Antecipatórias - seja efetivamente implantada, sem o que não será concedida a Licença de Instalação (BRASIL, MMA, 2010, p.4).

Outro dado importante a destacar, é que o Estado não prioriza a execução de políticas públicas e abre precedentes para que o mercado, no caso, o empreendedor, seja responsável pelas ações e serviços de competência pública. No contexto das grandes obras, as medidas condicionantes devem atender aos impactos do enclave. Nesse caso, observa-se uma sobreposição de impactos, na medida em que o território não apresenta condições prévias e estruturais de políticas públicas e, por outro lado, as condicionantes

⁶⁹ Licença Prévia nº 342 /2010, concedida a Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás sobre o registro nº 02001.001848/2006-75 (BRASIL, MMA, 2010); Licença de Instalação nº 770/2011 concedida a Norte Energia S.A, sobre o registro nº 02001.001848/2006-75; Licença de Operação nº 1317/2015 concedida a Norte Energia pelo IBAMA sobre o registro nº 02001.0018482006-75 com validade de seis anos (BRASIL, IBAMA,2015).

socioambientais também não vêm sendo cumpridas conforme a exigência legal, ocasionando a sobreposição de impactos. Deste modo, a forma como são tratadas as medidas condicionantes não fica claro para a população de quem de fato é a responsabilidade, se do Estado ou do mercado, pois se confundem, nesse contexto, políticas públicas e medidas condicionantes socioambientais.

Notadamente, apresenta-se uma lógica invertida nos princípios das condicionantes, na medida em que deveriam orientar e somar-se às políticas públicas, que são direitos constituídos. Todavia, na realidade o que vem acontecendo, segundo os registros, são ações paliativas, como escolas construídas em lugares onde a comunidade foi remanejada compulsoriamente, reforma de escolas, palestras educativas, cursinhos, etc., que não constituem efetivamente política pública e nem o cumprimento total das condicionantes definidas nas licenças ambientais. Constata-se que o não cumprimento das condicionantes constitui mais uma forma de violação dos direitos sociais.

Essa relação entre poder público e Norte Energia se mostra obtusa na medida em que a empreendedora tem como grande parte acionária empresas estatais, como a Eletrobras, Eletronorte, Chesf e as entidades de previdência complementar, Petros e Funcef, conforme indicado no subcapítulo 3.1. Assim, questionou-se os entrevistados sobre como **avaliam essa relação do poder público e a NESAs**, entendendo-se esta variável como fonte elucidadora da forma como os movimentos sociais de resistência posicionam-se frente a tal relação, conforme quadro a seguir.

Quadro 23 - Relação entre o poder público (federal, estadual e municipal) e a Norte Energia

Relação entre o poder público e a Norte Energia.	F
a) O poder público tem interesses para afirmar a obra e se faz ausente do movimento. Desta forma, não acompanha o monitoramento das condicionantes. Não obstante os limites institucionais, o Ministério Público Federal tem pautado as demandas da sociedade frente aos órgãos do poder público e a Norte Energia.	6
b) O poder público de modo geral e a Norte Energia exerce uma relação de aliados, o que reafirma a violação de direitos.	5
c) Para fazer valer os direitos são necessárias ameaças de paralização do canteiro de obras, isto é, a necessidade de mobilização popular. É uma estratégia para que o poder público se posicione diante da Norte Energia.	2
d) <i>O poder público é refém dos grandes projetos. Há uma inversão de papéis onde o público se confunde com o privado. A exemplo as medidas condicionantes se confundem com políticas públicas e acabam sendo vistas como de responsabilidade da iniciativa privada.</i>	1
e) Há distinções entre as ações dos órgãos do poder público, entretanto, tem sempre um limite por tratar-se de um órgão da estrutura governamental, cujas decisões estão acima do poder de mando desses órgãos.	1
f) <i>Há conflitos de interesses entre os órgãos público. A relação do governo federal com os poderes estadual e municipal é precária, o que deu margem para que a cidade não estivesse preparada para a obra e como não há controle e definições das competências, abrem-se espaços para corrupção.</i>	1
g) No último ano, a prefeitura vem cobrando mais da Norte Energia, considerando a aproximação do fim da obra tendo em vista os benefícios que devem ser garantidos para o município.	1
h) O poder público estadual é ausente e a relação do poder público federal com o poder público municipal é pouco transparente, abrindo espaço para o crescimento das imposições do empreendedor, desvios de verbas e anulações de leis. Ex. mudança do Plano Diretor de Altamira; diminuição do Imposto Sobre Serviço (ISS) de 5% para 2% na cidade de Vitória do Xingu.	2
i) Não soube opinar	1
TOTAL	20

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

As sínteses dos relatos são reveladoras de que entre os órgãos do poder público não há uma intersetorialidade, isto é, a correlação entre as pastas e entre as unidades de poder federativo. Essa fragmentação nas esferas do poder público abre margens para questionamentos quanto à lisura e à transparência na gestão dos recursos, projetos e processos sobre Belo Monte.

Demonstra também a precariedade no diálogo entre as esferas estatais, cuja dificuldade acaba por fortalecer o empreendedor (NESA), na medida em que suas ações são fragilmente monitoradas, como já problematizado, e surge novamente, como dado da realidade, a falta de clareza da competência e dos papéis do setor público e do setor privado. Assim, as medidas condicionantes assumem feições de políticas públicas, havendo uma inversão de prioridades e papéis.

Outro elemento dessa realidade revela que a relação entre Estado e mercado se configura hegemonicamente um vínculo de conveniência e consentimento por parte de frações de poder (pastas ministeriais, políticos, etc.), que disputam espaços por dentro do Estado, reforçando o caráter da prevalência de forças conservadoras no seio institucional, mas que também são pressionadas por grupos divergentes do próprio Estado e tensionados

pelos grupos organizados da sociedade civil, representados, neste caso, pelos movimentos de resistência à Belo Monte, mostrando um cenário de relações permeado de tensões e conflitos.

Nesse processo contraditório, fica patente a ausência de controle e monitoramento das ações, projetos, políticas e recursos que abrem precedentes para corrupções; obras mal-acabadas; projetos não realizados; indenizações indevidas etc. Destaca-se que o protagonismo dos segmentos de resistência dos movimentos sociais tem importante papel em pautar e pressionar os órgãos públicos. Importante analisar a declaração de um entrevistado a respeito da relação do poder público no monitoramento das obrigações da NESAs:

ausente. Deviam estar mais presentes acompanhando, nos ajudando para que as coisas acontecessem mais rápido possível. O Ministério Público, agora nós estamos juntos, inclusive amanhã vamos ter uma audiência, que foi através do Ministério Público que nós conseguimos trazer, o que nós vamos levar amanhã, a Norte Energia, o IBAMA, pra uma sala pra discussão. Porque tava muito ausente esses órgãos, e eles têm que prestar esclarecimento desse trabalho que eles tão prometendo, que até agora se vê tudo parado. Eu não sei as outras colônias se já iniciaram, mas a nossa aqui o trabalho tá muito atrasado ainda (Entrevistado1. Realizada dia 11/11/2014 em Altamira/PA).

Considerando-se as disputas de poder entre as esferas governamentais, cujas relações são tensionadas por diferentes interesses e pressões sociais, destaca-se o papel desempenhado pelo Ministério Público Federal que, não obstante seus limites institucionais, segue uma trajetória mais autônoma no exercício de suas funções – que nesse contexto também mostra-se como um agente de resistência, crítico a esse processo autocrático energético.

Nesta direção de luta permanente por direitos, destaca-se uma importante variável de análise que diz respeito às **manifestações e mobilizações** e a **reação do poder público** diante do movimento. O quadro a seguir representa uma síntese do diálogo com representantes dos movimentos sociais sobre essa questão. Os entrevistados apontaram mais de um item e foi considerado o conteúdo dos depoimentos e não o de pessoas entrevistadas.

Quadro 24 - A posição do poder público (Federal, Estadual e Municipal) frente às manifestações contrárias Belo Monte

Posição do poder público em relação às manifestações contrárias a Belo Monte	F
a) O governo negocia individualmente com as partes para não interferir no andamento da obra. Assim, fragmenta a organização e as demandas dos movimentos, atendendo umas demandas e outras não.	3
b) Acusam que o movimento promove roubos, badernas. Pessoas do movimento respondem processos na justiça (interdito proibitório, formação de quadrilha, danos ao patrimônio público, reintegração de posse, dentre outros).	6
c) Geralmente as negociações são na Casa de Governo com a presença dos advogados da Norte Energia e da polícia com vistas a forjar um acordo.	1
d) Alguns movimentos foram beneficiados pelo governo federal com recursos e cargos. Isso mudou a relação, pois muitos eram filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT) e não foram para o embate. E os índios a parte mais fraca, sem apoio buscou em ONGs internacionais, mas as ações tinham abrangência restrita.	1
e) O governo federal não dialoga com o movimento, existe a Casa de Governo que não tem autonomia e protela as ações. O diálogo e as demandas dos movimentos são mediadas pelo Ministério Público Federal.	1
f) Quando o movimento indígena se posiciona a frente das manifestações no conjunto dos outros movimentos, o governo desqualifica afirmando não serem lideranças indígenas e quando os indígenas estão em grupos menores sem a base do movimento, o governo recebe um pequeno grupo negocia e pressiona.	1
g) A força nacional enquanto um aparato do Estado realiza segurança particular ao empreendimento privado que é a Norte Energia.	2
h) No primeiro momento as esferas de poder viam negativamente as manifestações; Já nesse momento em que a obra avança, e com ela vários problemas e impactos as prefeituras se beneficiam destas mobilizações tendo em vista a garantia de benefícios a região.	1
i) No primeiro momento havia uma luta comum do movimento em torno do “Pare Belo Monte”, mas depois que a obra avança e parece inevitável ocorre uma fragmentação dos movimentos sociais de resistência.	1
j) Movimento social e poder público deveriam caminhar juntos. A prefeitura não dá apoio ao movimento.	1
l) Como reflexos das manifestações ocorrem represálias ao movimento direta ou indiretamente (ameaça de perda de posto de trabalho, ameaça de morte).	2
m) A prefeitura não abre diálogo. Manipula as bases que fazem parte dos assentos do controle social como também a câmara municipal. Ainda que se recorra para justiça, os processos não tem retorno; O governo Estadual é ausente e governo federal procura ouvir os movimentos sociais ou leva os representantes até Brasília para discussão.	1
n) É uma das lideranças do movimento e tem a proteção de escolta do Estado. Enquadrado no plano de defesa dos defensores da lei dos direitos humanos.	1
o) O movimento não convocou para as manifestações e não teve conhecimento das mobilizações.	1
TOTAL	23

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

Nesse cenário de forças, os segmentos dos movimentos sociais articulam e mobilizam ações políticas de resistência às opressões advindas das forças autoritárias do capital, representadas pelo projeto energético da usina de Belo Monte.

Frente a isso, o Estado, em suas várias esferas, esboça reações de várias naturezas. Os dados colhidos da realidade denunciam que essas reações se dão muito no campo das negociações e/ou manobras que incidem na fragmentação dos grupos sociais, buscando negociações individuais. Conforme a declaração de um dos entrevistados:

O governo Federal, quando tem manifestações ele sempre desce pra ouvir, quando ele não desce, ele chama representante e paga todas as passagens e leva pra uma discussão [em Brasília]. O governo do Estado, fizemos uma manifestação e nunca veio, nem representante pra discutir com a gente. [...] E o município nem se fala (Entrevistado12. Realizada em 08/11/2014, na cidade de Vitória do Xingu-PA).

Nessa direção, as reações do poder público frente às ações políticas de resistência dos movimentos, concentraram-se basicamente no campo da cooptação, e isso envolve vários mecanismos, como, ofertas de empregos, promoção para cargo de chefia, doações de bens materiais dentre outros. Para ilustrar, apresenta-se parte da fala de uma entrevistada, quando abordada sobre a reação do poder público frente as mobilizações e resistência à UHEBM:

Primeiro pra falar do movimento, quando a gente começou as mobilizações tinha ‘n’ participantes nessa luta, porque a gente não queria destruição, era Amazônia mesmo né, ai eu fui conhecendo os grupos, as entidades que estavam lá em Altamira, os ativistas, naquela época tinham muitas pessoas, mas ai quando entrou a política no meio né, quando veio o governo do Lula a gente percebe que começa os oferecimentos de cargos públicos [...] eu já vou voltando o meu olhar, porque o meu chefe me deu esse cargo aqui então eu não vou bater no chefe, eu já vou dando tapinha mais leve. Ai foi isso que aconteceu, aqui na região o que eu vi foi isso. Principalmente nos movimentos, alguns movimentos foram beneficiados com projetos do governo, ai como é que tu vai bater na tua caixa forte? Ai foi afastando, ai quando eu fui olhando que eu tava lá dentro vendo que as mobilizações já não funcionavam mais, talvez muitas pessoas não perceberam, mas eu percebi que foi a política no meio, tinham pessoas filiadas né ao PT [...] A gente tava lutando pela sociedade e as coisas iam acontecendo cada um lutando com a sua lógica, ai tem a fundação, os agricultores lá que tão afetados, e numa entidade tem várias pequenininhas, e o que juntava o povo eram essas, mas como que estão os projetos dos pequenos agricultores, eles não vão mais para o embate, eles não vão, ai é tipo assim cada um cuida de si, foi isso que eu vi, e quem era o mais fraco da história nesse negócio de cada um cuida de si? Eram os índios, porque os índios não eram filiados a partidos entendeu, eram a parte mais fraca, os vulneráveis, ai ficavam a margem. Ai quando foi criado o Xingu Vivo tinha mais de cento e poucas instituições que apoiavam na luta contra Belo Monte, ai depois que resgatou Belo Monte a gente foi vendo as coisas mingando com aquele oferecimento de cargos que eu te falei né, [...] as pessoas vão se amornando, fica tudo quietinho sabe, cada um fica no seu quadrado no seu cargo e essas pessoas eram pessoas bem importantes de tá puxando a massa né, então a massa ficou sem o fermento que era o principal [...] (Entrevistado4. Realizada em 29/01/15, na área rural de Vitória do Xingu/PA).

Para iluminar o dado da realidade, Coutinho ajuda quando enfaticamente afirma:

[...] o governo Lula não escapou desta maldição que atravessa a vida política brasileira, ou seja, a de operar as mudanças que se fazem necessárias pela via da conciliação pelo alto, [...] implicando sempre uma cooptação das oposições pelo *establishment* (2006, p. 96, grifo do autor).

De fato, as ações cooptativas não são uma prerrogativa do PT e sim uma das facetas do projeto hegemônico de poder. E que, nesse contexto histórico, foi favorável ao

partido de coalização do PT, uma vez que as bases históricas de resistência na Região do Xingu, estavam muito representadas por sujeitos orgânicos do partido; e este aspecto favoreceu a aproximação e o processo de cooptação nas bases dos segmentos sociais e provocou sérias rupturas, sobretudo com importantes lideranças, que exerciam relações de amizade, parentesco, financeira etc, o que não significa dizer que essas relações não sejam tensionadas. Mas como todo processo social é contraditório, também nesse terreno transitaram outros sujeitos que representam posicionamentos de contraponto, e que seguem pautando o Estado e o capital, numa perspectiva radical a UHEBM.

O outro campo de atuação do Estado frente aos processos de resistências dos movimentos sociais em relação a Belo Monte, é o da força coercitiva do aparato estatal. Prova contundente foi o envio da Força Nacional para a Região do Xingu. O caráter político das mobilizações dos movimentos sociais sofre fortemente com a desqualificação e criminalização da luta. Nas entrevistas houveram relatos de membros do movimento que respondem a processos judiciais; demissões; assédio moral; perseguição e ameaças de morte. De regra, as demandas dos movimentos sociais são ouvidas pela via da judicialização das demandas, mediadas pelo Ministério Público Federal. Tais estratégias dos segmentos conservadores do Estado, servem para aprofundar ainda mais a assimetria entre as forças sociais e o Estado neoliberal.

Outro ponto controverso nessa questão das forças sociais de resistência frente ao Estado e mercado tem sido o posicionamento dos poderes executivos locais, que passam a se valer das pressões políticas dos segmentos sociais, para garantir a execução de obras oriundas das condicionantes. É possível que essa situação venha se dando em decorrência do nível de comprometimento desses gestores com o empreendedor, que devem já ter atendido suas demandas particulares em detrimento das demandas coletivas, e usam a força e credibilidade do movimento para fazer pressão, uma vez que a obra da usina avança em sentido contrário ao cumprimento das medidas condicionantes socioambientais.

Nesse cenário da Região do Médio Xingu frente a ofensiva e ampliação da acumulação do capital, considera-se importante examinar a variável **política pública** no que diz respeito às estruturas da educação, saúde, segurança e habitação, uma vez que estas são frutos da relação contraditória entre capital e trabalho, tendo o Estado como regulador dessas forças considerando suas contradições internas. Desta feita, o quadro a seguir apresenta os relatos dos entrevistados, cujo parâmetro de análise é a obra de Belo Monte, e traz os dados a partir de suas vivências nos municípios e na militância dos movimentos sociais.

Quadro 25 - Antes de Belo Monte - acesso e estrutura da educação, saúde, segurança e habitação na Região

Acesso às Políticas Públicas (educação, saúde, segurança, habitação)	F
a) Houve uma pequena mudança, todavia, multiplicaram-se os problemas. Na habitação, não remanejaram os moradores; na educação, dificuldades em realizar matrículas, com privilégios para alguns; a segurança pública, é falha mas para o empreendimento a segurança é 24 horas; na saúde, não houve construção de hospital, é caótico.	1
b) As especulações imobiliárias e financeiras demonstram que Altamira não estava pronta para receber a barragem. A saúde, educação, trânsito, segurança e habitação ficaram caóticas.	1
c) Não observa mudanças nas áreas dos serviços públicos (saúde, educação, habitação, segurança, judiciário).	1
d) Tinham dificuldades para acessar as políticas públicas, após os anos 2000 fruto da luta indígena foram reconhecidos como comunidade indígena e tiveram acesso à saúde pela FUNASA. A comunidade está localizada no Município Sede de Belo Monte, isso possibilitou algumas conquistas na área da educação, o ensino médio; água potável.	1
e) Nas áreas da saúde e educação não mudou. Houve a transferência do atendimento da educação do município de Altamira para o município de Vitória do Xingu devido à localização da aldeia.	1
f) No segmento indígena, a habitação, saúde e educação funcionavam com dificuldades. Havia um fluxo das ações, não obstante as dificuldades. Após Belo Monte vem ocorrendo a transferência de responsabilidades, que demonstra a dependência do poder público em relação a NESA face às demandas indígenas. Demandas correlatas à saúde, educação, habitação estão a reboque das medidas condicionantes.	1
g) Não havia uma política de habitação, o Programa Minha Casa, minha Vida, veio após a Norte Energia. A educação recebeu equipamentos (escola e creche) com baixa qualidade. Alunos foram transferidos para escola já existente em função das condições precárias da escola construída pela NESA. Apenas se vê a segurança privada realizada pela Força Nacional à Norte Energia.	1
<i>h) A estrutura dos equipamentos sociais era ineficiente. Todavia, havia uma dinâmica urbana cuja habitação tinha sincronia com os equipamentos públicos. Havia uma dinâmica cultural, laços de parentesco e vizinhança. Mesmo que a população residisse em áreas alagadas e periféricas, tinha acesso aos equipamentos públicos. O processo de (re)assentamento não considerou tal dinâmica. Os assentamentos são distantes e desprovidos de equipamentos públicos. Com a finalização da obra, muitas ações não foram feitas e não houve melhora de fato.</i>	1
i) As avaliações das políticas públicas locais demandam um tempo na medida em que há um descompasso na capacidade institucional regional em gerir os recursos. Os órgãos públicos municipais não foram fortalecidos. Assim, o que tem estrutura não tem gestão e vice versa.	1
<i>j) O Estado na região sempre esteve ausente na garantia das políticas públicas e presente na imposição do latifúndio, desmatamento, trabalho escravo e pecuária intensiva e extensiva. Os representantes do poder público municipais são herdeiros dessa tradição produtiva. Antes dos governos Lula e Dilma havia um movimento social laico e muito forte, após, ocorreu um desmantelamento, o que fragiliza a luta por políticas públicas dignas, sobretudo, na área da educação.</i>	1
l) Na saúde, a vinda do Programa “Mais Médicos”. Na segurança, continua o policiamento civil e militar. Na habitação, ocupação irregular.	1
m) Antes da vinda do projeto havia atendimento nas áreas de saúde, educação, habitação e atendimento na delegacia da mulher. Hoje com o grande fluxo de pessoas tem problemas com a falta de energia, invasão de terras, carência de escolas, creches e atendimento médico e não há mais atendimento especializado na delegacia da mulher.	1
n) Na educação, a merenda escolar era precária, hoje é melhor, apesar de não ser regionalizada. A estrutura das escolas melhorou, mas Vitória do Xingu não dispõe de ensino superior. Na saúde, tem ambulância, mas os recursos priorizados foram para construção da Secretaria de Saúde em detrimento do hospital. Há o Programa Mais Médico e o atendimento médico municipal. Na área da segurança, apenas 10 policiais municipais para atender o município, aumentou o contingente populacional. Na habitação, não registra avanços, muito embora previsto, não foi implantado o Programa Minha Casa minha Vida e foram atendidas as casas previstas nas condicionantes.	1

Quadro 25 - Antes de Belo Monte - acesso e estrutura da educação, saúde, segurança e habitação na Região (continuação)

Acesso às Políticas Públicas (educação, saúde, segurança, habitação)	F
o) Nas áreas de infraestrutura (saneamento básico); saúde – hospitais com superlotação e precariedade nos atendimentos; na educação, superlotação nas salas de aula; no transporte público a dificuldade de mobilidade (superpopulação de automóveis e motos) ausência de transporte coletivo. Na segurança pública, muita violência. Ocorre uma explosão demográfica em descompasso com as políticas públicas e o cumprimento das medidas condicionantes.	1
p) Não soube informar precisamente apenas fazendo referência que nas áreas da saúde, educação, segurança melhorou um pouco. Na habitação, a inserção do Programa do Governo Estadual Cheque Moradia que está em andamento e o Programa Minha Casa Minha Vida no município de Vitória do Xingu.	1
q) Atualmente há um descaso com a segurança. Não há respeito com o cidadão, impera o poder econômico.	1
TOTAL	16

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

O quadro 25 é qualitativamente denso e aborda vários pontos polêmicos quanto à questão das políticas públicas; ressalte-se a especulação imobiliária e a questão do remanejamento forçado, tanto na área rural como urbana dos municípios de Vitória do Xingu e Altamira e famílias que não foram cadastradas pela Prefeitura e que ficaram de fora do projeto de remanejamento, ou seja, ficaram sem moradia⁷⁰. Sem falar que a omissão e responsabilidade no campo das políticas públicas na região são históricas por parte do poder público. Por outro lado, o Estado se mostra leniente com o latifúndio, o desmatamento, o trabalho escravo, o incentivo a pecuária intensiva e extensiva.

Deste modo, a explosão demográfica provocada pela UHEBM ocasionou uma sobreposição de impactos na medida em que se identifica que o cumprimento das medidas

⁷⁰ A respeito da questão da moradia, o Plano Básico Ambiental previsto como medida compensatória da obra de Belo Monte para as famílias atingidas, previa o cadastro socioeconômico dessas famílias, porém, há a denúncia de que o cadastro não abrangeu todos os moradores atingidos. Por ocasião da visita de campo em Altamira, participou-se de Audiência Pública, promovida pelo Ministério Público de Altamira no dia 12/11/2014. A audiência foi demandada pela população e segmentos representantes dos movimentos sociais, MXVPS, MAB, Associação de Moradores, Representantes dos Índios Citadinos, entre outros. O objetivo foi a discussão do direito à moradia das populações que foram deslocadas involuntariamente de seus locais de moradia. A composição da mesa oficial contou com representantes da NESAs, Defensoria Pública da União, IBAMA, FUNAI, BNDES, Representante da Presidência da República, Coordenadoria da Casa de Governo do Estado, Prefeitura de Altamira. Sob o clima de muita tensão, ocorreu a audiência. Moradores denunciaram a truculência por parte da NESAs e enganos quanto aos processos indenizatórios, maus tratos por parte dos funcionários do empreendimento. O encaminhamento tomado ao final do intenso e tenso debate foi a elaboração de documento da audiência (Vide anexo nº 4) e a criação da **Câmara Interinstitucional** com a composição dos órgãos presentes, para acompanhar e monitorar as ações da Norte Energia, bem como acolher os casos divergentes oriundos do processo de remanejamento involuntário, ou seja, uma espaço para acolher o contraditório. Acompanhando o histórico de Belo Monte, a condicionante compensatória do direito à moradia, foi uma das primeiras Ações Civis Públicas efetivada pelo Ministério Público em Altamira (cite-se a ACP nº 12, processo: 0001618-572011.04.013903 e ACP nº 19, processo: 2464-06.2013.4.01.3903) que tratam das irregularidades do cadastro socioeconômico e o reassentamento dos atingidos na área urbana de Altamira, respectivamente (BRASIL, MP, 2016).

condicionantes não vêm cumprindo as metas e prazos⁷¹ e a tentativa de impor que estas devem substituir as políticas públicas, efetivamente, ocasiona baixa qualidade na execução, atendimento e acesso aos serviços e políticas públicas, que, neste caso, as condicionantes socioambientais deveriam vir para se somar àquelas.

Por fim, entender as lutas sociais e resistência na área de influência de Belo Monte, perpassa a análise crítica da relação complexa Estado e mercado e o contraponto dos segmentos dos movimentos sociais. Depreende-se da realidade que alguns segmentos sociais, por não conseguirem fazer a leitura da complexidade da relação capital e trabalho, conseguem demarcar posicionamentos mais imediatos e pontuais, sobretudo no campo da disputa por recursos e do cumprimento das condicionantes socioambientais, o que não retira da luta o caráter de importância.

Outros segmentos que, considerando a trajetória articulada com outras forças, internas e externas (organismos internacionais financiadores de pesquisa, universidades, pesquisadores, participação em sindicatos, partidos políticos), articulam ações de formação política; consideram que o território é atravessado e ameaçado pelo capital, com vistas a ampliação da acumulação da riqueza com a leniência do Estado neoliberal.

Este, por sua vez, em nome de um desenvolvimento econômico, avança as barreiras, negligencia leis e nega direitos instituídos na Carta Magna; e, é por isso que o projeto energético de Belo Monte tem se sustentado e vem se efetivando, mas a luta social contra esse tipo de desenvolvimento também vem sendo animada por mais de trinta anos, e segue esculpindo o rumo da sua história na luta permanente por direitos.

4.3.1 **Lutas Sociais e resistências na área de influência de Belo Monte:** a luta permanente por direitos

Nesta última seção do estudo objetiva-se problematizar as lutas sociais e resistências no contexto da área de influência de Belo Monte, com destaque para as abordagens das questões afetas aos sujeitos heterogêneos que compõem os movimentos sociais na Região do Xingu. Analisa-se as perspectivas, e os projetos que orientam as ações políticas, legados e desafios. Isto é, como são articuladas essas forças e resistência frente à

⁷¹ De acordo com o Dossiê Belo Monte, no caso específico das Condicionantes do Componente Indígena, do quadro de 31 condicionantes socioambientais, até abril de 2015, 8 não foram atendidas; 5 foram parcialmente atendidas; 6 em andamento e 12 foram atendidas (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2015, p. 66).

ampliação da acumulação dos grandes projetos do capital tendo o Estado neoliberal como aliado.

Nesta direção, os indicadores de análise que conduzem essa discussão perpassam pela: *i* - organização, articulação e mobilização; *ii* – níveis de pressão sofridas no movimento; *iii* – as parcerias e cooperações estabelecidas; *iv* – a forma de sustentabilidade financeira; *v* – o caráter participativo formal; *vi* – os avanços e retrocessos da luta; *vii* – as perspectivas e desafios; e, por fim, *viii* – quais os horizontes das lutas sociais para além de Belo Monte. Considera-se que estas variáveis de análise contribuirão ao estudo aproximado das lutas sociais e resistência na permanente luta por direitos.

No quadro seguinte, trabalha-se as formas de organização, articulação e mobilização dos grupos, tendo como eixo o modo de comunicação, de mobilização dos encontros, atividades e a direção política das ações dos movimentos.

Quadro 26 - Organização, articulação e mobilização dos grupos sociais relativos à Belo Monte

Organização, articulação e mobilização dos movimentos sociais frente a Belo Monte.	F
a) Tem parceria com as outras colônias de pesca, mas não acompanhou todos os trabalhos. Seus órgãos realizam assembleias quando necessário.	1
b) Tem dificuldades financeiras, pois, as aldeias, os povoados ficam distantes e isso requer recursos para locomoção. O grupo tem apoio do CIMI que ajuda nas visitas e articulações.	1
c) Parceria com outras colônias de pesca; Manifestos por meio de ocupação das estradas de acesso ao empreendimento; ações junto ao Ministério da Pesca; Mobilizações que viabilizaram reunião em Brasília com a presidência da Norte Energia.	1
d) Na articulação entre os indígenas houve um processo de estranhamento, na medida em que as concepções e direcionamentos políticos foram divergentes. Grande parte das lideranças resolveu negociar, aceitando cestas básicas e benefícios advindos do empreendedor. Isso demarcou uma cisão entre grupos e fragmentou a luta indígena. Em função dessa fragmentação, afirmou que: “não existe movimento indígena contra Belo Monte”.	1
e) Articula reunião com lideranças de outras aldeias para discutir ações de manifestos sobre os direitos. Busca-se estabelecer o consenso para que as ações sejam mais fortalecidas.	1
f) O movimento indígena na Região encontra-se esfacelado. E isso é possível em função das diferentes ideologias e culturas dos nove povos indígenas. São grupos que articulam acesso a benefícios individuais o que facilita a inserção da NESA que trata as demandas de forma pontual e fragmentada.	1
g) Realizam planejamento anual e promovem reuniões frequentes com a base dos movimentos que discutem a hidrelétrica de Belo Monte.	1
h) Problematiza a dificuldade em estabelecer articulações mais amplas e a unidade nas lutas. Há várias concepções e ideologias que perpassam as organizações. Os movimentos locais receberam forte influência do PT. Mesmo em face das problemáticas, seguem articulando debates, encontros, reuniões com carroceiros, oleiros, conselho de segurança pública, sindicato dos urbanitários, sindicato dos funcionários da Celpa (Companhia Elétricas do Pará) e Cosampa (Companhia de Saneamento do Pará), na tentativa de unificar ao máximo. Estas se fazem por meio de pautas e demandas. Nos últimos anos tem empenhado esforços nesta direção.	1
<i>i) É difuso, antes a luta era contra Belo Monte, mas com o avanço da obra houve novas frentes, que perpassam pela luta por direitos provenientes das condicionantes. O movimento que se estruturou para impedir as barragens, hoje é o locus das demandas de violação de direitos.</i>	1
j) Estabelece articulações internas e externas, com organismos internacionais, em redes como movimentos sociais, ONGs e fóruns que lutam contra o modelo de desenvolvimento capitalista na Amazônia.	1
l) Os encontros deveriam acontecer bimestralmente, mas não estão ocorrendo. Há falta de interesse dos municípios.	1
m) Realizam conferências municipal, estadual e federal; participam de manifestações; realizam palestras relacionadas às políticas públicas e os direitos das mulheres.	1
n) As mobilizações são precárias. A rádio abre o espaço para os movimentos sociais, mas eles não ocupam. Nesse espaço o movimento discute e usa pouco.	1
o) Há uma articulação com todos os 11 municípios que abrange a prelazia. Busca uma unidade de suas pautas. Nas assembleias que ocorrem de 5 em 5 anos definem as prioridades com as comunidades. São cerca de 800 representantes que se reúnem durante 4 dias. Acrescem-se as participações e articulações no cotidiano de cada município.	1
p) Tem dificuldades de mobilização; as pessoas não participam e tem dificuldades financeiras para mobilizar e articular.	1
q) Tem se articulado com o MAB e participação em reuniões com a Norte Energia, Prefeitura de Altamira, mas não tem respostas dos acordos estabelecidos.	1
TOTAL	16

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

As entrevistas revelam que as orientações políticas das ações dos movimentos sociais são heterogêneas, tendo em vista as concepções que orientam as lutas. Depreende-

se que há grupos que, por não terem muita clareza teórica e política do que representa o projeto de acumulação do capital, que avança violentamente sobre o território, disputam por espaços, sobretudo por recursos, o que vem gerando a rivalidade entre aqueles grupos que estabelecem articulação ou diálogo com o governo federal – e os grupos que, por empreenderem uma orientação mais ampla, no sentido de ter a clareza dessa relação contraditória, que impõe um desenvolvimento conservador para o território – defendem uma posição política radical ao grande projeto. As concepções diferenciadas contribuem para divisões na base dos movimentos sociais.

Outro elemento que deve ser considerado nesse processo de mobilização e comunicação, diz respeito à geografia do território. As distâncias e mobilidade aos municípios, aldeias e comunidades e a ausência de recursos para financiar esses encontros, impactam nas mobilizações dos coletivos. Por outro lado, o que é um impedimento se constitui também em possibilidade, cujo papel das redes sociais tem protagonismo, pois muitos grupos realizam articulações no território e em escalas nacionais e internacionais.

A variável que ressurge nos dados colhidos da realidade diz respeito ao processo de cooptação, operado pelos poderes executivos locais, mas em escala mais ampla, pela base governamental do Partido dos Trabalhadores. Inference-se do dado que, neste contexto e considerando a trajetória histórica do PT na região, enquanto um partido de vanguarda e direção política na base dos movimentos sociais, muitos sujeitos que veem dessa militância e que, por várias particularidades, não conseguiram romper com essa aliança. Portanto, as mediações presentes nestas relações não devem ser reduzidas somente a análise simplória de cooptação, há outras relações submersas que perpassam esse tecido social e que não retira dessa base a contradição e resistência.

Um dado preocupante, que emerge novamente das entrevistas, diz respeito à pressão sobre os povos indígenas, que ficam vulneráveis nessa relação de assimetria com o empreendedor, considerando as peculiaridades da forma de organização social dos povos, sem que haja a mediação dos órgãos protetivos do Estado, como a FUNAI, FUNASA etc., que se constitui em uma ameaça de etnocídio a esses povos. Um dos representantes dos movimentos sociais denunciou, em entrevista, de forma bastante contundente qual o futuro dos povos indígenas mediante essa racionalidade autoritária de desenvolvimento:

As populações indígenas e não apenas os da Volta Grande isso eu lhe digo com toda **sinceridade não vão sobreviver, como povos não vão sobreviver, fisicamente podem sobreviver**, mas por que já estamos vendo aqui uma família indígena ou uma comunidade indígena vivem de que? Da pesca, da caça, da agricultura familiar, tem seu estilo e eles são arrancados daqui e tão onde? Tão na periferia e ainda recebem dinheiro, que eu tenho nada contra, que o pobre

ainda vai me dizer que até agora nunca receberam nada e agora que nós estamos recebendo dinheiro que tu faz com o dinheiro? Cada caso de embriagues e alcoolismo. E o alcoolismo traz o que? O índio não bate na mulher, mas bate a bota então, pois é e aí o resultado é o “branco” ao redor diz assim: esses vagabundos, esses bandidos que não valem nada e, ainda tem quem defenda! É desse jeito a situação se você diz que eles têm direitos, não vai entender não vai aceitar. Tem povo que aceita, mas tem gente que não aceita, vai dizer que ele tá defendendo vagabundo. Quem os fez tais? Essa é a pergunta. E aí eles não tem profissão, talvez mais tarde pode pegar uma vaga de ajudante de pedreiro ou qualquer outra coisa, mas profissão assim [...] (Entrevistado14. Realizada dia 11/11/2014 na cidade de Altamira, grifo nosso).

Nessa esteira da discussão das formas coercitivas que ameaçam as forças de resistência na Amazônia, são muitos os casos de registros de violência, sobretudo envolvendo a execução de lideranças na Região, como o assassinato, em 2001, na cidade de Altamira, de Ademir A. Federicci, conhecido como Dema, que coordenava o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX) e que se voltava criticamente contra o projeto da UHEBM.

O homicídio da religiosa Dorothy Stang, em 2005, no município de Anapu, área de abrangência de Belo Monte; e mais recentemente, em 2011, o duplo assassinato do casal extrativista M^a do Espírito Santo e José Cláudio Ribeiro, no município de Nova Ipixuna, que lutavam contra as forças violentas dos madeireiros. Estes foram tombados na trajetória empreendida de resistência ao modelo predatório de desenvolvimento capitalista. Contudo, registra-se que:

os assassinatos mancham de sangue a geografia do estado. Mortos em diferentes pontos do mapa, Ademir, Dorothy, Maria e José Cláudio retratam a trajetória de homens e mulheres contidos à bala na luta por justiça ambiental no Pará. As execuções são recados claros. Planejadas para silenciar o ruído incômodo dos movimentos sociais (SOMOS A FLORESTA, 2014. p.21).

O quadro a seguir revela que essas práticas sumárias, de fato, não calam as vozes dos movimentos sociais que, de forma velada e/ou declarada, sofrem perseguições e ameaças, sem, todavia, cessarem suas lutas e resistência.

Quadro 27 - Se a organização sofreu perseguições

Organização sofreu perseguições? Houve defesa?	F
a) Não, mas ocorrem problemas entre os próprios associados (pescadores).	1
b) Sim, sua comunidade foi destruída. Nas reivindicações juntamente com os indígenas, foi indiciado criminalmente. Em virtude do fato, não pode se expor na cidade de Altamira.	1
c) Refere que desde 2010 vem sofrendo ameaças veladas. A abordagem do IBAMA junto aos pescadores é sempre truculenta, não dialogada. Há um controle sobre o seguro defeso e àqueles que não respeitam são responsabilizados, e mesmo pagando a pena, o material de pesca apreendido não é devolvido ao pescador. O poder público estadual e federal não dialoga com a categoria.	1
d) De forma velada. Sua imagem ficou rotulada contra a barragem, isso impediu de alcançar postos de trabalho na prefeitura de Altamira.	1
e) Na década de 90, suas terras (terras indígenas) foram ameaças por colonos e fazendeiros. Obtiveram apoio da FUNAI.	1
f) Sofrem constantes ameaças pela própria natureza do trabalho de educação política junto aos indígenas. Tem os telefones grampeados; rondas à instituição, inquéritos da polícia federal e como não podem indiciar diretamente os indígenas, criminalizam quem apoia. Os inquéritos têm sido arquivados por falta de provas.	1
g) Em 2011 para 2012, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) infiltrou um espião no movimento. Muito embora tenha sido movida ação judicial contra o infiltrado, até o momento [2005] não houve audiência. Nas manifestações, são criminalizados pela NESA de vandalismo, invasão de domicílio, formação de quadrilha e respondem a processos judiciais. Tem a defesa pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH).	1
h) Sofrem constates perseguições desde a vinda da barragem, inclusive pela imprensa local de Altamira que é atrelada à prefeitura. As mobilizações são interpretadas como vandalismo. Tem cinco pessoas do movimento processadas e recebem apoio jurídico voluntário da SDDH e do grupo Terra de Direito.	1
i) Em 2008, foram responsabilizados por decorrência do encontro dos Povos Indígenas quando o engenheiro da Eletrobrás foi atingido com um facão – como não podiam indiciar os indígenas, iniciaram os organizadores. O processo está parado. No ano de 2009 sofreu ameaça de morte por parte de funcionário da Camargo Correa. Recorreram ao conselho de administração da empresa, que demitiu o empregado. Por conta de protesto a equipe foi processada por destruição do patrimônio da NESSA.	1
j) Sempre sofrem perseguições, difamações, ameaças de morte. Em 2013 acusados por organização de quadrilha. Pessoas foram indiciadas que não estavam na cidade no dia da manifestação; 2014 danos ao patrimônio público. Os advogados do Sindicato que fazem a defesa.	1
l) Na cidade de Senador José Porfírio não, mas tem informação que Altamira ocorre perseguições ao pessoal do movimento.	1
m) Declara que o movimento de mulheres de Vitória do Xingu em 2014 sofreu perseguição por parte de um padre da igreja que avaliou que o movimento foi omissivo no atendimento a uma mulher com problemas mentais que estava na cidade. Foram denunciados, e recorreram ao Ministério Público.	1
n) Sim, em 2010 ameaça de morte aos locutores devido a denúncia de desvios de recursos pela prefeitura. Ocorre também assédio aos locutores.	1
o) Sim, na década de 90 sofreu uma emboscada que resultou em um acidente, onde faleceu uma pessoa. Sobreviveu mas ficou em estado grave. Desde 2007 foi enquadrado no Plano de Defesa dos Defensores dos Direitos Humanos e anda sobre escolta armada do governo do Estado, mobilizada após os assassinatos de Ademir Fredericci (Dema) em 2001 e da irmã Dorothy em 2005.	1
p) Sim, em 2010 um representante da Prefeitura de Vitória do Xingu gravou uma reunião da Associação e delatou um funcionário da NESA que estava participando como ouvinte, pois era membro da associação.	1
q) Não, pois a sua associação foi fundada recente em 2014, mas avalia que é uma questão de tempo, pois trabalham com a defesa de direitos e isso incomoda.	1
TOTAL	16

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

A violência é um dado que continua sendo um desafio aos órgãos de proteção dos Direitos Humanos e, sobretudo, aos movimentos sociais de resistência no contexto

amazônico. Historicamente, a Região é alvo de conflitos territoriais e agrários, grilagem, exploração de madeiras, exploração de minério (garimpos), atividades que, pela própria natureza, reiteram uma colonização de violência, conforme problematizado nos capítulos anteriores. Nos diálogos, foi denunciada a existência de um grupo de extermínio, denominado “consórcio da morte” e que há uma tabela de preços, isto é, a vida das pessoas, tabeladas de acordo com o nível de importância e liderança que exercem no movimento.

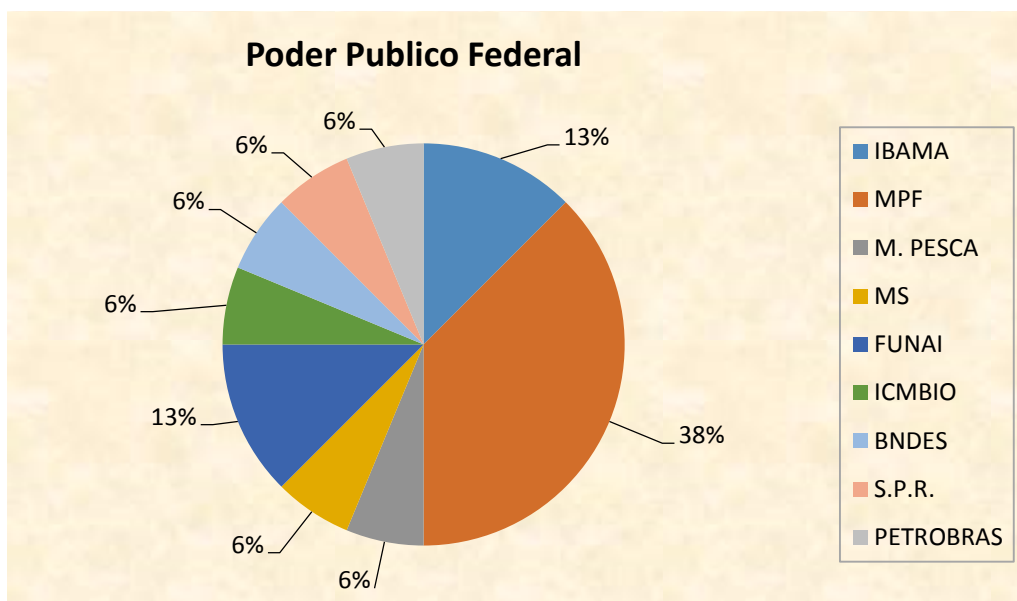
Nesse solo fértil de impunidades e violências, a UHEBM veio acirrar ainda mais esses conflitos, em que é recorrente a **criminalização** dos movimentos sociais por meio de assédio moral, psicológico, ações judiciais, demissões, retaliações, perseguições, grampos telefônicos, espionagem e ameaça de morte, configurando um quadro claro de perseguição.

Os relatos denunciaram os vários segmentos do poder público, nas esferas federal, estadual e municipal, que incorrem em violações. Somam-se, ainda, os entes privados, a NESA, o CCBM, mídia local, fazendeiros e posseiros – revelando a leniência e o caráter repressor e coercitivo do Estado. Se antes da UHEBM as ameaças e violações advinham de grupos e consórcio de matadores, agora o Estado passa a ser também o violador dos movimentos sociais, por meio do uso dos aparatos de repressão, polícia militar do Estado, força nacional, abertura de inquéritos judiciais, etc.

Entretanto, como o Estado não é um todo homogêneo, destaca-se a ação dos órgãos protetivos como Ministério Público, FUNAI, Defensoria Pública do Estado do Pará, como também entidades da sociedade civil, como Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SPDH) e o Sindicato da área de educação, que agem na ativação de direitos e defesa em prol das lutas sociais empreendidas pelos movimentos sociais de resistência.

Do ponto de vista das formas estabelecidas de parcerias e cooperações, é importante referenciar que estes conceitos (parceria e cooperação) estão no campo das relações institucionais e não institucionais, em que prevalecem a questão do diálogo, do acesso à informação, políticas e programas, como também no sentido de estabelecimento de ações conjuntas e partilhadas, na busca por objetivos comuns, o que não significa dizer, que não haja contradições nestas relações. Os gráficos a seguir apresentam um panorama geral de como os movimentos sociais articulam as suas forças e lutas a partir destas referências.

Gráfico 8 - Parcerias e Cooperações estabelecidas com o Poder Público

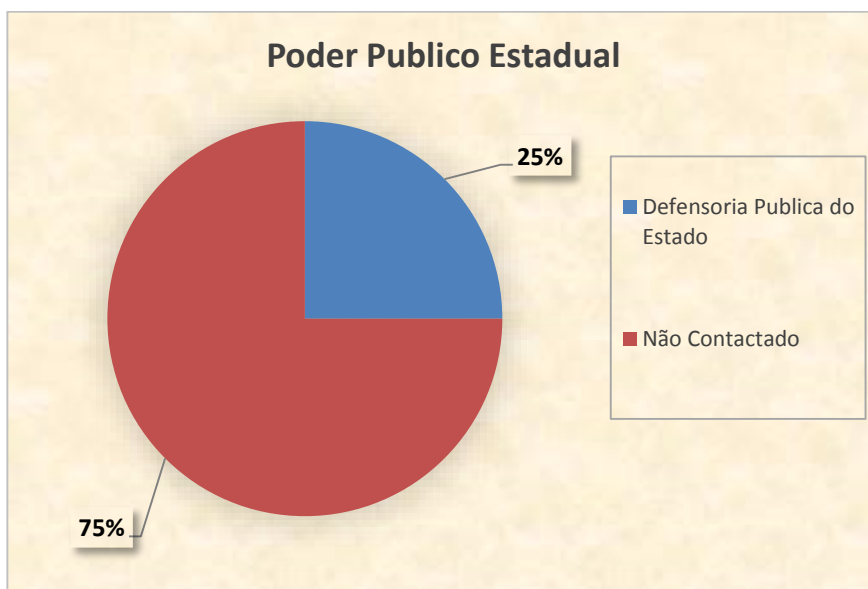


Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

Nas relações estabelecidas com órgãos do poder público, ficou claro nos diálogos as tensões nas parcerias e relações que se estabelecem entre o poder público e os movimentos sociais. São relações permeadas de tensões, contudo há o espaço para a possibilidade do diálogo. Há prevalência de parcerias e cooperações com órgãos considerados mais autônomos do aparato estatal, como o Ministério Público Federal de Altamira.

No segmento Estatal, os entrevistados referiram somente parceria e relações de cooperação com a Defensoria Pública do Estado. Nas falas, era recorrente a afirmativa de que o poder público estadual não se fazia presente na Região. O gráfico, a seguir, ilustra esta afirmativa.

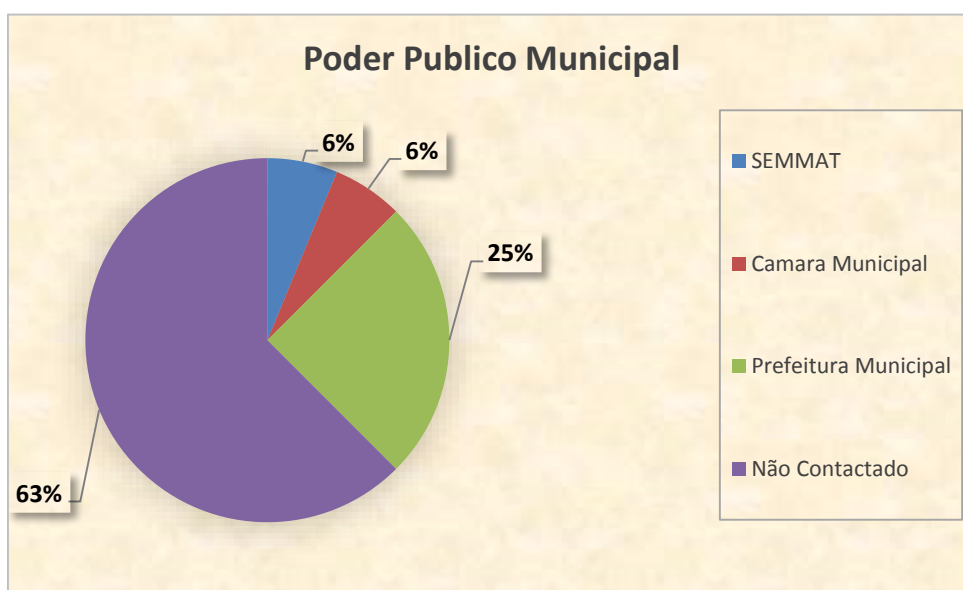
Gráfico 9 - Parceria e Cooperação com Poder Público



Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

Quanto ao acesso ao poder municipal, tem-se respostas pertinentes às prefeituras dos três municípios visitados, Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, considerando que os segmentos sociais que compõe os movimentos transitam em toda a Região e que, portanto, articulam parcerias e atividades de cooperação nos vários municípios. Em virtude desta especificidade, unificaram-se as respostas que correspondem ao poder público municipal e respectivas secretarias dos três municípios.

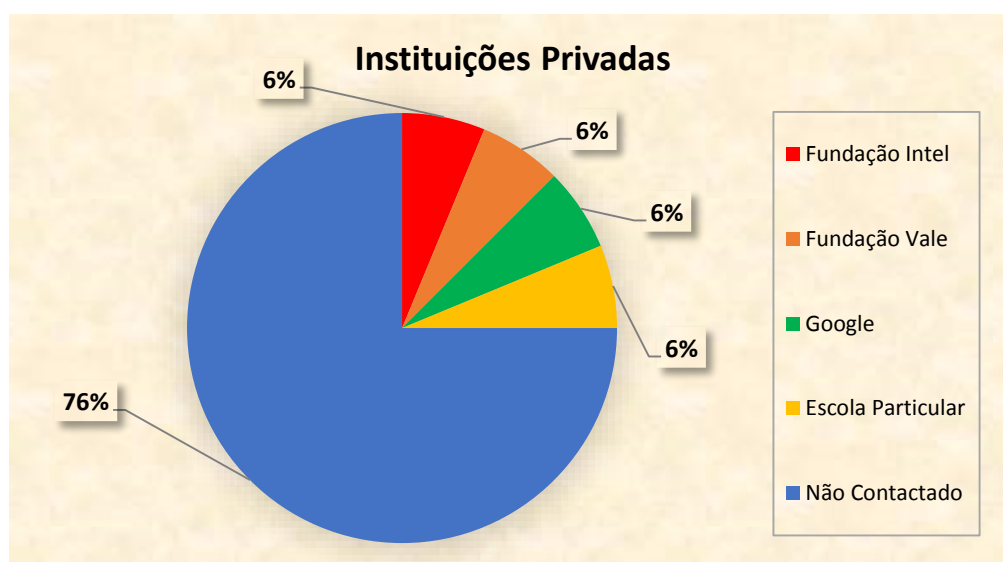
Gráfico 10 - Parceria e Cooperação com Poder Público



Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

No campo do mercado, os entrevistados referiram pouco contato. Entende-se que o mercado tem interesse na obtenção do lucro, sem se importar com as questões socioambientais; portanto, é natural que não se tenham tantas parcerias no campo privado do mercado. Todavia, com o debate das questões de responsabilidade social, as empresas de grande porte assumem esse discurso, como uma estratégia de promover suas marcas; redução de impostos etc. De regra, as grandes empresas instituem fundações que desenvolvem e financiam projetos sociais. E, por essa via, apenas dois segmentos dos movimentos sociais, na Região, declararam acionar tais recursos, conforme ilustrado no gráfico seguinte.

Gráfico 11 - Parceria e Cooperação com Instituições Privadas



Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

O quadro a seguir é revelador dos níveis e escalas das articulações, **parcerias e cooperações**. Trata-se de uma constelação de instituições da sociedade civil, que abrangem várias temáticas de defesa de direitos. E também se multiplicam e se organizam em vários territórios, desnudando que a mundialização do capital também provoca, em sentido contrário, e guardada as devidas proporções, a mundialização das lutas sociais e resistência as quais não apresentam a mesma força e dimensão do capital. Outrossim, reconhece-se que o quadro 28 tem um limite diante do enorme potencial que alcançam as articulações, parcerias e cooperações que os movimentos sociais ativam em suas práticas políticas.

Quadro 28 - Parcerias e cooperações estabelecidas com a Sociedade Civil e Organismos Internacionais

Instituição	F
Associação de Moradores	3
Associação docentes (ADUFPA)	1
Associação Comunitária Reserva Extrativista	1
Cooperativa de Oleiros e Carroceiros	2
Cooperativa Moto-taxista	1
Cooperativa dos Garimpeiros	1
Cooperativa de pescadores	3
Conselho Indigenista Missionário (CIMI)	3
Comissão Pastoral da Terra (CPT)	2
Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)	1
Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação	1
Central Intersindical	1
Embaixada Britânica	1
Igreja Católica	11
Igreja Evangélica	3
Instituto Federal e Universidades	1
Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS)	8
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)	2
Movimento Indígena	3
Movimento quilombola	1
Movimento de Mulheres	7
Movimento Negro	2
Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis (LGBT)	1
Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI)	1
Organizações não Governamentais (ONG's)	10
Organizações não Governamentais Internacionais	4
Organizações Folclóricas	2
Partidos Políticos	2
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)	1
Rádios Comunitárias	1
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	4
Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (SINTEPP/Altamira)	5
Sindicato dos Urbanitários	1
Sindicato dos Taxistas	1
Serviço Social da Indústria (SESI)	1
Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH)	2
União Europeia	1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

O quadro apresenta um desenho plural e diversificado dos níveis e escalas de parcerias e cooperações, que se dão nas esferas locais dos municípios, mas que também articulam em níveis transnacionais. Essa miríade de parcerias e articulações revelam que essas forças sociais são dinâmicas, têm fluidez, alcance e percepção de como ativar mecanismos de parcerias, cooperações que venham a somar as suas lutas sociais⁷². A pesquisa demonstra o intercâmbio entre os vários grupos e forças sociais na Região do

⁷² Frutos dessas articulações de parceria e cooperação, citam-se as visitas em Altamira do Cineasta James Cameron e do ator Arnold Schwarzenegger (GLOBO.G1,2011), do músico e ativista Sting (ESTADÃO, 2009); de artistas de renome nacional que gravaram vídeos intitulado movimento Gota da Água, de apoio às lutas sociais em defesa dos povos da Amazônia (É a Gota D'Água +10, 2011). Estas parcerias contribuíram para dar visibilidade ao mundo da questão de Belo Monte na Região do Xingu.

Xingu, como também as articulações e escalas em níveis nacionais e internacionais. E não nega, nessa dinâmica, o diálogo com o poder público, que ainda de forma controversa estabelecem cooperações e parcerias nas três esferas de poder: federal, estadual e municipal.

Ou seja, a resistência é essa articulação macro e micro que estrutura as lutas sociais; com pluralidade de visões, de ideologias. Tais forças conseguem articular debates ampliados e, por conseguinte, dada a sua diversidade, e suas contradições, contribui para consolidar o espaço democrático da construção dessas forças. Todavia, os movimentos sociais incorrem em um limite objetivo, que diz respeito à questão da sustentabilidade das ações dos movimentos, conforme gráfico ilustrado a seguir.

Gráfico 12 - Captação de recursos



Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

A sustentabilidade financeira dos grupos sociais organizados se constitui um constante desafio; observa-se a prevalência de captação de recursos via contribuições de associados e doações. São valores incipientes que pouco possibilitam a edificação de ações constantes e sistemáticas e contribuem para vulnerabilizar as **ações e práticas políticas**.

O segmento dos movimentos sociais que captam recursos via projetos são as ONGs, que conseguem desenvolver ações mais sistematizadas, com profissionais e uma melhor desenvoltura na efetividade de seus trabalhos, mas que também dependem de aprovação e captação de recursos para os projetos. **De modo geral, os movimentos sociais apresentam uma restrita autonomia financeira** o que exige destes, muita criatividade e

cooperação no desenvolvimento de suas práticas políticas.

Tendo em vista a questão dos recursos, destaca-se o Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX)⁷³, conforme abordado no subcapítulo 3.2, que se trata do espaço onde se exerce o controle social do empreendimento. Com um formato paritário, é composto por representantes da sociedade civil, governo e mercado. Neste, concentram-se a gestão, planejamento de programas e projetos, metas e deliberação dos recursos para atender ações de mitigação e compensação dos impactos da megaobra. Sendo esse um espaço de captação de recursos, apresenta-se o quadro a seguir, que expõe o ponto de vista dos representantes dos movimentos sociais a respeito do referido Comitê.

⁷³ A respeito do Comitê: “artigo. 1º Fica instituído o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS do Xingu, com a finalidade de promover políticas públicas que resultem na melhoria da qualidade de vida da população que habita sua área de abrangência. § 1º A área de abrangência do PDRS do Xingu compreende os Municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu, no Estado do Pará. [...] § 3º A implementação do PDRS do Xingu deverá observar a cooperação entre órgãos e entidades federais e entre estes e os órgãos e entidades dos demais entes federados, assim como a participação dos setores organizados da sociedade local. [...]. Art. 2º Fica criado, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, o Comitê Gestor do PDRS do Xingu, com as seguintes atribuições: I - monitorar a execução e a efetividade do PDRS do Xingu; II - promover a articulação entre os instrumentos de planejamento governamentais e entre os órgãos públicos e, quando necessário, desses com as entidades da sociedade, com a finalidade de implantar as ações do PDRS do Xingu de forma eficiente, eficaz e ágil; [...]. Art. 3º O Comitê Gestor será composto de forma paritária por quinze representantes de órgãos governamentais e por quinze representantes de organizações da sociedade civil. Art. 4º A representação governamental no Comitê Gestor será integrada por membros, titulares e suplentes, do Governo Federal, dos Governos do Estado do Pará e dos Municípios, pertencentes à área de abrangência do PDRS do Xingu, a seguir indicados: I - cinco representantes do Governo Federal; II - cinco representantes do Governo do Estado do Pará; e III - cinco representantes das Prefeituras Municipais.[...]. Art. 5º A representação da sociedade civil no Comitê Gestor será integrada pelos seguintes representantes: I - quatro representantes, titulares e suplentes, do setor empresarial e de entidades sindicais patronais dos setores urbano, rural e pesqueiro da área de abrangência do PDRS do Xingu, distribuídos da seguinte forma: a) um representante de entidades patronais do setor urbano; b) um representante de entidades patronais do setor rural; c) um representante do setor pesqueiro; e d) um representante da empresa Norte Energia S.A.; II - quatro representantes, titulares e suplentes, das entidades sindicais dos trabalhadores urbanos, rurais e dos pescadores, sendo pelo menos um representante de cada um desses segmentos atuantes na área de abrangência do PDRS do Xingu; III - quatro representantes, titulares e suplentes, das entidades representativas dos demais segmentos da sociedade civil local, compreendendo os movimentos sociais e as organizações ambientais atuantes na área de abrangência do PDRS do Xingu; IV - dois representantes, titulares e suplentes, das comunidades indígenas oriundas da área de abrangência do PDRS do Xingu, sendo pelo menos dois representantes, titulares ou suplentes, provenientes de comunidades indígenas inseridas na área de influência direta do empreendimento de Belo Monte; V - um representante titular e um suplente de instituição de ensino e pesquisa atuante na área de abrangência do PDRS do Xingu.” (BRASIL, 2010).

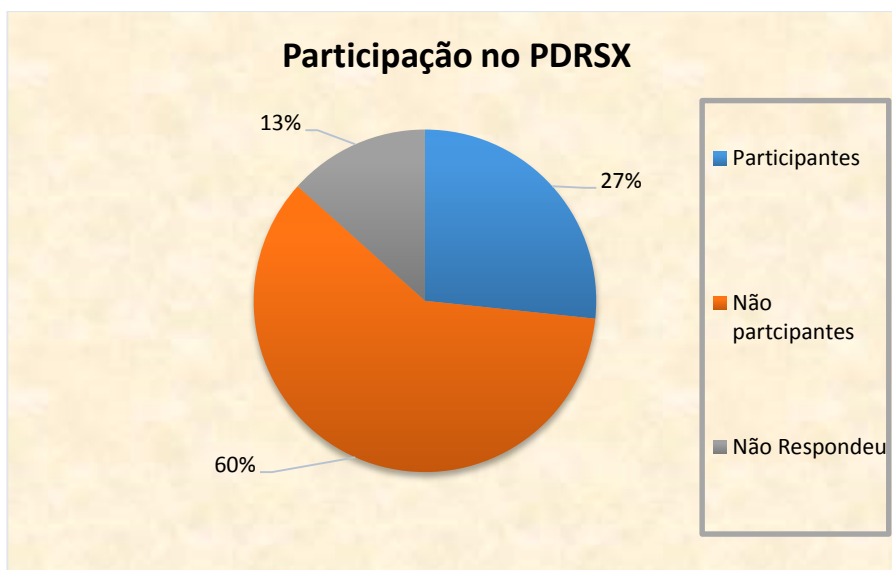
Quadro 29 - Avaliação do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS Xingu)

Participação no PDRS Xingu – Avaliação relativa ao Comitê	F
a) Existem pequenos grupos que se beneficiam financeiramente em detrimento do coletivo. Há privilégios para o município de Altamira em detrimentos dos dez municípios restantes.	3
b) Há favorecimento às instituições de grande porte (empresários, sindicatos). Para aprovar um projeto tem que se articularem às instituições maiores e sempre há retaliação, há assédio moral.	2
c) O representante não representa os interesses coletivos indígenas das cinco aldeias. Não há uma prestação de contas e o povo indígena está alheio ao que acontece no PDRSX.	2
d) Não participa por não concordar com os formatos das discussões que são pré-estabelecidas e tendenciosas.	2
e) Não participa por tratar-se de um espaço de disputa entre as organizações que abala as relações e desarticula os movimentos sociais. Há um desvio de recursos que de regra são direcionados para consultorias em detrimento de ações concretas para os municípios e isso é uma estratégia governamental que serve para a desarticulação dos movimentos sociais.	1
f) Compõem quatro câmaras técnicas. É um espaço que ainda está se consolidando e é conflituoso na medida em que disputam o mesmo espaço sociedade civil e Estado. Seria um bom exercício se todos pensassem o formato de desenvolvimento para a Região, mas não há consenso porque há a lógica do mercado de projetos e são difíceis os espaços coletivos qualificados para discutir o desenvolvimento para a Região, há também a disputa entre as prefeituras.	1
g) Trata-se de uma defesa imediatista das demandas. É um órgão defensor da hidrelétrica, cujos representantes defendem interesses não coletivos. Quem tem uma relação maior com o comando, se beneficia mais. Todas as organizações dos movimentos sociais do PT estão no Comitê. É difícil o debate, os gestores públicos não tem a defesa do coletivo. É um instrumento de alienação que não atende as verdadeiras demandas da população e sua metodologia contribui para isso.	1
h) Não informou.	2
i) Não teve nenhum projeto aprovado. É um espaço de disputa e desigual o poder público não honra as demandas coletivas, inclusive há municípios que são beneficiados em detrimentos de outros.	1
j) Demonstrou pouco conhecimento em relação ao Comitê.	1
TOTAL	16

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

O quadro acima elucida qualitativamente o ponto de vista dos entrevistados, quanto ao Comitê, e revela as contradições e disputas que se instalam no referido espaço. A seguir, gráfico que ilustra, dentre os segmentos dos entrevistados, quais estão vinculados ao PDRSX.

Gráfico 13 - Participação no Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

Conforme os dados qualitativos e quantitativos apresentados, depreende-se que o PDRSX é um espaço deliberativo de ações, projetos e recursos. Sua gênese está endogenamente ligada à construção da hidrelétrica e bastante difundida e conhecida dos entrevistados; apenas duas pessoas declararam não conhecer e/ou não entender o papel deste órgão, que tem uma composição paritária entre o Estado e a sociedade civil.

Pelo quadro, observa-se que a participação dos grupos sociais se dividem entre os que compõem o Comitê e os que não fazem parte organicamente. Todavia, os dois grupos são unânimes em afirmar que se trata de um espaço de disputa de poder e beneficiamento, cuja metodologia não propicia uma participação equitativa, e que as ações deliberadas, recursos e projetos pouco atendem às demandas coletivas visto prevalecer interesses individuais, acirrados por disputas.

Entende-se que um espaço de assimetria de poderes, que retira o foco do debate dos impactos que a UHEBM provoca e acirra o conflito e a disputa por recursos entre os membros da sociedade civil, contribuindo para cindir os grupos e acirrar disputas entre os representantes do poder público local, fragilizando o diálogo e intercâmbio entre os municípios afetados, é um mecanismo de controle social controverso, que não equilibra a paridade e equidade, tonando-se mais um espaço do poder hegemônico.

Nessa perspectiva de participação e articulação nos espaços de poder institucional e não institucional, os elementos de análise sobre os **avanços** e **retrocessos** das lutas sociais e resistência dos movimentos são importantes componentes para avaliar a

dimensão de totalidade. Assim, os quadros apresentados a seguir ilustram a perspectiva e síntese de como os movimentos sociais avaliam o **alcance** e o **retrocesso** das lutas sociais.

Quadro 30 - Espaços de concentração e intensificação das mobilizações sociais: considera avanços

Considera Avanços das lutas sociais	F
a) Garantia da área para a realocação dos pescadores.	1
b) Há 30 anos está na luta, que ora flui e reflui. Observa alguns avanços	1
c) Cursos profissionalizantes na área da embarcação; aperfeiçoamento de pescado	1
d) Destacou apenas os retrocessos para os povos indígenas	1
e) Avanço no reconhecimento e ampliação da terra indígena	1
f) O avanço do protagonismo do movimento indígena	1
g) O avanço o reconhecimento das pessoas e de seus direitos; A visibilidade para o mundo sobre o que é Belo Monte, de denunciar à Corte Americana	1
h) Avançou no aspecto da realocação de famílias, mas há a necessidade de avançar no cadastramento das famílias que foram excluídas do cadastro anterior	1
i) Tem dificuldades de avaliar os avanços, pois ainda está em processo.	1
j) Avanços a partir de 2014 da lei sobre o Plano de Cargos e Carreiras (PCCR's) com a inclusão da formação inicial e continuada.	1
l) Avançou na luta por igualdade de gênero, ocupação da mulher em cargos públicos e lideranças a frente dos movimentos sociais.	1
m) Avanços dá visibilidade às lutas por meio de denúncia; tomar posição, ter voz e vez.	1
n) Avançaram na luta pela efetivação do “Programa Luz para todos” uma vez que Vitória do Xingu vai produzir energia, mas não tinha energia para os municípios; avançou na credibilidade da rádio comunitária quando um espaço de denúncia e reivindicações.	1
o) Avanço foi a visibilidade à luta que se envida a 30 anos, essa resistência fez com que o rolo compressor passasse de maneira menos criminosa sobre os povos do Xingu.	1
p) Avanços relacionados a projetos que estão em andamento, à comunicação da comunidade. A relação entre as entidades.	1
q) Trata-se de uma entidade recente que ainda não tem elementos para avaliar os avanços e retrocesso, todavia, nutrem esperança na luta pela agricultura familiar.	1
TOTAL	16

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

Os avanços oriundos das lutas sociais se mostram contrários ao modelo de desenvolvimento energético brasileiro que representa Belo Monte. Observa-se um movimento de forças que se articulam e criam formas próprias de organizações a partir de demandas específicas de seus segmentos, mas que também articulam demandas e ações mais amplas e coletivas. Os avanços corroboram a luta por políticas públicas, como o Programa Luz para Todos, Habitação, legalização e reconhecimento de terras indígenas, alfabetização, ou seja, seguem na luta por direitos.

Considera-se avanços também, a **visibilidade** denunciada, de que se trata de um projeto autoritário de desenvolvimento colonizador para a Amazônia e seus violentos impactos causados aos povos do Xingu. Essa visibilidade contribui para pautar, responsabilizar e agendar publicamente as questões relacionadas às políticas públicas e à responsabilização pelas violações dos direitos.

O quadro a seguir problematiza os retrocessos e/ou os limites das lutas sociais e resistência.

Quadro 31 - Retrocessos e/ou os limites das lutas sociais e resistência

O que consideram retrocessos das lutas sociais	F
a) O não reconhecimento do prejuízo ao setor pesqueiro que perdeu mais de 10 quilômetros do rio por conta do aterramento em Altamira.	1
b) O que prejudica a luta é o medo por conta da criminalização do movimento por meio do aparato policial que é propiciado pelo poder público.	1
c) O limite é também o desafio da alfabetização, considerando o alto índice de não alfabetizados no segmento de pescador.	1
d) Há um retrocesso na medida em que a luta dos povos indígenas foi sendo fragmentada cuja concentração e mobilização ocorre em torno de interesses específicos, trazendo problemas relacionados à segurança alimentar ao desaparecimento das culturas indígenas.	1
e) Os impactos relacionados ao pescado que ficou escasso; a pressão sobre as terras indígenas. Ameaça de pescadores, caçadores, NESA; mudança no estilo de vida; insegurança e violência nas aldeias.	1
f) O processo de cooptação junto às lideranças indígenas, que foram individualizando suas demandas e fragilizando o movimento. Também houve divergências ideológicas entre os movimentos que apoiavam a luta e de regra não entendiam que os indígenas tem sua forma de luta que difere do modelo hegemônico de sociedade. Isso trouxe um enfraquecimento às lutas.	1
g) Não agregar os demais movimentos sociais à continuidade da luta contra a usina hidrelétrica.	1
h) O limite a compulsoriedade dos remanejamentos; desafio da estruturação dos reassentamentos e a atenção às lutas rurais.	1
i) A destruição de culturas; maior precarização nas áreas da saúde, saneamento, educação. Etnocídio indígena; desrespeito generalizado nos espaços de decisões.	1
j) A implementação do PCCR's; criminalização da luta e pouca representatividade nos poderes executivos e legislativos que são representações conservadoras.	1
l) Não referiu retrocesso.	2
m) O não reconhecimento como entidade representante de mulheres por parte do poder público.	1
n) A falta de apoio e investimentos.	1
o) A questão da compulsoriedade dos remanejamentos. O medo, por conta da criminalização contra a resistência.	1
p) Não respondeu.	1
TOTAL	16

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

O quadro acima exposto exhibe aspectos avaliativos da trajetória das lutas sociais encampadas e trazem a reflexão a respeito dos **retrocessos e desafios**. Destaca-se a permanente luta pelo **direito à moradia**; a necessidade de que os assentamentos tenham equipamentos públicos, como postos de saúde, escolas, transporte público, mercados, espaços coletivos de convivência, lazer; a resistência quanto à forma involuntária de desapropriação, na medida em que isso representa a violação de toda uma história construída.

Ainda sobre os retrocessos, destaca-se a falta de clareza da dimensão dos impactos reais causados pela UHEBM. As ameaças denunciadas apontam para a extinção de culturas tradicionais dos ribeirinhos, pescadores artesanais, indígenas; a extinção de

postos de trabalhos, a exemplo do segmento de pescadores. Do ponto de vista das ações políticas envidadas pelos movimentos, a pressão constante sobre o movimento em que pese a criminalização e o processo de cooptação, que forjam fragmentações nos grupos sociais. Todavia, isso não engessou as lutas sociais, que são representadas por uma pluralidade de movimentos, com projetos distintos, os quais tencionados por essa diversidade, qualificam o movimento na direção da ampliação e construção de uma base mais democrática desses movimentos, que efervesce numa dinâmica contraditória nessa luta entre capital e trabalho.

Nesta direção, os **desafios** que se colocam nos horizontes das lutas sociais servem também para apontar o norte dessas lutas e resistência. O quadro a seguir qualifica as projeções que se colocam como desafios aos movimentos sociais frente à ofensiva da ampliação e acumulação do capital na territorialidade amazônica paraense.

Quadro 32 - Perspectivas e desafios frente a Belo Monte

Perspectivas e desafios em relação à UHE de Belo Monte	F
a) Belo Monte é um fato consumado e o desafio é o reconhecimento das demandas e da luta dos pescadores, moradores e indígenas tendo em vista o cumprimento das medidas condicionantes previstas no Plano Básico Ambiental.	5
b) O desafio é a criminalização promovida pelo poder público, é a continuidade da luta.	2
c) Nada é irreversível, neste caso se houvesse uma conscientização da sociedade. Todavia, não há e pela via dos indígenas de Altamira, Belo Monte é fato consumado.	1
d) Os desafios são os impactos, como será o trabalho junto à população indígena pós Belo Monte.	1
e) Não considera a UHEBM um fato consumado. O desafio é a resistência, a continuidade da luta, mostrar que existem outras formas de energias que podem ser limpas, pois essa atual é ultrapassada e não serve a nenhum povo.	2
f) O problema é o modelo de produção energética brasileira. Assim, o desafio é amenizar os impactos da UHEBM para a população.	1
g) Acredita que a UHEBM ainda não está consumada, pode haver uma reversão por meio da opinião pública dos movimentos sociais. Belo Monte, pode virar um monumento de algo que depõe contra a Amazônia.	1
h) Já passou o tempo de parar a obra. Os desafios são os impactos que não se tem muita clareza do que será para além do que já se sente (roubo, prostituição, desemprego, alagamento da área rural).	2
i) Trata-se de um fato consumado, na medida em que tem o apoio irrestrito do governo federal. Estão envolvidas multinacionais de países como França, Áustria e Alemanha. Todavia, a luta perdura há 30 anos. As lutas são resistências que nem sempre se constituem em vitórias, as lutas representam uma condição de ser e estar no mundo.	1
TOTAL	16

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

Tendo em vista o avançado da obra, algumas lutas se firmam no horizonte que perpassam por **políticas públicas** para a região do Xingu e o cumprimento das medidas condicionantes. Estas se tornam complexas e desafiadoras na medida em que a construção física da UHEBM já se encontra em fase final e o cumprimento das medidas condicionantes vão em direção contrária. A não realização destas e a falta de clareza dos impactos do megaprojeto, pode representar um limite civilizatório para os grupos sociais

que estão na região, no sentido da inviabilização de suas formas sociais e econômicas de organização e sobrevivência.

Neste horizonte, apontam-se também a criminalização e os processos de cooptação promovidos por segmentos do poder público, que, de forma contraditória e complexa, acirra a perenidade da luta e resistência. Assim, não obstante o entendimento de que a UHEBM não é fato consumado, os grupos sociais entendem da necessidade contínua das lutas, que seguem, nesse contexto histórico, ativando **ações políticas** diversas, como manifestações, paralizações, ocupações, mobilizações, participações em conferências, seminários nacionais e internacionais, publicações gráficas e nas mídias sociais, participações em audiências públicas, projetos, reuniões com câmaras e setores do poder público, com vistas a denunciar as violações e agendar internacionalmente a questão. Segue, o depoimento emblemático da articulação e politização da resistência em suas várias escalas de articulações e visibilidade:

eu passei agora 15 dias em janeiro de 2014 na Europa bancada por várias ONGs, inclusive alguns cineastas da Alemanha, de Munique, Stuttgart e Ulm. Falei para os cineastas e vários intelectuais, alunos, acadêmicos, jornalistas perguntavam, mas o que é mesmo que você quer dizer para os Europeus? Brasileira só era eu lá nessa conferência do meio ambiente. Quero dizer para os homens e mulheres da Europa, principalmente aqueles que constituíram patrimônios faraônicos a custas do sangue dos latinos, lá da minha América, que em alguns países da América Latina não tem mais indígenas por que acabaram tudo. Lá na minha terra no Xingu ainda tem os Xipaias, os Jurunas, os Xicrins e tem os quilombolas, pescadores - e chovia de intelectuais, de mídia em cima de mim querendo me ouvir -, as mulheres e os homens eu vim aqui em nome desse movimento dizer pra vocês e para os grandes patrimônios do capital Alemão, não fabricarem mais turbinas pra vender aos países latinos, pra barganhar com os governos conservadores, que nós temos lá, que são todos neoliberais, capitalistas aliados as corrupções e não se importam com a vida da gente. Vim dizer pra vocês que já dormem em berço esplêndido, que vocês não fiquem eternamente em berço esplêndido, por causa da produção tecnológica industrial de vocês, nós estamos morrendo, eu vim pra cá dizer que Belo Monte comprou carradas e carradas de turbinas de eletroeletrônicos lá pra fazer a barragem que tá matando nosso povo (Entrevistado10. Realizada no dia 09/11/14 na cidade de Altamira).

Alguns grupos entendem a UHEBM como fato consumado tendo em vista o apoio irrestrito do poder público. Todavia, isso não significa um retrocesso, e sim, o recrudescimento das lutas sociais, considerando que são lutas permanentes que se fazem a partir das desigualdades sociais forjadas, que reverberam a luta de classes no território amazônico.

Deste modo, as lutas encampadas perseguem objetivos relacionados a esse processo de ampliação da acumulação do capital no território, a partir das singularidades que se apresentam na realidade amazônica. Portanto, os objetivos das lutas se colocam em campos específicos, porém não desconectados da racionalidade hegemônica. O quadro

seguinte sintetiza o traçado vindouro dessas lutas.

Quadro 33 - Se as lutas encapadas perseguem outros objetivos

Lutas encapadas perseguem outros objetivos	F
a) A luta segue em favor dos direitos do segmento sociais.	1
b) Lutam por alfabetização para o segmento e a construção de uma fábrica de gelo para atender a demanda dos pescadores.	1
c) A elaboração de documentação junto a FUNAI e MPF para que cada aldeia tenha instituído sua associação.	1
d) A luta pela autonomia enquanto povos indígenas para que se preservem enquanto povos.	2
e) A resistência por meio das lutas sociais.	2
f) A luta pela titulação dos rios de todo o mundo como patrimônio de conservação ambiental.	1
g) A luta em conjunto com a Pastoral da Criança uma parceria para ajudar as famílias.	1
h) Trabalho com arte-educação com crianças e jovens no sentido de prevenção das drogas e exploração sexual.	1
i) Apoio assistencial à comunidade (cesta básica, traslado de pessoas para tratamento médico).	1
j) A defesa dos direitos e da dignidade humana.	3
l) Por uma casa de apoio na capital para pessoas que fazem tratamento de saúde em Belém.	1
m) Não especificou.	1
TOTAL	16

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas de Campo.

Nas respostas se reforça a luta por questões pontuais, emergenciais, a exemplo da legalização de associações, tendo em vista a necessidade dos movimentos sociais organizados só poderem acessar determinados projetos, programas e políticas quando são instituídos legalmente, respondendo a exigências como, estarem inscritos no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica (CNPJ), mas também por **direitos sociais** mais amplos, como alfabetização, proteção ambiental, autonomia e soberania dos povos.

Tais requisitos burocráticos são impostos até para os grupos indígenas, cuja organização social difere em muito dessa racionalidade e que, de fato, defendem a preservação da forma social de organização de seus povos, não obstante terem os seus territórios atravessados pela racionalidade hegemônica capitalista. Os grupos sociais seguem na luta pela preservação socioambiental - garantia da preservação do patrimônio cultural, ambiental, etc.

Infere-se, dessa realidade, que as lutas encapadas são dinamizadas a partir de demandas específicas pontuais, emergenciais, mas que mantêm conectividade com demandas e lutas históricas mais amplas que dizem respeito à **incessante luta por direitos e cidadania**, estes, aqui entendidos, a partir da acepção de Coutinho (2008) como a capacidade dos sujeitos de apropriação coletiva do que é socialmente produzido, tendo em vista as necessidades humanas materiais e espirituais historicamente determinadas; mas, que não apontam nesse horizonte outros projetos de sociedade, muito embora o diálogo

abaixo, lança luz a uma perspectiva ainda por construir.

O modelo dela é caro pra nós aqui, nós pagamos energia mais cara do mundo, nós já fizemos um balanço e um dado sobre isso. Somos trabalhadores(as) de baixa renda, assalariados de 1 a 3 salários mínimos, embora o governo diz que nós estamos na classe média, mas isso é pra enganar. Nós somos escravizados, uma mão de obra tão bonita pra sociedade, mas pra gente tem um efeito muito controverso, esse modelo de energia aqui pra região é um modelo ultrapassado e pra finalizar nós temos várias universidades aqui na Amazônia. Se a Amazônia é o celeiro do patrimônio que serve para o mercado interacional ele tem que servir pro mercado de pesquisa de tecnologias e de invenções, que venha inserir a população nesse contexto. Na qualidade de vida no desenvolvimento econômico sustentável pela Amazônia e para Amazônia. Então nós queremos que as instituições de estudos e pesquisa elas venham garantir esse investimento. E inserir projetos alternativos; nós temos modelos extraordinários que podem ser experimentados querem experimentar um projeto de energia nas casas populares que estão sendo construídas, nas aldeias indígenas, nos territórios quilombolas, nas comunidades de dentro da floresta, no ribeirinho nas populações das águas a gente quer esse estudo, esse experimento, quer ver outras alternativas e essa é a hora, mesmo com Belo Monte em fase de conclusão, nós vamos continuar dizendo que é possível outra invenção (Entrevistado10. Realizada dia 09/11/2014 na cidade de Altamira)

Depreende-se da realidade que, da **pluralidade dos movimentos**, se apresentam elos de unidades em que pese a concepção do empreendimento energético para a Região do Xingu. Para estes, trata-se de um desenvolvimento que não considera os aspectos humanos de soberania, autonomia e da igualdade social, ao contrário; por isso, segue num ciclo de violação contínua, representado pelos grandes projetos espalhados pelo território.

Portanto, para os movimentos sociais, Belo Monte representa um modelo de matriz energética caro, ultrapassado e altamente perverso do ponto de vista socioambiental. E neste campo de lutas, as forças sociais são estruturantes e orgânicas, pois vão forjando dialeticamente o exercício de uma consciência crítica da sociedade sobre esse tipo de desenvolvimento autoritário econômico. O campo político e ideológico dos movimentos sociais é multifacetado, em cujas diferenças e divergências contribuem para construir democraticamente as condições objetivas de desconstrução do tipo de desenvolvimento, que coloca em cheque a humanidade genérica. Portanto, é nessa direção que segue a luta e resistência na Amazônia.

Capítulo 5 - CONCLUSÃO

O debate conceitual do Estado burguês e a relação intrínseca com o processo de acumulação do capital nos países considerados periféricos demonstra que o capitalismo, por sua própria natureza, configura-se por meio do extrativismo e esgotamento dos bens naturais, como as riquezas minerais, potencial hídrico etc. Essa dinâmica também necessita da exploração da força de trabalho vivo para o pleno desenvolvimento acumulativo do sistema em voga. Assim sendo, a ampliação da geografia do capital (HARVEY, 2005) estabelece um percurso que forja o desenvolvimento das infraestruturas física e social do capital considerando que,

O peso do mercado externo na vida econômica do país acaba por orientar uma boa parcela dos recursos coletivos para a criação de infraestruturas, serviços e formas de organização do trabalho voltados para o comércio exterior, uma atividade ritmada pelo imperativo da competitividade e localizada nos pontos mais aptos para desenvolver essas funções. Isso não se faz sem uma regulação política do território e sem uma regulação do território pelo mercado (SANTOS; SILVEIRA, 2013, p.21, 22).

É desta forma que o processo de acumulação do capital, considerando a regulação política e econômica do território, obedece ciclos os quais apresentam uma dinâmica de ampliação territorial necessária ao seu desenvolvimento (MARX, 2013). Neste, o que está em jogo é a criação de mais-valor por meio da força de trabalho, do controle dos meios produtivos, das matérias primas e da produção de mercadorias. E, sobre a particularidade amazônica, está relacionada à implementação dos grandes projetos, os quais são subsidiados pelo Estado brasileiro em suas três esferas de poder, que reproduzem tal dinâmica no território.

Os grandes projetos se apresentam em várias áreas: mineração, siderurgia, construção de hidrelétricas e de grandes indústrias; fábricas especializadas na extração e beneficiamento de produtos primários, com baixa tecnologia, cujos produtos originam as *commodities*, fundamental à essa dinâmica, que mobiliza lucros - essencial à organicidade do modelo capitalista de produção.

Nesse contexto, destaca-se a posição estratégica da Amazônia brasileira no cenário mundial do capitalismo, com elementos materiais para a reprodução e acumulação do capital, cujos componentes natureza e mão de obra são abundantes e expõem o território às reiteradas ofensivas do capital. Nesta direção, os programas e projetos firmados pelo Estado burguês que acolhem o capital no território provocam conflitos e aguçam as desigualdades sociais, os quais, dialeticamente, expressam o contraponto dos grupos sociais orgânicos nessa

territorialidade.

Historicamente, a formação socioeconômica da Amazônia brasileira se caracteriza por um modelo **colonizador de caráter extrativista**, como nos demais países da América Latina, pensados como países subdesenvolvidos, cuja “vocação” deveria ser servil aos países capitalistas cêntricos (GALEANO, 2013). O Estado burguês vem historicamente reproduzindo o modelo colonizador, o qual se materializa por meio de ações institucionalizadas, na criação de órgãos, legislação, portos, aeroportos, rodovias, cuja logística serve para consolidar a infraestrutura física e social para o capital na territorialidade.

A partir da década de 1990, no Brasil, ocorre o processo de ajuste neoliberal. Este foi mediatizado pelas unidades de poderes (administrativo, político, econômico, jurídico, segurança, defesa, relações exteriores etc.) materializada com as desregulações das leis e direitos sociais, a fragmentação dos sindicatos e a precarização do trabalho (SOARES, 2000).

A política econômica neoliberal mostrou que, no plano político, o governo do Partido dos Trabalhadores orientou-se pelo conservadorismo neoliberal herdado do governo de FHC, o que não significou que não houvessem diferenças entre os governos do PSDB e os governos do PT. Este demarcado pelo neodesenvolvimentismo, o qual não rompe com a ortodoxia neoliberal, iniciada com Collor de Mello em 1990, mas que demarca uma particularidade nos campos da economia e da política social. Ocorrem coalizões heterogêneas e contraditórias entre as várias camadas da sociedade, cujos campos das forças políticas provocaram sucessivos tensionamentos.

Na Amazônia brasileira os reflexos da política neodesenvolvimentista conecta-se à lógica de colonização, baseada na reprimarização da economia, por meio da exploração e exportação de matérias primas. Sendo, portanto, um espaço geofísico que acomoda setores do capital de exploração mineral, vegetal, agronegócio e produção de energia.

O Programa de Aceleração do Crescimento e, conseqüentemente, a política energética brasileira estabelecem conexões diretas com a IIRSA, na qual a lógica de integração econômica nos países da América do Sul é defendida por meio da criação do bloco econômico do Sul. Este foi criado para dar funcionalidade e fluidez às demandas do processo produtivo hegemônico no continente e, por conseguinte, na Amazônia Paraense.

O poder público federal, ao formular a política econômica, por meio do PAC, prioriza os eixos da comunicação, transporte, logística e produção de energia em larga escala. Neste, a matriz energética brasileira aponta a Amazônia como uma província de energia elétrica com vistas ao abastecimento das indústrias eletrointensivas, mineradoras,

agroindústria, metalúrgica e as grandes metrópoles brasileiras e fronteiriças.

A política energética reforça o caráter conservador do modelo de desenvolvimento praticado pelo Estado, numa perspectiva neoliberal que transforma água em *megawatts*, mercadoria preciosa no contexto da expansão da acumulação do capital sobre os elementos da natureza, sobre o trabalhador, sobre os povos indígenas e tradicionais.

As contradições oriundas da relação capital e trabalho explicitam que as lutas sociais vivenciadas na Amazônia Paraense evidenciam o contraponto do processo de descolonização, protagonizados pelos sujeitos amazônicos, trabalhadores formais, informais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, colonos, garimpeiros artesanais, agricultores, pescadores, pesquisadores (brasileiros e estrangeiros) os quais exprimem posições que demarcam as resistências e lutas sociais.

A divisão social do trabalho é um dos elementos determinantes da formação da sociedade civil. Esta representa um todo de natureza heterogênea em cujas bases incorporam elementos para a sua composição dinâmica e diversa. Assim sendo, a sociedade civil é uma unidade de contrários (NETTO, 2011), cujos grupos sociais estão vinculados a distintos projetos políticos-ideológicos de classes e frações de classes sociais. Frutos da sociedade civil, os movimentos sociais consistem em processos organizativos, cujos agentes são sujeitos determinantes para as bases da Sociedade Política (Estado).

Deste modo, o conceito de movimentos sociais encontra-se em permanente construção, por isso, é histórico, e que nesse campo destacam-se alguns elementos como, **força social**, a qual possibilita a análise dos cenários, das correlações de forças interna e externa ao movimento. Outro elemento importante no contexto dos movimentos sociais é a **luta social** que diz respeito às ações motivadas por conflitos, injustiças, perdas ou conquistas e que deve ser analisada em um contexto histórico e social (GOHN, 2000).

Outro elemento que se destaca iluminando a análise das lutas sociais no contexto das lutas na Amazônia Paraense, é a questão da **resistência**. Como um conceito da física, só tem sentido para efeitos deste estudo, se analisada no contexto social, cultural e político. Suas propriedades representam o sentido de mostrar-se resistente a algo externo, que ameaça, que viola, que vai contra um sistema organizacional peculiar, e que não considera as singularidades.

Face aos elementos conceituais e históricos que permeiam o objeto de estudo desta Tese, realizou-se um debate complexo das formas organizativas das lutas sociais e resistência na região de influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, localizada na Região Oeste da Amazônia Paraense, como um espaço territorial invadido pela mundialização do

capital e seus investimentos para a ampliação da acumulação da riqueza. Sabe-se que essa racionalidade produtiva de tanto explorar, vem falindo e demonstrando o esgotamento das forças hegemônicas do capital.

Desse contexto, depreendeu-se que **a resistência das lutas e forças sociais se expressam a partir da pluralidade de sujeitos e grupos sociais que contornam o desenho social aproximado dos movimentos sociais de resistência na região de influência de Belo Monte.** Assim sendo, a primeira hipótese que norteou o desenvolvimento do estudo confirmou-se parcialmente ao mesmo tempo em que (re)elabora-se, visto que **a pluralidade dos movimentos de resistência assumem perfis diferenciados, conforme empenhados por meio de suas práticas políticas. Uns segmentos assumem lutas mais específicas, pontuais, emergenciais enquanto outros desenvolvem ações objetivas concernentes às suas demandas imediatas, como a questão da moradia, mas que também, articulam demandas mais coletivas e universais, ainda que seja na via do marco legal do Estado.**

Sucessivamente, as relações no campo governamental com os representantes dos movimentos sociais se dão de forma tensa e contraditória em cujo espaço colocam-se perspectivas de ações cooptativas e coercitivas. Todavia, devem ser considerados os elementos mediadores de análise da realidade, balizados pelo princípio da relação contraditória entre capital e trabalho, no qual o Estado apresenta em seu bojo interesses de classes e frações de classes distintos e conflitivos (POULANTZAS, 1985).

A problematização da questão referente às ações coercitivas emergiram na literatura consultada, mas sobretudo, quando da realização da pesquisa de campo, na qual a discussão da estrutura conservadora do Estado evidenciou-se com execuções coercitivas, operacionalizadas pela presença da força nacional, das ações truculentas de representantes de alguns órgãos do poder público, da instalação de inquéritos criminais, das perseguições, ameaças de morte, grampos telefônicos etc., reforçando a criminalização das ações políticas dos movimentos sociais de resistência, denunciando, assim, toda uma sorte de violação de direitos tanto pela via do mercado, quanto do Estado.

Contudo, em que pese à questão da cooptação das lideranças políticas, o Estado articula por cima, sem se dobrar ao debate com as bases sociais do movimento e interfere no protagonismo desses sujeitos, excluindo-os e cooptando-os (COUTINHO, 2006). O exemplo emblemático foi a ausência da oitiva dos povos indígenas, contrariando, inclusive a Convenção 169 da OIT, a qual o Brasil é signatário. Na Região do Xingu, a questão da cooptação teve um viés particular, na medida em que grande parte dos sujeitos dos movimentos sociais tiveram suas lutas originadas das bases e direções políticas do Partido dos

Trabalhadores, muito eram filiados ao partido; essa referência política que, antes, nas décadas de 1980 e 1990 foi a referência de toda uma luta político-popular, nesse contexto assume outro viés.

Nesta esteira, quando a política da matriz energética, defendida pelo governo do PT, resgatou o projeto da usina hidrelétrica de Belo Monte para a Região, causou um abalo nos movimentos sociais do Xingu – na medida em que alguns grupos sociais não conseguiram romper com essas relações cultivadas na territorialidade amazônica, que nessa particularidade envolviam relações de amizades, parentesco, solidariedade etc. Nessa, muitos sujeitos e grupos ficaram susceptíveis ao processo de cooptação, o que não nega, nesse terreno, relações divergentes e contraditórias, na medida em que ainda vem passando por um processo de amadurecimento e, paulatinamente, rupturas de toda uma história de resistência que era encampada pelo PT. Deste modo, a partir dessas mediações, a hipótese de trabalho referente às questões da cooptação e coerção dos movimentos sociais afirmaram-se à luz das questões problematizadas.

Outrossim, a força e a pressão que o capital exerce sobre o território contribui para que as lutas sociais e resistências não se deem diretamente no campo da radicalização do sistema capitalista, uma vez que não se identificou na base dos movimentos sociais um projeto claro de um outro modelo societário. Todavia, a contrahegemonia que as formas sociais organizativas dos povos tradicionais praticam, expressam outras racionalidades civilizatórias, como a economia de subsistência, a agricultura familiar, a partilha na produção, os atos de solidariedade entre as comunidades etc. É necessário trazer à luz essas experiências que se dão na territorialidade Amazônica Paraense, com vistas a um *devoir* histórico e coletivamente construído.

O projeto energético da UHEBM fez com que parte do segmento dos movimentos sociais envidasse esforços no sentido de que a obra não se efetivasse, considerando as ameaças evidentes ao modo de vida dos povos da Região do Xingu. Todavia, essas ações não pararam por aí, de modo que, as lutas sociais e resistência, avançaram a partir desse movimento contraditório, isto é: as posições diferenciadas dos segmentos dos movimentos, que faziam a defesa do PARE BELO MONTE! acirrou conflitos e provocou cisões entre os segmentos, mas que não foram definitivas, que não engessou o movimento, que não negou o diálogo e a perenidade das lutas sociais.

Deste modo, na medida em que **as forças conservadoras tomavam posse do território, avançando o cronograma da obra de Belo Monte, o coletivo heterogêneo dos movimentos sociais ativaram as forças sociais e buscaram uma linha intermediária de**

diálogo. Muito embora a hipótese de trabalho que guiou a discussão que tratava das lutas sociais, revertidas por um projeto antimundialização neoliberal, seja refutada, pois não se configurou de forma consistente outro projeto societário. **No rastro da realidade capturada, as práticas sociais lançam sementes e se constituem em um desafio para a construção histórica de outros modelos societários.**

Neste horizonte se afirma que a luta social dos movimentos de resistência são mais amplas, na medida em que se combate proeminentemente a liberação da usina hidrelétrica de Belo Monte, mas para além dessa, as forças sociais mobilizam, articulam e se rebelam contra o que o projeto autocrático energético representa de conservador e de um desenvolvimento econômico capitalista, que nega os direitos sociais e não respeita as relações socioambientais historicamente firmadas na territorialidade pelos povos da Amazônia. Nesse contexto sociohistórico de lutas sociais, a **resistência é estruturante**, sobretudo, no controle da natureza desumana do capital, visto que essas lutas sociais orgânicas seguem fomentando, em vários campos e escalas, uma consciência crítica da sociedade sobre esse tipo de desenvolvimento que ameaça a humanidade genérica.

Nesse campo, as forças sociais se expressam por meio dos movimentos sociais de resistência, que apresenta um desenho social complexo e multifacetado, cujas diferenças são saudáveis e importantes para o exercício da construção democrática sobre a desconstrução dos discursos ideológicos do Estado capitalista de soberania energética e de energia limpa. As mediações ativadas pelas lutas sociais e resistência não cessam a problemática, mas forjam o agendamento público da questão, denunciando para a sociedade que o projeto energético brasileiro, que representa uma das facetas de mundialização do capital sobre os territórios, ameaça o projeto civilizatório da humanidade.

REFERÊNCIAS

- ACIDENTE do boiadeiro: a Justiça se manifesta. **Jornal Pessoal**, ano 29, n. 595, out. 2015.
- AEROPORTOS DO BRASIL. **Aerportos do Estado do Pará**. Disponível em: <http://www.aerportosdobrasil.com.br/para_pa/aerportos_estado_para_pa_brasil.php>. Acesso em: 19 out.2015.
- ALCOA. **Juruti (PA)**. Disponível em: <https://www.alcoa.com/brasil/pt/info_page/Juruti.asp>. Acesso em: 19 out. 2015.
- ALMEIDA FILHO, N.; CORRÊA, Vanessa. P. A CEPAL ainda é um escola de pensamento?. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 92-111, jan./abr. 2011.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Entre o nacional e o neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 689-710, dez. 2012.
- ALVES, Gilberto. Collor cassado só pode voltar à política depois do ano 2000. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 dez. 1992. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&PagFis=79343>. Acesso em: 10/09/2015.
- AMAZÔNIA. Fim das obras de Belo Monte ressalta desemprego no sudoeste do Pará. Notícias. Data. 30 de junho de 2016. Disponível em: <http://amazonia.org.br/2016/06/fim-das-obras-de-belo-monte-ressalta-desemprego-no-sudoeste-do-para/>. Acesso em: 07 jul. 2016.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo, Cortez, 2011.
- APRESENTAÇÃO. In: VERDUM, Ricardo (Org.). **Integração, usinas hidroelétricas e impactos socioambientais**. Brasília: INESC, 2007. p. 7-11.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS. **Estrada de ferro Carajás**. [s.d]. Disponível em: <<http://www.antf.org.br/pdfs/EFC.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2016.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Ranking**: Todos os Estados (2013). 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em 09 set. 2015.
- BAITELO, Ricardo. Energias renováveis: energia eólica e solar. In: MILLIKAN, Brent et al. (Org.). **O setor elétrico brasileiro e a sustentabilidade no século 21**: oportunidades e desafios. Brasília: Rios Internacionais - Brasil, 2012. p. 67-75.
- BAMBIRRA, Vania. Integración monopólia mundial e industrialización: sus contradicciones. **Sociedad y Desarrollo**, Santiago, v. 1, n. 1, 1972.
- BAMBIRRA, Vania. **Teoria de la dependencia**: una anticrítica. México: Era, 1978.
- BANCO MUNDIAL. **Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil**: uma contribuição para o debate. Relatório N°. 40995-BR, 28 de Março de 2008. 3v.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **A importância do PAC para os Investimentos entre 2007 e 2010**. Jun. 2007. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2016.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **BNDES define condições de apoio à construção da hidrelétrica de Belo Monte**. 16 abr. 2010. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2010/todas/20100416_Belo_Monte.html. Acesso em: 01 ago. 2012.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Condições do apoio financeiro à implantação do aproveitamento hidrelétrico Belo Monte**. [2012?]. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atuacao/Infraestrutura/Energia_Eletrica/belo_monte.html#>. Acesso em: 26 jan.13.

BERMANN, Célio (Coord.). **Usinas hidrelétricas na Amazônia: o futuro sob as águas**. Trabalho apresentado ao Seminário “Políticas públicas e obras de infra-estrutura na Amazônia: Cenários e desafios para o fortalecimento da governança socioambiental”, Brasília, 2010. Disponível em: www.inesc.org.br/.../Celio%20Bermann%20-%20Hidreletricas%20na%20Amazonia. Acesso em: 18 jun. 2016.

BERMANN, Célio. Impasses e controvérsias da hidroeletricidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 139-153, abr. 2007.

BERMANN, Célio. O projeto da Usina hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma. **Novos Cadernos NAEA**, v. 15, n.1, p. 5-23, jun. 2012.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Documento da semana 29/12/1992: Collor renuncia antes do impeachment**. 26/12/2014. Disponível em: <https://www.bn.br/noticia/2014/12/documento-semana-29121992-collor-renuncia-antes-impeachment>. Acesso em: 10/09/2015.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **O desenvolvimentismo: do pós-guerra até meados dos anos 1960**. Palestra realizada em 23 jul. 2010. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109261231420.LivroCAIXA_C_0_15.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2013.

BOITO JÚNIOR, Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.21, n. 47, p. 31-38, set. 2013.

BORON, Atílio A. **O Socialismo no século 21: há vida após o neoliberalismo?**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BRASIL, Ministério de Minas e Energia. Eletrobras. **Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Relatório de Impacto Ambiental – Rima**. Maio, 2009. Disponível em: <http://www.eletrobras.gov.br>. Acesso em 10 jun. 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12651compilado.htm>. Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. Congresso. Senado. Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatório de Diligência Realizada na Cidade de Altamira (PA) em 16 de abril de 2011 para discutir problemas sociais advindos da construção da Barragem da Usina Hidrelétrica de Belo Monte**. 2011. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução nº 237 de 19 de dezembro de 1997. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/legislacao/CONAMA_RES_CONS_1997_237.pdf. Acesso em: 19 jan. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução nº 6 de 1987. Disponível em: Acesso em: 17 jan. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2004.

BRASIL. Decreto nº 7.340 de 21 de outubro de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7340.htm. Acesso em: 02 jun. 2015.

BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. **Nomenclatura das rodovias federais**. 28 maio 2015. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/rodovias/rodovias-federais/nomeclatura-das-rodovias-federais>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

BRASIL. Lei nº 1.806, de 6 de Janeiro de 1953. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 16. out. 2015.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Comitê Gestor do PAC: Relatório I**. 29 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/pac-2/pac-2-relatorio-1>>. Acesso em: 31 ago. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Rede Interagencial de Informações para a Saúde (RIPSA). **Indicadores Socioeconômicos**. 2004. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2004/b06uf.htm>>. Acesso em: 03 abr. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cidadania e Inclusão Social: prioridade para os mais pobres: Relatório de Prestação de Contas da Presidência da República**. Brasília, 2009. Disponível em: <<https://observatorio03.files.wordpress.com/2009/12/6-231.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. IBAMA. Licença de Operação nº 1317/2015. Data: 05 de maio de 2015. Disponível em: http://ibama.gov.br/phocadownload/noticias_ambientais/lo_%201317_uhe_belo_monte.pdf. Acesso em: 05 jan. 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Dilma inaugura Hidrelétrica de Belo Monte**. 05 maio 2016. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/noticia/7be96908>. Acesso em: 20 jun. de 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)**. [2012?]. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=156&sub=302&sec=10>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano Plurianual 2008-2011: projeto de lei**. Brasília: MP, 2007. v. 2. Disponível: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/plano_plurianual/PPA/081015_PPA_2008_mesPres.pdf. Acesso: 03 set.2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Notícias. Comitê Gestor do PDRS Xingu seleciona mais 50 projetos de desenvolvimento sustentável para a região. Em 12 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/noticia/e68eff00>. Acesso em: 12 març. 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **PAC 2**, ano 1, 3º Balanço 2011/2014. mar. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/para/secoes-regionais/para/pac-pa>>. Acesso em: 31 ago. 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **PAC 2: a gente faz um Brasil de oportunidades: 11º Balanço 2011 a 2014**. 2014. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/investimento-e-pac/publicacoes-nacionais/11o-balanco-completo-do-pac-2-4-anos-2011-2014.pdf>. Acesso em: 27 mai.2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Portal Brasil. **Dilma inaugura usina hidrelétrica de Belo Monte**. 05 maio 2016. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2016/05/dilma-inaugura-usina-hidreletrica-de-belo-monte> Acesso em: 05 jun. 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010. Governo Federal**. 22 jan. 2007. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/070122_PAC_medidas_institucionais.pdf>. Acesso em: 01 set. 2012.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Altamira. Ação Civil Pública com Pedido de Liminar. Altamira, dez. 2015.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Altamira. Processos Caso Belo Monte. Data: março de 2016. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2016/tabela_de_acompanhamento_belo_monte_atualizada_mar_2016.pdf. Acesso em: 10 jul 2016.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. **Lei nº 11.653 de 07 de Abril de 2008**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2008/2011. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111653.htm>. Acesso em: 25 jun. 2016.

BRASIL. Presidência da República da Casa Civil. Política Nacional de Meio Ambiente, Lei nº 6.938 de 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm. Acesso em: 22 fev. 2014.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Grupo I – Classe VII – Plenário TC-003.942/2015-5. Em 24 de junho de 2015. Disponível em:

<https://contas.tcu.gov.br/sagas/SvlVisualizarRelVotoAcRtf?codFiltro=SAGAS>. Acesso em: 07 julh. 2016.

BUARQUE, Cristovam. Um pouco da história da Bolsa Escola. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 22, n. 66, p.127-164, jul. 2001.

CARIELLO, Rafael. Vultos da floresta: A onça e a barragem. **Revista Piauí**, São Paulo, n. 77, abr. 2013.

CARVALHO, Guilherme. **Elementos para analisar os grandes projetos de Infraestrutura na Amazônia**. Belém, 6 set. 2011. Disponível em: <<http://josealbertostes.blogspot.com.br/2011/09/elementos-para-analisar-os-grandes.html>>. Acesso em: 23.11.2015.

CARVALHO, Guilherme. **Grandes obras de infraestrutura na região amazônica: histórico, tendências e desafios**. Maio 2010. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/textos-para-discussao/Guilherme%20Carvalho%20-%20Projetos%20de%20Infraestrutura.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2015.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n 112, p.631-636, dez. 2012.

CASTRO, Edna. Integração Sul-Americana do IIRSA: visão do Estado e dos atores da Pan-Amazônia. In: BERNO, Alfredo Wagner; CARVALHO, Guilherme (Org.). **O Plano IIRSA na visão da sociedade civil pan-amazônica**. Belém: FASE; Observatório Comova/UFGPA, 2009.

CÉSAR, M. Auxiliadora; LEAL, Maria de Fátima Pinto; LEAL, Maria Lúcia Pinto. **Matriz 2011: matriz Intersetorial de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: UnB, 2012. 156 p.

COELHO, C. Leandro. Desafios logísticos na Amazônia. 16 abr. 2010. Disponível em: <http://www.logisticadescomplicada.com/desafios-logisticos-na-amazonia/>. Acesso em: 16 out. 2015.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **O que é a Cepal**. Disponível em: <http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/2/5562/p5562.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>. Acesso em: 03 jan. 2015.

COONEY, Paul; RIVERO, Sérgio. **A Amazônia como fronteira da acumulação do capital**. In: DINIZ, Marcelo Bentes. (Org.). **Desafios e potencialidade para a Amazônia do século XXI**. Belém: Paka-Tatu, 2011.

CONSÓRCIO CONSTRUTOR BELO MONTE (CCBM). **O Consórcio**. Ano 2016. Disponível em: <https://www.consorcibelomonte.com.br/Publico.aspx?id=2>. Acesso: 07 julh. 2016.

CONSUMO de boi morto em naufrágio preocupa vigilância sanitária do PA. 06 out. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/10/consumo-de-boi-morto-em-naufragio-preocupa-vigilancia-sanitaria-do-pa.html>>. Acesso em: 20 out.2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções: o marxismo na batalha das idéias**. São Paulo: Cortez, 2006.

DAGNINO, Evelina. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: nova leitura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

DANIEL, Celso. A gestão local no limiar do novo milênio. MAGALHÃES, Inês; BARRETO, Luiz; TREVAS, Vicente (Org.). **Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 182-242.

DOCUMENTO DOS POVOS INDÍGENAS da Bacia do Xingu À Justiça Federal. Altamira, 21 de maio de 2008. Disponível em:
http://www.ifch.unicamp.br/profseva/ALTA08_DocsIndig_pJuiz_DeclaraFinal.pdf. Acesso em 13 març.2016.

DUMENIL, Gèrard; LÉVY, Dominique. O Imperialismo na era neoliberal. **Política Social: Alternativas ao Neoliberalismo**, Brasília, n. 2, p. 9-37, out. 2004.

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA (INFRAERO). **Infraero Aeroportos**. s/d. Disponível em:
<http://www.infraero.gov.br/index.php/br/aeroportos/para/aeroporto-de-santarem.html>. Acesso em: 22 mar. 2016.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Plano Nacional de Energia 2030 (PNE 2030)**. Abril, 2007. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/PNE/20080111_1.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2012.

FEARNSIDE, Philip Martin; LAURANCE, William Frederick. Infraestrutura na amazônia: as lições dos planos plurianuais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 87-98, jan./abr. 2012.

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO (FASE). **Habitação no contexto da Reforma Urbana e as experiências de autogestão: Caderno n°01**. FASE/PPU/AMAZÔNIA. Belém. 1994.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. ed. rev. São Paulo: Global, 2009.

FRANK, Andrew Gunder. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento Latino-americano. In: PEREIRA, Luiz (Org.). **Urbanização e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ (FAPESPA). Seminário Perspectivas para a Economia Brasileira em 2016 e os Impactos no Estado do Pará. Em 27 de janeiro de 2016. Acesso em: 07 jul. 2016. Disponível em:
http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/ckfinder/userfiles/files/PERSPECTIVAS_PARA_A_ECONOMIA_PARAENSE_EM_2016.pdf.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, L&PM, 2013.

GAMA, Aliny. **Navio cargueiro afunda com 5.000 bois em porto do Pará**. Maceió, 06 out. 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/10/06/navio-cargueiro-afunda-com-5000-bois-em-porto-do-para.htm>>. Acesso em: 20 out.2015.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Os movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

GONÇALVES, José Sidnei. Reprimarização ou desindustrialização da economia brasileira: uma leitura a partir das exportações para o período 1997-2010. **Análise e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 6, n. 12, dezembro, 2011. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=12256>>. Acesso em 11 set. 2015.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere (1891-1937), volume 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

GUIA GEOGRÁFICO. **Mapas do Brasil: Pará**. Disponível em: www.guiageo.com/para-estado.htm. Acesso em: 19 out.2015.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HERNANDEZ, Francisco del Motal; MAGALHÃES, S. Barbosa (Org.). **Painel de Especialistas: análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**. Belém, out. 2009. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf>. Acesso em: 30.08.2013.

HOUTART, François. A causa da crise financeira é a lógica do próprio capitalismo. **Brasil de Fato**, São Paulo, 20 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/8647>>. Acesso em: 02 nov. 2012.

HOUTART, François. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEX, S. (Org.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. Cap. 20. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacionvirtual/20100715085030/cap20.p>>. Acesso em: 02 nov. 2013.

IANNI, Otávio. **Classe e nação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=15. Acesso em: 18. jun.2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Sistema Informatizado de Licenciamento Ambiental Federal (s/d)**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/licenciamento/index.php>>. Acesso em 09.jun.2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Licença Provisória nº 342/2010**. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/publicadas/sai-licenca-previa-de-belo-monte-com-40-condicionantes>. Acesso em: 18 jun.2011

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (INESC). **A Corrida por Megawatts: 30 hidrelétricas na Amazônia Legal**. jul. 2012. Nota Técnica 8.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Dossiê Belo Monte**: não há condições para a Licença de Operação. Junho, 2015.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Mar. 2010. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/loc.asp>. Acesso: 02 set. 2012.

JORNAL EL PAÍS. **Belo Monte**: a anatomia de um etnocídio. Coluna Opinião. Em: 01 de dezembro de 2014. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/01/opinion/1417437633_930086.html. Acesso em: 15 jan. 2015.

JORNAL ESTADÃO. Sting e Raoni se unem contra a hidrelétrica de Belo Monte. Renato Cruz. Data: 22 Novembro 2009. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,sting-e-raoni-se-unem-contr-a-hidreletrica-de-belo-monte,470431>. Acesso em: 22 mai. 2015.

JORNAL GLOBO. G1. Arnold Schwarzenegger visita o Pará com James Cameron. Data: 23 Março 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2011/03/arnold-schwarzenegger-visita-altamira-com-james-cameron.html>. Acesso em: 23 Mai. 2015.

KATZ, Hagai. Gramsci, hegemonia, e as redes da sociedade civil global. **Revista Hispana Para el Análisis de Redes Sociales**: Barcelona, v. 12, n. 2, 10 jun. 2007. Disponível em: <<http://revista-redes.rediris.es>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

KOWARICK, Lúcio. Processo de desenvolvimento do Estado na América Latina e políticas sociais. **Serviço Social & Sociedade, São Paulo**, n. 17, p. 5-14. 1985.

LAVILLE, Cristian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

LEAL, Aluízio. Uma sinopse histórica da Amazônia. **Revista de Estudos Paraenses**. Belém, IDESP, 2010. Edição especial.

LIGA OPERÁRIA. **Uma montanha de ouro por trás de Belo Monte**. Ago. 2014. Disponível em: www.ligaoperaria.org.br/1/wp-content/uploads/2014/08/5.jpg. Acesso: 02.set.2014.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: estado, homem, natureza**. 2. ed. Belém: Cejup, 2004.

MANDEL, Ernest. **Tratado de economia marxista**. México: Era, 1969.

MAPA DA AMÉRICA LATINA. Disponível em: <https://www.goconqr.com/en/p/149837-continentes-notes>. Acesso em 19/08/15

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. Textos selecionados de Ruy Marini. In: TRANPADINI, Roberta; STEDILE João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra (textos selecionados)**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-250.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 7º ed. São Paulo: Global, 1988.

MARX, Karl. **O Capital**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 1, Tomo 1.

MARX, Karl. **O Capital**. Bauru, SP: EDIPRO, 3ª ed., 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro 1.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **Para a questão judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA. **Sobre a América Latina**. 2009. Disponível em: <<http://www.bvmemorial.fapesp.br/php/level.php?lang=pt&component=19&item=3>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

MICHEL, Renault. PAULA, de L.F. SISCÚ, João. Por que um Novo-Desenvolvimentismo?. **Jornal dos Economistas, Rio de Janeiro, n. 186, p. 3-5**, jan. 2005. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/novo-desenvolvimentismo_jornal.pdf>. Acesso em: 10 out. 2005.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTEIRO, Telma. **Crise energética: Governo Federal segue amarrado aos velhos modelos de geração de energia**. 28 jan. 2015. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/539341-estagnado-e-afundado-na-criese-energetica-governo-federal-segue-amarrado-aos-velhos-modelos-de-geracao-de-energia-entrevista-especial-com-telma-monteiro>. Acesso em: 29 març. 2015.

MORENO, Camila. **O Brasil *mande in* China**: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo. São Paulo, Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

MOURA, Aldebaran do Socorro Farias de. **Democracia participativa no município de Belém**: uma análise do orçamento participativo (1997-2000). 2004. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE (MXVPS). **Histórico**. 14 out. 2010. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2010/10/14/historico/>. Acesso em: 01 jan. 2016.

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE (MXVPS). **Sobre as decisões jurídicas de Belo Monte**. 28 ago.2012. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2012/08/28/sobre-as-decisoes-juridicas-de-belo-monte/>. Acesso em 02 set.2012.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEVES, Ângela Viera. **Cultura política e democracia participativa**: um estudo sobre o orçamento participativo. Rio de Janeiro: Gramma, 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n° 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 2011.

PARÁ. Banco da Amazônia. **História**. Disponível em: <http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/institucional-obanco-historia>. Acesso em 16 out.2015.

PARÁ. Banpará. **Sobre o Banpará**. Disponível em: <http://www.banpara.b.br/menu/o-banpar%C3%A1/o-banpara/>. Acesso em: 26 out.2015.

PARA. Diário Oficial do Estado do Pará (DOEPA), 7 de 22 de Janeiro de 2013. Caderno 5, pág. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/50061377/doepa-caderno-5-22-01-2013-pg-7>. Acesso em: 04 jul. 2016.

PARÁ. Secretaria de Estado de Segurança Pública (SEGUP). **Relatório sobre apreensão de drogas em Altamira**: período 2011/2012. [2012?]. Disponível em: <www.segup.pa.gov.br>. Acesso em: 12 fev. 2013.

PARÁ. Secretaria de Portos. Companhia Docas do Pará. Autoridade Portuária. **Portos e Terminais**. Disponível em: www.cdp.com.br/porto-de-belem. Acesso em: 19 out. 2015.

PARÁ. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **SUDAM**: Comentário Geral. Disponível em: <http://www.amazonialegal.com.br/textos/Sudam.htm>. Acesso em: 27 out.2015.

PAULANI, Leda. **Brasil Delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará**: migrações, conflitos e violência no campo. 2013. 265 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

PEREIRA, Potyara Amazoneide Pereira. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

PEREIRA, Potyara Amazoneide Pereira. **Paradoxos da Burocracia**: um estudo de caso na Amazônia Brasileira. 1976. 256 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 1976.

PEREIRA, Potyara Amazoneide Pereira. **Política social**: temas e questões. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

PEREIRA, Potyara Amazoneide Pereira. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 729-753, dez. 2012.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PINTO, Lúcio Flávio. **A Amazônia em questão**: Belo Monte, Vale e outros temas. São Paulo: B4 Editores, 2012.

PINTO, Lúcio Flávio. Acidente do boiadeiro: a justiça se manifesta. **Jornal Pessoal**. Ano 29, n. 595, out.2015.

PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS ECONÔMICOS, SOCIAIS CULTURAIS E AMBIENTAIS – Plataforma DhESCA. **Relatório da Missão Xingu**: Violações de Direitos Humanos no Licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Abril, 2010.

PONTUAL, Helena Daltro. **Superávit**. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/superavit>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

PORTAL G1 PA Notícias. **Fim das obras de Belo Monte ressalta desemprego no sudoeste do Pará**. 28 jun. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/06/fim-das-obras-de-belo-monte-revela-cenario-de-desemprego-na-regiao.html>. Acesso em: 07 jul. 2016.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PRATES, Jane Cruz. A democratização do poder local por meio do Orçamento Participativo da Assistência Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 66, p. 91-108, 2001.

QUEIROZ, Silvana N. et al. Evolução do Bolsa Família: Brasil e estados do Nordeste 2004-2009. **SER Social**, Brasília, DF, v. 12, n. 27, p. 33-62, jul./dez. 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, set. 2005. p. 117-142.

RODRIGUES, Edmilson Brito Rodrigues. **Território e soberania na globalização**: Amazônia, jardim de águas sedento. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, dez. 2012.

SANTANA, Joana Valente. **Gestão de cidades no Brasil**: estratégias e orientações do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Campinas, SP: Papel Social, 2013.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Mariá Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XX. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SANTOS, Silvio Coelho dos. Hidrelétricas e suas consequências socioambientais. In: VERDUM, Ricardo. (Org.). **Integração, usinas hidroelétricas e impactos socioambientais**. Brasília: INESC, 2007. p. 43-56

SANTOS, Theotônio dos. **Imperialismo y corporaciones multinacionales**. Santiago, Ed. PLA, 1973.

SANTOS, Theotônio dos. Imperialismo e dependência na América Latina. In: BONILLA, F.; GIRLING (ed.). **Structures of dependency**. Stanford, CA, Institute of Political, 1973.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica**: Marx, Durkheim e Weber. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SEONE, José; TADDEI, Emílio. **De Seattle a Porto Alegre**: passado, presente e futuro do movimento antimundialização neoliberal. In: SEONE, José (Org.). **Resistências Mundiais: de Seattle a Porto Alegre**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, p.149-185. 2001.

SISCÚ, João, PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renault. Por que um Novo-Desenvolvimentismo?. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 507-524, out./dez. 2007.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

SOMOS A FLORESTA. **História e Resistência**: a vida pela Amazônia. Belém: Fundo DEMA, 2014.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **As tendências ocupacionais das (os) assistentes sociais no contexto Amazônico**. Texto apresentado à Semana do (a) Assistente Social, Manaus, 2004.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Meio Ambiente, Amazônia e Serviço Social. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 141-152, 2008.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da et. al. **Atlas escolar**: Pará: espaço geohistórico e cultural. João Pessoa: Grafset, 2014.

TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VERDUM, Ricardo. Obras de infra-estrutura no contexto da integração Sul-Americana. In: In: VERDUM, Ricardo (Org.). **Integração, usinas hidroelétricas e impactos socioambientais**. Brasília: INESC, 2007. p. 13-40

VIOLES – Grupo de Pesquisa sobre Tráfico de Pessoas Violência Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes. Simpósio Internacional "Os impactos dos Projetos Econômicos e o Extermínio de culturas: Energia e Mineração em Terras e Rios dos Povos Originários. Brasília, mar. 2014. Disponível em:
<http://grupovioles.blogspot.com.br/2014/03/simposio-internacional-os-impactos-dos.html>. Acesso em: 07 jul. 2016.

YOU TUBE.BR. É a gota D'Água +10. 16 nov. 2011. Disponível:
<https://www.youtube.com/watch?v=DIpAbXsWH7U>. Acesso em: 15 jun. 2014.

APÊNDICE

APÊNCIDE A – INSTRUMENTO DE PESQUISA



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Ciências Humanas – IH
 Departamento de Serviço Social – SER
 Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS

INSTRUMENTAL DE PESQUISA

Caro (a) Senhor (a), eu, **Kátia M^a dos Santos Melo, celular nº 91 81468800, RG nº 2009603-SSP/PA**, aluna de Pós-graduação do Programa em Política Social da UNB e docente da UEPA, ficaria honrada com sua colaboração em responder a uma entrevista semi-estruturada, visto que, auxiliará de modo significativo no aprofundamento da Tese de Conclusão de Doutorado cujo tema versa sobre as: **“TENSÕES E CONFLITOS DAS GRANDES OBRAS DO CAPITAL NA AMAZÔNIA PARAENSE: estudo das relações sociais exercidas pelos Movimentos Sociais que resistem à Belo Monte”**. **O estudo tem como objetivo maior** Contribuir para o estudo analítico-crítico das lutas sociais encampadas pelos movimentos sociais de resistência frentes as grandes obras do capital na Amazônia paraense – que trazem consequências irreversíveis do ponto de vista ambiental e social - sobretudo, às populações originárias que vivem na região das tensões e conflitos provocados pela construção da usina hidrelétrica Belo Monte.

Ressalto que todas as informações prestadas por V.Sas., serão mantidas respeitadas e os nomes dos (as) colabores (as) serão resguardados (as).

Desde já agradecemos sua colaboração e atenção.

REPRESENTANTES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

I - Questões do Eixo da Identificação

1.1– Sexo:

() Masculino

() Feminino

() Outros:

1.2 – Nível de Escolaridade / Formação

1.3 – Atividade ocupacional

1.4 – A qual movimento está vinculado?

1.5 – Exerce alguma atividade no Movimento?

1.6 – Qual o nº de pessoas e/ou famílias estão baseadas nesta comunidade e/ou bairro e/ou vilarejo e/ou aldeia?

1.7 – Qual o nome desta comunidade/ aldeia, localidade, cidade?

1.8 - A qual etnia pertence? (Se for o caso)

II - Questões do Eixo Estruturante (Estado / Mercado)

2.1 - Com avalia a chegada da obra da usina hidrelétrica Belo Monte?, Como avalia que a população recebeu? Existem impactos importantes a serem ressaltados?

2.2 – A Norte Energia tem cumprido a parte das medidas condicionantes? Caso positivo, poderia dar destaque as que mais lhe chamou a atenção?

2.3 – Como avalia a relação que os poderes públicos federal, estadual e municipal exercem com o Norte Energia?

2.4 - Nas relações de enfrentamento e/ou de protesto contra a hidrelétrica, como avalia a posição do Estado/Governo (Federal, Estadual e Municipal) juntos aos movimentos que promovem as manifestações?

2.5 - Antes da vinda do Projeto da Hidrelétrica para a Região como era a o acesso e a estrutura da educação, saúde, segurança, habitação?

III - Questões Eixo Superestrutural (Sociedade Civil - Movimentos Sociais)

3.1 - Como vem se dando o processo de organização, articulação e mobilização dos grupos sociais que estão na luta contra Belo Monte? Quem são esses sujeitos? Como se estabelecem as suas relações (comunicação, encontros, direções políticas, recursos materiais e financeiros, etc.)?

3.2 – Sua instituição e/ou movimento faz parte do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS Xingu) (Comitê Gestor)? Qual sua avaliação a respeito deste órgão?

3.3 – Quais os espaços de maior concentração e intensificação das mobilizações sociais? Quais os avanços e os retrocessos que são avaliados?

3.4 – Diante da organização, articulação e luta dos movimentos sociais qual a perspectiva em relação à implantação da usina hidrelétrica Belo Monte? Quais os maiores desafios avaliados pelo movimento?

3.5 – De regra as lutas encapadas perseguem outros objetivos?, quais?

Local, Data

ANEXOS

**ANEXO A - DECLARAÇÃO FINAL DOS POVOS INDÍGENAS PARTICIPANTES
DO ENCONTRO XINGU VIVO PARA SEMPRE – 19 A 23 DE MAIO
DE 2008**

Nós, povos do rio Xingu, não queremos ouvir mais história de barragens no rio Xingu.

Não queremos nossos peixes mortos, nossos animais mortos, nossos filhos passando fome.

Nós queremos nossa mata em pé; queremos nossos peixes vivos, nossas caças vivas; queremos nossas roças e manter nossos remédios. Precisamos do rio limpo para tomar banho, para beber água e não pegar doenças.

Por tudo isso, estamos dizendo de novo que não queremos nenhuma barragem no rio Xingu; nós proibimos fazer qualquer tipo de barragem no rio Xingu. As pequenas barragens feitas nas terras do Parque do Xingu já começou a mudar o rio; ele começou a secar.

Nós queremos viver em paz; não queremos mais agressão. Nosso direito deve ser respeitado.

Desejamos ficar em nossos lugares, felizes, com nossos filhos e nossos netos fazendo a festa.

Não queremos estar sempre nas cidades para viver continuamente defendendo nosso direito.

Nosso direito tem que ser respeitado.

Só isso que queremos dizer para vocês.

Altamira – PA, 23 de maio de 2008

ANEXO B - DOCUMENTO DOS POVOS INDÍGENAS DA BACIA DO XINGU À JUSTIÇA FEDERAL

Nós, delegados das comunidades indígenas da bacia do Rio Xingu, Kayapó da Aldeia Kriny, Kayapó do Bacajá Xikrin, Kayapó de Las Casas, Kayapó de Gorotire, Kayapó Kubenkrākênh, Kayapó Moikarakó, Kayapó Pykarārākre, Kayapó Kendjâm, Kayapó Kubenkàkre, Kayapó Kararaô, Kayapó Purure, Kayapó Tepore, Kayapó Nhàkin, Kayapo Bandjunkôre, Kayapó Krânhâpari, Kayapó Kawatire, Kayapó Kapot, Kayapó Metyktire, Kayapó Piarachu, Kayapó Mekrãnoti, Kayapó Pykany, Kayapó da Aldeia Aukre, Kayapó da Aldeia Kokraimoro, Kayapó Bau, Kayapó Kikretum, Kayapó Kôkôkuêdja, Mrotidjam Xikrin, Potikrô Xikrin, Djudjekô Xikrin, Cateté Xikrin, Ôodja Xikrin, Parakanã da aldeia Apyterewa e Xingu, Akrãtikatejê, Parkatejê, Munduruku, Araweté, Kuruwaia, Xipaia, Asurini, Arara da aldeia Laranjal e Cachoeira Seca, Arara do Maia da terra Alta, Panará, Juruna do Kilômetro 17, Tembê, Kayabi, Yudja, Kuikuro, Nafukua, Kamaiurá, Kalapalo, Waurá, Trumai, Xavante, Ikpeng, Tiriyo, Arapium, Borari, Cara Preta, Maytapu, Tupinambá, Timbira, juntos com outros Povos Indígenas do Brasil nos colocamos em defesa do Rio Xingu e seus afluentes contra as barragens e outros projetos energéticos que estão previstos para serem construídos aqui. Gostaríamos muitos que a Justiça Federal seja sensível ao pedido das comunidades indígenas, pois não aceitamos a construção de barragens no nosso rio. Queremos que essa ação seja definitiva e para sempre. Também queremos dizer que não vamos mais perder nenhuma parte da nossa terra, pois sabemos que estas construções de barragens nunca trouxeram e nunca irão trazer benefício algum para nossas comunidades, para os ribeirinhos, para os pescadores, para os pequenos agricultores que se encontram e vivem às margens do rio Xingu. Esses projetos só trazem miséria, destruição e morte. Caso os senhores não consigam parar essa obra, nós, Povos Indígenas da Bacia do Xingu entraremos até os canteiros de obras desses empreendimentos e vamos acabar de nosso modo.

Aconteça o que acontecer, nós, Povos Indígenas morreremos defendendo as nossas vidas, nossos patrimônios e nossas terras. Dizemos a vocês, ainda, que haverá conflito entre o empreendedor e os Povos Indígenas, caso os senhores não parem com essas obras. Já estamos cansados de ouvir e não sermos ouvidos. Já estamos cansados de escutar ameaças de construção de barragens na volta grande do Rio Xingu. Não estamos lutando somente em defesa do Rio Xingu, mas dos rios da Amazônia, moradia dos Povos Indígenas.

Altamira (Pará), 21 de Maio de 2008.

ANEXO C - Carta do Cacique Raoni para o Papa Francisco

Brasília, 21 de julho de 2013

Santíssimo Padre,

Nos Lideranças Indígenas do Brasil temos a honra de solicitar a Vossa Santidade uma audiência na ocasião da vinda de Vossa Santidade ao Brasil, em julho de 2013, para a Jornada Mundial da Juventude, ao nosso Líder Representante cacique Raoni Metuktire, na qual nos representara.

O Cacique Raoni Metuktire, conhecido no mundo inteiro por seu empenho na proteção da floresta amazônica e dos povos que ali habitam, é o chefe supremo do povo Kayapó, cujas terras ancestrais estão no coração da Amazônia brasileira. Há mais de quarenta anos que ele simboliza a luta incansável contra o desmatamento, e que ele clama pelo pleno respeito dos direitos e da cultura dos povos da floresta amazônica.

Durante o outono europeu de 2012, foi organizado pelo Cacique Raoni a primeira parte de uma campanha de sensibilização de grande vulto, chamada « Urgência Amazônia », destinada a alertar a comunidade internacional. O Cacique Raoni e sua delegação estiveram, então, em vários países europeus e encontraram as mais altas autoridades. Em Paris puderam explicar suas preocupações ao Presidente francês, François Hollande, em Estrasburgo ao presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, em Haia ao governo dos Países Baixos, em Genebra às instâncias da ONU e ao governo suíço... A segunda parte desta campanha está prevista para o outono de 2013, em outros países.

A comunidade internacional já se mobilizou, em 1989, quando da primeira campanha internacional do Cacique Raoni. Graças principalmente ao apoio dos dirigentes europeus e do G7, foi possível lançar, em 1992, o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), que é a iniciativa internacional mais ambiciosa de proteção ao meio-ambiente.

Essa ação emblemática do Cacique Raoni Metuktire foi homenageada por inúmeros dirigentes do mundo e, a partir daí, ele não parou de viajar, desde o Japão até o Quebec, sem esquecer a Europa. Neste continente ele foi apoiado pelo Rei da Espanha Juan Carlos, pelos

presidentes franceses François Mitterrand e Jacques Chirac, pelo Príncipe Charles da Inglaterra, pelo Príncipe Albert II de Mônaco...

Santíssimo Padre, a audiência que hoje solicitamos a Vossa Santidade para o Cacique Raoni Metuktire, seria para ele uma ocasião única de informar plenamente os católicos do mundo sobre a situação dramática atual dos povos da Amazônia, confrontados aos ambiciosos que, sob pretexto econômico, querem roubar-lhes as terras. Vinte cinco anos atrás, em abril de 1989, o Papa João Paulo II concedeu uma audiência no Vaticano ao Cacique Raoni e ao seu acompanhador, o cantor Sting. Este encontro que teve então uma retumbante repercussão midiática produziu efeitos extremamente positivos para a divulgação de questões que, até aquele momento, apenas os peritos conheciam a importância.

Hoje, em 2013, uma audiência concedida por Vossa Santidade ao Cacique Raoni teria peso maior ainda visto que os povos indígenas do Brasil veem seus direitos elementares desprezados pelo poder atual. Até pouco tempo tivemos uma audiência com a presidente Dilma Rousseff, que nos demonstrou sensível a questão indígena do nosso país e que nos prometeu acompanhar de perto as questões que nos afinge, principalmente as questões de construção de hidrelétricas e demarcações de terras indígenas, esperamos as provas concretas da boa vontade, na qual a presidente demonstrou aos nossos líderes indígenas. Até a presente data, o Governo não paralisou ou parou nenhum projeto impactante aos povos indígenas.

A Jornada Mundial da Juventude é um evento de importância planetária. O mundo inteiro vai dirigir os olhos para o Brasil nesta ocasião, da mesma maneira que o fará durante a Copa do Mundo de futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016. Estes eventos só terão significado se permitirem que este olhar se dirija também para os mais necessitados, para aqueles que o milagre econômico deixou de lado, dentre eles as populações indígenas da Amazônia. Elas estão perdendo tudo para proveito de poucos que, ao mesmo tempo, colocam em perigo o futuro do planeta visto que saqueiam um ecossistema precioso.

Os observadores dos acontecimentos atuais na Amazônia estão preocupados principalmente por causa da barragem de Belo Monte, apresentada como protótipo, como modelo para inúmeros outros projetos tão prejudiciais quanto ela. Embora ainda não concluída, esta obra no centro da floresta amazônica já provocou danos ambientais e humanos desastrosos, como o deslocamento de mais de 16 000 indígenas.

Ouvimos o discurso de Vossa Santidade, em 5 de junho, durante a Audiência Geral na Praça de São Pedro. Lembramos desta frase: “Alguém morre não é novidade, as bolsas caem dez pontos, é tragédia!” Os povos indígenas do Xingu, regiões da Amazônia e de outras regiões do país, estão morrendo diante dos nossos olhos, aos poucos, diante da indiferença quase geral. Vossa Santidade pode ajudar a quebrar esse muro da indiferença que os poderosos ergueram em torno deles.

Como Vossa Santidade sabe, a preservação da floresta amazônica - o pulmão verde do nosso planeta - é vital para todos os habitantes da Terra, não apenas para o povo Kayapó. De certa forma, o futuro de todos nós depende dessa parte do mundo, tanto da preservação do meio-ambiente como da diversidade das culturas do mundo.

Por todas estas razões, Santíssimo Padre, ficaríamos extremamente honrados se Vossa Santidade pudesse dar uma resposta favorável ao nosso pedido.

Temos a honra de ser, com o maior respeito, o mais humilde e obediente servo de Vossa Santidade.

Queríamos aceitar, Vossa Santidade, a expressão de nossos profundo respeito.

Patxon Metuktire

Alvaro Tukano

Haru Kuntanawa - Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá - ACRE

Raoni Brás Vieira - Pataxó Hã Hã Nhe - BA

Lindomar Terena - APIB

Renato Tupiniquim - APOINME

Valdelice Verón-Kaiowa-Atyguasu - Grande assembléa do povo Kaiowa e Guarani - MS

Osmar Veríssimo-Guarani

Shaneihu Yawanawá - ACRE

Evanildo Kariri Xoco

Almerinda Ramos de Lima - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

Romanci Gentil Crétã - PR

Date : **22/07/2013**

**ANEXO D - Encaminhamentos da Audiência Pública sobre o Reassentamento e
Realocação da População Urbana Atingida pela UHE Belo Monte**



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Pará

Altamira, 12 de novembro de 2014

Ao final da audiência pública sobre o reassentamento e realocação dos atingidos pela usina de Belo Monte na área urbana de Altamira, promovida pelo Ministério Público Federal, as autoridades presentes expuseram aos moradores alguns encaminhamentos e compromissos para atender as demandas e questionamentos das famílias que sofrerão deslocamento compulsório em decorrência da UHE Belo Monte.

Ficou definido que:

- A partir de proposta do Ministério Público Federal, Norte Energia S.A, a Casa Civil, o Ibama, a Funai e a DPU concordaram que será conformada uma espécie de câmara interinstitucional para tratar dos casos de discordâncias de atingidos com os critérios estabelecidos pela concessionária Norte Energia S.A.
- A sociedade civil deverá encaminhar com a maior celeridade possível ao MPF a lista com as demandas que devem ser analisadas pela câmara
- Restou encaminhado que os casos trazidos a essa audiência serão levados à avaliação da Câmara, que deverá ser criada o quanto antes, com a indicação de um seminário com data próxima para definir o seu regimento, garantida a participação da sociedade civil.
- A Defensoria Pública da União passará a atuar o mais rápido possível em Altamira, em caráter itinerante e emergencial, com seis defensores públicos deslocados para assegurar assistência jurídica aos impactados pela usina na área urbana

- Em apoio à atuação da DPU, a Prefeitura se compromete a avaliar a possibilidade de disponibilizar assistência de seu núcleo de acompanhamento de atingidos;
- A Norte Energia S.A e a Casa de Governo se comprometem a visitar a área do Independente II, excluída do cadastro de atingidos, para avaliar a situação
- A Norte Energia S.A concorda em estudar a possibilidade de flexibilização dos critérios de elegibilidade das famílias atingidas, para evitar a exclusão das pessoas do direito à moradia.
- O Ibama afirma que os critérios podem ser flexibilizados para garantir o direito à moradia e recomposição do bem, previstos no PBA, com a ressalva de que sua análise se faz tecnicamente a partir de demanda específica.

Cynthia Arcoverde Ribeiro Pessoa

Ministério Público Federal

Thais Santi Cardoso da Silva

Ministério Público Federal

Johanness Eck

Casa Civil

Luiz Antônio Zoccal Garcia

Norte Energia S.A

Francisco de Assis Nascimento Nóbrega

Defensoria Pública da União

Maria Regina Coeli Montenegro Generino

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

Maria Janete Albuquerque de Carvalho

Fundação Nacional do Índio

André Luiz Rondon Moreira Brandão
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Deni Park
Procuradoria Federal Especializada